

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

*The Digital Block:*  
**Um condomínio de quitinetes na Era Digital**

Alice Roberte de Oliveira



Brasília, Distrito Federal

2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

*The Digital Block:*  
**Um condomínio de quitinetes na Era Digital**

Alice Roberte de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação da  
Universidade de Brasília/UnB como parte dos  
requisitos para a obtenção do título de  
Doutora.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Fernanda Casagrande  
Martinelli Lima Granja Xavier da Silva

Brasília, Distrito Federal  
Novembro de 2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

***The Digital Block:***  
**Um condomínio de quitinetes na Era Digital**

Alice Roberte de Oliveira

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Fernanda Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva

Aprovada em: 1º de dezembro de 2025.

Banca de avaliação:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Fernanda Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva (FAC/UNB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Cristina Patriota de Moura (DAN/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Monica Machado (EICOS/UFRJ)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Ana Carolina Balthazar (DAN/UCL)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Mariana Cavalcanti (IESP/ UERJ- suplente)

RO48t

Roberte de Oliveira, Alice  
The Digital Block: um condomínio de quitinetes na Era  
Digital / Alice Roberte de Oliveira; orientador Fernanda  
Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva. Brasília,  
2025.  
305 p.

Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade de Brasília,  
2025.

1. Brasília. 2. Condomínio. 3. Comunicação. 4. Quitinete.  
5. WhatsApp. I. Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da  
Silva, Fernanda, orient. II. Título.

À Geny e Jobes e em memória de Alice e José, meus avós.

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é como construir uma casa. É preciso antever o futuro quando o projeto ainda está na planta e cumprir cada etapa com diligência. Também é necessário ter fé e esperança para passar por exigentes processos em que a vida e a pesquisa se misturam. No processo de fazer a fundação, erguer as paredes e colocar o telhado, me perdi e me achei. Fazer ciência também é se encontrar. Mas apesar de individual, essa obra nunca foi solitária. Ao longo desses quatro anos, muitas pessoas cruzaram o meu caminho e contribuíram para que eu pudesse colocá-la “de pé”.

Agradeço à Rosaneile, Julio Cesar e Carolina, minha família, por serem os alicerces dessa obra. Mãe, pai e irmã, obrigada pelo suporte incondicional, encorajamento e orações. A certeza do amor de vocês me moveu adiante.

Aos meus interlocutores, os moradores do Residencial dos Ipês, que abriram as portas de suas quitinetes e de suas vidas a esta vizinha e pesquisadora. Sou muito grata pelas amizades estabelecidas no campo, pela confiança e pelo carinho.

À minha orientadora, Fernanda Martinelli, por ser um farol em minha trajetória acadêmica desde a graduação. Obrigada pela aposta e investimento em mim como orientanda, pelas provocações para “ir a fundo”, por me abrir horizontes e ser a ponte para uma vida com a ciência. Depois desses 11 anos de parceria, reproduzo a frase que você ouviu de sua orientadora e que espero que faça sentido para nós: “Acho que agora podemos nos chamar de amigas”.

Ao Daniel Miller, supervisor extraoficial e extraordinário, pela generosidade com que me recebeu na UCL e em sua casa. Sou imensamente grata pela oportunidade de aprender com você e com seu grupo. Nunca imaginei que trabalharia diretamente com um dos grandes nomes da antropologia e que ele se revelaria tão gentil, acolhedor e acessível. As lições acadêmicas e de vida foram muitas e inestimáveis.

À Ana Carol Balthazar e à Monica Machado, por participarem da qualificação e agora da defesa da tese, contribuindo significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço pela leitura atenta e pelos comentários instigantes. Também sou muito grata pelas trocas, acolhimento e conselhos “lá fora”. Eu me inspiro em vocês.

À Cristina Patriota de Moura e à Mariana Cavalcanti, pela disponibilidade para o encontro, pela escuta sensível e pelas referências compartilhadas. Obrigada por aceitarem o meu convite para a defesa e me permitirem continuar essa interlocução que me move adiante.

À Inge Daniels, Maria Salaru e Vinicius Januzzi, com os quais encontrei abertura ao diálogo, *insights* e boas referências.

Ao PPGCom e à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, meu lar por quinze anos, entre idas e vindas. Agradeço especialmente aos mestres Dione, Paulino, Liziane e Fabíola, e ao administrativo, na pessoa da Regina, da Rosa, da Ivoneide e do Rogério.

Aos colegas do grupo de pesquisa “Consumo e Cultura Material”, Lucas Jansen, Andreza Andrade, Raquel Cantareli e Ana Paula Leitão, pelo companheirismo.

Aos colegas do Centro de Antropologia Digital da UCL, Haichao Wang, Ken Zheng, Leeyaa Mor, Alice Riddell, Xiaolin Li, Chun Liu, Kunyu Xiang, Silas Udenze e Ibnu Nadzir. Seus comentários cuidadosos e acolhimento foram muito importantes em uma cidade nova e em um outro departamento.

Ao Francis, por desafiar as minhas certezas e me provocar a ir mais longe. Obrigada por acender muitas luzes em mim nessa caminhada.

À Carol França, pela escuta ativa, presença constante e empurrões enfáticos com um “amiga, vai”, me dando coragem para entrar pelas divinas portas que a vida me abriu.

À Laura Camargo, amiga e consultora arquitetônica, que me presenteou com comentários, entrevista e com as plantas das quitinetes do Residencial dos Ipês redesenhadadas.

Ao amigo Ralf, pela leitura atenta, comentários e ânimo.

Aos familiares e amigos que torceram calorosamente e também foram pacientes e compreensivos com as minhas ausências ao longo deste percurso.

À CAPES pela concessão da bolsa de doutorado-sanduíche que promoveu uma experiência ímpar e crucial para o desenvolvimento desta pesquisa e desta pesquisadora. Ao Decanato de Pós-graduação da Universidade de Brasília, pela bolsa de pesquisa nos meses finais do doutorado.

Agradeço, finalmente, a Brasília, cidade que tanto me deu e que, com esta pesquisa, espero homenagear.

## RESUMO

Esta pesquisa interpreta a experiência de moradia em um condomínio de quitinetes em meio à digitalização da vida social. A etnografia examina como as tecnologias digitais se entrelaçam e reorganizam as relações entre os moradores e deles com seus animais de estimação, com os apartamentos, na política interna e com a infraestrutura condominial. A investigação multimodal se ancora em observação participante, entrevistas semiestruturadas com 38 interlocutores, registro fotográfico do interior dos apartamentos e engajamento com tecnologias e plataformas digitais, especialmente os “grupos do condomínio” no WhatsApp. A pesquisa de campo foi conduzida ao longo de 18 meses em um condomínio nomeado aqui como Residencial dos Ipês, localizado na região do Plano Piloto da Capital Federal, Brasília. Com 438 apartamentos quitinetes (também conhecidas como “*kitnets*”) entre 25 m<sup>2</sup> e 29 m<sup>2</sup>, o lugar contrasta com o projeto urbanístico modernista da cidade: é todo cercado, sem pilotis (que propicia nível térreo livre para circulação) e tem o acesso regulado. Seus moradores são parte das camadas médias e habitam lares unipessoais. A tese investiga o Residencial dos Ipês em diferentes eixos: 1) examina como o condomínio estabelece formas particulares de morar na região do Plano Piloto e de acessar a vida urbana em Brasília; 2) investiga, pelas lentes da cultura material, a negociação entre agências humanas e não humanas na quitinete e a modulação da estética, das vontades e das práticas domésticas; 3) explora como os usos e as apropriações de artefatos digitais pelos moradores tornam o condomínio “portátil” e “móvel”, acessível à distância, por meio dos *smartphones*. A pesquisa revela como as interações *online* reconfiguram os limites do condomínio, catalisam amizades e conflitos, articulam pertencimento e coesão comunitária e refletem normatividades sociais. O digital dá suporte à navegação na vida cotidiana, complexificando as rotinas e o tecido social do condomínio. A etnografia contribui para a literatura ao teorizar sobre práticas comunicacionais e de sociabilidade vicinal que marcam as humanidades nessa Era Digital.

**Palavras-chave:** Brasília; Condomínio; Comunicação; Quitinete; WhatsApp.

## ABSTRACT

This research interprets the experience of living in an apartment block amid the digitalisation of social life. The ethnography examines how digital technologies intertwine with and reorganise the relationships among residents and between them and their pets, their apartments, the internal politics, and the block's infrastructure. The multimodal investigation is grounded in participant observation, semi-structured interviews with 38 participants, photographic documentation of apartment interiors, and engagement with digital technologies and platforms, especially chat groups on WhatsApp. The fieldwork was conducted over 18 months in an apartment block here referred to as Residencial dos Ipês, located in the Pilot Plan area of Brazil's Federal Capital, Brasília. With 438 studio flats (also known as kitnets) ranging from 25 m<sup>2</sup> to 29 m<sup>2</sup>, the place contrasts with the city's modernist urban project: it is entirely enclosed, lacks pilotis (open ground-level structures that allow free circulation), and has regulated access. Its residents are part of the segments of the middle strata and live in single-person households. The thesis investigates Residencial dos Ipês across different analytical axes: (1) it examines how the apartment block establishes particular ways of living in the Pilot Plan area and of accessing urban life in Brasília; (2) it investigates, through the lens of material culture, the negotiation between human and non-human agencies within the studio flats and the modulation of aesthetics, desires, and domestic practices; (3) it explores how residents' uses and appropriations of digital artefacts render the apartment block "portable" and "mobile", accessible remotely through smartphones. The research reveals how online interactions reconfigure the block's boundaries, catalyse friendships and conflicts, articulate belonging and community cohesion, and reflect social normativities. The digital supports navigation in everyday life, adding complexity to the routines and social fabric of the block. The ethnography contributes to the literature by theorising communicational practices and vicinal sociality that shape the humanities in the Digital Era.

**Keywords:** Apartment Block; Brasília; Communication; Kitnet; WhatsApp.

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO</b>	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1: UMA ETNOGRAFIA NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO</b>	<b>41</b>
1.1 Objetificação, materialidade e agência	46
1.2 Negociando o acesso ao campo de pesquisa	52
1.3 Uma etnografia multimodal	61
1.4 Tecnologias e ferramentas de pesquisa	68
<b>CAPÍTULO 2: BRASÍLIA, O PLANO PILOTO E O CONDOMÍNIO</b>	<b>73</b>
2.1 Densidades da(s) cidade(s)	75
2.2 Modernismo na vitrine	79
2.3 Jeitos de morar no Plano Piloto	85
2.4 O Residencial dos Ipês	92
2.5 Em busca de “qualidade de vida”	96
2.6 Um novo jeito de “fazer-cidade”	103
2.7 Considerações finais do capítulo	105
<b>CAPÍTULO 3: A DIMENSÃO DIGITAL DO CONDOMÍNIO</b>	<b>108</b>
3.1 Os precedentes nas relações vicinais	110
3.2 Conectividade digital	119
3.3 A ecologia de artefatos digitais do condomínio	122
3.4 Entre a “casa” e a “rua”: sociabilidade escalonável no WhatsApp	131
3.5 Quem está desconectado do digital block/condomínio digital	138
3.6 Considerações finais do capítulo	141
<b>CAPÍTULO 4: AS QUITINETES</b>	<b>144</b>
4.1 O interior das quitinetes	147
4.2 Lar transitório: a quitinete como um degrau	153
4.3 O “minimalismo” como um padrão comportamental	159
4.4 A cozinha compacta e as práticas alimentares	168
4.5 Divisórias, portas e visitas	173

4.6 Um lar “mais que humano”	178
4.7 Considerações finais do capítulo	186
<b>CAPÍTULO 5: OS PETS E OS SEUS DONOS</b>	<b>188</b>
5.1 A literatura sobre os animais de estimação	189
5.2 O melhor lugar para cuidar de um pet	193
5.3 Os pets e a triangulação entre as pessoas e o digital	199
5.4 O pet enquanto um marcador social	211
5.5 Considerações finais do capítulo	212
<b>CAPÍTULO 6: OS VÍNCULOS DE AMIZADE DA TURMA</b>	<b>215</b>
6.1 Quermesse na Igreja	217
6.2 Happy hours	219
6.3 A grande família	224
6.4 Considerações finais do capítulo	229
<b>CAPÍTULO 7: MANUTENÇÃO, REPARO E O POSTO DE SÍNDICO</b>	<b>231</b>
7.1 A literatura sobre infraestrutura	234
7.2 O cotidiano condominial no grupo Geral	236
7.3 A disputa por poder e autoridade na gestão do cotidiano	250
7.4 Opositores	257
7.5 A “farra das procurações” e a Comissão Independente de Proprietários (CIP)	261
7.6 Considerações finais do capítulo	268
<b>CAPÍTULO 8: PARA CONCLUIR</b>	<b>272</b>
8.1 Os principais achados desta etnografia	273
8.2 Contribuições para a literatura acadêmica	277
8.3 Recomendações para futuras pesquisas	279
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>282</b>
<b>ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>302</b>
<b>ANEXO II - DEMOGRAFIA DOS INTERLOCUTORES</b>	<b>304</b>

## LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O contrato de aluguel da quitinete no Residencial dos Ipês	18
Figura 2: A intervenção política na infraestrutura do condomínio	19
Figura 3: Cronograma da pesquisa de campo	63
Figura 4: O Eixo Monumental	75
Figura 5: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF)	76
Figura 6: Regiões Administrativas (RAs) de Brasília	78
Figura 7: Vista aérea de Brasília	78
Figura 8: Os primeiros traços do Plano Piloto por Lucio Costa	80
Figura 9: Plano Piloto de Brasília apresentado por Lucio Costa ao concurso da NOVACAP	81
Figura 10: Eixo Monumental em 1957	81
Figura 11: Superquadra 1	86
Figura 12: Superquadra 2	86
Figura 13: Pilotis	87
Figura 14: Comércio entrequadra	88
Figura 15: A Avenida W3	91
Figura 16: Estação de ônibus na Avenida W3	91
Figura 17: Área de localização dos condomínios de quitinetes na Asa Sul, destacada em laranja	93
Figura 18: O Ipê Amarelo, característico do Cerrado e parte da identidade de Brasília	107
Figura 19: Meme “Um grupo de WhatsApp nos anos 1990”	118
Figura 20: A ecologia de artefatos digitais do condomínio	123
Figura 21: Screenshot dos formatos de resposta de mensagens no WhatsApp.	126
Figura 22: Screenshot dos formatos de mensagens encaminhadas no WhatsApp.	127
Figura 23: Screenshot das informações gerais dos grupos de WhatsApp.	127
Figura 24: Diagrama dos códigos sociais no WhatsApp	134
Figura 25: As plantas das quitinetes do Residencial dos Ipês	148
Figura 26: Marcenaria padrão encontrada em muitas quitinetes de Brasília	150
Figura 27: As áreas de serviço de duas quitinetes	151

Figura 28: O varal de chão	152
Figura 29: O sofá verde abacate	155
Figura 30: A estética da proprietária da quitinete	156
Figura 31: A estética de quatro quitinetes no Residencial dos Ipês	157
Figura 32: Os seis pares de sapato da interlocutora Rosa	161
Figura 33: Armários de trecos	163
Figura 34: A máquina de costura ocupa um lugar importante na quitinete	166
Figura 35: O fogão elétrico de duas bocas	169
Figura 36: Airfryer na cozinha compacta da quitinete	171
Figura 37: A caixa de areia, o arranhador e a casinha do gato ornamentam as prateleiras	180
Figura 38: Armário de mantimentos humanos e não humanos	181
Figura 39: Ímã de geladeira “Meu cachorro não tem dona. Ele tem mãe!”	182
Figura 40: O banheiro de uma das quitinetes.	186
Figura 41: Publicação de Dia das Mães	203
Figura 42: Devoção ao cão de estimação	203
Figura 43: Publicação sobre fogos de artifício	204
Figura 44: A peça digital enviada nos grupos de WhatsApp para divulgação do serviço cuidadora de animais	205
Figura 45: Publicação do Dia Mundial do Animalzinho de Rua	207
Figura 46: Screenshot do alerta aos donos de pet no grupo do condomínio	209
Figura 47: Happy Hours da turma às quartas-feiras	221
Figura 48: O teto de um dos corredores do Residencial dos Ipês	240
Figura 49: A luminária de um dos corredores do Residencial dos Ipês	240
Figura 50: Dia das crianças em condomínios	268

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Os grupos no WhatsApp do Residencial dos Ipês	131
Tabela 2: Prós e contras do síndico profissional e do síndico morador	252

## PRÓLOGO

Em 2021, motivada pelo desejo de mais independência e autonomia, deixei a casa dos meus pais para morar sozinha. Essa transição da residência familiar para uma moradia individual precisaria ser cautelosa para que eu pudesse garantir minha capacidade de arcar com todas as despesas. Busquei um lugar no Plano Piloto, região da Capital Federal, onde morei desde que me mudei para Brasília, em 2001. Aluguei uma quitinete de 29 m<sup>2</sup> entre as quadras 700/900 da Asa Sul. O apartamento tinha apenas uma janela de esquadria metálica e um painel de MDF que dividia o cômodo. De um lado, o quarto com banheiro. Do outro, a sala integrada a uma copa, área de serviço e vão com escrivaninha. Durante o ano, fazia muito frio ou muito calor na “kit” (diminutivo de *kitnet*, termo popular no mercado imobiliário), dadas as paredes finas e a ausência de brises e cobogós – tecnologias arquitetônicas que regulam temperatura e luminosidade. Não só o apartamento, mas também o condomínio contrastava com os prédios em que eu já havia morado. Todo cercado com grades e sistema biométrico de segurança, o condomínio tinha o térreo já ocupado por “kits” e algumas poucas salas comerciais. Lá não havia pilotis, o vão livre para passagens de pedestres e característica marcante dos prédios (chamados de blocos) de arquitetura modernista do Plano Piloto. Havia ainda o contraste no valor do aluguel: a quitinete era bem mais em conta que os imóveis de um quarto nos prédios da região do “Plano”.

Me adaptei ao espaço tendo no horizonte que aquele seria um local temporário de residência antes da próxima etapa da minha vida, que poderia ser a mudança para outra cidade ou país, ou ainda um relacionamento sério. Também por isso, busquei por um apartamento mobiliado. Assim, não precisaria investir as minhas economias sem clareza sobre onde, como e com quem eu iria me estabilizar. Navegando entre os muitos anúncios na Internet, encontrei um “achado”. Apesar do espaço compacto, ele já tinha máquina de lavar, geladeira, micro-ondas, um fogão elétrico de duas bocas, mesa e cadeiras, *Smart TV*, *rack*, cama, armários e tanque. É esse, pensei. Assinei o contrato de um ano e entrei apenas levando roupa de cama, utensílios de cozinha, *airfryer*, plantas, quadros, livros e almofadas. Aceitei o sofá verde abacate que já estava lá, apesar de nada combinar com meu gosto pessoal, resolvendo o impasse com uma manta. A quitinete era suficiente para meu salário de analista de comunicação em uma empresa privada e estilo de vida “sem um periquito pra dar água”, isto é, jovem, solteira e sem filhos, assim como outras interlocutoras desta pesquisa.

Nove meses se passaram e o verde abacate do sofá voltou a me incomodar. Ele se revelou um personagem, exercendo agência em minha vida. O sofá materializava minha

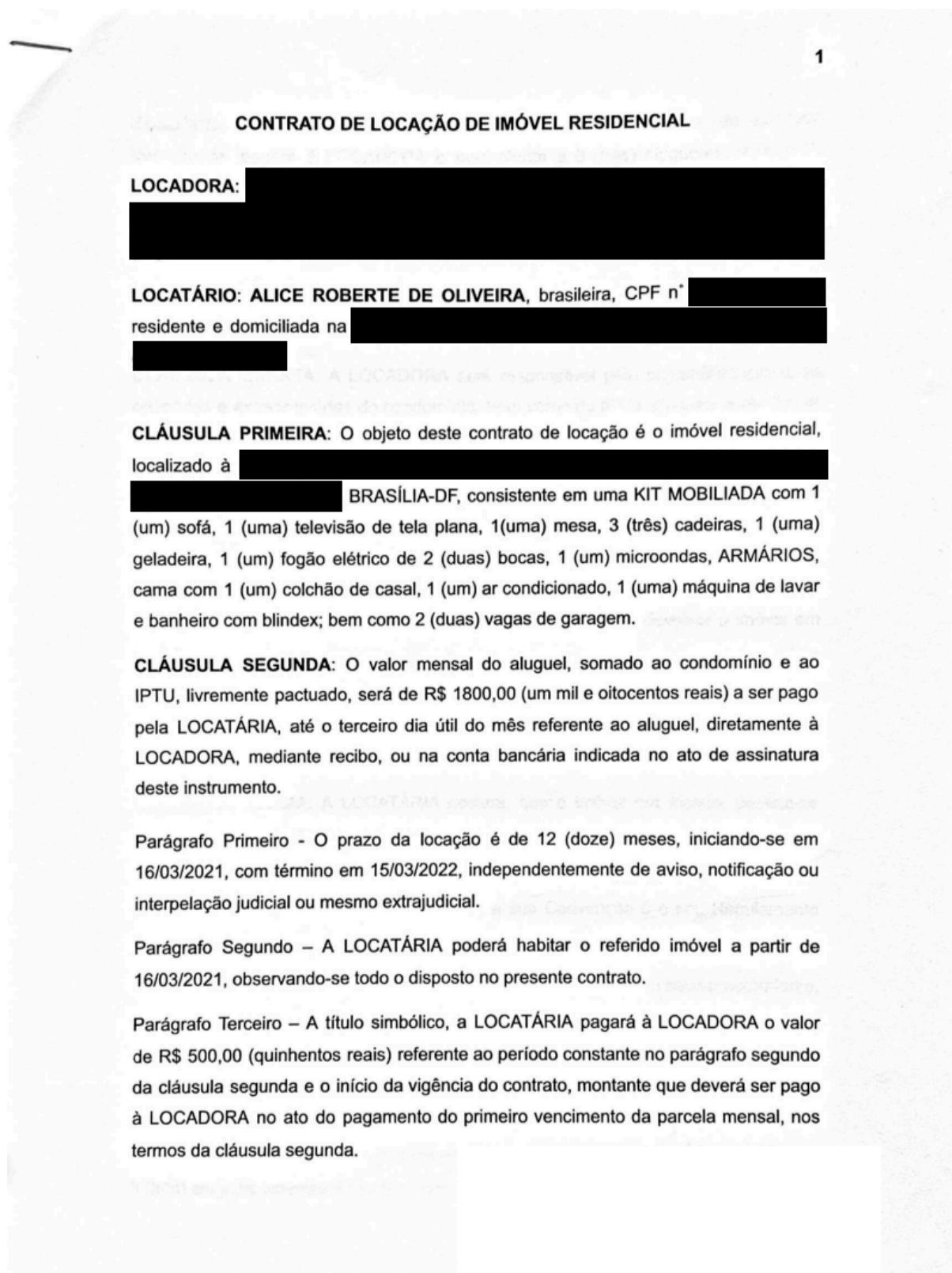
situação temporária, como se me fizesse perguntas e demandasse decisões, ainda que algumas delas não estivessem sob o meu controle. Eu queria poder escolher o meu sofá, mas, para isso, precisava de um próximo passo programado. Pessoas próximas endossavam minhas necessidades dizendo que eu merecia uma “casa de verdade”, como se a quitinete não fosse exatamente um lar, sugerindo a desqualificação simbólica deste tipo de moradia. Mais alguns meses se passaram até que o doutorado sanduíche tomou forma de “projeto” não só profissional, mas de vida. Para que pudesse permanecer por mais tempo no apartamento enquanto planejava a mudança, pedi à proprietária que trocasse o sofá por outro na cor creme e ela aceitou de bom grado, descontando as parcelas no aluguel.

Nesse meio tempo, precisei ajustar o campo de pesquisa para que eu pudesse etnografar no contraturno do meu emprego. Encontrei no condomínio onde morava uma fonte privilegiada para essa investigação, sobretudo pela riqueza e pela complexidade que irradia do espaço que denominei Residencial dos Ipês. Muitos padrões que eu achava serem de ordem pessoal se repetiam na rotina de outros moradores. E as interações nos diferentes grupos de WhatsApp trouxeram outro nível de complexidade à pesquisa de campo. Aquela não havia sido a minha primeira nem a última experiência em grupos de WhatsApp de condomínio, mas foi certamente a mais intensa. Foram muitas as descobertas registradas no diário de campo, em gravações de áudio e em fotografias ao longo dos seis meses de observação direta e dos 18 meses de engajamento nos grupos de WhatsApp, somadas ao que meu corpo já havia vivido e incorporado como moradora nos dois anos anteriores à pesquisa. Levei tudo isso em minha bagagem para o doutorado-sanduíche financiado pela Capes, no Centro de Antropologia Digital da University College London, na Inglaterra, onde permaneci por 12 meses. A saída do campo e do condomínio me permitiu enxergar o que até então me parecia ordinário: a relevância do digital para as dinâmicas sociais e para a reconfiguração das fronteiras do prédio, a agência do apartamento no estilo de vida de seus moradores, o contraste do “novo” condomínio com a vizinhança do “tradicional” Plano Piloto.

Esta tese, nesse sentido, é interdisciplinar e internacional. Relata a experiência de uma mulher adulta vivendo sob “um teto todo seu”, parafraseando a escritora Virgínia Woolf (1929), ainda que com ressalvas, como o fato desse teto alugado me obrigar a conviver com um sofá verde abacate. Mas para além de uma autoetnografia, a pesquisa teoriza sobre um jeito de morar em quitinete que até hoje recebeu escassa atenção da literatura acadêmica. E sobre como os usos do digital reorganizam práticas cotidianas, trazendo implicações para as pessoas, a edificação e os animais de estimação. Também lança luz sobre as normatividades sociais dentro e fora das telas, nas áreas comuns do condomínio e no interior dos

apartamentos, com e sem *pets*. Trata-se de uma experiência particular, mas que pode ser extrapolada e generalizada para milhares de brasileiros e, de forma ainda mais ampla, a populações do Sul Global.

**Figura 1: O contrato de aluguel da quitinete no Residencial dos Ipês**



Fonte: Elaboração própria (2021).

## INTRODUÇÃO

Numa quarta-feira, às 11 horas da manhã, notei que um dos grupos que participo no WhatsApp estava bastante movimentado. As notificações se multiplicavam em meu celular e eu precisei parar o que estava fazendo para “tomar pé” da situação. Ao acessar o grupo, fui surpreendida por uma fotografia desconcertante, daquelas que te faz inclinar a cabeça para entender melhor o que estava acontecendo. Era o registro de uma “intervenção política” no Residencial dos Ipês, o condomínio onde eu morava. Imprimiram um pôster com uma foto na qual a síndica aparece sorridente, tomando uma caipirinha de limão, em um momento descontraído. A imagem era a mesma que ela usava em sua conta pessoal no WhatsApp. Abaixo da foto, vinha o *slogan* que assinava aos relatórios e comunicados: “Essa é a gestão Cláudia, sempre na vanguarda”. O pôster estava pendurado em um buraco no gesso do teto, fruto de uma infiltração, em um dos corredores do condomínio (Figura 2).

**Figura 2: A intervenção política na infraestrutura do condomínio**



Fonte: Reprodução do grupo de WhatsApp do Residencial dos Ipês (2023).

A “intervenção política” era extremamente irônica e tinha o intuito de chamar atenção dos inquilinos e proprietários — moradores e investidores — para a falta de reparo e manutenção na infraestrutura do condomínio. Seu “opositor político”, morador e dono de uma unidade autônoma, Jorge, foi quem compartilhou a foto do protesto em um dos grupos de WhatsApp, com cerca de 40 membros, dizendo: “Recebi isso aqui. Só to repassando... Mais uma coisa me chama atenção! Estamos a três meses das eleições”. “Eleições?”, me perguntei mentalmente. Gustavo, outro morador e proprietário de uma unidade, respondeu ao meu questionamento no grupo: “Estamos as vésperas de uma AGE [Assembleia Geral Extraordinária] onde a atual administração vai passar um trator sobre todos mais uma vez”. Eles se referiam à próxima eleição para o posto de síndico no condomínio.

O compartilhamento da fotografia da intervenção no grupo do WhatsApp provocou pelo menos dois desdobramentos. Um deles foi escalar o constrangimento público da síndica, antes restrito às pessoas que passam por aquele corredor, uma vez que o condomínio é amplo e com várias entradas e elevadores. A segunda foi inflamar as já acaloradas discussões sobre a gestão de Cláudia. Gustavo justificou o ato como consequência da inação e incompetência da própria síndica que, segundo ele, estava acarretando a “favelização” do lugar. Para Gustavo, os processos eleitorais da administração eram manipulados para que Cláudia se perpetuasse no poder e as pessoas estariam se sentindo de “mãos atadas”, incapazes de promover mudanças. Gustavo completou: “se de mau gosto ou cômico, aí é da interpretação de cada um, mas que nós precisamos fazer alguma coisa, não tenha dúvida”. Outra moradora, uma inquilina, se pronunciou por meio de áudio, dizendo:

Eu vejo que o Residencial dos Ipês precisa sim de várias mudanças, o que me preocupa são pessoas terem atitudes tão baixas [...] eu nem quero acreditar que isso é verdade, colocar um banner com a exposição de uma pessoa [...] E eu espero que ninguém entenda que isso é motivado pra defender A, B ou C, ou agredir C ou D. Isso aqui não tem nada a ver, gente. A gente tá pegando um fato isolado de criar um banner... eu não tô acreditando que eu tô vendo uma cena lamentável dessa num condomínio tão bacana como o nosso.

A discussão se seguiu por quase três dias no grupo, com mais moradores, especialmente proprietários, se manifestando sobre o estado de conservação do lugar. “Está na hora de fortalecer ainda mais o movimento dos proprietários para resgatar o nosso condomínio do caos em que se encontra”, bradou um deles. O autor da intervenção permaneceu desconhecido até a finalização desta tese, mas seu “ativismo” desencadeou muitas reações nos grupos no WhatsApp e fora deles. O ato não consistiu em uma ação isolada, mas integra um complexo cenário de conflitos e disputas políticas que ocorrem desde

a inauguração do condomínio. Em constante embate, a atual síndica, os ex-síndicos e proprietários de unidades autônomas do Residencial dos Ipês operam em um mecanismo de ataque e contra-ataque, em busca de justiça, de vingança e de retomar a gestão do lugar. Mas tão intensos quanto os conflitos são os laços de amizade no lugar considerado “muito bacana” por aqueles que estabeleceram vínculos com outros moradores. São diversas as histórias de ajuda mútua e de cooperação entre vizinhos, articuladas via WhatsApp, que conferem senso de pertencimento e de comunidade a quem vive no espaço. Essa trama de conflitos e de amizades tece a complexa experiência de moradia nesse condomínio residencial, a ser analisada ao longo desta tese.

Histórias curiosas, engraçadas, emocionantes e desconcertantes envolvendo “grupos de condomínio” no WhatsApp, como esse relato etnográfico, passaram a ser parte do cotidiano dos brasileiros. “Grupo de condomínio” tornou-se uma categoria descritiva com amplo reconhecimento e circulação na sociedade brasileira. Em menos de 15 anos, se contarmos o surgimento do WhatsApp, em 2009, e a criação da funcionalidade de grupos, em 2011, o uso da plataforma no contexto de prédios e condomínios se popularizou no Brasil e transformou os sentidos e as dinâmicas sociais desses espaços residenciais coletivos. As anedotas sobre “grupos de condomínio” se proliferam na mídia de massa e nas redes sociais, constituindo representações acerca das formas de sociabilidade em espaços coletivos de moradia.

Não à toa, em pesquisa sobre os usos da plataforma, Cruz e Harindranath (2020) a definem como uma “tecnologia da vida” que articula muitos aspectos e processos da vida social. Isto se dá pela ampla adesão à plataforma em países como o Brasil, em decorrência de funcionalidades específicas. Dentre elas, Johns, Matamoros-Fernández e Baulch (2024) destacam o baixo consumo do pacote de dados, sendo de uso ilimitado nas operadoras telefônicas do país; a interface amigável; as funcionalidades orientadas à intimidade e privacidade, como a possibilidade de criação de grupos e a criptografia; a capacidade de compartilhamento de arquivos multimídia e a funcionalidade da lista de transmissão; bem como a orientação ao negócio, facilitando contato, vendas e transações. São cerca de 147,21 milhões de usuários brasileiros ativos na plataforma, representando 93% da população, o que faz do país o maior mercado do WhatsApp fora da Ásia, segundo dados de pesquisa de mercado da companhia Statista (Bianchi, 2025).

*The Digital Block*, no entanto, não se trata somente dos grupos de condomínio no WhatsApp. Tampouco sobre os processos automatizados ou a infraestrutura digitalizada em um espaço residencial. Esta tese examina como as tecnologias digitais se entrelaçam e

reorganizam as relações entre os moradores e deles com seus animais de estimação, com os apartamentos, na política interna e com a infraestrutura condominial. Exploro como as tecnologias digitais redefinem os limites do condomínio, antes restritos ao intervalo entre a rua e o interior dos lares, e que passou a existir a quilômetros de distância, nas mãos e nos bolsos dos moradores, em seus *smartphones*. Em que medida os usos e as apropriações das tecnologias digitais reorganizam as relações entre vizinhos, dos moradores com a edificação e mesmo dos moradores com os seus apartamentos. Sobre o impacto da comunicação móvel na qualidade de vida das pessoas e de seus animais de estimação nesses espaços coletivos de moradia. As motivações para o constante investimento nas relações com os vizinhos, de modo *on* e *offline*. Sobre se e em que medida os usos de plataformas e tecnologias são eficazes para circular valores e moralidades, além de articular discussões e estabelecer consensos sobre problemas individuais e coletivos. Em que medida as tecnologias contribuem para a construção de confiança, intimidade, senso de pertencimento e de coesão comunitária entre os moradores. Sobre os efeitos desses grupos *online* nas práticas de cuidado com pessoas idosas e na provisão de suporte emocional daqueles que vivem sozinhos em seus apartamentos. Em que medida os usos e apropriações dessas tecnologias reproduzem e produzem normatividades sociais. E, de modo mais amplo, como essas tecnologias são incorporadas às rotinas e modulam a experiência de moradia nesse contexto de digitalização da vida social. Tais questionamentos movem as discussões elaboradas nesta pesquisa.

Esta investigação está ancorada em etnografia realizada no Plano Piloto de Brasília, capital e centro burocrático do Brasil, em um condomínio de quitinetes que denominei aqui Residencial dos Ipês, em alusão à árvore que é característica da vegetação nativa do Cerrado. O condomínio conta com 438 unidades autônomas, das quais mais de 90% são adaptadas ao uso enquanto quitinete e o restante funciona para fins comerciais, com áreas úteis entre 25 m<sup>2</sup> e 29 m<sup>2</sup> cada. Os apartamentos são habitados por pessoas que, em outra época e contexto, o antropólogo Gilberto Velho (1989) definiu como *camadas médias urbanas* — categoria que abrange um grupo social diverso para além da definição de classe, englobando uma heterogeneidade de hábitos de consumo, ocupações, estilos de vida, valores e moralidades. Recorro à categoria por seu caráter elástico e pela possibilidade de diferenciação da classe média moradora do Plano Piloto. No Residencial dos Ipês, vivem pessoas pré-vestibulandas e universitárias, corretoras de imóveis, professoras da rede pública e privada, atletas, modelos, psicólogas, enfermeiras, terapeutas, servidores militares temporários, comerciantes, empreendedoras, advogadas, contadoras, publicitárias, jornalistas, secretárias executivas, servidoras públicas, assessoras em cargos comissionados e aposentadas. Tão amplo quanto o

leque de ocupações e o grau de instrução é a faixa etária dos moradores, entre 16 e 84 anos. Também por isso, os níveis e as fontes de renda são variadas: carteira assinada, pensão, benefício governamental, mesada, venda de produtos ou serviços, entre outros, impactando na forma de contrato de aluguel dos apartamentos. Isto é, há grande incidência de contratação direta com o proprietário, sugerindo menor burocracia na comprovação de renda e mais flexibilidade nas condições de locação. A maioria das pessoas vive sozinha em suas quitinetes, e a heterogeneidade dos moradores faz do Residencial dos Ipês um lugar significativamente diverso.

Há dois outros componentes que complexificam a moradia nesse condomínio. A tipologia de apartamentos quitinete é um deles, uma vez que a compactação espacial impõe ritmos de vida, demanda atitudes e constrange vontades e necessidades de forma muito particular. O outro é Brasília, cidade feita sob encomenda. Erigida na região do Planalto Central, foi projetada por Oscar Niemeyer e Lucio Costa sob os preceitos arquitetônicos e urbanísticos modernistas. Brasília e a região do Plano Piloto, mais especificamente, têm uma carga simbólica e material que dão textura a essa experiência de moradia. Assim, a quitinete, o condomínio, as tecnologias digitais e a cidade de Brasília constituem um emaranhado que esta tese puxa os fios. A pesquisa interpreta o viver no Residencial dos Ipês em diferentes eixos: o dos modos de vida em um condomínio fechado e suas formas específicas de acesso à vida urbana; o do interior das quitinetes, onde há uma negociação constante entre agências humanas e não humanas; e o eixo dos usos e apropriações do digital, com desdobramentos na edificação e nas relações sociais. Em um constante exercício de aproximação e de distanciamento, olhando para os detalhes e para o contexto, revelo como as tecnologias integram a dimensão íntima e privada das rotinas domésticas e tornam-se suporte para a navegação na vida cotidiana. Exploro como o digital se hibridiza aos modos de vida nesse espaço de moradia e os reorganiza, nos âmbitos individuais e coletivos, materiais e discursivos, humanos e não humanos. Com isso, *The Digital Block* acaba por tecer outras teses em uma só.

Estabeleço diálogo com a antropologia digital, subdisciplina que enfoca na mediação da cultura digital nos processos sociais. A literatura desse campo destaca a etnografia como o caminho mais adequado para fugir dos universalismos e dar conta das experiências vividas com as mídias e tecnologias digitais de modo contextual (Miller; Slater, 2003 [2000]; Postill, 2008; Coleman, 2010; Hine, 2015; Miller et al., 2016; Pink et al., 2016; Machado, 2017; Miller et al., 2021). Para tanto, investi em densa e longa pesquisa de campo, com duração entre abril de 2023 e setembro de 2024 (um total de 18 meses), período no qual intercalei

observação participante, 38 entrevistas semiestruturadas e registro fotográfico dos apartamentos, além do engajamento com os artefatos digitais do condomínio, entre os quais se destacaram os grupos de WhatsApp exclusivos para moradores. Nesse sentido, esta é uma etnografia com engajamento multimodal inspirada no que propõe Hine (2015) ao teorizar sobre os usos incorporados e cotidianos da Internet e os desafios metodológicos que se inserem nesse tipo de investigação. Isto é, percorro os domínios *offline* e *online* a partir dos fluxos e interações que emergem dos interlocutores no contexto da pesquisa. A etnografia também se caracteriza como multimodal pelos registros fotográficos das quitinetes durante o campo, e o uso dessas e de outras imagens para compor esta narrativa, como discorro adiante. Nesse sentido, a abordagem etnográfica orienta as escolhas teórico-metodológicas desta pesquisa interdisciplinar.

## **I. A literatura sobre a digitalização em contextos locais**

Esta investigação se soma aos esforços empreendidos globalmente, desde os anos 2000, para articular o digital aos estudos urbanos. O foco dessas produções está em examinar os desdobramentos da Internet e das tecnologias digitais em vizinhanças, bairros, ruas e condomínios. Um dos marcos teóricos é a produção de Hampton e Wellman (2003) sobre a sociabilidade em um subúrbio de Toronto, no Canadá, a partir da disponibilização de Internet banda larga aos moradores e dos grupos de e-mail entre vizinhos. *Neighboring in Netville* foi uma pesquisa qualitativa com duração de três anos que apontou crescimento no volume e na extensão das relações de vizinhança, aumento da frequência das interações entre vizinhos (de modo *on* e *offline*), crescimento das redes de relações e maior participação política das pessoas na esfera pública da comunidade local. Os autores relatam uma série de demandas cumpridas com o auxílio da lista de e-mails do bairro como, por exemplo, mobilização de protestos, suporte com cuidados, facilitação de discussões assíncronas, monitoramento das redondezas. Hampton e Wellman (2003) concluíram que vizinhos conectados à Internet tendem a aderir ao contato social, sendo ele *online* e *offline*. Ao comparar os achados desta etnografia com o estudo dos autores, encontrei muitas continuidades. As implicações dos usos da Internet em contextos de vizinhança são similares independentemente do suporte material (o computador, no caso da pesquisa dos autores, ou o *smartphone*, como em minha pesquisa) e da plataforma ou tecnologia em questão (o e-mail ou o WhatsApp), mas também apresentam consequências específicas pelas funcionalidades de cada tecnologia e pelo uso em contexto.

Em *Emerging digital neighbourhoods*, o planejador urbano Mitchell (2005 [2003]) destacou a necessidade de prever infraestrutura digital em vizinhanças e as possíveis consequências do aumento da conectividade para em vilas e bairros. O autor sublinhou os efeitos das novas redes de telecomunicações digitais enquanto “cola” para manter comunidades unidas, funcionando de modo interdependente com as interações *offline*. Ele diz: “[...] frequentemente usamos o conveniente, pouco expressivo e assíncrono e-mail para organizar interações presenciais que são escassas, caras, mas muito valiosas. Por outro lado, encontros presenciais frequentemente geram um extenso acompanhamento por e-mail” (Mitchell, 2005 [2003], p. 100, tradução nossa<sup>1</sup>). Os lugares em questão são bairros em cidades do Norte Global (na Inglaterra, França e Estados Unidos) que já haviam experimentado a revolução digital com os computadores pessoais e o acesso à ferramenta de e-mails, algo que aconteceu em massa no Brasil com a chegada dos *smartphones*, como discuto adiante. Porém, do estudo de Mitchell (2005 [2003]) interessa observar o prenúncio do que seria amplificado com artefatos digitais como o WhatsApp: a interdependência dos domínios *online* e *offline* em localidades, assim como o que notei em meu contexto de pesquisa.

Com a chegada de novas tecnologias e mídias digitais, surgiram também novas pesquisas experimentais voltadas a essas temáticas. Destaco a de Cordeiro e Figueiredo (2012), sobre um blog em um bairro residencial em Lisboa, e o conceito de “vizinhança *online*”. Na tentativa de fortalecer a convivência entre os vizinhos, o blog acabou se tornando uma extensão das atividades *offline*, impossibilitando separar ambas as dimensões (Cordeiro; Figueiredo, 2012), assim como minhas evidências também sugerem. Outra pesquisa experimental é a de Botton (2018), sobre a finada plataforma brasileira “Tem Açúcar”, criada em 2014 para facilitar a troca de objetos e a sociabilidade entre vizinhos. O estudo se restringe à pesquisa de campo *online*, sem abranger um acompanhamento dos encontros presenciais que são essenciais para a circulação de itens entre moradores de um mesmo bairro. Apesar de trazer um referencial interessante ao revisitar a noção de “pedaço” de Magnani (1984) para caracterizar a Internet como o espaço onde as interações ocorrem, Botton (2018) reafirma o estereótipo da perda de aspectos comunitários nas grandes cidades. Em contraste, minhas evidências mostram que o digital atua como um catalisador dessa

---

<sup>1</sup> Onde se lê: “[...] we often use convenient, inexpressive, asynchronous email to arrange scarce, expensive, but very valuable face-to-face interaction. Conversely, face-to-face meetings often generate extensive email follow-up” (Mitchell, 2005 [2003], p. 100).

sociabilidade entre vizinhos, promovendo um senso de pertencimento e a coesão de uma comunidade.

Destaco ainda o estudo de Jeff Lane (2019), *The Digital Street*, que explora a vida nas ruas do Harlem, Nova York, na era da ubiquidade das redes digitais. O autor discute como os aspectos *online* atravessam a vida cotidiana e como os limites de uma comunidade são reorganizados pelo digital. Lane (2019) me inspira ao explicitar a metodologia que define como “etnografia urbana digital”, na qual o campo ocorre fisicamente, exigindo um esforço de *shoe leather* (ou “solado de sapato”, referindo-se à observação direta), bem como nas redes sociais dos interlocutores, incorporando a etnografia digital à coleta de dados. Ele compreendeu que “[...] estar com a comunidade era estar presente tanto fisicamente quanto *online*” (Lane, 2019, p. 16, tradução nossa<sup>2</sup>), uma vez que o código das ruas havia sido digitalizado e transmitido para o Twitter, o Facebook e o Instagram. Para o autor, a integração *on* e *off* torna os dados mais robustos e precisos, resultando em uma pesquisa mais rica e eliminando pontos cegos de ambos os tipos de etnografia, semelhante ao que me proponho a fazer neste estudo.

Outro destaque é o estudo de Natalie Dixon (2017), em Joanesburgo, África do Sul, sobre o uso do WhatsApp em programas de vigilância de vizinhanças, conhecidos como *neighbourhood watch programmes*. Por meio de grupos na plataforma, vizinhos colaboram com as autoridades locais relatando atividades, automóveis e pessoas estranhas em suas redondezas. Mas, para além do papel de *Neighbourhood WatchApp*, a autora sublinha que os grupos no WhatsApp fazem uma “ancoragem afetiva” (*affective mooring*), vinculando pessoas a locais e conferindo mobilidade. Esse processo de ancoragem consiste em um enraizamento simbólico da vizinhança em meio ao fluxo de pessoas e coisas, isto é, funciona como um “fixador afetivo” que promove pertencimento (a uma comunidade ou a um lugar), e que gera coesão social (Dixon, 2017). Com isso, os grupos *online* atuam na produção da vizinhança, que por sua vez torna-se um processo tecnológico e afetivo (Dixon, 2017). Essa noção de ancoragem é especialmente relevante para o que discuto nos [capítulos 6 e 7](#) ao examinar os usos do digital para a expansão dos limites do condomínio. Em suma, argumento que os artefatos digitais fazem a ancoragem de pessoas, vínculos sociais e do espaço, conferindo portabilidade e mobilidade ao Residencial dos Ipês, promovendo novas lógicas sociais e alargando as bordas do condomínio.

---

<sup>2</sup> Onde se lê: “[...] to be with the community was to be present in person and online” (Lane, 2019, p. 16).

As chamadas redes sociais “hiperlocais”, como o aplicativo *Nextdoor*, presente nos Estados Unidos e em países da Europa<sup>3</sup>, também fomentaram estudos sobre as implicações da Internet em contextos locais (López; Farzan, 2015; Trottier et al., 2021; Brown et al., 2024). López e Farzan (2015) apontam que as “hiperlocais” derivam de uma tendência que emergiu no final dos anos 1970, em comunidades geográficas imbuídas de sistemas informacionais, nas quais os residentes produzem e consomem informação. Para Brown et al. (2024), essas plataformas suscitam a discussão sobre a formação de capital social, o engajamento cívico e a democratização de debates públicos, e podem reverberar nos recortes de raça e de classe. O tratamento do conteúdo digital dessas vizinhanças em pesquisas tornou-se uma preocupação da academia. Pesquisadores passaram a discutir o uso de dados “geodemográficos”<sup>4</sup> extraídos dessas mídias para a compreensão sobre a representação e a reputação de bairros e de localidades específicas (Trottier et al., 2021). Esse conjunto de obras me provocou a refletir sobre o tratamento de dados dos interlocutores, os efeitos dos artefatos digitais para a coesão comunitária e a relação entre os conteúdos *online* e o contexto *offline*, discutido adiante.

Nessa toada, observo o que destaca Postill (2008) ao estudar os desdobramentos locais da Internet e os desafios logísticos, metodológicos e conceituais. Em *Localizing the internet beyond communities and networks*, o autor defende que para compreender as “formas emergentes de sociabilidade residencial” mediadas pela Internet é necessário, entre outros esforços, desnaturalizar as noções de comunidade e de rede social que carregam conotações específicas<sup>5</sup>. Em suma, não se pode presumir os vínculos ou a homogeneidade das relações, deve haver um esforço do pesquisador em concatenar os conceitos analíticos ao referencial empírico (Postill, 2008). Faço essa discussão no **capítulo 3**, ao pensar os valores e moralidade que atravessam diferentes formas de sociabilidades entre vizinhos e as implicações do digital nesse senso de pertencimento e construção de comunidade.

Apesar dos referenciais até aqui apresentados, a literatura que articula os estudos urbanos ao digital ainda é limitada. Mais recentemente, Hatuka (2024) formulou um referencial conceitual em que propõe analisar o processo de digitalização em vizinhanças a partir de quatro dimensões: 1) configuração espacial — a infraestrutura física do lugar; 2) infraestrutura digital — ou o que é viabilizado digitalmente; 3) perfil demográfico da

<sup>3</sup> Lançado em 2011, o aplicativo está presente no Reino Unido, Países Baixos, França, Alemanha, Itália, Espanha, Austrália, Dinamarca e Suécia, além do Canadá.

<sup>4</sup> São dados que combinam informações pessoais e localização do indivíduo, potencializando a identificação e os danos aos interlocutores.

<sup>5</sup> Postill (2008) enfatiza que os termos comunidade e redes sociais carregam uma carga simbólica particular. Por exemplo, evocam aspectos associados à união, vínculos fraternos. São categorias culturais que podem ser imprecisas para designar certos grupos sociais, como vizinhos.

vizinhança; e 4) nível de participação digital das pessoas. A autora argumenta que o referencial busca explorar as novas formas de participação social a partir da tecnologia e, ao mesmo tempo, entender como as práticas digitais impactam em localidades particulares (Hatuka, 2024). Ao longo desta tese, percorro as quatro dimensões, acrescentando o nível do interior dos apartamentos e o nível macro, ao pensar sobre o condomínio em relação à região do Plano Piloto e à cidade de Brasília. Concordo com o que Hatuka (2024) afirma quando diz que na Era Digital, há uma interação entre as infraestruturas (do lugar e do digital) e a agência dos habitantes, que impacta o cotidiano de vizinhanças.

No Brasil, os estudos sobre digitalização e vizinhança, de modo geral, e sobre digitalização em condomínios, mais especificamente, são bastante escassos. Ao mapear registros no banco de teses e dissertações da CAPES, observei que a publicação de etnografia sobre o tema ocorreu somente em 2022. A tese de Caroline Bottino (2022), *A vizinhança tá on*, enfatiza o protagonismo das mídias sociais em um condomínio clube no subúrbio do Rio de Janeiro. A pesquisadora explora a centralidade dos grupos de e-mail, de Facebook e de WhatsApp para a sociabilidade entre vizinhos, iniciada durante a construção do condomínio, e depois tornando-se parte importante do cotidiano. O conceito de “vizinhança *online*” é bastante produtivo para tratar das questões condominiais articuladas por meio do digital. A autora enfatiza a localização do condomínio e a cultura “suburbana” dos moradores como o que traz intensidade aos usos e apropriações do digital, enquanto defende que eles reproduzem aspectos da normatividade brasileira. A grande qualidade do estudo de Bottino (2022) é destacar a centralidade dos grupos *online* para as articulações e disputas políticas internas, em que moradores acumulam *capital simbólico* (Bourdieu, 2014 [1991]) para a manutenção de posições de poder de uma “vizinhança partidária”. Segundo a autora, as mídias foram elevadas ao patamar de “espaço comum” do condomínio, pelos trânsitos estreitos dos vizinhos entre as diferentes dimensões. O estudo pavimenta os caminhos que esta tese percorre, permitindo-me traçar paralelos e propor contrastes.

*The Digital Block* dialoga com esse *corpus* bibliográfico e propõe uma interpretação sobre a reorganização da vida social com e a partir do digital, incorporado aos modos de habitar em um espaço coletivo de moradia. A investigação vai além da já compreendida capacidade de circulação de informação e revela as implicações do digital para as formas de sociabilidade (humana e animal), para a infraestrutura condominial e para a extensão dos limites do condomínio e dos apartamentos. A tese contribui para a literatura acadêmica em pelo menos cinco dimensões: 1) teoriza sobre as práticas ordinárias e cotidianas circunscritas aos condomínios residenciais brasileiros em meio à digitalização da vida social; 2) examina

as implicações dos usos e apropriações das tecnologias digitais para os modos de vida e para as relações vicinais, considerando as continuidades e rupturas com seus precedentes; 3) situa essas trocas *online* e *offline* em relação à normatividade brasileira; 4) discute processos de objetificação, apropriação do espaço, negociação de agências circunscritos aos apartamentos quatinete e como eles moldam estilos de vida; e 5) analisa aspectos de moradia de ordem coletiva e privada em relação ao Plano Piloto e à cidade de Brasília. Ao olhar para tipicidades ao nível hiperlocal, esta etnografia serve de base comparativa para outros estudos, permitindo diálogos mais amplos. Antes de prosseguir, apresento alguns conceitos e categorias que serão úteis na leitura desta obra.

## II. Termos e conceitos-chave

### *Condomínio, gated community e block*

*Condomínio* é, ao mesmo tempo, um conceito jurídico, uma categoria nativa dos interlocutores e uma categoria analítica no campo das ciências sociais. O termo consiste em um amálgama de sentidos, de ordem material e simbólica, com implicações teóricas e práticas. Do latim *condominium*, informa o domínio de mais de uma pessoa sobre um bem, uma copropriedade. Não à toa, é bastante comum recorrer à palavra para se referir aos aspectos jurídicos e gerenciais de uma propriedade que pode ser residencial, vertical ou horizontal (de casas ou apartamentos), comercial (como shopping e centro de compras), misto (comercial e residencial), ou ainda rural. No Brasil, os condomínios são regidos por leis<sup>6</sup> que definem os direitos e os deveres de pessoas jurídicas (o condomínio) e físicas (os condôminos), bem como organizando as relações de propriedade. É um “organismo coletivo de administração”, com normativos próprios (regimento e convenção), com a finalidade de conciliar aspectos do direito individual e do coletivo, visando a convivência “harmônica, equilibrada e confortável entre condôminos, inquilinos, ocupantes, empregados, prepostos, visitantes e terceiros”, tal como versa o regimento interno do Residencial dos Ipês. Ou seja, existe para compatibilizar o coletivo e o individual.

É esse sentido de “coletivo de administração” e personalidade jurídica (CNPJ) do condomínio, uma entidade (institucionalizada, burocratizada e autônoma), que a síndica Cláudia, evoca quando se comunica com os moradores do Residencial dos Ipês via Lista de Transmissão no WhatsApp, informando que “o Condomínio irá realizar a reposição das

---

<sup>6</sup> No Brasil, a Lei 4.591 de 1964 e o Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) são os instrumentos jurídicos que regem os condomínios.

câmeras de segurança”; ou ainda que “o Condomínio também irá reativar a cancela para ver se ajuda a cessar esse problema”, ao explicar sobre os problemas no portão da garagem. É também esse sentido evocado quando um dos proprietários-moradores fala do condomínio como um lugar “onde impera a discórdia e abundam os problemas”. Esse mesmo proprietário-morador emprega outro sentido, quando diz que o “condomínio [está] caindo aos pedaços”, para se referir à infraestrutura, demonstrando um segundo uso corrente da palavra. Aqui, o condomínio deixa de ser uma condição jurídica e corresponde à edificação e ao conjunto de sistemas hidráulico, elétrico etc, que geralmente são notados quando dão defeito ou apresentam problemas – suscitando conflitos entre os moradores.

Condomínio é ainda amplamente utilizado como sinônimo da taxa ou *quota* ordinária (e, por vezes, extraordinária) a ser recolhida mensalmente entre moradores para custeio de despesas como manutenção das áreas comuns, pagamento dos funcionários, jardinagem, segurança, além de um percentual destinado ao fundo de reserva para o caso de emergências. É senso comum, no Brasil, referir-se à taxa condominial simplesmente como condomínio, que se soma ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) enquanto custo de se viver neste tipo de habitação coletiva. Ainda no uso cotidiano, condomínio pode designar aspectos sociais de um prédio. Por exemplo, é costume dizer “grupo do condomínio” (que em muitos contextos vai caracterizar grupos no WhatsApp de pessoas que residem em um mesmo espaço), “o pessoal do condomínio” e “lá no meu condomínio”, independentemente da formatação do espaço, se de casas ou prédios, ou ainda em um prédio de uma única torre. Aqui, condomínio se refere ao *corpo social* e tem um sentido próximo ao de comunidade. É esse sentido que os interlocutores desta pesquisa evocam quando dizem que “o condomínio é maravilhoso, todo mundo ajuda todo mundo”, para se referirem à rede de moradores.

Para além dos usos vernaculares, o termo é também uma categoria analítica. Há nas ciências sociais uma vasta literatura sobre condomínios enquanto forma de habitar as cidades, impulsionada especialmente pelo modelo estadunidense de *gated communities* (comunidades fechadas/muradas). Blakely e Snyder (1997), em *Fortress America*, foram pioneiros em sistematizar os complexos residenciais fechados que emergiram no fim dos anos 1960 e se proliferaram a partir dos anos 1980 nos Estados Unidos. As *gated communities* pressupõem acesso regulado, estão vinculadas a um ideal de vida particular e têm forte apelo enquanto empreendimento imobiliário (Blakely; Snyder, 1997). As comunidades fechadas integram o movimento norte-americano de suburbanização e suscitam o questionamento se são realmente comunidades pela evitação ou restrição das interações entre os moradores (Blakely; Snyder, 1997; Moura, 2010, 2012).

É a partir das *gated communities* que Tereza Caldeira (2003 [2000]) amplia a noção de condomínios para “enclaves fortificados”, tornando-se um dos marcos da literatura. Em *Cidade de Muros*, a autora sublinha o padrão de segregação espacial que emerge nos anos 1970, na cidade de São Paulo. O conceito<sup>7</sup> articula cercamento e privatização de espaços, sejam eles residenciais ou comerciais, a recortes de classe (média e alta) e ao uso de tecnologias que compõem uma “estética da segurança”. Para Caldeira (2003 [2000]), os “enclaves fortificados” materializam uma visão de mundo globalizada, segregada e homogeneizada, a ser vendida pelo mercado imobiliário. O medo emerge como propulsor dessas práticas de segregação e de discriminação social, justificando o uso de uma linguagem e de uma estética do enclausuramento que modula as noções de público e privado (Caldeira, 2003 [2000]). Contudo, essa proposição suscita ponderações. Para Moura (2012) e Cortado (2020), é necessário situar os enclaves em contexto e ter no horizonte que eles não rompem com a noção de espaços públicos democráticos e igualitários, pois essa nunca foi regra no Brasil, sendo esta uma visão idealizada da distinção público-privado. Moura (2012) enfatiza que os condomínios surgem em meio aos processos singulares de urbanização das cidades brasileiras, em que estigmas, mapas sociais e hierarquias coexistem no espaço público e produzem realidades bastante complexas e distintas das cidades europeias e dos modelos de habitação estrangeiros. A investigação de Cortado (2020), em loteamento periférico no Rio de Janeiro, revela que os muros não são erguidos para fortificar, mas para organizar a vida privada, protegendo a casa dos olhares de estranhos e da inveja. Nesta tese, argumento que as cercas demarcam o condomínio e os seus moradores como exceções na região do Plano Piloto. Assim, muros e cercas não são elementos segregadores e hierarquizadores por si só, mas adquirem sentidos específicos em contextos particulares, como elaborei no capítulo 2.

Vários outros estudos sobre condomínio emergiram no Brasil, mostrando que esta não é uma categoria estática. No Rio de Janeiro, por exemplo, existem os condomínios verticais

<sup>7</sup> Ela define:

Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os 'marginais', os sem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. Na verdade, criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias. Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e a técnica de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante (Caldeira, 2003 [2000], p. 11-12).

nas franjas da cidade, com aparatos de segurança e destinados às pessoas das camadas médias e de elite (Moura, 2010). Existem também os condomínios populares (ou conjuntos habitacionais) para reassentar ex-moradores de favelas, sendo um dispositivo de controle e de disciplina dos “pobres urbanos” (Conceição, 2016). Também teorizam sobre os condomínios clubes – um grande complexo que une moradia a opções de lazer e prestação de serviços – em que moradores “suburbanos” se articulam nas redes sociais (Bottino, 2022). Em Goiânia, os condomínios horizontais são caracterizados pelo mercado imobiliário como espaços “paradisíacos”, em que seus moradores são dotados de valores socialmente compartilhados, como argumenta Moura (2010; 2012) em *Condomínios no Brasil Central*. No mesmo estudo, fica evidente o contraste com os condomínios horizontais de Brasília, os quais podem assumir o aspecto de ocupações clandestinas (Moura, 2012).

Assim, temos uma diversidade de enclaves, com configurações arquitetônicas e singularidades que produzem modos de vida e cidades. É o que propõe Moura (2010, 2012), ao compreender os condomínios enquanto “composições multiescalares”, nas quais “os agentes que interagem não são somente pessoas fazendo coisas juntas, mas pessoas, construções materiais, ideias e quaisquer outros elementos que venham interagir” (Moura, 2010, p. 223). Ou seja, são elementos que se articulam e operam em múltiplas dimensões de significação, produzindo efeitos em maior ou menor escala. A autora privilegia o contexto em que essas composições urbanas estão inseridas e sublinha a relação entre os diferentes componentes, materiais e imateriais, como o que constitui os espaços de moradia e a própria vida urbana<sup>8</sup>. Ao considerar os vários agentes e seus respectivos movimentos e forças, Moura (2010) se anora, entre outras referências, nos agenciamentos de Latour (1993), fonte da qual esta tese também partilha. Ainda conforme a autora, por mais que sejam espaços fechados por muros e/ou cercas, tais composições são sempre abertas (Moura, 2010, p. 223), no sentido de que há sempre um “campo de possibilidades” (Velho, 1994) disponível a mudanças e acontecimentos.

O conceito de Moura (2010; 2012) é especialmente produtivo para esta tese por sua elasticidade e possibilidade analítica. Ao entender o Residencial dos Ipês como uma “composição multiescalar”, analiso como as interações entre os diversos elementos – as

---

<sup>8</sup> A autora diz:

Condomínios e *gated communities* são termos que fazem sentido “em situação” para aqueles interessados nos fenômenos materializados em áreas residenciais privadas, sejam esses residentes, empreendedores, publicitários, prestadores de serviços, governos locais e nacionais. Os termos também fazem sentido para aqueles interessados em compreender esses espaços como fenômenos que compartilham elementos com outros fenômenos, sejam esses da mesma ordem ou de ordem diferente (Moura, 2010, p. 219).

pessoas, os *pets*, os usos dos artefatos digitais, as quitinetes, a edificação e a sua relação com a cidade – lhe conferem sentidos específicos. Isto é, são dimensões e componentes que se combinam e se articulam, produzindo maneiras singulares de habitar e de viver na cidade. Analiso essa composição urbana em diferentes escalas e como esta combinação de elementos constitui a complexa experiência de moradia no Residencial dos Ipês. Cabe destacar que diferencio essas escalas, que consistem em aspectos quantitativos da composição, das escalas de Brasília – que são de ordem qualitativas, indicando níveis de análise ou ainda divisões conceituais (ver [capítulo 2](#)).

Não por acaso, no título desta tese não uso a palavra em português, *condomínio*, ou em inglês norte-americano, *gated community*, mas no inglês britânico, *block*, que junto de outras palavras vai matizar aspectos das propriedades no contexto do Reino Unido. Por lá, têm-se *residential block*, *flat block*, *tower block* e *apartment block*. *Residential block* é um termo geral para descrever condomínios residenciais de apartamentos, independentemente de altura e se antigos ou novos<sup>9</sup>. Me inspiro na pesquisa de Şalaru (2025) que se desdobrou no documentário *The Block/Blocul* (2016), título em inglês e em romeno, sobre condomínios construídos na Romênia à época do regime socialista. A partir disso, desenvolvo o conceito de *Digital Block/o condomínio digital*, integrando e demarcando a dimensão digital dessa “composição” particular. Também por isso, optei por não traduzir o conceito para o português. Apesar de parecer ambíguo (bloco ou condomínio), *The Digital Block* se encaixa nos contextos de Brasília e do Reino Unido, onde ele foi elaborado, durante o período de doutorado-sanduíche. O uso vernacular do termo condomínio em seus múltiplos significados pelos interlocutores, associado a uma percepção concreta e relacional do espaço, aproxima-se da polissemia de *block* em inglês, que articula dimensões físicas, sociais e simbólicas. Assim, ao empregar *The Digital Block*, busco manter essa ambiguidade produtiva entre a edificação e o coletivo que o habita, evocando a maneira como o digital reconfigura essa unidade, o “bloco”, em rede, tornando-o simultaneamente local e conectado, material e informacional. *The Digital Block/o condomínio digital* compreende uma composição material, simbólica, social e digital, que atravessa e constitui as experiências de viver na cidade de Brasília de seus moradores.

---

<sup>9</sup> *Flat block* descreve um prédio ou conjunto de edifícios residenciais de forma mais coloquial. *Apartment block* é um termo mais recente e com a conotação de prédio mais novo e supostamente de melhor qualidade e mais sofisticado, construídos a partir do final do século XX. *Tower block* significa um edifício alto, que pode ser comercial ou residencial.

### *Quitinete, casa e lar*

A quitinete é conhecida no Brasil pelo seu apelido em inglês, *kitnet*, ou “kit”, tanto no mercado imobiliário como pelos interlocutores, e deriva do termo em inglês *kitchenette*, um diminutivo de cozinha (*kitchen*, em inglês). A tipologia das quitinetes surgiu em Chicago<sup>10</sup>, nos Estados Unidos, em 1916, como consequência do crescimento da região metropolitana e da verticalização da cidade, como sinaliza Plotkin (2005) em verbete histórico. O estudo de Silva (2013) destaca que elas chegaram em São Paulo no fim da década de 1940 para dar vazão à crescente urbanização, ao modo de vida moderno e à expansão do mercado imobiliário. O arquiteto alemão Adolf Franz Heep foi um dos precursores da concepção desses “imóveis populares” a partir dos anos 1953, e projetou cinco prédios de apartamentos quitinete em São Paulo, visando máxima qualidade ao menor custo, como enfatiza Barbosa (2002) em dissertação de mestrado sobre os feitos do arquiteto. Já naquela época, as quitinetes foram concebidas na área central da cidade, com apenas um cômodo, para solteiros e “jovens casais” sem filhos (Barbosa, 2002). Desde então, são ambivalentes, como sublinha a arquiteta Helena Tourinho (2023): por um lado, oferecem um espaço compacto com as principais facilidades de um lar (*living-dormitório*, banheiro e cozinha compacta, a *kitchenette*); por outro lado, podem ser precárias em termos de espaço e, às vezes, em condições de vida.

A quitinete se difere do microapartamento, imóvel que vem ganhando popularidade no mercado imobiliário mundial, como destaca pesquisa da plataforma QuintoAndar feita em 2023. Mas o que chama atenção é que essa ênfase se dá principalmente em termos de narrativa, já que apesar dos “micro” apresentarem facilidades compartilhadas como lavanderia coletiva, academia e espaço de trabalho, o espaço interno é praticamente o mesmo quando comparado ao das quitinetes. Com os microapartamentos, o mercado reformula o discurso dos imóveis com até 35 m<sup>2</sup> como ícone do estilo de vida urbano da contemporaneidade (alinhado a valores como praticidade, minimalismo, mobilidade, flexibilidade etc), muito embora a quitinete esteja pouco distante dessa concepção de imóvel. As quitinetes também se assemelham em metragem aos estúdios e *lofts*, duas outras categorias de apartamentos compactos que circulam no mercado imobiliário, com escassa conceituação acadêmica. Contudo, as quitinetes brasileiras nem sempre são vistas com bons olhos pelas classes média e alta, como notei durante a pesquisa de campo. Compreendi que existe uma escala simbólica no nicho dos imóveis compactos, este em que “a localização e a

---

<sup>10</sup> Sendo fruto da adaptação de quartos de hotéis ao propósito residencial (Plotkin, 2005).

praticidade pesam mais que metragem" (Moraes, 2025). A quitinete ocupa posição hierárquica inferior, podendo ser estigmatizada a depender da localização e da reputação, assim como os conjugados (ou "balanças") em Copacabana, estudados por Velho (1999 [1974]), e documentados por Coutinho (2002) no filme *Edifício Master*. Depois, estão os estúdios e *lofts* e, por último, os microapartamentos, em ordem crescente.

As quitinetes também diferem do movimento ideológico propagando no contexto norte-americano de "casas minúsculas" (*tiny houses*) que vem recebendo destaque na literatura acadêmica (Shearer; Burton, 2018; Wotton et al., 2018; Smitheram; Kidd, 2024). Elas são associadas à acessibilidade econômica, ao foco na comunidade e na sustentabilidade (Shearer; Burton, 2018). As *tiny houses* são potencialmente capazes de atender além das necessidades básicas (Wotton et al., 2018) e se conectam a uma suposta "simplicidade", sendo adotadas enquanto estilo de vida pela classe média norte-americana (Smitheram; Kidd, 2024). No mercado imobiliário brasileiro, as quitinetes são vendidas sob a narrativa da "segunda fonte de renda" (Reginatto, 2023), um empreendimento para empreendedores (Empreendedor aposta [...], 2023) e um grande negócio para investidores (Barroso; Rizzi, 2023), ao permitirem a construção de muitas unidades a um baixo custo por metro quadrado, e serem de fácil locação.

Durante o campo, observei que os significados da quitinete variam para os interlocutores: 1) para quem é proprietário-investidor, consiste em uma fonte de renda passiva; 2) para quem é proprietário-residente, um símbolo de conquista pessoal da casa própria e um lar; e 3) para quem é inquilino, a quitinete emerge muitas vezes enquanto "lar temporário". Cada um dos três segmentos implica em um nível de alienação e de engajamento com o apartamento e com o condomínio. Eles também implicam na distinção entre casa e lar, embora ambos estejam intimamente relacionados. Blunt e Dowling (2006), em pesquisa sobre geografias dos lares, nos ajudam a compreender essas diferenças: a casa diz respeito à forma construída (em seu aspecto material), enquanto o lar refere-se às "relações socioespaciais e às emoções". Nesta tese, recorro a ambas as noções para explorar a relação entre o espaço interno, o ideal de lar e as práticas cotidianas em quitinetes. Tais diferentes níveis de engajamento e de apropriação com o apartamento vão determinar o que ela significa para quem a habita: se é casa, lar, unidade autônoma, propriedade ou imóvel — estes dois últimos nomes usados para quem o espaço é um bem e um ativo imobilizado.

### *Offline e online, affordances e polimídia*

Além dos termos e conceitos vinculados aos aspectos *offline* desta pesquisa, existem aqueles que contribuem para a etnografia no âmbito dos artefatos digitais. Em termos técnicos, o digital é tudo aquilo que pode ser reduzido ao código binário, como sublinham Miller e Horst (2021 [2012]) em produção que é referência fundante da antropologia digital. Contudo, outros autores argumentam que o termo teve seus sentidos ampliados e passou a representar um “[...] conjunto heterogêneo e bastante amplo de objetos, ações e relações sociotécnicas” (Lins; Parreiras; Freitas, 2020, p. 2), por suas consequências em muitos âmbitos da vida social. Aqui dialogo com essa noção ampliada e relacional do digital proposta por Lins, Parreiras e Freitas (2020). No **capítulo 1**, discuto os caminhos metodológicos da etnografia realizada entre o *offline* e o *online*, ambos tomados enquanto campos de pesquisa. Por hora, é suficiente dizer que entendo os domínios como um *continuum* (mesmo sabendo que não são de fato) e utilize os termos *online* e *offline* em detrimento de outras distinções como o “real” ou o “presencial” para contrapor ao “virtual”.

Também recorro às *affordances*, termo que informa as possibilidades de ação de um artefato tecnológico que, apropriadas por usuários, resultam em comportamentos contextuais, como sinalizam Evans et al. (2017). O conceito foi cunhado por Gibson (1979) para compreender as ações possíveis disponíveis em diferentes ambientes e depois foi reapropriado em várias disciplinas, promovendo o debate acadêmico internacional. As *affordances* são propriedades desenvolvidas para direcionar comportamentos, estimular interações, induzir ações e sugerir reações, mas que dependem da percepção e da interação dos usuários (Evans et al., 2017). Ou seja, as possibilidades de uso dos usuários são influenciadas, mas não determinadas, pela materialidade tecnológica (Evans et al., 2017). Pensar nas *affordances* ajuda a compreender o que o WhatsApp oferece em comparação a outros tipos de plataformas e porque se popularizou em condomínios brasileiros, conforme discuto no **capítulo 3**. As *affordances* têm um aspecto relacional: refletem a conexão entre o objeto, as formas de apropriação do usuário em contexto e suas consequências (Evans et al., 2017). Em suma, há um design e arquitetura de plataforma persuasivos em relação às disposições afetivas individuais. Um fator complicador é a tradução do termo para o português, quando *affordance* se torna sinônimo de funcionalidade (*feature*). Por uma questão prática de escrita, faço uso intercambiável desses termos, mas tenho no horizonte que ela se estabelece em relação às formas de apropriação das tecnologias pelos interlocutores.

Embora olhe mais demoradamente para as *affordances* do WhatsApp, não se trata de uma pesquisa centrada na plataforma, mas de uma abordagem contextual dos usos das tecnologias digitais em um condomínio residencial. O aplicativo condominial, as *reviews* no Google, o e-mail da administração, os perfis no Instagram são artefatos digitais que operam em ecologia, segundo o conceito de *polimídia*, desenvolvido por Madianou e Miller (2012) ao estudarem famílias transnacionais das Filipinas e do Caribe. Assim como sublinharam os autores, também nesta etnografia os interlocutores escolhem os artefatos com base nas funcionalidades, mas também considerando as suas consequências morais e sociais. Por essa razão, situo o WhatsApp em uma ecologia digital e em relação à sociabilidade *offline*, demonstravelmente relevante para a participação em comunidades *online* e para pesquisas no âmbito da intimidade — nos lares e nos *smartphones*. Tomo, nesse sentido, um caminho de pesquisa que descentraliza o digital, seguindo as pistas do que propõem Pink et al. (2016), integrando-o ao contexto mais amplo da rotina dos moradores.

### III. O caminho de leitura da tese

A tese se organiza em oito capítulos. Os três primeiros são de contextualização e estruturação do arcabouço teórico-metodológico. Os quatro seguintes, de apresentação dos casos e evidências que embasam a formulação do conceito-etnográfico. Por fim, a conclusão, na qual faço uma síntese dos achados etnográficos e aponto novos horizontes a serem explorados.

No **capítulo 1**, apresento as ferramentas de pesquisa e os enquadramentos teóricos que fazem desta uma obra interdisciplinar. O fio condutor é a cultura, estruturadora e organizadora das sociedades. Entremeada aos processos de comunicação, campo de estudos no qual esta pesquisa se vincula, a cultura permite um diálogo estreito com a antropologia e suas subdisciplinas (digital, da casa, urbana e da infraestrutura). Problematizo as possibilidades, as potencialidades e os desafios da etnografia no campo da comunicação. Essa “teoria-método” consiste em uma curadoria das experiências do etnógrafo e é muito produtiva por trazer densidade empírica à produção de conhecimento. Dialogo com a produção de Miller (1989, 2005, 2010) e Latour (1993; 1999) para discutir questões de objetificação, materialidade e agência. Os conceitos emergem no campo da cultura material e que aqui são ferramentas para a interpretação dos achados etnográficos nas quitinetes dos interlocutores e sobre o impacto da infraestrutura condominial na organização das relações sociais. As discussões sobre materialidade se expandem para o campo da antropologia digital

e contribuem para a “formulação teórico-ethnográfica” (Peirano, 2014) do *digital block/condomínio digital*. Aqui, o digital emerge enquanto campo, ferramenta e objeto de pesquisa, trazendo complexidades específicas para a etnografia.

É também no primeiro capítulo que faço uma reflexão sobre a minha posicionalidade enquanto pesquisadora e residente do condomínio onde morei por dois anos e meio e realizei observação participante nos últimos seis meses. A dupla credencial de pesquisadora-residente foi fundamental para construção de confiança junto dos interlocutores, permitindo-me adentrar na intimidade de suas quitinetes e nos fóruns restritos do WhatsApp. Ao mesmo tempo, trouxe desafios para a delimitação das fronteiras do campo. Contudo, tal proximidade não significou menor rigor ético, tomei a empatia enquanto premissa norteadora deste estudo (Miller et al., 2021), além de obter o consentimento de modo *online* e verbal junto dos interlocutores e observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Por fim, detalho os usos das ferramentas, tecnologias e imagens durante a investigação e na composição desta narrativa etnográfica multimodal.

O **capítulo 2** contextualiza o Residencial dos Ipês na cidade de Brasília e na região do Plano Piloto. Discuto brevemente os aspectos históricos, arquitetônicos e ideológicos da construção da Capital Federal, inaugurada em 1960. O Residencial dos Ipês não adere à “gramática modernista” das superquadras que confere identidade ao Plano Piloto (Januzzi, 2021). Na verdade, subverte ao que é característico do urbanismo modernista brasiliense: não conta com pilotis (vão livre para circulação de pedestres), é todo cercado, com acesso controlado, e conta com modesta área de socialização interna. Contudo, o condomínio figura como um dispositivo para acesso à vida urbana e aos valores de classe que atravessam o Plano Piloto, propondo um jeito particular de “fazer-cidade”, nos termos de Agier (2015). Argumento que o Residencial dos Ipês reproduz a segregação entre o espaço doméstico e o público que se proliferou na América Latina (Caldeira (2003 [2000])), ao mesmo tempo, que sinaliza um contraste com os modos de vida nas superquadras, atualizando o plano original de Lúcio Costa com novas camadas simbólicas e ideológicas.

No **capítulo 3**, qualifico o *digital block* a partir dos seus condicionantes: as relações de vizinhança e a conectividade digital dos moradores. A dimensão digital do condomínio consiste nessa ecologia de artefatos e de infraestrutura digital que viabiliza a conectividade dos moradores. Por artefatos digitais, me refiro às plataformas, arquivos, objetos digitalizados, apoiada em autores que pensam as especificidades das coisas na cultura digital (Leonardi, 2010; Machado, 2018; Geismar, 2018; Parreiras, 2024). No Residencial dos Ipês, há uma ecologia desses objetos, na qual se destaca o WhatsApp. Detalho as funcionalidades

(*affordances*) do WhatsApp à época do campo, relevante em um estudo sobre “intimidades tecnologicamente mediadas” (Parreiras, 2024), e penso em que consiste a produtividade da plataforma para condomínios residenciais. Analiso os usos e apropriações do WhatsApp de acordo com gradações de intimidade e dos domínios da “casa” e da “rua”, teorizados por Roberto DaMatta (1997). Destaco os três principais elementos que agrupam moradores em *clusters* no Residencial dos Ipês e que se desdobram na constituição dos grupos no WhatsApp: os *pets*, a propriedade de quitinetes e os laços de amizade. Finalizo com discussão sobre quem não integra a dimensão digital do condomínio, mesmo com Internet básica disponível a todos os moradores, seja por opção pessoal, desconhecimento dos grupos de WhatsApp ou falta de habilidades digitais.

No **capítulo 4**, adentro no espaço privado dos interlocutores da pesquisa: a quitinete. Argumento que o apartamento estrutura um “projeto de vida” individual (Velho, 1994), no qual a quitinete representa um passo na trajetória de moradia de muitos inquilinos. Como consequência, as apropriações do espaço e a estética são particulares. Por meio das lentes da cultura material do lar, analiso como as agências humanas e não humanas estão em constante negociação e compõem um mosaico de agências. O espaço compacto figura como um agente organizador de práticas cotidianas como a limpeza, o despojo de coisas, a alimentação e a socialização. O “minimalismo” emerge como categoria nativa para designar um comportamento padrão nas quitinetes vinculado ao desapego e à constante doação de coisas. A estética interna expressa uma combinação entre o possível e o disponível em termos de espaço, do valor sentimental das coisas e do que pode trazer a sensação de aconchego e conforto.

No **capítulo 5**, teorizo sobre como os animais de estimação que moram com seus donos no condomínio triangulam as tecnologias digitais e as pessoas. Ou seja, funcionam como elo que conecta os tutores ou simpatizantes de animais por meio dos artefatos da dimensão digital do condomínio. Argumento que os *pets* fazem a mediação das interações *offline* e públicas para interações privadas e *online* entre seus humanos. As evidências etnográficas também orientam discussão sobre o pós-humanismo e o antropomorfismo, duas perspectivas que concorrem para a interpretação das relações humano-animal. Enquanto o antropomorfismo enfatiza a atribuição de características humanas aos pets, o pós-humanismo propõe a descentralização do humano e a recusa de hierarquias ontológicas entre pessoas e animais. Por fim, sublinho que os donos de *pet* configuram uma “unidade social” (Robins et al., 1991) que se articula *offline*, nas áreas comuns, e *online*, por meio de grupo exclusivo no WhatsApp.

No **capítulo 6**, exploro os laços de amizade de um grupo mais próximo de moradores, a *turma* (uma categoria nativa), e como os vínculos entre eles e com o lugar transformam os sentidos e bordas do Residencial dos Ipês. Os grupos do condomínio no WhatsApp são apropriados para a organização e a viabilização de encontros e eventos sociais desses moradores dentro e fora da composição urbana, articulando a *turma* e seus afetos à localidade. Isto é, os grupos *online* concatenam território, laços sociais e mobilidade, em uma dinâmica semelhante às relações de “famílias ampliadas”. Como consequência, o condomínio e as quitinetes têm suas fronteiras simbólicas reorganizadas.

No **capítulo 7**, analiso os usos do digital à luz do reparo e da manutenção na infraestrutura do condomínio, bem como da disputa pelo posto de síndico, e como os artefatos modulam o tecido social do Residencial dos Ipês. Moradores, proprietários e a síndica Cláudia fazem do WhatsApp um espaço de disputa política e um suporte para a participação em temas que afetam a coletividade. É por lá que eles demandam por transparência no processo decisório de escolha do síndico, expressando seus ideais de democracia. É também por lá que um grupo de proprietários passou a se organizar para destituir a síndica. Cláudia, por sua vez, faz o “uso da máquina” do condomínio, a Lista de Transmissão no WhatsApp, para se manter no poder. Discuto como a necessidade de reparo e de manutenção da infraestrutura emerge como ponte para as disputas simbólicas e dinâmicas políticas que se organizam no âmbito doméstico e fazem os moradores colaborarem para a vida em comum. O digital revela os diferentes modos de engajamento com o condomínio, os valores e moralidades dos residentes e os antagonismos que estruturam a vida coletiva.

No **capítulo 8**, teço os comentários finais e enfatizo os principais achados do *digital block/condomínio digital*: a portabilidade do condomínio por meio do *smartphone*; a capacidade de contornar o isolamento das quitinetes e de trazer senso de pertencimento e de comunidade; a articulação dos interesses individuais e coletivos; a importância das tecnologias digitais para a navegação no dia a dia. Também apresento as contribuições da pesquisa para o campo da comunicação, dos estudos urbanos, da cultura material e da antropologia digital. Finalizo com apontamentos de caminhos a serem explorados em pesquisas futuras. Vamos adiante!

## CAPÍTULO 1

### UMA ETNOGRAFIA NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

Essa tese se vincula aos estudos críticos em comunicação e recorre às ferramentas teórico-metodológicas das ciências sociais para compreensão de práticas comunicativas e de sociabilidade. Nesse campo de estudos do “comum” (Sodré, 2014), no qual os objetos e métodos são bastante diversos, permanece contínuo o esforço dos pesquisadores da área em afirmar a comunicação enquanto estruturadora dos fluxos de informação e de sentido, aquela que faz a costura dos processos sociais. Encontro luz para este debate em Stuart Hall (2016), precursor dos estudos culturais e referência nos estudos críticos da comunicação. Para o teórico jamaicano-britânico, não se pode tomar a comunicação enquanto uma disciplina autossuficiente, mas uma teoria regional, indissociável das ciências sociais:

Agora, mais do que nunca, as comunicações modernas não podem ser conceituadas como externas ao campo das estruturas e práticas sociais, porque são, cada vez mais, internamente constitutivas delas. Hoje as instituições e relações comunicativas definem e constroem o social; elas ajudam a constituir o político; mediam relações econômicas produtivas; têm se tornado uma “força material” nos sistemas industriais modernos; definem o tecnológico; dominam o cultural. Elas elaboram e sustentam os universos de segunda ordem que são cada vez mais nossa experiência do mundo cultural e social. Elas não são externas ou reflexo – seja direta ou indiretamente – do nexo de relações do campo social como um todo no qual operam. Elas ajudam a constituir-lo, são internas ao funcionamento dele. Nossa teoria deve ser uma teoria das relações internas, não externas (Hall, 2016, p. 36).

Ao tomar a comunicação como indissociável das ciências sociais mais gerais (Hall, 2016), destaco sua natureza dialógica e os processos de trocas simbólicas e de produção de sentido que decorrem das interações sociais mediadas ou não pelas tecnologias. Compreendo as relações de vizinhança e os usos das tecnologias digitais em um condomínio residencial enquanto um fenômeno complexo, demandando uma ferramenta teórica-metodológica capaz de apreendê-lo de modo contextual e holístico. Isto é, identificando as conexões e a integração entre as experiências individuais e com animais de estimação nas quitinetes, o engajamento dos moradores com a infraestrutura do condomínio, as interações entre vizinhos, os usos de tecnologias de plataformas digitais e o condomínio em relação ao Plano Piloto e à cidade de Brasília, sem a pretensão de dar conta de tudo.

A etnografia emerge enquanto caminho para apreender as práticas comunicativas que constituem comportamentos, visões de mundo, agências, produção e circulação de sentidos

no nível particular e conectá-los ao geral. Com isso, esse estudo se soma aos esforços de outros pesquisadores que já destacaram a importância da interlocução entre a comunicação e as demais disciplinas, como a antropologia, enfatizando as potencialidades da etnografia. Por exemplo, Travancas (2008) e Travancas e Nogueira (2016) destacaram a relevância do método em suas pesquisas sobre os meios de comunicação de massa, e os estudos de recepção e de representação midiática. Aqui, a abordagem etnográfica é um pilar estruturador das escolhas teóricas e metodológicas e do olhar interdisciplinar para os processos comunicativos, a produção simbólica e as implicações desses fluxos de sentido na vida social. Com isso, contrasto pesquisadores como Ingłod (2014), para quem o mais importante é a antropologia, frente à etnografia, como forma de afirmar as especificidades do conhecimento produzido no campo em questão. Ao mesmo tempo, me coloco em diálogo com Miller (2017), quando o antropólogo destaca que mais importante que a disciplina, a antropologia, é a etnografia, justamente por suas possibilidades de proporcionar o conhecimento sobre o mundo, independentemente do campo de conhecimento a que as pesquisas se vinculam. Essa tese se beneficia desse segundo enquadramento, justamente por propor uma tentativa teórica ancorada em evidências empíricas, e assim contribuir para a produção de conhecimento sobre temas de interesse público como a moradia em espaços coletivos em meio à digitalização da vida social. Vejamos em que consiste essa teoria-método e como ela estrutura esta investigação.

Concebida na antropologia, a etnografia se desenvolveu em uma variedade de contextos — dos lugares mais remotos e “exóticos”, como o estudo seminal de Malinowski (2018 [1922]), às sociedades urbanas (Velho, 1989) —, e com uma variedade de possibilidades para a coleta de dados. Por isso, a definição do que é etnografia encontra-se sempre em curso. Consiste em engajamento multifacetado e de longo prazo em contexto particular (Miller; Slater, 2003 [2000]). É a descrição densa para a interpretação de uma cultura, como estabelece Geertz (2008 [1926]). E também a própria cultura da escrita, como Clifford (1986) problematiza ao pensar o texto etnográfico enquanto um sistema ou uma economia da verdade, na qual a verdade é parcial e incompleta. Nesse sentido, a “arte da etnografia”, como coloca Clifford (1986), é um fazer sobretudo artesanal, amplamente conectado à escrita e inscrito em uma determinada dinâmica de poder que envolve escolhas, exclusões e negociações para representação parcial da realidade. A etnografia incorpora uma “intencionalidade orientada à veracidade”, sem que isto signifique a verdade absoluta, como Miller (2024b, p. 329) mais recentemente sublinhou. Tendo esse *corpus* bibliográfico no horizonte, esta tese é um recorte temporal e particular do meu engajamento com pessoas,

lugares, ritmos, escalas, práticas e relações que permanecem em constante elaboração e transformação. Consiste em uma tradução das experiências que foram observadas e sentidas no campo, a serem transmitidas a partir de personagens, linguagem, situações e angulações particulares.

Encontro em Mariza Peirano (2014) uma definição bastante produtiva sobre a escolha que estrutura os caminhos dessa tese. A etnografia, segundo a antropóloga, é uma bricolagem intelectual, em que se emprestam enquadramentos de outros campos de conhecimento para a interpretação de realidades, relações de poder e processos simbólicos de produção de sentido. O pesquisador, segundo ela, deve se lançar ao campo com um projeto aberto, disposto a reorganizar as questões de forma criativa para a elaboração de “formulações teórico-ethnográficas” (Peirano, 2014). De outra forma, a etnografia é uma curadoria do conhecimento que emerge do campo de pesquisa, a partir das observações e percepções de quem pesquisa. Sobre isso, Bruno Latour (1999), antropólogo e teórico francês, propõe uma reflexão que também enriquece a discussão:

E qual seria o sentido de transportar toda a floresta para cá? Alguém se perderia nela. Faria calor. A botânica, de qualquer forma, não conseguiria ver além de seu pequeno terreno. Aqui, no entanto, o ar-condicionado está zumbindo. Aqui, até mesmo as paredes se tornam parte das múltiplas linhas cruzadas do gráfico, onde as plantas encontram um lugar que lhes pertence dentro da taxonomia padronizada há muitos séculos. O espaço se transforma em um gráfico de tabela, o gráfico de tabela se transforma em um armário, o armário se transforma em conceito, e o conceito se transforma em instituição (Latour, 1999, p. 36, tradução nossa<sup>11</sup>).

A “floresta” mencionada nesse trecho, é tanto a selva da Amazônia onde o autor foi realizar investigação como uma metáfora para o campo de pesquisa, denso e cheio de camadas simbólicas. O processo de transporte e tradução da “floresta” para o laboratório e depois a sintetização em um conceito consiste no exercício interpretativo, fazendo da etnografia não apenas um método, mas uma proposição teórica que emerge da reflexão crítica das evidências empíricas. Das vivências na “floresta” (o campo de pesquisa) emerge a “formulação teórica-ethnográfica”, que consequentemente acaba por reinventar o campo de

---

<sup>11</sup> Onde se lê:

And what would be the point of transporting the whole forest here? One would get lost in it. It would be hot. The botanist would in any case be unable to see beyond her small plot. Here, however, the air conditioner is humming. Here, even the walls become part of the multiple crisscrossed lines of the chart where the plants find a place that belongs to them within the taxonomy that has been standardized for many centuries. Space becomes a table chart, the table chart becomes a cabinet, the cabinet becomes concept, and the concept becomes an institution (Latour, 1999, p. 36).

estudos no qual a investigação se inscreve (Peirano, 2014), sendo ele a antropologia ou a comunicação, como é o caso dessa pesquisa.

Apesar das especificidades e políticas inerentes aos campos científicos, como nos fala Bourdieu (1983 [1930]), me propus a realizar uma pesquisa de campo de longa duração, combinando uma variedade de técnicas para a coleta de dados, de modo a obter uma compreensão contextual. Me inspirei em autores mencionados até aqui e adotei atitude de abertura para as descobertas do campo, objetivei a articulação de categorias nativas e analíticas para a formulação de conhecimento científico. Se tais esforços fazem desta uma boa etnografia, o julgamento não cabe a quem escreve, mas aos leitores desta tese e aos colegas dos campos da comunicação e das ciências sociais. Mais produtivo é articular as lentes teóricas que contribuem para a interpretação do fato social aqui interpretado.

Esta tese conta com contribuições das redes de pesquisas internacionais em que me vinculei, como parte do estágio no Centro de Antropologia Digital, sob a liderança do antropólogo Daniel Miller, da University College London, entre setembro de 2023 e agosto de 2024. Esta não chega a ser uma investigação “com sotaque” como fez Caldeira (2003 [2000]), ao estudar um objeto brasileiro, mas escrever e publicar primeiramente nos Estados Unidos. Tampouco é sobre um momento político emblemático de outro país como foi o Brexit, com etnografia realizada e elaborada no Reino Unido por uma brasileira, como fez Balthazar (2021). Contudo, existe um deslocamento dessa pesquisadora que acaba por se refletir nas escolhas teóricas e metodológicas desta etnografia. Estabeleço um diálogo com as produções acadêmicas anglófonas e epistemologias do Norte Global em um esforço de expandir o alcance da tese para além do Brasil.

As redes de pesquisa foram influentes na adoção dos enquadramentos da antropologia digital, subdisciplina que enfoca na materialidade e na agência da tecnologia e com a qual este estudo dialoga e contribui para a produção de conhecimento. Em *Digital Anthropology*, publicação que se tornou um marco teórico desse campo de estudos, Miller e Horst (2021 [2012]) traçam os seis princípios definidores nos quais me apoio para a interpretação das evidências etnográficas. O primeiro deles está relacionado à natureza dialética da cultura, intensificada pelo digital. Isto é, na cultura digital, o universal e o local crescem juntos e simultaneamente — de modo que a particularidade dos contextos é articulada ao fluxo político e internacional mais amplo —, produzindo desdobramentos positivos e negativos. O segundo princípio questiona a suposta autenticidade da vida “pré-digital”, uma vez que a tecnologia digital não é a única mediadora de experiências humanas da atualidade, e sim um artefato que produz enquadramentos cotidianos, assim como tantos outros. Ou seja, “em vez

de ver os mundos pré-digitais como menos mediados, precisamos estudar como o surgimento das tecnologias digitais criou a ilusão de que eles eram” (Miller; Horst, 2021 [2012], p. 28, tradução nossa<sup>12</sup>). Por exemplo, na segunda edição da mesma publicação, Geismar e Knox (2021) enfatizam que o campo pensa como plataformas e artefatos produzem, em relação dialética, normatividades e mundos sociais. O esforço está em examinar as “implicações cotidianas das tecnologias na vida das pessoas” e a “humanidade do cotidiano na vida digital” (Geismar; Knox, 2021, p. 14, tradução nossa<sup>13</sup>). Em outras palavras, a cultura digital é mediadora de processos sociais e geradora de materialidades (Miller; Horst, 2021 [2012]).

Ainda sobre os princípios da antropologia digital elaborados por Miller e Horst (2021 [2012]), o terceiro deles estabelece a compreensão das humanidades de forma holística, assim como a antropologia propõe. O quarto princípio reafirma o relativismo cultural, contrariando a ideia de homogeneização trazida pelo digital, uma vez que há disparidades e desigualdades no acesso à internet e à informação que particularizam as experiências. O quinto princípio está baseado nas ambivalências e contradições da cultura digital e na produção de aberturas e fechamentos de mundo, com consequências em termos de agência e poder que emergem contextualmente<sup>14</sup>. Por fim, o sexto princípio está centrado no fato do digital também produzir e constituir materialidades, tornando-se parte do que nos constitui enquanto humanos. Miller e Horst (2021 [2012]) contrastam as abordagens que trazem o digital como o que nos torna menos humanos, menos autênticos ou mais mediados. Os autores enfatizam como o digital traz novas oportunidades de entendermos o que significa ser humano em meio à digitalização da vida social. No Brasil, Monica Machado (2018) é uma importante referência e ecoa essa posição ao refletir sobre as proposições teóricas da subdisciplina para a noção de humanidades digitais – que enfoca na relação entre cultura digital e contexto social – somando às discussões de intelectuais brasileiros como Parreiras (2024), Nemer (2021) e Cesarino (2021). Assim, o diálogo entre a comunicação e a antropologia digital se mostra muito produtivo para a produção de conhecimento sobre a mediação do digital nos processos simbólicos e de produção de sentido em contexto local.

Em linha com as premissas da antropologia digital, adoto abordagem descentralizada das mídias e tecnologias (*non-digital-centric approach to the digital*) como propõem Pink et

<sup>12</sup> Lê-se: “Rather than seeing predigital worlds as less mediated, we need to study how the rise of digital technologies has created the illusion that they were (Miller; Horst, 2021 [2012], p. 28).

<sup>13</sup> Lê-se: “[...] the actual everyday implications of technologies in people's lives” e “everyday humanness of digital life” (Geismar; Knox, 2021, p. 14).

<sup>14</sup> Os autores sublinham: “we are not more mediated or contradictory than we used to be. Mediation and contradiction are the defining conditions of what we call culture. The main impact of the digital has often been to make these contradictions more explicit or to expose contextual issues of power” (Miller; Horst, 2021 [2012], p. 35).

al. (2016), integrando o digital a uma rede mais ampla de processos. Em *Digital Ethnography*, esses autores sublinham que “[...] pesquisar práticas na mídia digital muitas vezes significa, na verdade, pesquisar a relação entre a mídia digital e outras coisas e processos, e considerar como as práticas por meio das quais essas relações se manifestam tornam-se difusas” (Pink et al., 2016, p. 80, tradução nossa<sup>15</sup>). Me proponho a compreender o condomínio em um exercício de aproximação e distanciamento, além percorrer os domínios *on* e *offline*, discussão que me atenho adiante. Estabeleço interlocução com esses pesquisadores do campo da antropologia digital, somando ao debate desde uma perspectiva situada e etnográfica. Os estudos do digital se conectam aos estudos da cultura material a partir de discussões sobre materialidades, discussão que me atenho a partir de agora.

### 1.1 Objetificação, materialidade e agência

Os processos de objetificação e os aspectos materiais e de agência fundamentam meu argumento sobre o *digital block/condomínio digital* desenvolvido ao longo desta tese e a análise da cultura material das quitinetes. O campo de estudos da cultura material se estrutura a partir de discussões sobre os valores e moralidades que organizam práticas de consumo (ver Campbell, 2001; Veblen, 1985; Bourdieu, 2010 [1984]) e sobre as coisas como agenciadoras da produção simbólica (ver McCracken, 1990; Appadurai, 1999 [1986]; Douglas; Isherwood, 2004 [1979]; Miller, 1989 [1987]). Para o debate elaborado nesta tese, dialogo especialmente com duas referências de grande impacto para a produção de intelectuais brasileiros organizadores do debate sobre cultura material e consumo — entre os quais destaco Rocha (2010 [1995]), Barros (2007), Rocha e Pereira (2009), Silva (2010), Martinelli (2011), Pereira e Martinelli (2020), Barbosa (2020) e Balthazar (2021) — que em seus estudos revelam especificidades entre recortes geracionais, camadas sociais e em contextos locais.

O primeiro deles é o antropólogo britânico Daniel Miller (1989 [1987], 2001, 2005, 2010, 2013), e seu vasto arcabouço teórico sobre a cultura material. A partir da formulação hegeliana, o autor propõe uma atualização do conceito de *objetificação* com o propósito de transcender a dualidade entre pessoas e coisas. Para Miller (2010), ambos se constituem mutuamente em um processo de diferenciação e identificação: o sujeito externaliza aspectos em objetos, depois passa a identificar aspectos seus nos objetos. A dinâmica se repete com efeitos cumulativos ao longo de gerações, resultando em sofisticação, complexidade e

---

<sup>15</sup> Onde se lê: traduzir [...] researching digital media practices often actually means researching the relationship between digital media and other things and processes, and considering how the practices through which these are played out become blurred (Pink et al., 2016, p. 80).

conhecimento, mas também em alienação e contradição (Miller, 2010). Para ele, nós nos reconhecemos ao olharmos neste “espelho material”, ao sermos confrontados por um mundo material criado por aqueles que vieram antes de nós (Miller, 1989 [1987], 2001, 2005, 2010, 2013). Em outras palavras, fazemos as coisas e as coisas nos fazem em um fluxo contínuo de transformação mútua. Assim é o processo de *objetificação*, uma espiral dialética e histórica da qual emerge a cultura, como propõe o autor:

Há a natureza, mas a cultura nos dá a segunda natureza, aquela que geralmente pomos em operação sem pensar. Coisas, veja bem, não coisas individuais, mas todo o sistema de coisas, com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos. Elas são exemplares em sua humildade, sem nunca chamar atenção para o quanto devemos a elas. Apenas seguem adiante em sua empreitada. Porém, a lição da cultura material é que, quanto mais deixamos de notá-la, mais poderosa e determinante ela se mostra. Isso propicia uma teoria da cultura material que dá aos trechos muito mais significado do que se podia esperar. Acima de tudo, a cultura vem dos trechos (Miller, 2013, p. 83<sup>16</sup>).

Daí a importância das coisas, elas se comportam de forma quase imperceptível, a ponto de serem naturalizadas. Segundo o antropólogo, as coisas desaparecem de nossa visão, mas não deixam de impactar nossos comportamentos e nossa identidade. À capacidade de instrução comportamental (ao que em inglês denomina-se *prompt*) e enquadramento da ação social de maneira silenciosa e naturalizada, Miller (2013) denomina *humildade das coisas*. Ele diz:

A conclusão surpreendente é que os objetos são importantes, não porque são evidentes e fisicamente restringem ou possibilitam, mas justamente pelo contrário. Muitas vezes, é precisamente porque não os percebemos. Quanto menos estamos cientes deles, mais poderosamente eles podem determinar nossas expectativas, preparando o cenário e garantindo um comportamento adequado, sem estarem sujeitos a questionamento. Eles determinam o que acontece na medida em que somos inconscientes de sua capacidade de fazê-lo (Miller, 2010, p. 50, tradução nossa<sup>17</sup>).

---

<sup>16</sup> Lê-se:

There is nature, but culture gives us our second-nature, that which we habitually do without thought. This, not, mind you, individual things, but the whole system of things, with their internal order, make us the people we are. And they are exemplary in their humility, never really drawing attention to what we owe them. They just get on with the job. But the lesson of material culture is that the more we fail to notice them, the more powerful and determinant of us they turn out to be. This provides a theory of material culture that gives stuff far more significance than might have been expected. Culture comes above all from stuff (Miller, 2010, p. 53-54).

<sup>17</sup> Lê-se:

The surprising conclusion is that objects are important, not because they are evident and physically constrain or enable, but quite the opposite. It is often precisely because we do not see them. The less we are aware of them, the more powerfully they can determine our expectations, by setting the scene and ensuring appropriate

O pensamento do autor se diferencia das noções tradicionais de cultura. Ao invés da linguagem, Miller (2015) enfatiza a materialidade como chave dos processos simbólicos<sup>18</sup>. Em dossiê sobre a obra do antropólogo, Balthazar e Machado (2020) enfatizam o impacto desse arcabouço teórico na configuração do campo de estudos da cultura material. Apoiadas em Miller, Balthazar e Machado (2020) apontam que o caminho para entendermos as formas de apropriação e os usos que as pessoas fazem das coisas está nas relações de poder e nas práticas de consumo, a serem investigados por meio de método etnográfico e pesquisa de campo de longa duração. Isso é o que tese se propõe a fazer ao enfocar tanto na cultura material das quitinetes como nos usos e apropriações do digital em um espaço coletivo de moradia.

Voltando à reflexão sobre as coisas, podemos nos perguntar que tipo de coisa participa dos processos de objetificação e de construção simbólica? Há que ser dotada de materialidade. Mas podemos dizer que um condomínio, um *smartphone* e um grupo de WhatsApp são igualmente dotados dela? O senso comum diria que os dois primeiros, sim, enquanto o terceiro estaria mais para algo “imaterial”. Sobre a materialidade, Miller (2005, p. 9) argumenta que é preciso entendê-la enquanto qualidade relativa daquilo que ganha consciência ou capacidade de algo. Ou seja, em seus múltiplos registros, a materialidade está investida de poder (Miller, 2005). Por exemplo, a materialidade dos apartamentos quitinete impacta nos jeitos de morar das pessoas que ali vivem (ver [capítulo 4](#)). Da mesma forma, plataformas, *softwares* e arquivos — independentemente de sua tangibilidade, se materializam quando na *performance* de uma ação (Leonardi, 2010) — impactam na sociabilidade dos moradores do Residencial dos Ipês.

Apoiada em literatura que analisa as especificidades das coisas na cultura digital, entendo o WhatsApp, o *software* do condomínio, bem como arquivos e objetos digitalizados enquanto artefatos digitais<sup>19</sup> (Leonardi, 2010; Geismar, 2018; Machado, 2018; Parreiras, 2024). Para este debate, destaco duas autoras que fundamentam minha conceituação dos artefatos digitais. A primeira é Machado (2018, pos. 4), quando diz que: “na cultura digital, os artefatos fazem parte da infraestrutura e da tecnologia. Depois há a materialidade dos

---

behaviour, without being open to challenge. They determine what takes place to the extent that we are unconscious of their capacity to do so (Miller, 2010, p. 50).

<sup>18</sup> Ver Miller, 2005, p. 7: “Material Culture as a network of homologous orders emerged as the powerful foundation for more or less everything that constitutes a given society”.

<sup>19</sup> Os objetos digitais existem independentemente de sua tangibilidade, englobando aquilo que à primeira vista carece de matéria física, como *softwares* e algoritmos, mas que se materializam quando na aplicação prática de ideias abstratas, se afastando da equivalência da materialidade como matéria ou substância física (Leonardi, 2010).

conteúdos digitais e, ainda, a materialidade dos contextos sociais onde a cultura digital se insere". Em publicação sobre a produção teórica da antropologia digital para o estudo das humanidades digitais, Machado (2018) destaca que há uma multiplicidade de materialidades na cultura digital, com implicações nos contextos nos quais esses artefatos são apropriados.

A segunda noção produtiva para esta tese é a de *objetos digitais*, de Geismar (2018), elaborada em *Museum Object Lessons for the Digital Age*, para pesquisa sobre artefatos museológicos digitalizados (*digital museum objects*). Objetos digitais são tanto os arquivos digitais quanto as tecnologias em que eles são exibidos<sup>20</sup> (Geismar, 2018). A autora evoca os estudos da cultura material para pensar os objetos digitais como um palimpsesto material, social, político e epistemológico<sup>21</sup>. Geismar (2018) enfatiza a *trajetória da materialidade* para pensar os objetos digitais como processo em desdobramento, em que as telas são geralmente a interface que constrange e define nossa experiência com esses objetos (Geismar, 2018, p. 18). Ela entende os objetos ou artefatos digitais de forma maleável, situados em contexto<sup>22</sup>, como o que esta etnografia propõe. A abordagem desafia concepções naturalizadas e pressupostos sobre as tecnologias digitais ao "[...] compreender essa experiência como algo produzido por sistemas e estruturas que existem fora do próprio digital", (Geismar, 2018, p. 27, tradução nossa<sup>23</sup>). No contexto desta pesquisa, isto significa situar os usos do digital na rede de relações do condomínio, em que interagem a construção material, os moradores e seus animais de estimação, sob a normatividade brasileira. Assim como fizeram Machado (2018) e Geismar (2018), a interlocução entre os estudos da cultura material e do digital foi empreendida por outros autores (Miller; Slater, 2003 [2000]; Pink et al., 2016) e se revela bastante construtiva para esta tese.

A cultura material e a materialidade são também analisadas pelo antropólogo e filósofo francês Bruno Latour (1993, 1999), de grande influência para as ciências sociais brasileiras, e segundo teórico a quem recorro para a ancoragem do conceito de *condomínio digital*. Sua obra também tem extensão e densidade que extrapolam o recorte utilizado nesta tese. Aqui interessa como o autor trata as pessoas e as coisas, entendidos enquanto híbridos.

<sup>20</sup> A autora diz: "The definition of a digital object slips between digital files that themselves serve as their own kind of 'objects' and the technologies (screens, phones, kiosks) that deliver them" (Geismar, 2018, p. xvii).

<sup>21</sup> Ela afirma: "Drawing on material culture studies we can understand any object as a material, social, political and epistemological palimpsest" (Geismar, 2018, p. 13).

<sup>22</sup> Ela argumenta: "Looking ethnographically at how people use and engage with digital objects makes it clear that these perceptions are not inherent to the nature or form of digital technologies alone, but also emerge from the ways in which these forms are appropriated and given meaning within very specific cultural locales" (Geismar, 2018, p. 24).

<sup>23</sup> Onde se lê: "[...] to understand this experience as produced by systems and structures that exist outside of the digital" (Geismar, 2018, p. 27).

Ele afirma: "sim, vivemos em um mundo híbrido composto simultaneamente por bens, pessoas, estrelas, elétrons, usinas nucleares e mercados, e é nosso dever transformá-lo em um 'caos desordenado' ou em um 'todo ordenado', um cosmos, como diz o texto grego [...]" (Latour, 1999, p. 16, tradução nossa<sup>24</sup>). Segundo o autor, a insistência na separação entre humanos e não humanos, processo que ele denomina "purificação" que caracteriza o mundo "moderno", é improdutiva. Na verdade, o processo de hibridização perpassa a mediação, tradução e formação de uma delicada teia de relações (Latour, 1993; 1999). Ele acarreta "[...] deslocamento, desvio, invenção, mediação, a criação de um vínculo que não existia antes e que, de certa forma, modifica os dois originais" (Latour, 1999, p. 179, tradução nossa<sup>25</sup>). Portanto, da interação das pessoas com as coisas, emergem os *híbridos*.

Ao pensar a constituição do mundo material a partir do processo de hibridização, Latour (1999) enfatiza os processos de agenciamentos e a distribuição de poder. Em uma teia de significados, a pessoa com uma arma se torna algo diferente (um cidadão-armado, um arma-cidadão), como ele argumenta. O processo ocorre em simetria, pois tanto os humanos (agentes) quanto os não humanos (actantes) são transformados igualmente quando associados, tornando-se atores híbridos: "[...] O motor primário de uma ação torna-se uma nova série distribuída e aninhada de práticas, cuja soma pode ser possível calcular, mas apenas se respeitarmos o papel mediador de todos os actantes mobilizados na série (Latour, 1999, p. 181, tradução nossa<sup>26</sup>)". Por esta razão, entendo o digital, não só em sua acepção mais imediata, enquanto tudo o que pode ser reduzido a código binário (Miller; Horst, 2021 [2012]), mas como um arcabouço amplo e heterogêneo de coisas e processos (Lins; Parreiras; Freitas, 2020) — enquanto um *actante*, com poder de agência. No âmbito desta tese, por exemplo, vizinhos interagindo por meio da tecnologia digital tornam-se um híbrido até então inexistentes na era pré-digital. São relações tácitas de vizinhança, articuladas e reelaboradas a partir do digital, em concepção ligeiramente diferente do que propõe Bottino (2022) com o conceito de "vizinhança *online*". Para além da circulação de mensagens e do protagonismo das redes sociais (Bottino, 2022), entendo a relação dos vizinhos com o digital a partir do hibridismo destes dois componentes (humano e tecnológico), que resultam em consequências específicas para ambos. Cito como exemplo os aspectos de mobilidade e portabilidade

<sup>24</sup> Lê-se: Yes, we live in a hybrid world made up at once of goods, people, stars, electrons, nuclear plants, and markets, and it is our duty to turn it into either an 'unruly shambles' or an 'ordered whole', a cosmos as the greek text puts it [...] (Latour, 1999, p. 16).

<sup>25</sup> Lê-se: "[...] to mean displacement, drift, invention, mediation, the creation of a link that did not exist before and that to some degree modifies the original two" (Latour, 1999, p. 179).

<sup>26</sup> Onde se lê: [...] prime mover of an action becomes a new, distributed, and nested series of practices whose sum may be possible to add up but only if we respect the mediating role of all the actants mobilized in the series (Latour, 1999, p. 181).

conferidos ao condomínio a partir dos usos do digital, discussão que me atenho nos capítulos 3 e 6.

As perspectivas de Miller e Latour não são opostas, mas complementares em seus caminhos para o entendimento da relação entre pessoas e coisas. O que poderia representar um desencontro, já que Latour (1999) critica a dialética hegeliana, é conciliado de forma prudente por Miller (2005), quando ele declara que “em ambos os casos, beneficiamo-nos mais daqueles que utilizaram esses ideais filosóficos para produzir etnografias que demonstram os ganhos obtidos ao recusar a redução a sujeitos e objetos” (Miller, 2005, p. 12, tradução nossa<sup>27</sup>). Contudo, há uma ponta que pode permanecer solta nesse movimento de conectar as correntes de pensamento. Miller (2005) argumenta sobre Latour dar ênfase aos objetos da ciência, enquanto a cultura material destaca o poder que os artefatos exercem na cultura e no *habitus* (ver Bourdieu, 2010 [1984]). A partir deste ponto, tomo o lado dos estudos em cultura material e dos artefatos, que logo mais me serão úteis para, por exemplo, ilustrar a ecologia digital do condomínio ([capítulo 3](#)) além da discussão sobre a cultura material do lar elaborada no [capítulo 4](#).

Ao longo desta tese, penso como a “formulação teórica-ethnográfica” (Peirano, 2014) do *digital block/condomínio digital* é viabilizada a partir da sociabilidade entre vizinhos nas dimensões *online* e *offline*, que se retroalimentam em uma relação dialética, instigando novas práticas sociais e impactando nas relações vicinais precedentes. São pessoas situadas em um espaço residencial coletivo, equipadas com um *smartphone/computador* com acesso à Internet, interagindo e articulando processos comunicativos e simbólicos por meio de artefatos digitais, com consequências que se desdobram em suas rotinas e na infraestrutura condominial. *The Digital Block* se realiza nos usos de actantes (as tecnologias digitais) por agentes (as pessoas), imbuídos de normatividades socioculturais. A moradia no Residencial dos Ipês assume as potenciais consequências e ambivalências das interações sociais mediadas pelo digital. Conectado digitalmente, o corpo social<sup>28</sup> interage e estabelece fluxos de comunicação e de sentido, atualiza e expande o condomínio, que adquire aspectos de mobilidade e portabilidade. O condomínio emerge enquanto uma “composição multiescalar” (Moura, 2012) portátil, móvel, conectada e digital.

---

<sup>27</sup> Onde se lê: “In either case we benefit most from those who have used these philosophical ideals to produce ethnography that demonstrates the gains made by a refusal to reduce to subjects and objects” (Miller, 2005, p. 12).

<sup>28</sup> Alguns estudos já usam a noção de *stakeholders* para falar em diferentes públicos de interesse ligados ao objeto de pesquisa. Evito a perspectiva mercadológica neste estudo acadêmico, preferindo falar em corpo social.

## 1.2 Negociando o acesso ao campo de pesquisa

Experimentei ambas as credenciais de residente e pesquisadora no Residencial dos Ipês. No entanto, embora eu morasse no condomínio desde abril de 2021, minhas interações com outros residentes eram muito limitadas até o início da pesquisa de campo, exatamente dois anos depois, em abril de 2023. Além de ter me mudado durante a pandemia da Covid-19, me locomovia quase sempre de carro, e não tinha um animal de estimação. Naquele momento, precisei reformular minha compreensão do contexto transformando o “exótico em familiar e o familiar em exótico” (DaMatta, 1978). Em outras palavras, precisei estranhar os códigos e mapas com os quais eu havia sido socializada (Velho, 1978) e estabelecer proximidade com outros moradores para compreender seus modos de vida e suas relações. Para isto, foi preciso negociar minha entrada no campo (Murphy; Dingwall, 2007).

Para conhecer outras pessoas ali residentes, minha estratégia foi procurar a síndica do condomínio e perguntar se havia algum grupo de WhatsApp de moradores. Ela me inseriu em um grupo de compra e venda que existe desde janeiro de 2020 e que na época contava com cerca de 30 participantes. Nesse grupo não havia conversas longas, ele funcionava como uma página de classificados *online*, onde os moradores anunciam a venda e a troca de produtos, e a recomendação de serviços de várias naturezas, com negociações feitas via mensagens privadas. Todavia, a inserção e o sentimento de pertencimento à rede de vizinhos só aconteceu mais tarde, quando os moradores que conheci fisicamente e com quem estabeleci vínculos me incluíram em seus grupos de WhatsApp mais privados.

Também no início da pesquisa de campo, passei a circular pela área de convivência do condomínio e a me sentar em um dos bancos para observar o movimento dos moradores. Foram nessas oportunidades que conheci pessoas que se tornaram minhas interlocutoras. Os encontros espontâneos de pessoas sozinhas ou acompanhadas de seus animais de estimação (importantes vetores para triangulação das pessoas e do digital, como discuto no [capítulo 5](#)) aos poucos se fixaram pela constância, ou ainda, se formalizaram pela recorrência. Nos sentamos em bancos e muretas para “jogar conversa fora” sobre o clima, o que comemos no almoço, os planos de uma viagem futura, a saúde e o bem-estar dos animais de estimação, histórias de vida, promoções do mercado próximo, a segurança das redondezas. Mas notei que a socialização desses vizinhos depende também das condições climáticas. Os encontros casuais são inviabilizados quando chove e/ou faz frio. Nestes dias, a área de convivência fica vazia e aqueles que têm cachorro descem para a garagem para os animais fazerem as necessidades, mesmo sendo proibido pelo regulamento do condomínio. Isto encurta o tempo

de interação entre os tutores. Quem não tem animal de estimação permanece abrigado em sua casa, mas as interações entre os moradores continua a acontecer nos âmbitos privados, por meio de ligações diretas e também nos grupos de WhatsApp. A rotina de congregação na área de convivência também difere aos finais de semana. Há aqueles que por terem outros compromissos no sábado ou domingo, não se demoram conversando ou interagindo durante o passeio com o cachorro, eles cumprem a tarefa com brevidade e vão “cuidar de suas vidas”, seguindo para seus compromissos sociais.

Os mais frequentes na área de convivência compõem a *turma do condomínio*, ou simplesmente *turma*, uma categoria nativa que surgiu com um dos interlocutores. São eles: Tânia, Armando, Bruno, Natália, Jéssica, Sônia, Bárbara, André, Amanda, Claudete, Jane e Rosa. Suas histórias individuais são apresentadas ao longo da tese e os laços de amizade entre eles são explorados no **capítulo 6**. Eles são moradores antigos e recém-chegados, e a grande maioria é inquilino. A *turma* conhece muitos dos moradores do Residencial dos Ipês nem que seja “de vista” e comentam sobre eles quando passam pelo *boulevard* em direção à saída principal (“aquele do cachorro x”, “aquele que parece a atriz y”).

O que impulsiona a integração à *turma* não é tanto o tempo de moradia no condomínio, até porque a rotatividade nas quitinetes varia entre oito meses e dois anos, como discuto adiante. Nas minhas primeiras semanas na área comum, por exemplo, fui introduzida aos que constantemente se encontravam como a “menina nova”. Eu era aquela que morava no prédio há dois anos, mas que não “descia” e, por isso, ninguém tinha me visto até então. Apesar dos anos de moradia no local, eu era uma *outsider* ou “recém-chegada”, para utilizar os termos de Elias (2000 [1965]). A pesquisa do sociólogo em comunidade industrial inglesa nos anos 1950 identificou dois grupos de vizinhos com identidades distintas, definidas pelo tempo de antiguidade no bairro. Os “estabelecidos” formavam um grupo coeso, eram moradores mais antigos e se consideravam superiores, enquanto os “recém-chegado” tinham baixa coesão e, portanto, menos poder de estabelecer crenças, acabando estigmatizados pela fofoca — um sistema que reflete a coesão de grupos (Elias, 2000 [1965]). No condomínio, em contraste, os principais critérios para integrar o coletivo são: a disposição para o investimento na socialização, tanto *online* como *offline*, a conquista da simpatia dos indivíduos-chave e o respeito ao “decoro” (Mayol, 1998), isto é, às regras de comportamento veladas. Aqueles que observam esses aspectos se integram à *turma*, um grupo que progressivamente tornou-se coeso e “estabelecido” frente aos demais moradores do Residencial dos Ipês, implicando em laços de amizade e vínculos “como se fosse” família, como elaboro no **capítulo 6**.

Percebi que uma moradora se destacava enquanto liderança informal desta *turma*, guardando certa similaridade com o “Doc” que William Foote Whyte (2005 [1943]) descreveu no consagrado *Sociedade de esquina*, outro estudo sobre comunidade, realizado entre os anos 1937 e 1940, em Boston, nos Estados Unidos. “Doc” foi um “indivíduo-chave” para a pesquisa do sociólogo, estabelecendo pontes com vários interlocutores<sup>29</sup>. Em meu contexto de pesquisa, Tânia, de 48 anos, foi uma das primeiras moradoras do lugar, é proprietária de uma das quitinetes no condomínio e tem duas cachorrinhas. De voz grave e sorriso largo, é chamada de “xerife”, “prefeita” ou ainda “diretora social do condomínio”. Tânia conhece grande parte dos moradores pelo nome, manda mensagem quando não os vê por um tempo, entra em suas casas para sugerir formas de organização que otimiza o espaço, guarda suas chaves quando eles estão fora, recomenda marmitas e profissional que lava roupas, empresta o próprio carro, dá conselhos, organiza festas e lanches comunitários. Ela detém grande capital social (Bourdieu, 2010 [1984]), capaz de mobilizar outros moradores para doações e convencer a síndica a realizar melhorias no condomínio. Tânia transita com facilidade pelos diferentes grupos sociais, domínios e espaços. A autoridade de Tânia se estabelece por três elementos: os vínculos de amizade da *turma*, a propriedade de uma unidade autônoma e seu *status* de dona (ou “mãe”) de *pet* e que, na verdade, consistem em princípios que organizam as identidades dos moradores, como discuto no **subitem 3.4.1**. Em outras palavras, Tânia é uma líder informal que ocupa uma alta posição na hierarquia dos “estabelecidos”, nos termos de Elias (2000 [1965]).

Foi Tânia quem me incluiu no “grupo dos cachorros”, comunidade *online* exclusiva de donos de *pet* a qual é administradora, na condição de “simpatizante” de animais de estimação, por meu interesse em conhecer mais gente no condomínio. Tânia me levou para conhecer a ocupação nas redondezas do Residencial dos Ipês e me incluiu nos eventos da *turma* como aniversários e evento benéfico, do qual é uma das organizadoras. Ela enviou mensagem a vários vizinhos explicando a minha pesquisa e angariando participantes que pudessem me receber em suas casas para uma entrevista. Foi também ela quem organizou o meu “bota fora”, uma despedida antes de eu me mudar do condomínio: decorou a própria casa com as cores do Reino Unido, recolheu uma contribuição financeira de cada convidado

---

<sup>29</sup> Whyte (2005) conta que ficou sem palavras quando “Doc” lhe ofereceu tamanho respaldo e apadrinhamento para a pesquisa, dizendo-lhe:

É isso mesmo. Você me diz o que quer ver, e nós arranjamos. Quando quiser alguma informação, eu pergunto e você ouve. Quando quiser descobrir a filosofia de vida deles, começo uma discussão e consigo pra você. Se quiser alguma outra coisa, monto a cena pra você. Simplesmente me diga o que quer e consigo tudo pra você, a história inteira (Whyte, 2005, p. 294).

para comprar os alimentos e organizou um “festival de hambúrguer”. A interlocutora não fez perguntas em meu nome ou começou discussões para que eu compreendesse a filosofia de vida dos moradores. Tampouco “montou uma cena” ou tornou-se uma colaboradora com quem discuti as minhas impressões, como fez “Doc” com Whyte (2005 [1943]). Mas guardadas as diferenças de contexto e época, Tânia foi o “Doc” desta etnografia, viabilizando a integração com muitos vizinhos que faziam ou não parte da *turma*.

### *1.2.1 Posicionalidade e reflexividade: A credencial de pesquisadora-residente*

Mesmo sendo moradora do condomínio, a pesquisa de campo demandou a construção de vínculos com os participantes, tanto *offline* quanto *online*. Devido à presença constante na área de convivência, nos eventos sociais e do engajamento nos grupos de WhatsApp, com o tempo passei de uma inquilina destituída de laços sociais a uma integrante da rede de moradores do Residencial dos Ipês. Ou seja, transitei de mera locatária e moradora, uma *outsider*, para uma vizinha e parte do grupo, uma “estabelecida” (Elias, 2000 [1965]). Com isso, a minha experiência, antes restrita à infraestrutura do Residencial dos Ipês, passou posteriormente a contemplar a dimensão social *on* e *offline* do espaço. Os sentidos do condomínio se avolumaram tanto em termos simbólicos como na experiência de moradia cotidiana, e o Residencial dos Ipês deixou de ser primariamente um espaço de moradia e tornou-se também uma comunidade, evocando em mim o sentimento de pertencimento.

O fato de eu ser mulher solteira adicionou mais uma camada de complexidade à construção desses laços afetivos durante a pesquisa, já que eu também precisaria estar confortável nas casas dos participantes homens e garantir a minha integridade. Durante o campo, houveram pelo menos quatro abordagens que me deixaram um pouco desconfortável e que talvez teriam sido resolvidas com uma aliança falsa, como fez Pinheiro-Machado (2009) em sua etnografia, mas me atentei para isso tarde demais. Todavia, a convivência constante junto dos interlocutores contribuiu para que pudesse estabelecer limites às investidas de modo assertivo, mas sem perder aliados da pesquisa. Ao mesmo tempo, o acesso à casa das interlocutoras foi facilitado em partes por eu também ser mulher, reiterando como o corpo de quem etnografa é produtor do campo.

Na etnografia clássica do “exótico”, os antropólogos enfatizam a necessidade de viver na aldeia para acessar os nativos de modo próximo e íntimo (Malinowski, 2018 [1922]; Geertz, 2008 [1926]). Já em pesquisas no meio urbano, realizar tal feito não é necessariamente a regra. Viver em condomínios durante o campo, como fizemos eu e outros

etnógrafos (Velho, 1989; Moura, 2012; Bottino, 2022), pode ser uma condição de vida que se coloca antes do campo de pesquisa ou posteriormente. De todos os modos, estas escolhas se mostram muito estratégicas pelas oportunidades e possibilidades de acesso aos participantes. Assim como Moura (2012, p. 98) sinalizou, “viver entre muros” também foi determinante para a minha etnografia, por dar acesso aos interlocutores e suas rotinas. E como na pesquisa de Bottino (2022, p. 125), isto me possibilitou fazer a costura dos fatos sobre as alianças, disputas, parcerias e os arranjos daquele microcosmo. Mas morar no campo me proporcionou pontos positivos e desafios particulares. Ser uma pesquisadora-residente foi determinante para integrar os grupos exclusivos no WhatsApp como “grupo dos cachorros” e para que, mais tarde, eu fosse recebida nas casas dos interlocutores e pudesse fotografar o interior dos seus apartamentos. Diferentemente de pesquisas em mídias sociais ou em comunidades em plataformas de mensageria<sup>30</sup>, nas quais os pesquisadores abordam participantes solicitando conexão, coletam dados de *feeds* e fóruns públicos ou espreitam grupos abertos, os grupos de condomínio no WhatsApp são íntimos e exclusivos àqueles que moram nesses espaços. Isto significa que eu não teria sido admitida em alguns dos grupos de conversa mais privados e exclusivos se antes não fosse residente e se não tivesse conhecido os moradores fisicamente. Tampouco creio que conseguiria acessar tantas quitinetes. Como disse um dos meus colegas durante o doutorado-sanduíche, “você não teria conseguido fazer isso [a pesquisa] sem morar lá”, justamente por se tratar de uma pesquisa sobre a intimidade em diferentes escalas: nos encontros *offline*, nos fóruns *online* e no interior dos apartamentos.

Ao narrar e refletir sobre esse processo de entrada em campo e transformação das minhas relações com o condomínio e com o seu corpo social, bem como das credenciais adquiridas durante a pesquisa de campo (de pesquisadora-residente e simpatizante de *pet*), clarifico a minha posicionalidade. Além da dupla credencial, observei que entre alguns interlocutores havia a percepção de minha posição de pesquisadora como uma posição de prestígio, reiterada pelos comentários em relação ao futuro título de “doutora” e pelo “bota fora” realizada por eles quando me despedi para realizar o doutorado-sanduíche. Segundo Merriam et al. (2001), a reflexão sobre a posicionalidade aponta para as potenciais consequências (vantagem e/ou desvantagens) e os vieses que emergem na coleta e na análise de dados em decorrência dos papéis que a pesquisadora desempenha e das hierarquias de poder que se estabelecem no campo. “A posicionalidade é, portanto, determinada por onde

---

<sup>30</sup> Ver Scherer (2024) e os aprendizados para pesquisa na plataforma Telegram.

alguém se posiciona em relação ao ‘outro’” (Merriam et al., 2001, p. 411, tradução nossa<sup>31</sup>), sendo relativa e mutável, como demonstrei ao narrar as transformações de *outsider* para *insider* na rede de relações do condomínio. Em consequência, essas posições promovem complexidades no processo de pesquisa e, em última instância, impactam na representação dos interlocutores, bem como na construção de conhecimento (Merriam et al., 2001). Por isso, refletir sobre questões de posicionalidade é reconhecer as vantagens adquiridas pela credencial de moradora, como maior confiança e a abertura para a pesquisa por parte dos residentes (incluindo a fotografia de seus apartamentos e a participação em grupos restritos). No entanto, isto não significou um acesso aos interlocutores e aos seus espaços íntimos à revelia, na verdade, demandou a construção de vínculos e de confiança, conforme sublinhei anteriormente.

Além de analisar as credenciais, elaborar a minha posicionalidade é refletir sobre a minha condição de uma “jovem mulher solteira” (assim como parte das minhas interlocutoras) e parte das *camadas médias urbanas* (Velho, 1989) de Brasília — elaborada no **prólogo** desta tese. Determinados códigos culturais e valores morais constituem a minha identidade. Com isto, ao me propor a estudar o “nós”, parafraseando Velho (1989), incorro dois riscos. O primeiro é o de “sistematizar obviedades” (Vogel; Mello, 1985), falando sobre o que já é conhecido por muitas pessoas, embora não esteja extensivamente teorizado até o momento. O segundo é o de ignorar algumas questões fundamentais e de reproduzir algumas de minhas visões sobre o condomínio e sobre a quitinete. Contudo, o que elaboro se deu a partir do cruzamento das experiências coletivas e individual: das rotinas do Residencial dos Ipês, do conhecimento do ethos dos residentes, da forma de operação dos grupos de WhatsApp, do entendimento dos afetos e desafetos no condomínio e da vivência corporificada em um apartamento quitinete.

Junto de maior proximidade com os interlocutores, vieram questões de limites entre as esferas pessoal e de pesquisa. Morar onde eu realizava minha investigação fez do campo *inescapável*. Os participantes também eram meus vizinhos, e bastava eu abrir a porta do meu apartamento para estar no campo, o que me gerou várias preocupações. Por exemplo, passei a prestar mais atenção ao tipo de roupa que usava ao sair e voltar para casa, pois poderia encontrar os participantes em áreas comuns, ao sair para colocar o lixo no corredor, passar pela área de convivência, transitar pelo elevador, a garagem, a portaria e o jardim. Isso também me tornou mais vigilante, pois qualquer oportunidade podia se transformar em um

---

<sup>31</sup> Onde se lê: “Positionality is thus determined by where one stands in relation to ‘the other’” (Merriam et al., 2001, p. 411).

momento potencial de contato com interlocutores e de coleta de dados. Viver com os dados e com as pessoas, assim como Whyte (2005 [1943]) elaborou em sua etnografia, é bastante complexo<sup>32</sup>. Também porque parte do campo se realizou nos grupos de WhatsApp, e mesmo estando fora do condomínio, eu carregava o Residencial dos Ipês em meu bolso, no *smartphone*. A portabilidade do *smartphone* possibilitou a copresença e uma conexão sempre ativa (Duque, 2022) via WhatsApp com o campo. “Carregar a pesquisa de campo no bolso” não foi algo exclusivo desta pesquisa. Spyer (2015; 2018), por exemplo, relatou ter sido perseguido e assombrado por conteúdos perturbadores que seus participantes continuaram a lhe enviar via WhatsApp após o encerramento do campo em pesquisa sobre uso das mídias digitais no interior da Bahia. Por todas essas singularidades, a experiência de morar no campo de pesquisa foi, sem dúvidas, *totalizante*.

### 1.2.2 Ética em ação

Realizar pesquisa sobre diferentes escalas de intimidade com meus vizinhos nas áreas comuns, em seus apartamentos, e em seus grupos exclusivos no WhatsApp, me desafiou especialmente quanto às questões éticas. Ao balizar os riscos e potenciais consequências, tomei em consideração o elaborado na seção anterior, sobre a integração nos grupos *online* exclusivos graças à minha credencial de residente. Contudo, a advertência quanto à minha presença enquanto pesquisadora nos grupos no WhatsApp seria extremamente prejudicial à espontaneidade das interações dos membros. O mesmo aconteceria se propusesse a participação voluntária dos interlocutores em grupos de WhatsApp criados por mim, com fins de pesquisa. Optei por participar dos grupos considerando a adaptabilidade do método etnográfico às condições de pesquisa que emergiram do campo. Ao contactar moradores para realização de entrevista via mensagem privada no WhatsApp, fui bastante clara sobre o meu interesse enquanto pesquisadora.

Outra questão que serviu para balizar as decisões quanto ao uso dos dados provenientes dos grupos no WhatsApp foi considerar que a pesquisa não enfoca diretamente em temática ilegal ou ilícita (como comportamentos criminosos), questões político-ideológico

---

<sup>32</sup> Whyte (2005 [1943], p. 283) relatou no célebre *Sociedade de esquina*, um sentimento parecido:

Quando o pesquisador está instalado numa universidade, indo ao campo apenas por poucas horas de cada vez, pode manter sua vida social separada da atividade de campo. Lidar com seus diferentes papéis não é tão complicado. Contudo, se viver por um longo período na comunidade que é seu objeto de estudo, sua vida pessoal estará inextricavelmente associada à sua pesquisa. Assim, uma explicação real de como a pesquisa foi feita necessariamente envolve um relato bastante pessoal do modo como o pesquisador viveu durante o tempo de realização do estudo.

e religiosa, ou ainda em questões psicológicas e de saúde pública que pudessem acarretar risco à vida dos participantes e moradores do condomínio. Com isto, optei por seguir com a pesquisa de campo realizada nas dimensões *online* e *offline*, observando extrema cautela quanto ao tratamento dos dados sensíveis dos participantes.

A decisão estratégica de pesquisa aqui implementada está amparada pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709/2018, que prevê o tratamento de dados pessoais estritamente para fins de estudos e pesquisas<sup>33</sup>, visando a liberdade de expressão acadêmica. Em publicação específica da Agência Nacional de Proteção de Dados — ANPD (2023) sobre a LGPD, são descritas as disposições que autorizam o tratamento de dados sensíveis com finalidades de estudos e pesquisas (ainda que o agente não se qualifique como “órgão de pesquisa”) e em áreas para além da saúde (que se caracteriza pela pesquisa em seres humanos), baseando-se no consentimento “de forma específica e destacada, para finalidades específicas” (conforme Anexo I) e no legítimo interesse da pesquisa de doutorado. A extensão do que dispõe o Art 13º da LGPD é explicada pela autoridade nacional:

É o que ocorre, em especial, com estudos que realizam tratamento de dados pessoais sensíveis, tais como informações referentes à origem racial e étnica, convicção religiosa e opinião política. Nessas situações, ainda que o estudo ou a pesquisa não se situe no campo da saúde pública ou seja realizado por agente de tratamento que não se qualifique como “órgão de pesquisa”, também será necessária a adoção de salvaguardas técnicas — a exemplo da anonimização e da pseudonimização — e jurídicas apropriadas e proporcionais aos riscos envolvidos. Com isso, minimizam-se os riscos de ocorrência de incidentes de segurança, promovendo-se a proteção da privacidade dos titulares, a confidencialidade das informações utilizadas e a observância dos padrões éticos aplicáveis (ANPD, 2023, p. 15).

A ANPD (2023) orienta que o agente de tratamento<sup>34</sup> (a pesquisadora, neste caso) adote medidas protetivas necessárias para mitigar os riscos aos envolvidos, tais como:

- o tratamento de dados pessoais orientado pela boa-fé, conforme previsto no art. 6º, *caput* da LGPD;

---

<sup>33</sup> Onde se lê:

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

[...]

ii – realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos;

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

<sup>34</sup> Onde se lê:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

x – tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

- o tratamento de dados pautado nos parâmetros de transparência, correção e lealdade, assegurando a devida proteção à confiança e às legítimas expectativas dos titulares (ANPD, 2023);
- a anonimização e/ou a pseudonimização dos dados dos titulares (os participantes) para respeito à sua privacidade e confidencialidade das informações;
- o cuidado no armazenamento dos dados durante o período de análise (em ambiente controlado e seguro), incluindo o acesso dos dados totalmente restrito à pesquisadora e de mais ninguém, para garantir a segurança das informações;
- a eliminação total dos dados ao final do estudo;
- a garantia de que os dados não serão utilizados para novas finalidades ou por terceiros, apenas e exclusivamente para fins acadêmicos e pela pesquisadora;
- A corresponsabilidade da pesquisadora pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa;
- A pesquisa não foi realizada com menores de 18 anos e com maiores de 85 anos.

Todos esses cuidados foram rigorosamente implementados nesta pesquisa. Para além dos protocolos aqui descritos, comprehendi ser fundamental a *ética em ação*, na qual o bom senso e o zelo com os participantes são priorizados. Cuidados estes guiados pela *empatia*, em linha com os princípios éticos adotados por etnografias multissituadas (ver Miller et al., 2016; Miller et al., 2021), evitando causar qualquer dano aos interlocutores e, acima de tudo, mantendo extrema discrição e sigilo sobre conversas, interações e informações que me foram reveladas. Outra precaução foi realizar um processo minucioso de anonimização e pseudonimização de todas as características pessoais dos participantes da pesquisa, das raças e dos nomes dos animais de estimação dos interlocutores, bem como das especificidades e da localização do condomínio. Assim, o nome do condomínio, Residencial dos Ipês, é fictício, bem como características como idade, cidade/país de origem, profissão e, por vezes, o gênero dos participantes; além das características dos animais de estimação. Atentei-me ainda para não narrar aqui situações que pudesse colocá-los em perigo ou prejudicá-los de alguma forma, respeitando a individualidade e o direito à privacidade.

Uma das confirmações da confiança cultivada durante o campo foi quando uma de minhas interlocutoras deixou suas chaves comigo ao viajar, tornando-me responsável por recolher suas correspondências e entregas, e regar as plantas. Outro momento marcante que

sinalizou minha integração à rede de relação dos moradores foi a festa de despedida quando me mudei do condomínio, expressando o carinho e a amizade nos quais me apoiei ao longo do processo de pesquisa. No entanto, os afetos mobilizados não obliteraram os princípios e protocolos éticos da pesquisa, que contaram com a explicação clara do projeto e de seu caráter voluntário, tanto oralmente durante as interações nas áreas comuns, como na forma *online*, com termo de esclarecimento disponibilizado diretamente aos interlocutores entrevistados (Anexo I) via mensagem privada no *WhatsApp*.

### 1.3 Uma etnografia multimodal

No contexto desta pesquisa, os usos das tecnologias digitais, especialmente o WhatsApp, complexifica as interações entre moradores, bem como dos moradores com a infraestrutura do condomínio. Mas analisar unicamente as interações *online* não seria suficiente para traduzir a experiência de moradia em um condomínio de quitinetes, já que elas integram o contexto mais amplo do Residencial dos Ipês, localizado na região do Plano Piloto e na Capital Federal, Brasília. Isto porque, assim como afirmam Miller e Horst (2021 [2012], p. 29, tradução nossa<sup>35</sup>), “[...] ninguém vive uma vida inteiramente digital e nenhuma mídia ou tecnologia digital existe fora de redes que incluem mídias analógicas e outras tecnologias de mídia”. Dito de outra forma, não seria possível privilegiar apenas uma das dimensões na investigação. Foi necessária uma abordagem que desse conta das interações em diferentes domínios e que pudesse promover a compreensão contextual tanto do condomínio como da interdependência entre os domínios *offline* e *online*. Me inspirei no que argumenta Coleman (2010) em *Ethnographic Approaches to Digital Media*, ao afirmar que a etnografia é o caminho para compreensão de como, onde e porque os usos de determinadas redes e tecnologias importam para um determinado contexto, proporcionando a compreensão das minúcias das experiências vividas com o digital. Também dialogo com o que propõe Christine Hine (2015) em *Ethnography for the Internet: embedded, embodied and everyday*, no qual a autora advoga por etnografia que apreenda as comunicações mediadas juntamente com as interações presenciais quando estas são significativas para o que os participantes fazem. Ela diz:

A Internet nos conectou de inúmeras novas maneiras, mas ainda assim, grande parte do trabalho interpretativo necessário para integrá-la à vida das pessoas não é visível na própria Internet, à medida que seus usuários tecem padrões altamente

---

<sup>35</sup> Onde se lê: “[...] no one lives an entirely digital life and that no digital media or technology exists outside of networks that include analogue and other media technologies” (Miller; Horst, 2021 [2012], p. 29).

individualizados e complexos de significado a partir desses fios de interação publicamente observáveis (Hine, 2015, p. 4, tradução nossa<sup>36</sup>).

Ou seja, nesse sentido, dois movimentos teórico-metodológicos são necessários. O primeiro é buscar compreender os contextos nos quais os usos da Internet se dão, como outros autores já sinalizaram (Miller; Slater, 2003 [2000]; Coleman, 2010; Hine, 2015; Miller et al., 2016; Miller et al. 2021). E para isso, o caminho é situar a Internet ou o digital em estruturas e relações sociais mais amplas, seguindo o que a literatura propõe (Miller; Slater, 2003 [2000]; Hine, 2015; Pink et al., 2016).

O segundo movimento é ampliar a abordagem e o engajamento etnográfico com o campo. Diferentemente de um engajamento com múltiplos lugares de pesquisa, que caracteriza a abordagem multissituada (Marcus, 1995), o meu engajamento com o campo se deu de forma multimodal<sup>37</sup> (Hine, 2015), em um contexto situado, o Residencial dos Ipês, tanto de modo *offline* quanto *online*. Interessa-me como as questões que essa pesquisa enfoca atravessam o *online* e o *offline* e constituem humanidades (Miller, Slater, 2003 [2000], Hine, 2015) nesse contexto de moradia. No percurso, eu considero o que estabelece Boellstorff (2021) em pesquisa sobre a rede social Second Life, quando o autor questiona a suposta fusão entre os domínios *online* e *offline*, enfatizando as diferenças e fronteiras rígidas entre os domínios como questões que deveriam ser objeto de pesquisa. Isto significa que reconheço que o *on* e o *off* não são uma coisa só, mas que apontam um para o outro em relação indexada e dialética (Boellstorff, 2021). Contudo, para fins metodológicos, em transito entre ambos os domínios de forma fluida, como um *continuum*.

Esta etnografia é composta por três principais eixos de coleta de dados, distribuídos em cronograma abaixo (Figura 3): 1) observação participante; 2) entrevistas semiestruturadas com registro fotográfico do interior dos apartamentos; e 3) engajamento com os artefatos digitais.

---

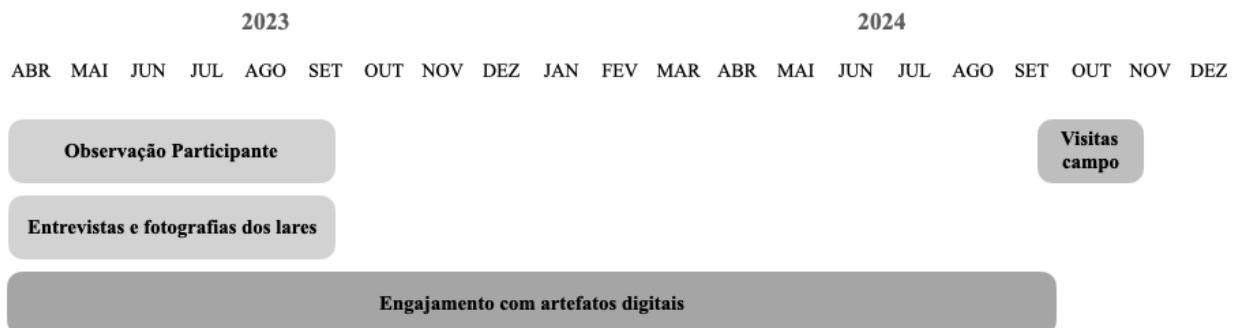
<sup>36</sup> Onde se lê:

The Internet has brought us together in myriad new ways, but still much of the interpretative work that goes on to embed it into people's lives is not apparent on the Internet itself, as its users weave together highly individualized and complex patterns of meaning out of these publicly observable threads of interaction (Hine, 2015, p. 4).

<sup>37</sup> A autora diz:

Neste capítulo, venho defendendo uma abordagem multimodal para a etnografia da Internet, que não trate a fronteira entre o *online* e o *offline* como um limite fundamental para os campos etnográficos, mas que aceite que os temas e questões que estudamos frequentemente atravessarão essa fronteira (ou serão indiferentes à existência de tal fronteira como princípio organizador da experiência social) (Hine, 2015, p. 54, tradução nossa).

**Figura 3: Cronograma da pesquisa de campo**



Fonte: Elaboração própria (2025).

Estabeleci diferentes níveis de proximidade e de vínculos com pelo menos 60 pessoas. Dessas, 38 tornaram-se os interlocutores com quem convivi mais intensamente e realizei entrevistas semiestruturadas. Com 33 deles, além de realizar entrevista, pude fotografar suas quitinetes. Dos 38 participantes, 28 são do sexo feminino e 10 são do sexo masculino. Quanto à faixa etária, oito deles tem até 29 anos, 11 tem entre 30 e 39 anos, nove tem entre 40 e 49 anos, cinco tem entre 50 e 59 anos e cinco tem mais de 60 anos. Quanto à condição do imóvel, 22 são inquilinos, quatro são proprietários-moradores e dois são inquilinos de uso comercial. Quanto à composição de seus lares, 18 moram sozinhos, três são casais, dois são de mãe e filho, dois são de duas irmãs (e eu entrevistei ambas) e um deles é de uso comercial. Quando perguntados sobre o que motivou a mudança para o Residencial dos Ipês, 10 revelaram mudança na situação familiar (incluindo divórcio, saída da casa dos pais, saída dos filhos ou de outro familiar de casa), 14 se mudaram para Brasília vindos de outros Estados brasileiros a trabalho ou estudo; e 14 revelaram que se mudaram de outras Regiões Administrativas do DF para o Plano Piloto. Sobre a tutoria de animais de estimação, nove dos 38 participantes são donos de *pet* – sendo a maioria de cães (10) contra poucos gatos (dois). A partir das entrevistas e dos dados coletados durante a observação participante, elaborei gráficos que ilustram a demografia dos 38 participantes no Anexo II.

Também interagi com sete prestadores de serviço do condomínio — porteiros, zelador e funcionários da limpeza —, com corretor de imóveis que morou e vendeu muitas unidades no condomínio, e também com funcionários que trabalhavam nas casas dos interlocutores, como cuidadores e faxineiras. A abordagem foi inspirada no eixo de pesquisa denominado *asking about services*, de projeto etnográfico multissituado (Miller et al., 2021). As conversas

informais trouxeram importantes apontamentos sobre o modo de vida no condomínio que foram incorporados a esta etnografia. No retorno do doutorado-sanduíche, fiz visitas ao condomínio e conversei com os interlocutores. O contato atualizou algumas interpretações com mudanças que aconteceram no desenrolar do tempo.

Complemento a investigação com a análise documental de 108 arquivos enviados pela administração do condomínio (entre editais de convocação de assembleia, atas de assembleias, relatórios, regimento interno e regulamento do condomínio, mensagens temáticas e comunicados gerais) via Lista de Transmissão no WhatsApp. Também somo à etnografia as minhas experiências em outros dois grupos no WhatsApp de outros condomínios que vivi antes e após me mudar do Residencial dos Ipês, e as entrevistas com colegas em suas quitinetes em outras regiões do Distrito Federal.

A pesquisa chegou a contar ainda com a aplicação de questionário entre os moradores do Residencial dos Ipês, enviado por meio de grupos de WhatsApp e posicionado nos elevadores, para coleta de dados demográficos. Contudo, a aplicação de questionário foi descontinuada ainda no início do campo pela baixa adesão dos moradores. Reorientei meu esforço de pesquisa para a observação participante e o cultivo de laços com meus participantes para captar os imponderáveis do campo<sup>38</sup>, nos termos de Malinowski (2018 [1922], que não aparecem em um formulário.

### 1.3.1 *Observação participante*

Realizei observação participante durante os seis meses finais em que morei no condomínio. Estar diariamente presente nas áreas comuns me proporcionou notar as recorrências e os padrões dos moradores, trabalhadores e visitantes do Residencial dos Ipês. Acompanhei acontecimentos ordinários como a partilha de lanches ao final da tarde, a interação dos donos com seus animais de estimação no momento do passeio, o ir e vir de moradores para buscar encomendas e *delivery* de refeições na portaria. Também me permitiu abordar os meus vizinhos nos elevadores, na garagem, na igreja próxima do condomínio que frequento aos domingos. Apresentava-me como moradora e pesquisadora, mencionando o objetivo da etnografia e comentando que gostaria de marcar uma entrevista posteriormente. Além do cotidiano nas áreas comuns, estabeleci relações ativas que me permitiram integrar as atividades da *turma*. Fomos juntos a festas juninas, quermesses, aniversários, seresta, ações

<sup>38</sup> Malinowski (2018 [1922], p. 76), por exemplo, destaca: “[...] há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma pode ser registrada apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas que deve ser observada em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de ‘os imponderáveis da vida’”.

sociais para entrega de donativos, reuniões informais nas casas de alguns deles e *happy hours* às quartas-feiras organizado pelo grupo de vizinhos mais próximos, narrados e analisados no **capítulo 6**.

A participação e a observação direta desses eventos e acontecimentos foi particularmente estratégica para mapear o não-dito e compor o quadro junto da entrevista e das fotografias. Gradualmente, fui compreendendo os moradores em suas preferências e vinculações políticas e religiosas, hábitos de consumo, níveis de intimidade e vínculos com vizinhos e, principalmente, suas motivações para residência no condomínio e os impactos diretos da moradia em seus comportamentos e em seus modos de vida. As impressões foram registradas em um diário de campo digital, em meu *smartphone*, junto da captação de materiais audiovisuais (fotos e vídeos) das atividades.

Destaco que ao longo da investigação, embora pontualmente interpelada por recortes interseccionais, o campo me levou para outra direção que se desviava dessa discussão. As interações com os interlocutores, tanto nas entrevistas, quanto nas conversas informais e nos grupos *online*, tendiam a se concentrar nas dimensões infraestruturais da vida condominial: a manutenção dos espaços, a interação com outros vizinhos, as regras de convivência. Mesmo em contextos festivos ou em momentos mais descontraídos, quando surgiam narrativas pessoais, as discussões raramente avançavam para temas percebidos como potencialmente polêmicos, como política partidária ou marcadores identitários. Com o tempo, compreendi que essa ausência não correspondia a uma inexistência dos recortes, mas a uma etiqueta própria dos moradores do condomínio, um código de convivência que buscava evitar o conflito aberto. Evitar a polêmica parecia constituir uma norma moral implícita, vinculada ao ideal de harmonia e ao desejo de manter o “bom convívio” entre vizinhos. A polêmica, a discórdia e o conflito, quando emergiam, apareciam quase sempre deslocados para o plano da infraestrutura e a administração: a fachada, o uso das áreas comuns, as decisões da assembleia, a atuação da síndica. Houve, no entanto, situações pontuais que tensionaram essa etiqueta e revelaram suas fissuras. Um dos episódios mais marcantes foi a circulação de boatos sobre moradoras que seriam “garotas de programa”, de forma abertamente acusatória e moralizante (ver **subitem 7.2.2**). Embora o caso tenha se mostrado isolado, ele ilustra como certos marcadores de gênero e moralidade permaneciam latentes, prontos a emergir em contextos de vigilância e tentativa de controle social. Esses momentos excepcionais ajudam a compreender que, sob a superfície da cordialidade condominial, persistem moralidades e tensões que, mesmo silenciados, organizam a vida coletiva.

A observação direta também se deu com a minha vivência em uma quitinete, com início posterior ao campo. Ao longo de dois anos e meio, dormi, cozinhei, trabalhei, estudei, reuni amigos, faxinei, rezei, tive ressaca, decorei o meu espaço de 29 m<sup>2</sup>. Neste caso, sublinho que a experiência corporificada da quitinete, discutida no [capítulo 4](#), foi especialmente relevante para a interlocução com os participantes e interpretação das evidências do campo. Partilhávamos as qualidades, os desafios e as exigências particulares de um espaço de moradia compacto.

### *1.3.2 Entrevistas semiestruturadas e registro fotográfico das quitinetes*

O segundo eixo da etnografia consistiu em entrevistas realizadas na quitinete dos interlocutores, seguida de registro fotográfico do espaço, de acordo com suas permissões. Para marcar a entrevista, enviei mensagens para os interlocutores pelo WhatsApp, apresentando-me como moradora e pesquisadora, explicando brevemente o estudo e perguntando se poderíamos agendar um horário para conversarmos em seus apartamentos. Seguindo um roteiro semiestruturado, perguntei sobre os lugares onde viveram; qual o contexto em que se mudaram para o condomínio e como foi a adaptação ao novo espaço; que tipo de luto viveram ao se mudarem para lá, que coisas compraram para dar um conforto e a sensação de estar em casa; se o condomínio é um espaço para moradia de curta, média ou longa duração; quais as atividades realizam em casa; como e quais são seus hábitos alimentares; se costumam fazer exercícios físicos no espaço doméstico; o significado de lar para eles e o significado daquele apartamento em específico; se comprariam o apartamento em questão e o que modificariam nele caso fossem proprietários; o que respondem quando são questionados sobre onde vivem; se e como costumam interagir com as pessoas do condomínio e se participam das assembleias; o que significa ser um bom vizinho e se consideram ser um deles. Ao final da entrevista, solicitei autorização para fotografar o espaço sob diferentes ângulos, a fim de analisar as configurações espaciais e comparar as imagens, identificando padrões e particularidades para estabelecer conexões entre o nível particular e o geral.

Depois das fotos, eu compartilhei o termo de consentimento para assinatura via WhatsApp (Anexo I), com uma cópia enviada para o e-mail dos participantes. Ainda assim, com alguns participantes, as conversas fluíram com o gravador desligado, seja por desconfiança em serem gravados, seja porque acabávamos engajados em conversas sobre nossas vidas, sentados a tomar um café, comer biscoitos ou um bolo que gentilmente haviam

preparado para me receber em seu lar. Aqueles poucos que não se sentiram à vontade para me receber em casa, conversaram comigo nas áreas coletivas do condomínio e também pelo WhatsApp. Como parte de uma “troca simbólica” (Mauss, 2007 [1925]), abri as portas da minha quitinete para que alguns dos interlocutores e vizinhos pudessem conhecer o meu apartamento quando demonstraram interesse e curiosidade em compará-lo com o deles. Conversamos sobre a disposição dos móveis, a vista da paisagem, os eletrodomésticos, a divisão interna e o valor do aluguel, trocando informações e construindo vínculos. As entrevistas evidenciam as interpretações e opiniões dos colaboradores sobre as próprias experiências no condomínio, compondo o quadro junto do que observei diretamente.

A maioria das entrevistas foi realizada nas quitinetes dos interlocutores e nelas todas eu pude fotografar pelo menos a sala de estar, quando as quitinetes tinham divisória. Alguns interlocutores abriram até os armários para mostrar onde guardavam cada coisa. Contudo, pelo menos três interlocutores não se sentiram a vontade para me receber no apartamento e preferiram realizar a entrevista na área comum do condomínio, alegando que “a casa está uma bagunça”. Um desses interlocutores, me enviou a imagem de sua sala de estar, posteriormente, no WhatsApp. Com outro, não pude fotografar, mas observar, em uma rápida interação, posterior à entrevista. Um terceiro já havia me mostrado o vídeo da grande reforma que havia realizado quando conversávamos na área comum, mas sua esposa não permitiu a entrevista em casa para que eu não registrasse com fotografias o projeto arquitetônico “exclusivo” que haviam feito. No **subitem 1.4.1**, elaboro como a fotografia das quitinetes e as outras imagens incorporadas a esta tese possibilitam a produção de conhecimento etnográfico, junto de outras imagens.

### *1.3.3 Engajamento com os artefatos digitais*

O terceiro eixo de coleta de dados consistiu no engajamento com os artefatos digitais do condomínio. Contudo, por conta do digital integrar diferentes processos — sendo campo, meio de comunicação com interlocutores e ferramenta de pesquisa —, precisei *desagregá-lo* para fins metodológicos, mesmo sabendo que ele constitui uma totalidade (Miller; Slater, 2003 [2000]). No **capítulo 3**, elaboro a ecologia digital do condomínio e discuto as *affordances* que fazem do WhatsApp uma “tecnologia da vida” (Cruz; Harindranath, 2020) bastante popular em contextos de condomínio. No próximo item, penso o digital, em especial o WhatsApp, enquanto ferramenta de coleta de dados e de interlocução com os participantes, destacando funcionalidades que me foram úteis para a documentação das evidências, bem

como as implicações de “carregar o campo de pesquisa no bolso”. No percurso, reflito sobre as implicações do digital para a prática etnográfica e para a produção de conhecimento, em linha com o que pesquisadores já observaram (Pink et al., 2016).

#### 1.4 Tecnologias e ferramentas de pesquisa

É fundamental ter no horizonte a constante e rápida mutabilidade dos artefatos digitais, fazendo com que as ferramentas e tecnologias para coleta de dados estejam atreladas a um contexto específico. Esta pesquisa foi feita essencialmente com o meu *smartphone*, modelo iPhone 12 Pro da Apple. Entre os benefícios dos usos desta ferramenta, destaco o “oportunismo perpétuo” (Miller et al., 2021), isto é, o fato de o aparelho estar sempre disponível e à mão, como especialmente relevante para a investigação. O *smartphone* funcionou como diário de campo, meio de comunicação com os participantes, ferramenta de gravação de entrevistas e fotografia de ambientes e de pessoas (quando autorizado). No “bloco de notas”, registrei data, horário, fatos e informações relevantes e arquivos multimídia como fotografias, áudios e vídeos. O aplicativo de notas conta com ferramenta de busca bastante eficaz para a localização de personagens, temáticas, eventos e demais informações importantes em momentos posteriores ao campo.

Em termos de metodologia e ferramenta de pesquisa no WhatsApp, recorri ao *acompanhamento*, proposto por Leitão e Gomes (2017), em que os trânsitos entre o *online* e o *offline* são estreitos e frequentes (Leitão; Gomes, 2017, p. 52). Na plataforma, o perfil pessoal do usuário tem centralidade para o funcionamento da rede, com convergência que expõe foto e número de telefone do usuário para criação do perfil *online* (impedindo, por exemplo, a anonimização da pesquisadora). Como consequência, observa-se a mescla das fronteiras pessoais e profissionais, além de questões ambivalentes de privacidade e temporalidade de pesquisa, que Leitão e Gomes (2017) comentam:

A conectividade perpétua, refletindo o modo de se vivenciar as plataformas digitais contemporaneamente, impõe uma novidade a esse tipo de etnografia, na qual se está, de certo modo, potencialmente à disposição do trabalho de campo de modo contínuo e permanente, a qualquer horário do dia e da noite. Os limites passam a ser negociados a partir da própria plataforma, mas essa tem como característica informar aos contatos o horário de última conexão dos sujeitos e se as mensagens enviadas foram ou não lidas, podendo gerar situações delicadas e expectativas de respostas imediatas às conversas iniciadas. Se pensamos nessa seção numa espécie de *etnografia-stalking*, perseguindo os trajetos dos sujeitos de pesquisa em plataformas on-line, e deslizando também para seu deslocamento *off-line*, podemos igualmente imaginar que tal dinâmica de uso da rede, de conexão permanente e associação estreita entre identidade civil e identidade *on-line*, situa o próprio

etnógrafo como potencial ‘stalkeado’ por aqueles que participam e transitam pelos ambientes de seu campo de pesquisa. (Leitão; Gomes, 2017, p. 56).

Percorri os domínios realizando o que as autoras chamam de “observação acompanhante”, para entender como as interações *online* nos grupos de WhatsApp refletem parte das interações *offline* e vice-versa. O WhatsApp também proporcionou a expansão das minhas conexões com os interlocutores e manutenção da rede de sociabilidade durante a minha pesquisa de campo, assim como na pesquisa de Marília Duque (2022, p. 20) sobre envelhecimento e *smartphones*. Assim, a plataforma consistiu tanto em ferramenta de comunicação como campo da etnografia (ver mais no [capítulo 3](#)), implicando no conhecimento técnico sobre como utilizá-lo, mas também uma compreensão dos códigos sociais ligados à normatividade brasileira para interação apropriada com os interlocutores. Segui os modos e tons informais usados pelos participantes ao interagirem nos grupos, enviando figurinhas, emojis, fotos e reagindo às mensagens dos outros membros de forma comedida. Ao participar ativamente dos grupos, na verdade eu estava realizando o que Miller (2020) chamou de “participação observante digital”. No uso do WhatsApp como ferramenta de comunicação com meus interlocutores, segui um roteiro para enviar mensagens diretas aos participantes, solicitando entrevistas e encaminhando o *link* para a assinatura do termo de consentimento.

A coleta de dados na plataforma seguiu o ritmo de interação e a configuração das funcionalidades do WhatsApp pelos usuários. Por exemplo, considerei o desaparecimento de mensagens 24h daqueles que usam as “mensagens temporárias” e a possibilidade de exclusão dos conteúdos logo após a postagem. Com isto, atentei-me para registrar o mais breve possível os conteúdos e contexto das interações *online* nas notas do meu *smartphone* para comparação com as anotações de campo que descrevem situações vivenciadas durante a fase de observação participante. Como advertiu Lane (2019, p. 178) em sua “etnografia urbana digital”, há um lado desafiador nesse trânsito entre o *offline* e o *online*: a possibilidade de conclusões equivocadas, caso uma dimensão se sobreponha à outra. O desafio e, ao mesmo tempo, o ponto-chave para a pesquisa, foi fazer o cruzamento entre os eventos que participei fisicamente e as interações *online*, sempre que possível, a fim de oferecer uma compreensão mais ampla e precisa. A análise do grande volume de dados da plataforma ocorreu de forma manual e analógica. Selecionei acontecimentos-chave e revisitei por diversas vezes as conversas e os documentos compartilhados nos chats, colocando-os em perspectiva com as entrevistas e as observações do campo

As *affordances* da plataforma, como a função de “marcar uma mensagem com estrela”, foram especialmente úteis para destacar conteúdos relevantes para a pesquisa. Ao identificar algo significativo no grupo de WhatsApp, pressionei longamente (toque e segurei) sobre a mensagem até que um menu aparecesse na tela; em seguida, toquei no ícone de estrela (⭐) no menu. Isso facilitou a localização posterior do conteúdo na função “mensagens marcadas com estrela” da plataforma e possibilitou o retorno ao contexto da conversa, tornando visível quem interagiu com aquela mensagem e quais reações foram dadas — ao pressionar longamente uma mensagem, o recurso permite que os usuários expressem seus sentimentos em relação àquela mensagem específica em um chat, usando emojis (como um joinha, coração, risada ou carinha triste), em vez de digitar uma resposta, tornando as conversas mais rápidas e expressivas.

A possibilidade de acessar documentos enviados pelo WhatsApp na aba “Docs” foi igualmente importante para minha pesquisa. Em todas as ocasiões em que foi necessário comunicar aos moradores sobre manutenções e demandas gerais, o responsável pelo perfil comercial fazia transmissões pelo WhatsApp, enviando em PDF os comunicados formais que ainda são tradicionalmente impressos e afixados nos elevadores. Por meio da funcionalidade, eu conseguia acessar mais rapidamente o que fora encaminhado pelo síndico, tanto para informar como para fazer política. A ferramenta cria uma linha do tempo mensal do que foi enviado e permite uma visualização rápida e o compartilhamento ao pressioná-los longamente, algo que pode ser utilizado em contextos de prestação de contas e transparência em um condomínio, por exemplo. O recurso “Docs”, nesses casos, é mais uma *affordance* relevante para a pesquisa. Ele possibilitou compreender a lógica de compartilhamento de documentos e informações por meio da ferramenta — práticas que não são neutras, especialmente em contextos de conflitos políticos e interpessoais, como ocorre no Residencial dos Ipês. Na verdade, tais práticas refletem os interesses de quem controla esse canal de comunicação: o síndico ou sua equipe, como discuto no [capítulo 7](#).

#### 1.4.1 *Fotografias, mapas e outros recursos visuais*

Esta é uma etnografia multimodal também pelos diferentes recursos utilizados na coleta de dados e na elaboração desta tese, como fotografias, mapas e demais imagens. Em diálogo com o que Sarah Pink (2021) propõe em *Doing Visual Ethnography*, entendo as imagens como parte do processo etnográfico de ver, experienciar e imaginar. Ou seja, os elementos visuais instituem formas próprias de produzir e de representar o conhecimento

etnográfico (Pink, 2021). São tanto materiais como ferramentas de pesquisa que, no contexto de digitalização, passaram a entrelaçar as qualidades digital e material do artefato em que são produzidas e reproduzidas (Pink, 2021), como um *smartphone* ou o Google Maps, por exemplo. Nesse sentido, Pink (2021) argumenta que as imagens são contingentes desses aspectos materiais, digitais e também humanos (que se colocam em termos de negociação de subjetividades do etnógrafo e do interlocutor). Nesta tese, integro cinco tipos principais de imagens à descrição densa:

- Fotografias dos interiores das quitinetes — capturadas com meu *smartphone* (iPhone 12 Pro, Apple) durante as entrevistas semiestruturadas com os interlocutores, em 2023;
- Fotografias de Brasília — com meu smartphone (iPhone 12 Pro, Apple) em 2025;
- Mapas — reelaborados ou reproduzidos a partir de fontes oficiais;
- Infográficos — elaborados para ilustrar temporalidades da pesquisa e esquemas conceituais;
- Imagens digitais do WhatsApp — engloba a reprodução de memes que circularam nos grupos, a reprodução documentos digitais distribuídos via Lista de Transmissão e a produção de *screenshots* do WhatsApp.

Os estudos de Daniels (2010) e Şalaru (2025) foram particularmente influentes para a decisão metodológica de realizar a fotografia das quitinetes junto das entrevistas para identificar padrões estéticos e questões de gosto dos moradores. O material consistiu em rica fonte artefactual que embasou a interpretação das formas de apropriação do espaço, padrões decorativos, coesão visual e estilos de vida elaborados no [capítulo 4](#). Em outras palavras, as fotografias instituíram caminho particular para a interpretação da cultura material doméstica dos participantes. Os estudos também inspiraram a incorporação de imagens para composição da narrativa etnográfica desta tese, em que as imagens não são apenas ilustração que acompanha o texto, mas tornam-se fonte primária de compreensão do campo. Şalaru (2025, p. 34) posiciona o visual como forma única de conhecimento, capaz de destacar qualidades materiais de seu campo de pesquisa. Daniels (2010, p. 23) argumenta que a abordagem mais equilibrada entre texto e imagem beneficia especialmente os estudos da cultura material com os quais esta tese dialoga, em que as limitações para a representação textual das coisas (e suas naturezas multifacetadas) é contornada com a dimensão visual. Cabe sublinhar que, por terem

sido captadas ou elaboradas por diferentes fontes, as imagens e mapas oferecem pontos de vista diversos.

#### 1.4.2 O uso de Inteligência Artificial

A disponibilização de tecnologias de Inteligência Artificial ocorreu contemporaneamente à elaboração desta tese. O *Chat GPT* foi lançado em novembro de 2022, por exemplo, e o *DeepSeek* (modelo chinês), em maio de 2023. A rápida progressão dos usos destas tecnologias para os domínios da vida cotidiana, incluindo na produção científica, e o constante aprimoramento dos *softwares* implica em efeitos em desdobramento, com reflexões em curso. No meio acadêmico, são discutidas questões de segurança das informações, propriedade intelectual e geração de informações falsas (a chamada *hallucination*). Contudo, não naturalizo a adoção dessas tecnologias, mas faço um uso crítico, demonstrando também a importância da pesquisa situada e qualitativa em meio ao ganho de escala na captura, armazenamento e análise de grandes volumes de dados por máquinas. A etnografia ganha ainda mais relevância e importância neste contexto, ancorando a pesquisa em evidências coletadas a partir um campo multimodal e de longa duração.

As entrevistas foram decupadas na versão paga do *software Tactic.io*, que utiliza Inteligência Artificial para transcrição automatizada dos áudios. O segundo passo foi revisar a transcrição para correção de eventuais equívocos. Depois, realizei análise temática, destacando padrões e repetições nas falas dos interlocutores e estabelecendo as categorias analíticas que se desdobraram nos capítulos e subcapítulos desta tese.

Na escrita da tese, utilizei tecnologias de Inteligência Artificial generativa — os sistemas treinados com grande volume de dados para compreender a linguagem humana, as chamadas Large Language Models (LLMs) — como o *Chat GPT*, *DeepSeek* e o *LanguageTool* para correção gramatical, revisão de regência, busca de sinônimos, sem terceirizar a elaboração de texto ou teorização a partir dos dados obtidos durante o campo. O conhecimento produzido nesta tese é inteiramente autoral e original. Para garantir a segurança dos dados, observei as políticas dos *softwares* — como padrão de *compliance* internacional e a desativação do uso de dados enviados via API para treinar modelos de OpenAI ou melhorar a oferta de serviços da OpenAI.

## CAPÍTULO 2

### BRASÍLIA, O PLANO PILOTO E O CONDOMÍNIO

Brasília tem identidade particular e fama mundial. Descrevê-la sem soar repetitivo ou sem recorrer aos clichês é desafiador. Também porque existem muitas Brasílias em uma só: a da arquitetura, a da política, a do rock, a das superquadras, a das cidades satélites, a do cerrado. É um “milagre”<sup>39</sup>, profetizado por um padre italiano anos antes de sua construção<sup>40</sup>. É a cidade do espanto<sup>41</sup>, do mistério, da ausência de esquinas e do lago criado artificialmente. Para muitos de seus moradores, isto a torna carismática e extrovertida à sua maneira. Brasília é também lugar das gigantescas desigualdades. A unidade federativa com maior renda *per capita* abriga a segunda maior favela<sup>42</sup> do Brasil em extensão e quantidade de moradores (Censo 2022: 16.390.815 pessoas [...] 2024).

O “quadrado”<sup>43</sup>, em referência à demarcação do território, e que virou representação popular, é uma metrópole em desenvolvimento. Nela vivem *pioneiros* e *candangos*<sup>44</sup>, brasilienses e pessoas de outras regiões do Brasil e do mundo. O Presidente da República e seus Ministros, membros do Parlamento, o Supremo Tribunal Federal e os tribunais específicos relacionados, as Forças Armadas, o Banco Central, centenas de embaixadas, os escritórios das Nações Unidas e do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outras organizações internacionais; todos esses cargos e seus respectivos funcionários coabitam a cidade com outros milhares de pessoas comuns. São constantes as negociações simbólicas e espaciais que constituem o território.

Vários também são os debates sobre Brasília dadas as suas singularidades enquanto cidade imaginada, planejada e construída sob encomenda para ser a Capital Federal de um

<sup>39</sup> Na Revista manchete de 1974, Lucio Costa, recorre à linguagem religiosa para definir a cidade que planejou (Costa, 2018c).

<sup>40</sup> O padre italiano Dom Bosco supostamente teve um sonho profético com uma cidade na América do Sul, em 1883, nas coordenadas geográficas em que anos depois seria inaugurada Brasília. Na capela construída em homenagem ao padroeiro da cidade às margens do Lago Paranoá, a Ermida Dom Bosco, foram reproduzidos em pedra os dizeres que constam no livro de memórias escrito pelo assistente do religioso:

Entre os graus 15 e 20 havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível (apud Lemotne, 1898).

<sup>41</sup> Em crônica, a escritora Clarice Lispector escreveu: “os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil; eles ergueram o espanto deles, e deixaram o espanto inexplicado. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério. – Quando morri, um dia abri os olhos e era Brasília” (Lispector, 1999 [1970]).

<sup>42</sup> O GDF contestou a classificação do censo do IBGE alegando que houve melhoria da infraestrutura urbana e dos serviços oferecidos aos cidadãos (Giovanni, 2024).

<sup>43</sup> Ver mais em [www.instagram.com/quadradiom.oficial/](http://www.instagram.com/quadradiom.oficial/).

<sup>44</sup> Ver Moura (2011; 2012) para discussão dos termos enquanto categorias analíticas.

país continental. Sua inauguração, em 21 de abril de 1960, materializou projetos múltiplos: político, ideológico, arquitetônico, urbanístico e social. Mais, fez dela a maior área do mundo tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO<sup>45</sup>. Tal empreendimento coletivo nacional acabou por estabelecer não só estilos de habitação, mas também jeitos de morar na cidade. Ou melhor, nas cidades, uma vez que o Distrito Federal conta com Regiões Administrativas (RAs), com história, morfologia e estilos de vida bastante diversos e que, a depender do contexto, são referidas como cidades. É por isso que falar da cidade, ou das cidades, vai depender sempre das condições simbólicas e materiais em questão. Apesar de indivisível, há sempre que se perguntar se, quando e em que contexto “a cidade é uma só”<sup>46</sup> (Queirós, 2012).

Em estudos de diferentes naturezas, contextos e temporalidades sobre Brasília, o Plano Piloto emerge como objeto e instrumento analítico, com discussão que se organiza nele ou em contraste com ele (Borges, 2003; Holston, 1989; Paviani, 2010; Ribeiro, 2008). Nesta pesquisa, o Plano Piloto também é agente e categoria analítica em discussão sobre a moradia em condomínio de quitinetes como forma de *acesso*, ainda que parcialmente, a equipamentos urbanos, oportunidades e valores de um determinado grupo social. Para a maior parte dos interlocutores, a moradia no condomínio de quitinetes no Plano Piloto se vincula principalmente à proximidade e facilidade de acesso ao local de trabalho e estudos para ganho de “qualidade de vida”, conforme argumento ao final do capítulo. Embora relevante, o fenômeno urbano dos condomínios de quitinetes no Plano Piloto ainda não foi propriamente investigado nas ciências sociais. A literatura dá especial destaque à unidade básica da região, a *superquadra*, que comporta não só um projeto multifamiliar, mas um ethos próprio das camadas médias que ali vivem (Holston, 1989; Januzzi, 2021; Machado; Magalhães, 2010; Marques et al., 2020; Moura; Januzzi, 2019; Moura, 2011). Os prédios das superquadras, os chamados *blocos*, estabeleceram um estilo de vida próprio, que aciona valores e é sem dúvida hegemônico, mas não universalizante, como veremos adiante.

Habitar o “Plano” vai suscitar o debate sobre os interesses em articulação e em disputa, discussão que faço a partir de lentes interdisciplinares. Recorro aos enquadramentos da antropologia urbana, da arquitetura e da geografia, que dão suporte para pensarmos os fluxos de sentido e a construção de significados nos quais o objeto desta pesquisa se inscreve. Fazer pesquisa na cidade demanda uma discussão, ainda que breve, sobre seus precedentes

<sup>45</sup> Conforme Decreto distrital nº 10.829/87 e Portaria do Iphan 314/92.

<sup>46</sup> A pergunta dá nome ao documentário homônimo de Adirley Queirós (2012), que discute o processo histórico de segregação das populações do Plano Piloto e demais Regiões Administrativas, chamadas cidades satélites no filme.

históricos, ideológicos, arquitetônicos e socioculturais. Afinal, eles dão textura, densidade e contexto ao campo de pesquisa.

**Figura 4: O Eixo Monumental**



Fonte: Elaboração própria (2025).

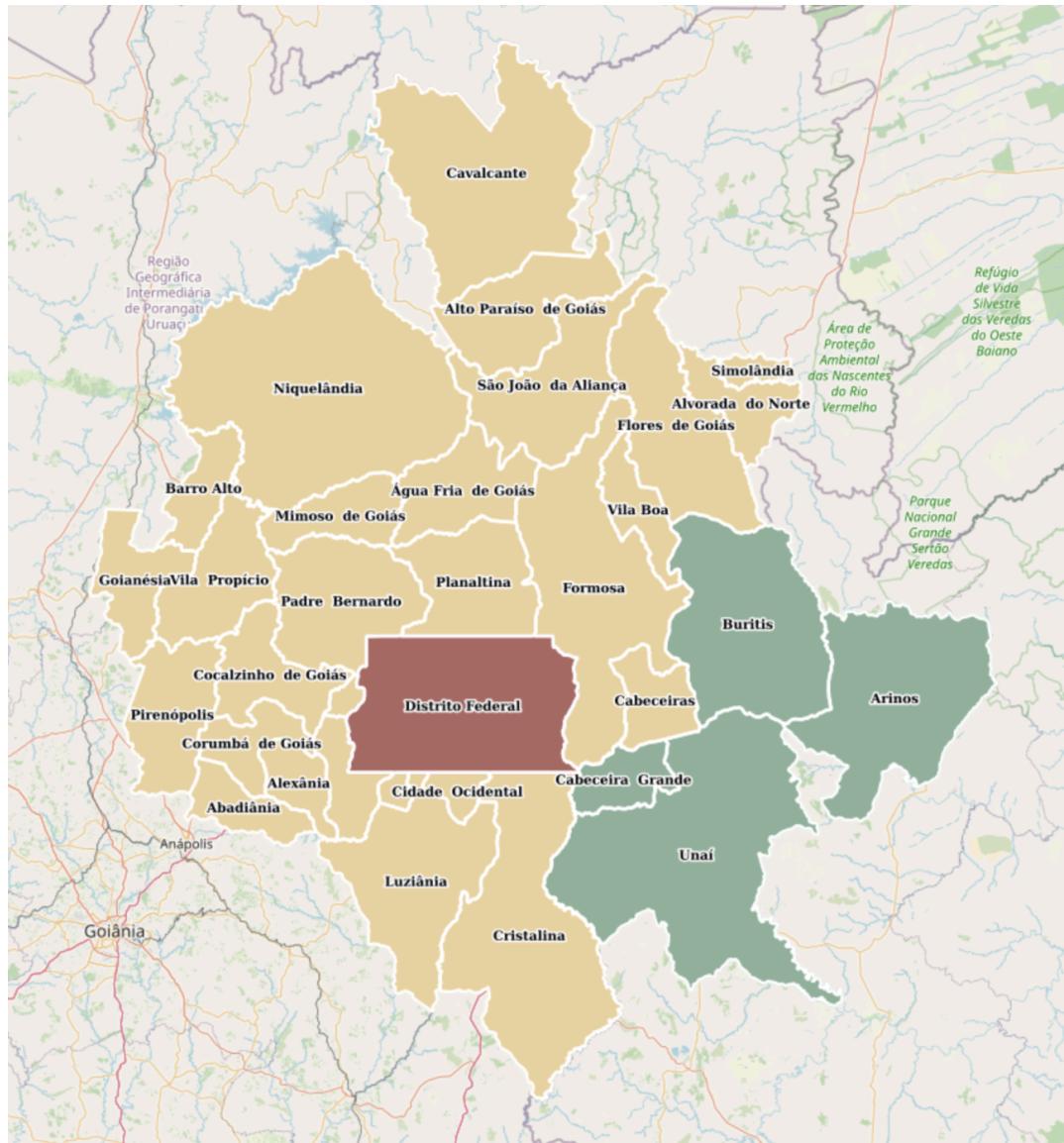
## 2.1 Densidades da(s) cidade(s)

São muitos os níveis de classificação e organização do território, mas em termos oficiais, eu destacaria três: a RIDE-DF, Brasília ou Distrito Federal e as Regiões Administrativas. A RIDE consiste em uma Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, da qual participa o Distrito Federal e o Entorno — 29 municípios de Goiás e quatro municípios de Minas Gerais. Consiste em uma região administrativa conjunta<sup>47</sup>, que estabelece a gestão de infraestrutura e se propõe à geração de empregos a uma população que está em cerca de 4,8 milhões de pessoas (População [...], 2025). Por questões de escopo, não aprofundo a discussão sobre a RIDE (Figura 5), mas deixo no horizonte o fato de que pessoas que moram em municípios da RIDE, a longas distâncias do Plano Piloto, encontram no DF as

<sup>47</sup> Instituída pela Lei Complementar n.º 94/1998 e ampliada pela Lei Complementar n.º 163/2018.

oportunidades de emprego e estudo, e, por vezes, acabam se mudando para lá, como discuto mais adiante.

**Figura 5: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF)**



Fonte: Reprodução IPEDF (2023).

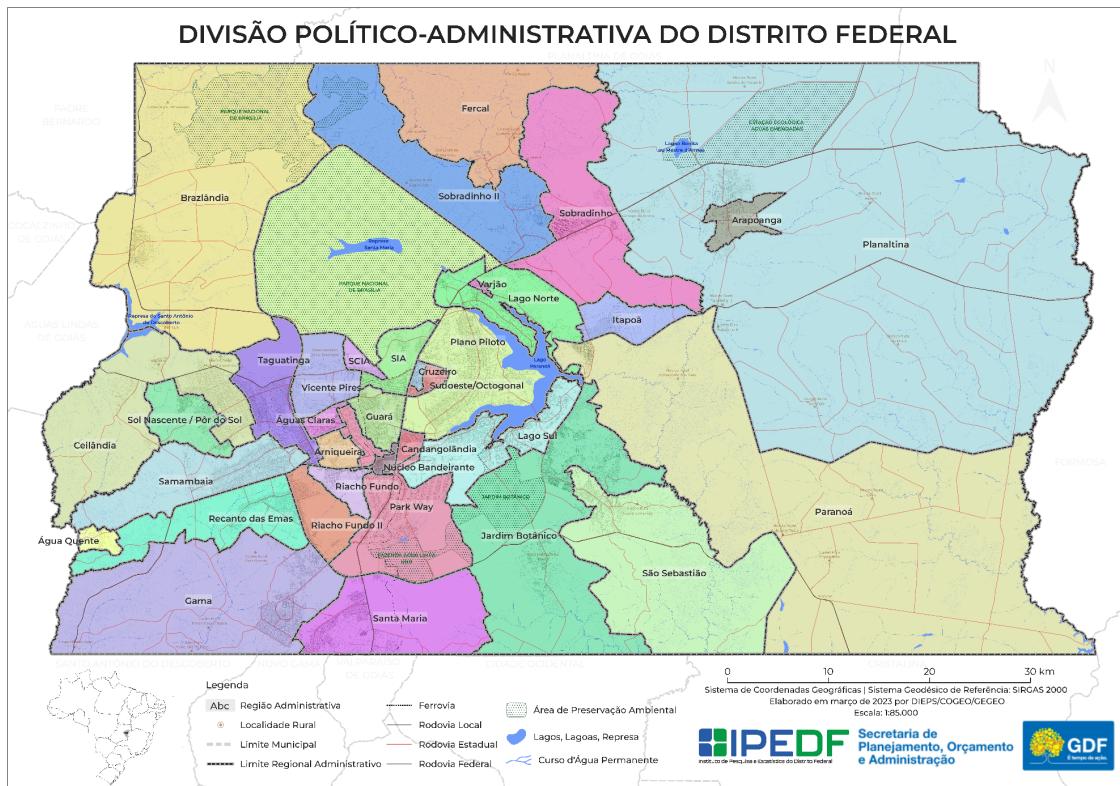
O Distrito Federal consiste em uma unidade federativa, de natureza indivisível e, por isso mesmo, sinônimo de Brasília. Projetado para 500 mil habitantes, sua população já está em 2,9 milhões de pessoas (População [...], 2025). Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada: Distrito Federal (PDAD-A, 2024), 46,6% são pardos, 40% branco e os demais distribuídos entre pretos (11,6%), amarelos (1,3%) e indígenas (0,5%). A pesquisa revelou que grande parte da população do DF é católica (46,8%), mas os evangélicos (28,3%)

também são representativos, frente aos demais credos. O estado civil de 45,5% da população é casado, frente a 44,7% solteiro (PDAD-A, 2024). Pouco mais da metade declara ter nascido no território (57,4%), enquanto 42,1% veio de outros estados (sendo 51,6% deles vindos do Nordeste) e 0,5% de outro país (PDAD-A, 2024). Mais de 60% das pessoas acima dos 18 anos possui carteira de motorista, 95,8% é alfabetizado e 93,6% têm ocupação (PDAD-A, 2024). A empregabilidade da população se divide principalmente entre o setor privado (47%), autônomos (28,3%, sendo que são 29,5% MEI e 43,6% são PJ) e 17,8% no setor público (sendo 50,5% no âmbito federal) (PDAD-A, 2014).

O contingente está alocado em uma área de apenas 5.761 km<sup>2</sup>, fazendo do DF a unidade federativa com maior densidade demográfica do país (Censo 2022: País tem 90 [...], 2023). Para o geógrafo da cidade, Aldo Paviani (2010, p. 81), o volume populacional, aliado a outras duas características, fazem de Brasília uma metrópole. Vejamos sua complexidade funcional: no DF, a indústria representa apenas 4% da dinâmica econômica do território (IPEDF, 2022). A base da economia é terciária, apoiada no setor de serviços que representa 95% com foco nos setores de administração, defesa, saúde e educação públicas e segurança social (Setor de serviços [...], 2024). Há ainda a questão da inter-relação/integração espacial de um aglomerado urbano heterogêneo (o plano Piloto, as “cidades-satélites” e o Entorno). Apesar deste fato, a cidade não apresenta conurbações entre o centro e a periferia, dada a construção de uma “faixa sanitária” para isolar o Plano Piloto das “cidades-satélites” (ver Paviani, 2010; Januzzi, 2021). O resultado é uma metrópole espacializada, polinucleada, pulverizada e segregada (Paviani, 2010).

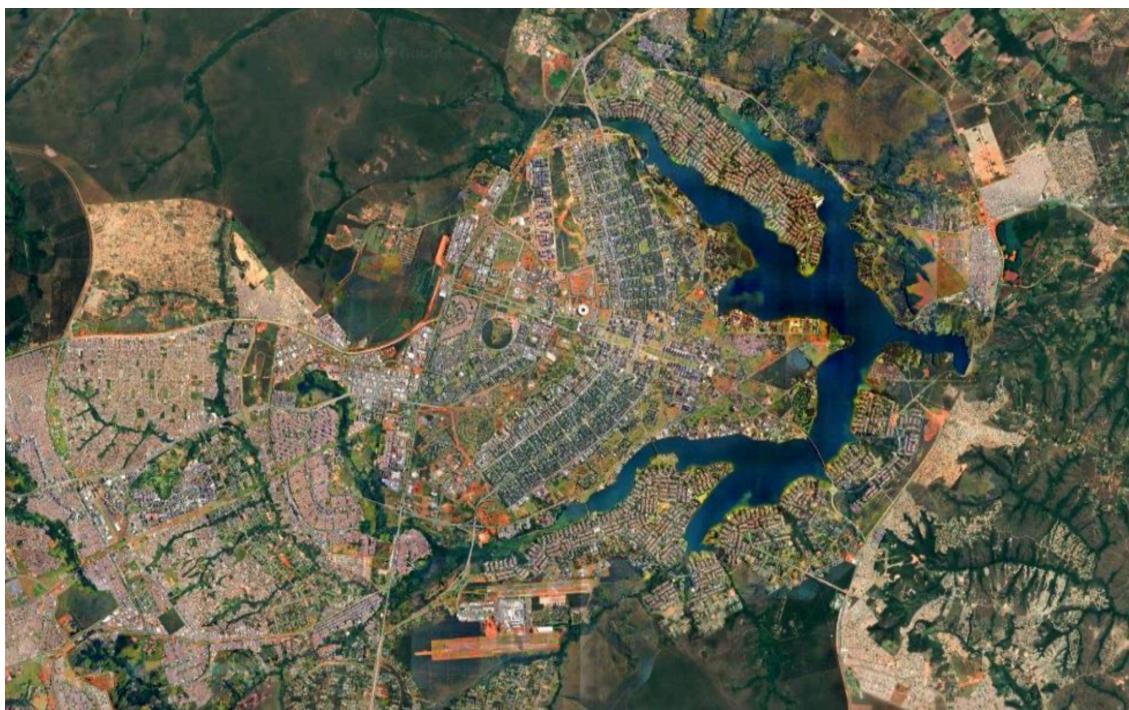
A metrópole conta com 35 Regiões Administrativas (RAs), que têm mais autonomia que os bairros e menos que os municípios (Figura 6 e 7). A nomenclatura é um guarda-chuva: abrange regiões que surgiram antes mesmo da inauguração, enquanto “cidades-satélites”, em contraposição ao Plano Piloto, que por muito tempo foi sinônimo de Brasília. Somente em 1989, com Decreto n.º 11.921/1989, a RA I teve seu nome alterado de Brasília para Plano Piloto. Sob o termo ainda estão as regiões emergiram como núcleos habitacionais ou mesmo como RAs. Por meio de decreto n.º 19.040, de 18 de fevereiro de 1998, o termo “satélite” foi proibido de ser usado para designar as cidades do Distrito Federal. Mais recente passamos a ver um esforço conjunto entre governo do GDF, mídia e outras instituições para substituir o termo cidade por Região Administrativa, na tentativa de compor a narrativa de uma única cidade, Brasília. Por isso, nesta pesquisa privilegio Regiões Administrativas, embora adote “cidades-satélites” a depender do referencial e para trazer contexto.

**Figura 6: Regiões Administrativas (RAs) de Brasília**



Fonte: Reprodução IPEDF (2023).

**Figura 7: Vista aérea de Brasília**



Fonte: Screenshot do Google Maps em 22/09/2025.

Nas RAs não há prefeitura ou câmara de vereadores, elas são geridas por administradores escolhidos pelo governador do DF, ocasionando uma *cidadania incompleta* (Paviani, 2010). No entanto, está sempre em questão o debate se e quando o “Plano” é sinônimo de Brasília ou do que é ser brasiliense, ou de quantas cidades é feita a cidade. A antropóloga Cristina Patriota de Moura (2011, 2012) argumenta sobre esse caráter relacional da cidade, no qual os processos urbanos e os aspectos materiais e morais determinam de que Brasília estamos falando. Ela diz:

Até hoje, a depender da situação, Brasília se confunde com o Plano Piloto – nome que, de descrição técnica, passou a designar um “lugar” vivido, sentido e significado de forma plural. Mas Brasília pode também abarcar múltiplas “cidades”, algumas outrora denominadas satélites, outras nascidas como “regiões administrativas” ou “setores habitacionais”. Em algumas dessas localidades há moradores que se vinculam aos espaços urbanos através do compartilhamento de rótulos identitários, memórias e projetos coletivos. Há alguns nomes que suscitam estereótipos e remetem a formas de sociabilidade e expressividade específicas, como o *rap* – mas também o repente – da Ceilândia, o samba do Cruzeiro, as torcidas de futebol do Gama. Há outros que evocam estigmas e imagens de pobreza e crescimento desordenado e ainda outros que pretendem ser apêndices de áreas valorizadas como símbolos de distinção, como os condomínios do Lago Sul. Há também composições como os condomínios de classe média baixa que combinam ideopaisagens de ordem e desordem e embaralham categorias (Moura, 2012, p. 218).

De outra forma, Brasília é “uma cidade de muitas cidades” (Moura, 2011, p. 505). A disjunção remonta o processo histórico de concepção, planejamento, construção e inauguração da cidade, a que me atenho brevemente a partir de agora.

## 2.2 Modernismo na vitrine

Brasília concretizou uma série de planos e movimentos políticos de interiorização do país que se acumularam ao longo de mais de um século e meio de história brasileira. No entanto, a gênese de tamanho empreendimento não se deu em movimento contínuo, mas a partir de contextos históricos, sociais e políticos bastante diversos entre si. Vidal (2009) relata seis projetos de construção de uma nova capital que datam desde o Brasil Colônia<sup>48</sup>. Em 1956, a construção de Brasília tornou-se a meta síntese do governo de Juscelino Kubitschek que, com o slogan “50 anos em cinco”, ditava o ritmo da marcha desenvolvimentista. Vidal

<sup>48</sup> Em linhas gerais: foi Marquês de Pombal quem primeiro sugeriu o feito ao rei de Portugal, ainda em 1761. Mais tarde, à época da Inconfidência Mineira (1789), a interiorização do país também foi pauta dos revolucionários. Em 1823, José Bonifácio propôs o nome de Brasília para a futura capital. Posteriormente, em 1891, a primeira Constituição da República estabeleceu a demarcação de área para a construção da capital no Planalto Central. Em 1892, no governo de Floriano Peixoto, aconteceu a “Missão Cruls”, para desbravar o Planalto Central e demarcar o quadrilátero da nova capital. Nos anos 1940, o Governo Vargas lançou a “Marcha para o Oeste”. Para a história dos planos de interiorização em detalhes, ver Vidal (2009).

(2009) argumenta que o “projeto Brasília” tinha, portanto, três dimensões: geopolítica, com a transferência da capital; material, com a construção de uma nova cidade; e social, de projetar um “Brasil moderno”. Brasília, nesse sentido, consistiu em um “depósito geológico de ideias e projetos” de várias ordens em que a articulação de atores sociais, componentes urbanos e ideias que concretizaram a cidade (Vidal, 2009, p. 19). Também por isso, as contradições se mostraram patentes desde a época da construção.

No governo de JK foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) para encampar a construção da nova capital. A estatal da qual Oscar Niemeyer era diretor do departamento de arquitetura e urbanismo abriu concurso para escolha do plano-piloto da cidade e o projeto de Lúcio Costa, em que dois eixos se cruzam e formam o sinal da cruz (Figura 8, 9 e 10), foi o vencedor<sup>49</sup>. O projeto estabeleceu quatro escalas que, articuladas, conferem identidade à Brasília, sendo: 1) Monumental, de caráter simbólico e coletivo, para abarcar as edificações da administração pública; 2) Residencial ou Cotidiana, da qual fazem parte as superquadras Plano Piloto, nas asas Sul e Norte; 3) Gregária, na qual se concentram os setores e para onde converge a população para convívio; e 4) Bucólica, de lazer e com paisagismo densamente arborizado, que fazem dela uma “cidade – parque”, ornamentada pelo Lago Paranoá (Costa, 2020 [1985/87]). Nesse contexto brasiliense, as escalas são divisões conceituais qualitativas que reúnem elementos específicos que caracterizam o conjunto urbanístico – como edificações administrativas ou residenciais, paisagismo etc – e que se diferenciam das escalas quantitativas abordadas ao longo desta tese.

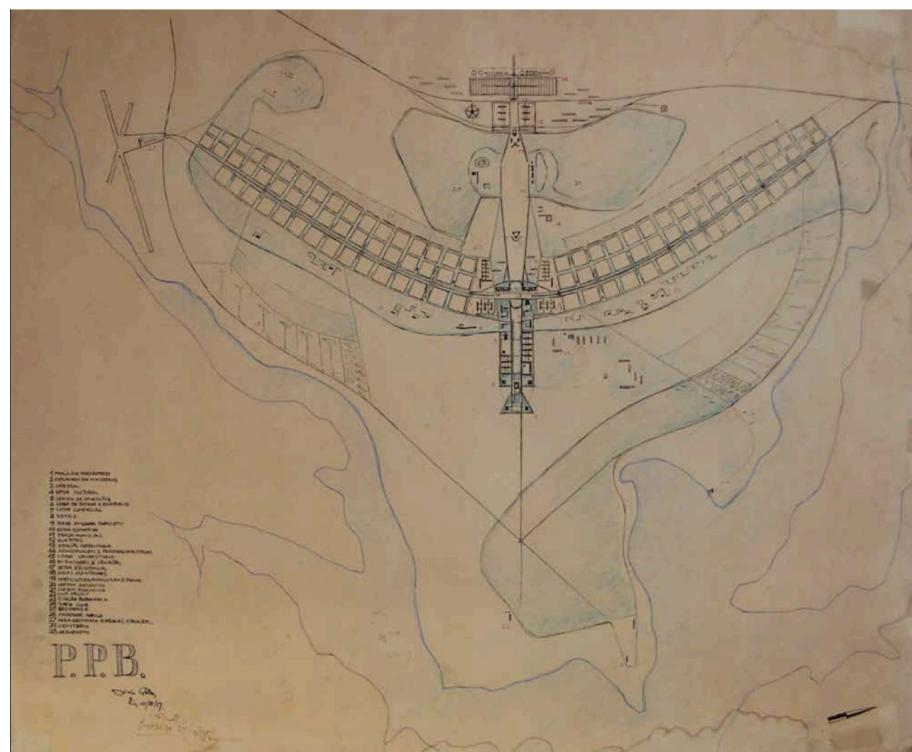
**Figura 8: Os primeiros traços do Plano Piloto por Lucio Costa**



Fonte: Costa (2018b, p. 284).

<sup>49</sup> Para mais detalhes sobre o edital e o projeto vencedor, ver a publicação *Brasília, cidade que inventei*, título do Relatório do Plano Piloto de Brasília (Costa, 2018 [1991]).

**Figura 9: Plano Piloto de Brasília apresentado por Lucio Costa ao concurso da NOVACAP**



Fonte: Lucio Costa (2018b, p. 295).

**Figura 10: Eixo Monumental em 1957**



Fonte: Mário Fontenelle (Costa, 2018b, p. 281).

Para além da arquitetura, o projeto modernista tinha a pretensão de projetar o país do futuro. Em *The Spirit of Brasília: Modernity as Experiment and Risk*, James Holston (2009 [2001], p. 91, tradução nossa<sup>50</sup>) sintetiza os aspectos ideológicos de tamanho projeto: “Brasília é um agente civilizador, a missionária de um novo sentido de espaço, tempo e propósito nacional, colonizando o todo no qual foi inserida”. O antropólogo explica que a cidade inaugurou um espírito de experimentação e inovação, o “espírito Brasília”; tal como um novo espaço-tempo na consciência coletiva, o “ritmo Brasília”, de 36 horas de trabalho árduo<sup>51</sup> para a concretização do plano em três anos e meio. Segundo o autor, tais aspectos acabaram por constituir uma “agência modernista”, que instaurou a inovação em várias instâncias além do projeto arquitetônico. Isto fez de Brasília parte e ao mesmo tempo do restante do Brasil (Holston, 2009 [2001]). Mais, seria a antítese e o antídoto do restante do Brasil, serviria de modelo e exemplo de uma nova sociedade (Holston, 2009 [2001]). Era, portanto, um empreendimento de rupturas (Moura, 2012), ainda que tal pretensão se realizasse muito mais discursivamente.

Seus criadores viam no *design* arquitetônico e na construção da cidade o surgimento de uma nova era para a nação brasileira. Ou seja, a mudança social e o desenvolvimento econômico supostamente viriam por meio de um plano totalizante, e da estratégia de “*design* total” de produção do espaço urbano, empreendido pelo Estado<sup>52</sup> (Caldeira; Holston, 2005). Nesta nova concepção de nação, constava uma sociedade mais igualitária, inovadora, industrializada, pós-colonial e, claro, moderna. Para tal, seria preciso redefinir funções primordiais da vida urbana — como as formas trabalho, moradia, trânsito, estudo, lazer — e da priorização do coletivo e do público perante o privado e ao individual (Holston, 2009 [2001]). Daí porque, o projeto de cidade de Lúcio Costa foi concebido para um determinado sujeito, o indivíduo-cidadão (Gorovitz, 2020).

A base conceitual deste ambicioso projeto de “*design* total” veio do Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM), ocorrido em 1933, em Atenas, quando arquitetos do mundo todo discutiram a temática da cidade funcional (Holston, 2009 [2001]; Caldeira; Holston, 2005). O encontro deu origem à Carta de Atenas, publicada em 1941 pelo

---

<sup>50</sup> Onde se lê: “Brasília is a civilizing agent, the missionary of a new sense of national space, time, and purpose, colonizing the whole into which it has been inserted” (Holston, 2009 [2001], p. 91).

<sup>51</sup> Segundo os interlocutores de Holston (2009 [2001], p. 92), eram “twelve during daylight, twelve at night, and twelve for enthusiasm”.

<sup>52</sup> Mais da discussão sobre modernismo e desenvolvimentismo em *The Spirit of Brasília: Modernity as Experiment and Risk* (James Holston 2009 [2001]) e *State and Urban Space in Brazil* (Caldeira e Holston, 2005).

arquiteto Le Corbusier<sup>53</sup>, constando os princípios estruturadores da cidade modernista. Esta seria oposta à cidade industrial, primando pela ordem e funcionalidade, espaços verdes, boa iluminação e ventilação (Camargo, 2019). Estamos falando, portanto, de uma ideia particular de modernismo, que propõe o “*design total*”<sup>54</sup> para a descontextualização, a desfamiliarização e a desistoricização dos indivíduos (Holston, 2009 [2001]; Caldeira; Holston, 2005). É dessa experiência de choque e trauma com uma nova lógica espacial que supostamente advém a capacidade de “[...] apropriação subjetiva da nova ordem social inherente ao plano” (Holston, 2009 [2001], p. 95–96, tradução nossa<sup>55</sup>), argumento que coloco em perspectiva na seção seguinte. Fato é que Brasília tornou-se o maior exemplo de cidade modernista nos moldes do CIAM (Holston, 2009 [2001], p. 90), mas também incorporou outros modelos de cidade que emergiram para contrapor o movimento, como as cidades-jardins<sup>56</sup> (Camargo, 2019). O próprio Lúcio Costa afirma que Brasília tem “filiação intelectual francesa” em seu relatório, em 1967, fazendo alusão à influência de Le Corbusier.

Contudo, enquanto projeto de sociedade, o que se deu foi algo diferente. Holston (1989) e Ribeiro (2008) apontam as contradições que se deram à época da construção: não eram todos que tinham o direito de usufruir do espaço e da vida urbana ali a ser instaurada. Se de um lado havia a estratégia de “*design total*” para erguer a cidade dos funcionários públicos vindos da antiga capital, o Rio de Janeiro; do outro existia o “*design de contingência e improvisação*” para acomodar, nas periferias, a força de trabalho que migrou para construir Brasília, e preservar a “cidade essencialmente administrativa” (Holston, 2009). O próprio governo fundou “cidades-satélites” (hoje chamadas RAs) como Taguatinga, Sobradinho e Gama, e legalizou a Cidade Livre (renomeada Núcleo Bandeirante), antes mesmo da inauguração de Brasília e seu Plano Piloto.

Paviani (2010) categoriza este modelo pulverizado e polinucleado de assentamento urbano, vigente desde a construção da cidade, enquanto “esforço para periferizar” e obter o controle social de populações. A produção do espaço urbano das periferias seguiu lógica

<sup>53</sup> O suíço naturalizado francês foi um dos grandes expoentes da arquitetura e do urbanismo do século XX. Ainda em 1924, antecipou alguns princípios da cidade modernista no projeto da *Ville Radieuse*, a cidade radiante (ver Camargo, 2019).

<sup>54</sup> Holston (2009 [2001]) discute as raízes do pensamento modernista de Brasília a partir de duas distintas estratégias ideológicas: de “*design total*” para alcançar a mudança e do Estado com “poder supremo de planejamento”, de um lado; e do design de contingência e improvisação do outro. De acordo com o autor, a segunda acaba oprimida pela primeira. Não aprofundo esta discussão, mas recorro ao argumento para avançar no pensamento sobre ideologia modernista da cidade e as contradições que constituem o Plano Piloto.

<sup>55</sup> Onde se lê: “[...] a subjective appropriation of the new social order inherent in its plans” (Holston, 2009 [2001], p. 96)

<sup>56</sup> Ver *Garden cities of to-morrow*, de Ebenezer Howard (1902).

alternativa ao proposto pelo modernismo arquitetônico, conectada a questões mais amplas de urbanização do país:

Em razão desse fato, Brasília não foge à regra das demais cidades brasileiras, nas quais as mudanças socioeconômicas e políticas não arranham o verniz das transformações necessárias a uma distribuição equitativa dos bens socialmente construídos. Segue-se daí que nossas metrópoles são santuários da segregação socioeconômica (e, portanto, espacial): os mais afortunados estão próximos aos lugares valorizados, ocupando, aí, as posições melhor remuneradas; os destituídos são também excluídos do acesso à terra, à habitação, à educação, aos empregos ou atividades remuneradoras, sendo, por isso, periferizados (espacial e socialmente falando) (Paviani, 2010 [1987], p. 78).

O movimento significou a institucionalização de mecanismos de segregação que o plano original supostamente tentou evitar e que, na perspectiva de Holston (2009), “brasilianizou” Brasília<sup>57</sup>. Sobre esta questão, o próprio Lucio Costa (2018b) reconheceu a utopia da coexistência de classes em face das contradições da ocupação do território. Para ele, apesar da graduação social própria do “regime vigente” (o capitalismo) nas superquadras, acreditava-se no potencial da convivência a partir da coexistência cotidiana nesses espaços. O urbanista justifica:

De uma parte, o 'falso realismo' da mentalidade imobiliária insistiu em vender todas as quadras a pretexto de tornar o empreendimento autofinanciável; de outra parte, a abstração utópica só admitia um mesmo padrão de apartamentos, como se a sociedade atual já fosse sem classes. E assim, a oportunidade de uma solução verdadeiramente racional e humana, para a época, se perdeu (Costa, 2018b [1967], p. 302).

A segregação em relação a quem podia morar no Plano Piloto reverbera na atualidade. Para Borges (2015), a estratégia ideológica de manter afastada e escondida do centro a população pobre, mas necessária enquanto força de trabalho, impacta em seus corpos e mentes. Corpos que, além da questão de classe, são atravessados por um recorte de raça, discutido na obra de Borges (2015), além dos filmes *Entorno da Beleza* (2012), de Dácia Ibiapina, e *Branco Sai, Preto Fica* (2014), de Adirley Queirós. O Plano Piloto permanece hiperconcentrado em equipamentos urbanos, empregos, poder político e econômico. Em contraste, na periferia de Brasília encontra-se a segunda maior favela do país, o Sol Nascente<sup>58</sup>, onde vivem mais de 70 mil pessoas (Moura, 2024). Neste contexto, a metrópole

<sup>57</sup> Em referência às desigualdades avassaladoras no restante do país que Brasília pretendia desestruturar, mas que acabou por reproduzir.

<sup>58</sup> O GDF contestou a classificação do IBGE do Sol Nascente enquanto favela (Giovanni, 2024).

que concentra a maior renda *per capita* (IBGE divulga [...], 2024) é também uma das mais desiguais do Brasil. Entre o planejado e o vivido, há, portanto, um oceano de contradições:

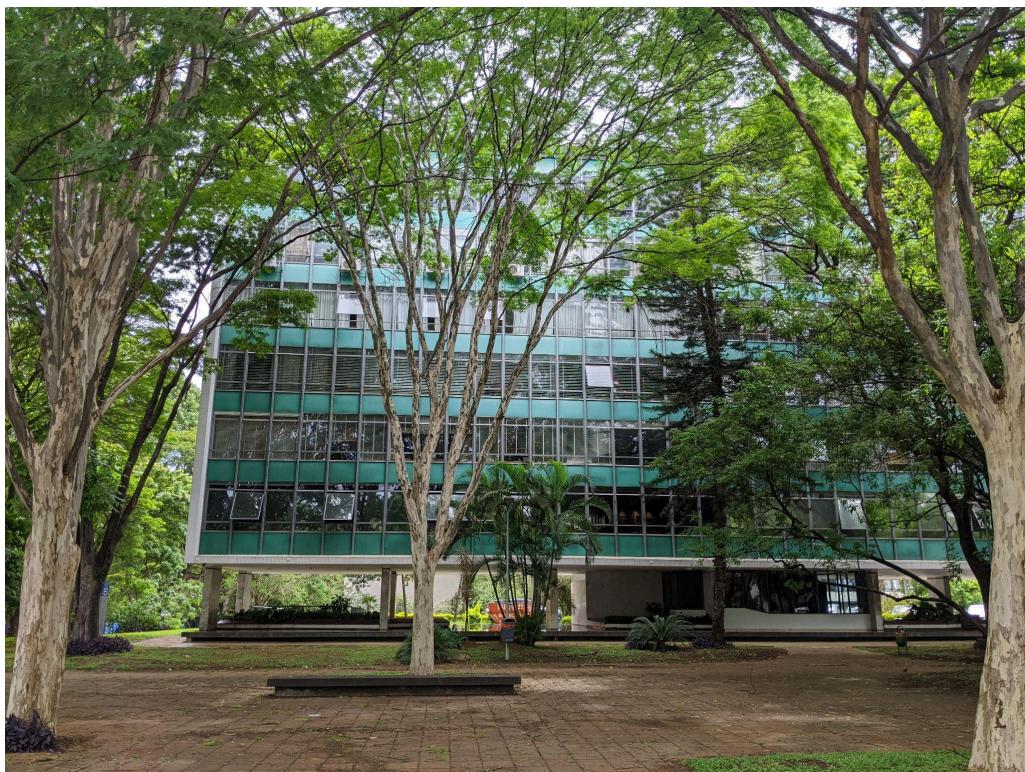
A realidade distancia-se do projeto, impulsionada pelos mecanismos próprios do mercado imobiliário: a cidade que deveria ser igualitária segregar os destituídos antes mesmo de inaugurada; a cidade que, na prancheta, nasceu unitária e fechada, abriu-se, pulverizando-se em inúmeras cidades-satélites e núcleos dormitórios da periferia, para além dos limites do Distrito Federal, adentrando o Estado de Goiás (Paviani, 2010, p. 99)

Vimos que o contraste entre o projeto-piloto de uma capital igualitária e o Plano Piloto segregador de Brasília é perene e enseja a discussão sobre *utopia* e *distopia*, entre projeto e materialidade, entre território e lugar. Ainda persiste um centro geográfico com carga simbólica por onde circulam pessoas, influência, poder, informação, oportunidades, serviços, conhecimento, trabalho e renda; e uma região periférica que foi por muito tempo sinônimo de dormitório e, embora desenvolvida e com vida própria, ainda carece de infraestrutura e equipamentos urbanos. Estes são aspectos que reverberam nos habitantes que vão constituir Brasília enquanto cidade, enquanto cidades, e mesmo como metrópole. Dado o contexto mais amplo de constituição do território em que esta investigação se inscreve, passemos aos modos de vida onde está localizado o condomínio em que esta pesquisa é realizada.

### 2.3 Jeitos de morar no Plano Piloto

A superquadra consiste no “módulo estruturador do setor habitacional” (Gorovitz, 2020, p. 20) de Brasília e grande contribuição brasileira para o movimento modernista (Januzzi, 2018). Em conjuntos de quatro, as superquadras formam as Unidades de Vizinhança (UV), reinventadas por Lúcio Costa a partir do ideal de sociabilidade dos bairros nos anos 1920 e reiterados por Le Corbusier na Carta de Atenas (Gorovitz, 2020, p. 26). As superquadras (Figuras 11 e 12) estão dispostas ao longo de 6 km, formando um grid em casa asa (Sul e Norte). Elas participam de duas UVs e são numeradas do 2 ao 16. Cada oito UVs compõem as centenas ímpares e pares, totalizando 16 unidades de vizinhança (300 e 100 de um lado dos eixos e 200 e 400). Elas acabaram por redefinir o conceito de morar coletivamente e em apartamentos em um país onde 80% da população ainda mora em casas (Censo 2022: cerca de oito [...], 2024).

**Figura 11: Superquadra 1**



Fonte: Elaboração própria (2025).

**Figura 12: Superquadra 2**



Fonte: Elaboração própria (2025).

A intenção era reformular qualitativa e quantitativamente a noção tradicional de bairro. Gorovitz (2020) destaca o caráter extrovertido e conciliador entre o público e o privado das superquadras dado a presença de escolas e jardim de infância, o comércio entrequadra, as igrejas e clubes. Também pela configuração dos *blocos* residenciais identificados pelas letras do alfabeto (bloco A, bloco B, bloco C e assim por diante), diferentemente de outras cidades brasileiras que usam nomes de países, flores e o que mais a criatividade permitir. Os blocos obedecem à regra do gabarito<sup>59</sup> máximo de seis pavimentos e estão assentados em pilotis, que proporcionam o nível térreo livre e público, para circulação de pessoas, visando a convivialidade (Figura 13). Eles apresentam distinções mínimas (como quantidade de cômodos, materiais e acabamento internos e das fachadas), e suas formas simples e a sobriedade de cor favorecem a harmonia e unidade estética da região.

**Figura 13: Pilotis**



Fonte: Elaboração própria (2025).

<sup>59</sup> Trata-se de um conjunto de regras que define as características permitidas para construções em uma determinada área, incluindo altura máxima, taxa de ocupação, recuos obrigatórios, porcentagem de área construída em relação ao tamanho do terreno.

A superquadra concilia a escala monumental, da *urbs*, ao nível privado e intimista da escala residencial, a *civitas*, instituindo uma fórmula de vida própria e totalmente diferente das demais cidades brasileiras (Costa, 2018b [1967]). A circulação de um ponto a outro da cidade se dá externamente às unidades residenciais em largas avenidas, nos eixos. De automóvel, percorrem-se distâncias em poucos minutos, pois não há cruzamentos ou sinais de trânsito nos eixos, o fluxo dos carros é contínuo. As superquadras são preservadas do movimento de veículos pesados e ônibus, do barulho e da poluição. Os endereços são sistematizados em letras e números, seguindo uma lógica que se repete nas asas Sul e Norte. A faixa de pedestres é motivo de orgulho dos moradores da cidade, pois os motoristas obedecem à vez de quem atravessa a pé. Tal funcionalismo das avenidas, com os eixos, tesourinhas e comportamento particular diante das faixas de pedestres, estabelece formas de circulação na cidade e, em última instância, um estilo de vida particular (Figura 14). Neste sentido, morar nesses lugares significa acessar cotidianamente um projeto urbanístico e ideológico.

**Figura 14: Comércio entrequadra**



Fonte: Elaboração própria (2025).

Na pesquisa de Machado e Magalhães (2010), a classe média enfatiza a eficácia do espaço-instrumento enquanto traço distintivo do “modo de vida brasiliense” no Plano Piloto<sup>60</sup>. Ou seja, a forma de moradia e circulação eficaz no Plano Piloto facilita o acesso aos equipamentos urbanos e permite o desenvolvimento de um *projeto de vida* (Velho 1994) vinculado à família nuclear e estão vinculados aos ideais de meritocracia e individualismo. Moura e Januzzi (2019) também tratam da realização de projetos a partir das superquadras, que dão sustentação material e simbólica (de valores como praticidade e racionalidade). Eles explicam:

Brasília seria valorizada por seus habitantes de classe média não pela estética ou sociabilidade induzida por uma **morfologia espacial**, mas por proporcionar boas condições para a realização de projetos de ascensão social individuais e familiares (com foco na família nuclear). O espaço aparece, preferencialmente, como meio de acesso e suporte para o crescimento em suas carreiras, estabelecimento de núcleos familiares e aquisição de propriedades (Moura; Januzzi 2019, p. 118, grifos nossos).

Ou seja, o Plano Piloto se estabeleceu como um *lugar* de ação cotidiana da classe média. É o que Moura e Januzzi (2019) argumentam quando tratam dos processos de *classificação espacial* por esse segmento social, a partir de qualidades simbólicas e materiais do Plano Piloto<sup>61</sup>. Para os autores, esta classificação do espaço está relacionada a múltiplas camadas de agência e significados que integram a “produção do espaço”. A produção espacial se dá com atores (da classe média) que demarcam simbolicamente o território de acordo com seus propósitos, qualidades e molduras. Assim, a classe média determina arranjos residenciais e a ocupação de determinados lugares, como o Plano Piloto, como sendo seu por excelência (Moura; Januzzi, 2019). Há, portanto, uma questão de classe e distinção (Bourdieu, 2010 [1984]) na vida nas superquadras, como discuto logo adiante.

<sup>60</sup> As autoras dizem:

Brasília, antes que uma vida num certo espaço, é o alcance da estabilidade financeira, a aquisição da casa própria, do transporte particular, o acesso à escola para os filhos, ao lazer dos cinemas, teatros, clubes às áreas livres para o desenvolvimento dos filhos pequenos, às ruas da cidade, no que possa significar de descongestionamento e segurança física, para ir e vir do seu trabalho, ir e vir para abastecer sua casa, é o acesso aos locais de compra, por fim, é o acesso à cidade no que ela significa de meio de vida (Machado; Magalhães, 2010, p. 294).

<sup>61</sup> Os autores argumentam:

Diante do crescimento populacional da capital e do fato de a estrutura de emprego ser marcada pela presença maciça do funcionalismo público, o Plano Piloto e seus arredores foram se tornando, para além do espaço em que os burocratas moravam, um espaço destinado àqueles que tinham mais condições econômicas para arcar com as exigências de um mercado imobiliário inflacionado. Nosso principal argumento neste artigo é que cada vez mais, Brasília foi sendo atravessada pela perspectiva de classe, não somente em seu sentido econômico, embora este seja o principal, mas também em seus aspectos simbólicos. (Moura; Januzzi, 2019, p. 126).

Para além da centralidade do trabalho e do acesso a bens e serviços, existe uma questão subjetiva que as pessoas não querem perder de vista, elas querem estar perto dos valores que compartilham. A tese de doutorado de Vinicius Januzzi (2021) sobre a vida nas superquadras trata desse aspecto. O antropólogo argumenta que há algo que vai determinar a continuidade ou descontinuidade com o Plano Piloto, que é tanto simbólico (dos valores e estilos de vida) quanto arquitetônico e urbanístico modernista. Vem daí o conceito do antropólogo sobre a “gramática modernista”, que é materializada na superquadra:

Este modelo de superquadra, idealizado, reformado, projetado, flexibilizado, como mostraram muitos dos meus anfitriões, é uma das espinhas dorsais da gramática modernista como a conceituo, esse conjunto discursivo, mais ou menos homogêneo, continuadamente produzido, que sustenta algumas das formas de viver em Brasília e das políticas de intervenção e expansão urbana da cidade modernista. Não que não haja um núcleo conceitual no que Lucio Costa propôs, muito pelo contrário, mas que mesmo os caracteres essenciais da proposta são alargados ao longo do tempo e a depender de determinadas circunstâncias. (Januzzi, 2021, p. 208, grifos nossos)

Entendemos, portanto, que a Brasília do “Plano” oferece um modo de vida singular para as camadas médias. Mas há outras formas de morar no Plano Piloto para além da vida nas superquadras, como as casas geminadas na via W3 Sul. A avenida W3 foi imaginada por Lúcio Costa enquanto espaço para hortas e pomares. A região sofreu várias alterações desde a época da construção, que resultaram no acúmulo das funções de comércio, residência<sup>62</sup> e circulação (Camargo, 2019). A W3 corta a cidade longitudinalmente, de norte a sul, e faz a transição urbana, simbólica e estética entre as superquadras e os demais setores que circundam o Plano Piloto à oeste (Figura 15 e 16). De um lado, é repleta de casas geminadas e, do outro, de espaços comerciais de diversas naturezas (lojas de festa e de bebê, oficinas, supermercado, academia, restaurante, centro cultural, banco, entre outros). Alguns dos imóveis estão desocupados e em processo de deterioração, e há muitas sobrelojas sendo usadas como quitinetes.

---

<sup>62</sup> Para mais detalhes das chamadas Casas Populares, ver Camargo 2019 e Holston (1989).

**Figura 15: A Avenida W3**



Fonte: Elaboração própria (2025).

**Figura 16: Estação de ônibus na Avenida W3**



Fonte: Elaboração própria (2025).

Ainda hoje, a W3 suscita discussões que envolvem tentativas de revitalização da avenida, incluindo novos usos das faixas 700 e 900, onde o Residencial dos Ipês está localizado, mas que extrapolam os limites deste estudo<sup>63</sup>. Além das casas geminadas unifamiliares, que estabelecem formas específicas de viver na região, há também as quitinetes e apartamentos de um quarto nas sobrelojas da W3 e em condomínios mistos (residencial e comercial), discussão que me detengo a partir de agora.

## 2.4 O Residencial dos Ipês

O Residencial dos Ipês foi construído nas franjas da Asa Sul, fora da área das superquadras (Figura 17). À sua volta, estão escolas, universidades, comércio local, igrejas, clubes e hospitais e o Parque Sarah Kubitschek<sup>64</sup>. Inaugurado nos anos 2010, trata-se de um “novo” condomínio no tradicional Plano Piloto. O Residencial dos Ipês conta com quatro blocos (nomeados de A a D, tal qual os blocos das superquadras) dispostos horizontalmente, formando um grande retângulo. Em cada um deles existem duas “prumadas” com um elevador e uma escada de incêndio. Os blocos A e B ficam dispostos de um lado e os blocos C e D, do outro. Ao centro, no térreo, há um *boulevard* para passagem de pedestres e pavimentação para circulação e estacionamento de carros por até uma hora. Esse *boulevard* interliga a portaria, o gramado e o espaço de ginástica — dispostos na frente do condomínio —, às torres de apartamentos. No *boulevard* estão dispostos bancos no estilo de praças públicas, nos quais os interlocutores costumam se sentar toda tarde. Também é nesse *boulevard* que há a maior circulação de pessoas e animais de estimação, muito embora existam saídas alternativas nas laterais do condomínio, próximas aos blocos A e D. Existem ainda dois subsolos de garagem e as vagas são distribuídas de forma desigual: alguns imóveis têm duas vagas e outros não têm nenhuma, promovendo uma dinâmica de aluguel de vaga entre os moradores, com discussão articulada via WhatsApp.

---

<sup>63</sup> Ver Camargo (2019).

<sup>64</sup> Popularmente conhecido como Parque da Cidade, é o maior parque urbano da América do Sul.

**Figura 17: Área de localização dos condomínios de quitinetes na Asa Sul, destacada em laranja**



Fonte: Elaboração própria a partir de *screenshot* do Google Maps no dia 2/12/2025.

A arquitetura obedece ao gabarito de seis pavimentos, no entanto, não há *pilotis* que tornem livre a circulação de pessoas. No térreo, há apartamentos e salas comerciais, diferenciados por seus usos e pelo valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Esquadrias de alumínio emolduram a única janela de cada quitinete e compõem a fachada de metal, granito e pequenas pastilhas, em contraposição às superquadras — com suas fachadas de pastilhas maiores, azulejos ou concreto, brises, cobogós<sup>65</sup> e janelões de vidro. Além do “médio-baixo” padrão construtivo dos materiais e da estética industrial, chama atenção o fato de o condomínio ser todo fechado por cerca metálica. Aí emerge um dos marcadores da diferença entre o meu objeto e os prédios das superquadras. O projeto-piloto de Lucio Costa nasceu justamente para contrapor esse modelo: “O conceito de ‘superquadra’ como extensão residencial aberta ao público, em contraposição ao de ‘condomínio’ como área fechada e privativa, foi inovador e revelou-se válido e civilizado” (Costa, 1985 apud Gorovitz 2020, p. 24). Ocorre que o Residencial dos Ipês se insere em um movimento de flexibilização dos usos de alguns locais do Plano Piloto para moradia, e sua constituição não seguiu um planejamento governamental. Ao contrário, materializa os interesses do mercado imobiliário.

<sup>65</sup> Tecnologia pernambucana amplamente usada nos blocos idealizados por Lúcio Costa, feitos de cimento para permitir a ventilação e proteção solar.

O Residencial dos Ipês está localizado no Setor de Edifícios de Utilidade Pública Sul (SEPS), entre as entrequadras 700 e 900. A diretriz para a ocupação da área originalmente a destinou à construção de escritórios de empresas públicas, privadas e de economia mista, além de clínicas médicas e serviços de profissionais liberais<sup>66</sup>. Daí porque, era permitido o cercamento do perímetro com cercas<sup>67</sup>. No entanto, uma busca sobre o histórico dos prédios da região me mostrou que as unidades autônomas de uso misto (residencial e comercial) existem ali desde o final dos anos 1990. Na Asa Norte, o fenômeno é anterior. A dissertação de mestrado de Sousa (2008) mostra que desde os anos 1980, há o que se entende por “ocupação improvisada e irregular” de salas no Comércio Local da Asa Norte (CLN), quando estas passaram a funcionar também como residências<sup>68</sup>. Sousa (2008) argumenta que foi a migração de escritórios para os setores comerciais Sul e Norte e a demanda por moradia no Plano Piloto que levaram imobiliárias e proprietários de imóveis na CLN a explorar as unidades enquanto quitinetes, rentabilizando seu patrimônio.

Em dissertação de mestrado, Lima (2009) explica que, com o passar do tempo, a alteração nos usos dos imóveis passou a se dar antes mesmo da construção: o mercado imobiliário passou a aprovar projetos para uso comercial e a executar visando ao uso residencial. Esse foi o caso do Residencial dos Ipês e de outros condomínios de quitinetes da região, licenciados pela administração regional enquanto “imóvel comercial utilizado como residência”, como consta em seu documento. A regularização de certas regiões para moradia veio em agosto 2024, com a aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)<sup>69</sup>. O setor no qual está localizado o Residencial dos Ipês passou a admitir novos usos, incluindo o misto (residencial e comercial). Houve, portanto, uma articulação entre diferentes atores (mercado imobiliário e agentes políticos) para a construção e posterior regularização das salas para uso residencial, agenciando novas condições de habitação no Plano Piloto. Sobre este arranjo particular, Lima (2009) argumenta:

---

<sup>66</sup> No decreto 20.222, de 10/5/1999, onde se lê:

Os imóveis Edificados terão seu uso destinado a escritórios de órgãos e entidades públicas, empresas privadas, sociedade de economia mista, fundações, clínicas médicas e dentárias, cursos de aprimoramento profissional e cultural e atividades de profissionais liberais. Fica vedada a utilização para fins comerciais. Fica estendida a utilização no Setor de Edifícios Públicos Sul, também para a instalação de Hospital de Pequeno Porte.

<sup>67</sup> Vide Norma de Gabarito 139.89 SEPS.

<sup>68</sup> O estudo sugere que a proximidade com a Universidade de Brasília influencie na predominância de uso residencial do Comércio Local Norte, especialmente na faixa das 400 (Sousa, 2008, p. 74).

<sup>69</sup> Lei Complementar nº 1.041, de 12 de agosto de 2024. O PPCUB surgiu com o objetivo expresso de fomentar novas atividades, enfatizando a flexibilização dos usos e qualificação do espaço público.

A possibilidade de induzir alterações nas normas de uso do solo mobiliza a atuação de diversos atores sociais, que, motivados pela valorização imobiliária provocada pela atribuição de usos mais rentáveis, vislumbram nas alterações de uso uma forma de lograrem interesses individuais. A relação entre mercado, sociedade e agentes políticos têm resultado numa quantidade significativa de leis que alteraram as regras de uso e ocupação do solo, no que tange à destinação de imóveis no Distrito Federal. Assim, um lote comercial se transforma num posto de gasolina ou um imóvel destinado originalmente à construção de um terminal de ônibus passa a abrigar um *shopping-center* [sic]. Tem sido fartas, do mesmo modo, alterações de uso informais, inúmeros casos de transformações de salas comerciais em unidades domiciliares (quitinetes), além da produção, via mercado imobiliário, de novas opções de moradia em setores destinados ao uso institucional ou comercial (Lima, 2009, p. 2, grifos deles).

A desvirtuação nos usos de imóveis no DF se articula ao alto custo social de viver longe do centro geográfico, onde estão concentrados os empregos, mas falta moradia acessível (Lima, 2009; Paviani, 2010). Da falta de estoque habitacional causada pela pressão do mercado imobiliário e pelo tombamento da cidade, que inviabilizam a moradia no Plano Piloto para muitas pessoas, emergem soluções alinhadas aos interesses privados, como as quitinetes. Por um lado, argumenta-se que a prática dá às pessoas com renda inferior à média da região a possibilidade de ter acesso à moradia e aos equipamentos urbanos do centro geográfico (Sousa, 2008; Lima, 2009). As quitinetes indicam ainda a “compactação”<sup>70</sup> do centro urbano, o Plano Piloto, e surgem para supostamente atender aos novos modos de vida da sociedade contemporânea (Sousa, 2008, p. 5). Por outro lado, argumenta-se que dessa ocupação improvisada e irregular surgem problemas de ordem urbanística (Lima, 2009), como a necessidade de readequação da infraestrutura urbana, a ser feita pelo Poder Público, ao passo que a valorização imobiliária decorrente dessa alteração arrecada lucro privado. E ainda há questões arquitetônicas e estéticas, segregação social e falta de conforto (Sousa, 2008).

No contexto desta pesquisa, a desvirtuação da ocupação implicou na proibição do gás de cozinha no Residencial dos Ipês. Os interlocutores utilizam um pequeno fogão elétrico de duas bocas, acompanhado de um segundo eletrodoméstico que pode ser forninho, micro-ondas ou *airfryer*, para cozinhar. Em muitas unidades autônomas, a cozinha compacta conta com um frigobar ao invés de uma geladeira. Estes arranjos têm uma influência direta nos hábitos alimentares dos interlocutores, discutido mais a fundo no [capítulo 4](#). O apartamento foi pensado para um propósito particular, como me contou Caio. De terno bem cortado e sapato social, o corretor de imóveis dirige a BMW que conquistou com a venda quitinetes no condomínio. Seu investimento morando em uma unidade autônoma por três

<sup>70</sup> O autor argumenta em favor desta “compactação” e a insere no contexto do urbanismo sustentável e uso eficiente dos equipamentos urbanos já existentes (Sousa, 2008).

meses para entender o público dos imóveis deu resultado. Ele vendeu 15 unidades. Quando perguntado sobre a cozinha, Caio revelou que “o Residencial dos Ipês não foi feito para quem quer cozinhar, os moradores fazem uma adaptação. É ideal para uma rotina de quem passa o dia fora do apartamento, chega do trabalho, pede algo pra comer, dorme e no dia seguinte sai para trabalhar novamente”. Ou seja, a adaptação é reelaborada por agentes do mercado como Caio enquanto responsabilidade individual, quando, na verdade, é uma demanda do tipo de moradia compacta e improvisada, que emerge da articulação dos interesses e ideologia do próprio mercado imobiliário. Mas para os interlocutores, a necessidade de adequação nem sempre é entendida como negativa

Independentemente das possíveis consequências negativas para o cotidiano dos próprios moradores e para o GDF, estudos mostram que viver em quitinetes no Plano Piloto de Brasília é uma prática consolidada (Sousa, 2008; Baptista, 2008; Lima, 2009; Boeger, 2022) e o Residencial dos Ipês reitera essa prática. O condomínio é fruto da conjunção de forças e projetos materializados em sua localização (nas margens do Plano Piloto), edificação (de padrão estético industrial e configuração interna improvisada) e estilos de vida dos moradores (heterogêneos e que contrastam com os das superquadras).

## 2.5 Em busca de “qualidade de vida”

Se, na perspectiva arquitetônica, ideológica e legal, o condomínio de quitinetes no Plano Piloto emerge enquanto habitação improvisada, irregular e fora da “gramática modernista” (Januzzi, 2021), para os interlocutores, o Residencial dos Ipês tem outros significados. Isso ocorre porque na escolha de uma moradia que mais agrada e convém, há sempre a articulação entre o ideal e o disponível. É necessário conciliar preço, localização e o tipo de imóvel. Onde tem varanda, não há garagem. Quando há garagem, falta o elevador. Quando tem elevador, a vista é horrível, a vizinhança é desagradável, e assim por diante. Esta, no entanto, não é uma forma de aceitar o *déficit* habitacional na região. Tampouco de aceitar os altos valores praticados pelo mercado imobiliário ou mesmo com as disparidades materiais e sociais da metrópole. Na verdade, sinaliza as concessões e negociações diante do que o Residencial dos Ipês oferece em termos práticos. Para os participantes, o condomínio é “bom o suficiente para morar no Plano Piloto”, “perto do trabalho” e “dentro do orçamento”.

Morar no “Plano” é carregado de simbolismo, tem implicações práticas e está ligado a *projetos individuais*. Significa o acesso facilitado a bens simbólicos, serviços e equipamentos públicos, além de, quase sempre, significar morar perto do trabalho ou do local de estudos.

De acordo com a PDAD Ampliada do Plano Piloto (2024), 34,4% da população do Distrito Federal trabalha no Plano Piloto, e sobe para 83,5% quando falamos da população que mora e trabalha no Plano Piloto. A população total da região é de 207.996 pessoas (PDAD-A, 2024). 62,2% desta população que mora e trabalha na região vai de carro até o trabalho e mais da metade (64,8%) gasta até 15 minutos neste deslocamento (PDAD-A, 2024). A moradia unipessoal responde por 24,5% dos arranjos domiciliares (frente a 28,7% de casais sem filhos e 15,7% de casal com um filho) no Plano Piloto e o aluguel é a segunda maior condição de ocupação na região, respondendo por 29% (frente a 54,2% dos imóveis próprios) (PDAD-A, 2024).

Os dados refletem os relatos de muitos interlocutores da pesquisa, para quem a localização do condomínio foi a principal motivação para saírem de outras RA ou município da RIDE-DF e escolherem morar no Plano Piloto, em uma quitinete alugada, revelando questões importantes de mobilidade urbana. Uma delas é Sônia, de 49 anos, que atua como enfermeira em uma clínica no Plano Piloto. Ela morava em Ceilândia (RA IX), cerca de 36 km do Plano Piloto, em uma casa definida por ela como “barraco”, no mesmo lote da mãe. Diante do cansaço do percurso diário, feito de metrô, Sônia decidiu alugar uma quitinete no condomínio:

O Residencial dos Ipês foi o seguinte: eu procurei esse lugar para morar porque eu queria morar perto do trabalho. Eu trabalho aqui na [quadra], e eu estava morando com a minha mãe, pegando o metrô. Estava ficando muito cansada, pegando o metrô cheio, apesar que eu entro às 9 horas da manhã e saio cinco da tarde. Mas mesmo entrando às 9h, eu pegava o metrô muito cheio, lotado, lotado. Aí eu fiquei um ano nessa vida, quase que eu peço demissão, nossa, que eu estava ficando muito cansada. Eu chegava em casa, sentava assim, não tinha coragem nem de comer, estava com fome, apertada para fazer xixi, mas eu não tinha ação de tão cansada, não tinha energia. Aí eu falei, não, eu vou ter que arranjar um lugar para alugar. Aí eu procurei aqui nessa localidade, né? Aí achei esse aqui (Sônia, 2023).

A fala de Sônia poderia ser analisada por dois outros vieses. Tanto do ponto de vista de melhoria material e simbólica da troca do “barraco” pelo apartamento quitinete, quanto da saída de Ceilândia (que surge da Campanha de Erradicação de Invasões para remover as camadas populares pobres do centro à época da construção da cidade<sup>71</sup>) para o Plano Piloto, representando um retorno ao território que pessoas com condições econômicas como a de Sônia em tese não poderiam ocupar. Contudo, me atenho à mobilidade urbana, que atravessa a fala de outros interlocutores. Assim como ela, Clara tem 27 anos e trabalha como

---

<sup>71</sup> A obra audiovisual de Queirós (2012), *A cidade é uma só?* retrata o processo de remoção das invasões para a região de Ceilândia.

terceirizada em órgãos públicos. Ela morava com a mãe na Cidade Ocidental, parte da RIDE-DF e cerca de 44 km do Plano Piloto. Clara optou pelo condomínio para estar mais próxima do trabalho:

Eu saía às quatro e quarenta da Ocidental, pegava engarrafamento em Santa Maria, todo engarrafamento que tinha na vida, e chegava 8, 9 horas. E aí perdi o emprego duas vezes por conta que eu não chegava no horário, meu horário era 7h, não tinha como ser flexível, aí eu perdi. E aí quando foi em 2019, eu fui morar no Riacho Fundo, na casa de umas primas minhas por 3 meses só. E aí facilitou um pouco a minha vida, só que também tem engarrafamento que passa na candanga [Candangolândia] para chegar nos lugar. E aí facilitou, mas nem tanto. Aí eu pensei e vim dividir uma *kit* com a minha prima em 2020. A gente morava no [condomínio], moramos lá 2 meses. Lá era muito bom também, só que era muito pequeno e está muito caro. Aí a gente veio pra cá e aí vim morar com ela. Em 2020 a gente morou o ano todo, só que quando foi no final do ano, ela foi embora, falou que ia morar com o namorado, né, casar e para eu me virar. Aí tinha um amigo meu que já queria vir morar comigo. A gente morou junto 2021, e aí 2021 eu conheci o meu namorado aqui no condomínio também. E aí quando foi em setembro/outubro ele me chamou para morar com ele, aí eu tô morando com ele desde o ano passado, 2022 pra cá (Clara, 2023).

Samanta, com 39 anos, é professora de educação infantil e morava com os pais em Planaltina-DF (RA VI). Ela conta que gastava pelo menos duas horas no trânsito, em seu veículo próprio, entre a ida e a volta da escola localizada no Plano Piloto, até que decidiu alugar a quitinete em razão da “praticidade” de estar próxima ao trabalho. A história se assemelha a de Bete, com 47 anos, que vendeu o seu antigo imóvel e comprou uma quitinete no Residencial dos Ipês após perceber que estava perdendo horas no trânsito e, consequentemente, o que entende por “qualidade de vida”. Ela trabalhava no Plano Piloto e percorria cerca de 20 quilômetros até Águas Claras (RA XX), onde morou por 18 anos.

Além de Sônia, Clara, Samanta e Bete, muitos outros interlocutores destacaram a questão da distância entre o local de moradia e de trabalho enquanto propulsor da mudança para o condomínio. São pessoas que moravam em Águas Claras (RA XX), Sobradinho (RA V), de Planaltina (RA VI), Recanto das Emas (XV), Taguatinga (RA III), Guará (XX), Ceilândia (RA IX), e enfatizaram a necessidade de estarem próximas do local de trabalho ou estudo para ganho de “qualidade de vida”. Sobre esta questão, o corretor de imóveis Caio reitera que: “O Residencial dos Ipês é bom para quem visa logística, especialmente em relação ao trabalho, diferentemente de quem escolhe Guará [RA X] ou Águas Claras [RA XX], visando o lazer e a comodidade”. O relato das interlocutoras em perspectiva com o relato do corretor de imóveis traz uma dimensão importante dos *projetos individuais*: as noções de “comodidade”, “conforto” e “qualidade de vida” não são estáticas, mas relacionais,

a depender das condições prévias e em contraste com as condições atuais, na quitinete. Ainda que demande a ausência do fogão a gás e/ou no uso do frigobar, a quitinete otimiza a *logística* de deslocamento na cidade e compensa o *custo social* de deslocamento até o centro geográfico. Se pelo viés legal e arquitetônico as quitinetes são improvisadas e irregulares, na perspectiva dos interlocutores, o apartamento em condomínio promove o que entendem por “qualidade de vida” e bem-estar.

Há também interlocutores de outras RAs que foram para uma quitinete no Plano devido a uma conjunção de acontecimentos em suas vidas: divórcio e filhos que saíram de casa. Eventos como esses também motivaram interlocutores que já moravam no Plano Piloto a procurarem algo menor e mais em conta financeiramente, levando-os a optar pela quitinete para não sair de onde moraram “a vida toda”, como foi o meu caso. Assim como eu, André, com 55 anos, que nasceu em São Paulo, mas que desde que chegou a Brasília, há trinta anos, morou no Plano Piloto “a vida toda”. Com o divórcio e os dois filhos adultos que saíram de casa, ele trocou o apartamento de quatro quartos em uma superquadra da Asa Sul por uma quitinete. Assim como André, Sandra, com mais de 60 anos, conta que mora em Brasília há 40 anos e, para ela, sair da região não era uma opção, já que ali viveu com suas três filhas durante todo esse tempo. Mesmo depois que elas saíram de casa porque se casaram, deixando o apartamento na superquadra muito grande para uma pessoa só, a mãe buscou um lugar menor na região e optou pela quitinete.

Há ainda pessoas que são de fora de Brasília e elegeram o “Plano” ao serem recomendadas por colegas de trabalho e familiares que moram na cidade dada a centralidade e o caráter funcional da região. Além disso, há a questão da quitinete ser uma opção conveniente para um determinado momento de vida e, por esse motivo, com uma temporalidade específica na *trajetória habitacional* de grande parte dos interlocutores, conforme discuto no [capítulo 4](#).

Apesar de boa parte dos moradores serem inquilinos, há também os proprietários que adquiriram um imóvel no condomínio para morar. É o caso de Gustavo e Selma, um casal com idades entre 50 e 60 anos, ele trabalhando como assessor em uma autarquia federal e ela enfermeira. Para eles, a localização atrelada ao preço também foi significativa no processo de decisão:

O processo de escolha do Residencial dos Ipês foi baseado na proximidade com o local de trabalho da Selma, que na época trabalhava na clínica [x]. Essa decisão foi tomada em 2021, ocasião em que optamos pela venda da casa da família no Lago Sul e a busca, tanto nossa quanto da minha mãe [que estava morando com eles na

casa], por um espaço individual, para nós e para ela, mais prático e mais central na Asa Sul. Na época, visitamos alguns imóveis disponíveis no mercado. Estivemos no [nome de outro condomínio] e por não ser 100% residencial, eliminamos essa opção. O [um terceiro condomínio] também foi visitado, mas as poucas unidades disponíveis eram mal divididas e tinham preço mais elevado que o valor de mercado. Surgiu então uma unidade no Residencial dos Ipês, que preencheu nossos requisitos de divisão interna e preço (Gustavo, 2023).

Me deparei ainda com casos de proprietários que adquiriram uma quitinete como oportunidade de investimento e, em algum momento da vida, acabaram utilizando o imóvel como “base” no centro geográfico da cidade, especialmente durante a semana. Nesses casos, a quitinete supre uma necessidade que as residências em outras regiões, provavelmente em imóveis mais confortáveis, não puderam atender: promover a centralidade geográfica. Isto porque a localização assume uma intensidade diferente pelas características da metrópole que, como falei, concentra serviços, oportunidades, influência, poder, informação, conhecimento, trabalho e renda no centro geográfico, ao passo que mantém as RAs apartadas por um vácuo espacial e simbólico. Isto se soma a um transporte público precário em opções e condições. Em uma cidade espraiada como Brasília, o metrô tem 42 km de extensão, são duas linhas e 27 estações<sup>72</sup>. Além deste modal, restam os ônibus, automóveis privados, a rede de caronas.

A quitinete emerge enquanto solução para o transtorno cotidiano, encurtando distâncias e garantindo a permanência no emprego de pessoas como Sônia (que pensou em pedir demissão) e Clara (que perdeu dois empregos). Para elas, o apartamento é “bom o suficiente”, nos termos de Miller (2024), isto é, algo bom apesar dos constrangimentos e externalidades. É o que outra participante, Beatriz, de 27 anos, que trabalha em dois empregos durante o dia e faz faculdade à noite, revela. A localização do condomínio é um dos pilares do seu ritmo de vida que almeja prosperidade, otimizando a rotina diária:

Uma coisa que eu adoro é sair de um trabalho, poder vir em casa tomar um banho e ir pro outro, às vezes eu tenho só 20 minutos, eu venho em casa, coloco a roupa pra bater e volto pro outro. Minha maior qualidade de vida é realmente morar do lado do meu trabalho, eu falo para todas as pessoas: se você puder optar, more do lado do seu trabalho. [Mais que a questão do espaço interno...?] Muito mais. É realmente o conforto de tempo. Por conta da minha rotina de vida, como eu faço muitas coisas, o tempo pra mim é muito precioso, então cada minuto é muito importante. É o tempo que eu posso estar arrumando minha unha, estudando, dormir 15 minutos a mais, então realmente, tempo pra mim é muito precioso (Beatriz, 2023).

Ainda que possam existir os constrangimentos singulares relacionados à tipologia do

---

<sup>72</sup> A título de comparação, a cidade do Rio de Janeiro conta com 57 km de metrô, três linhas em atividade e 41 estações. Já em São Paulo, são 104,4 km de extensão, seis linhas e 91 estações.

apartamento, esse custo social é compensado pela proximidade do trabalho e do lazer, e por rentabilizar o tempo. Na dimensão dos projetos de vida (Velho, 1994), o condomínio de quitinetes contorna os graves problemas de mobilidade urbana, promove melhorias nas dinâmicas cotidianas do presente e dá suporte às conquistas futuras. As falas apontam ainda que as noções de “comodidade”, “conforto” e “qualidade de vida” são relacionais, dependendo das condições prévias de moradia (como o “barraco” de Sônia) e em contraste com as condições atuais na quitinete (como o “conforto do tempo” para Beatriz).

### *2.5.1 Um dispositivo para acesso à vida urbana*

Ao relatar diferentes motivações para a mudança para o condomínio de quitinetes, mostrei como a localização do Plano Piloto é um valor transversal entre os interlocutores. Contudo, esta não é a única motivação que ancora a moradia na quitinete. A troca da comodidade em uma região mais distante por outra mais conveniente é também simbólica e isto não é novo ou exclusivo de Brasília. Ainda em 1973, Gilberto velho (1989) já analisava a saída do conforto de uma casa com quintal em lugares mais afastados para um apartamento conjugado em Copacabana. Em *A Utopia Urbana*, o antropólogo sublinhou questões de estratificação social e ideologia articulados ao bairro e ao tipo de residência. O autor argumenta que a aspiração a estilos de vida com certos padrões materiais e não-materiais, estão contidos, em última instância, em uma questão de prestígio e *status*. A razão da mudança era partilhar da vida “sofisticada” e “cosmopolita” do bairro na Zona Sul, ao custo de viver em um conjugado.

Apesar de situado em outro contexto e época, o argumento de Velho (1989) se conecta às motivações dos interlocutores desta etnografia. Além das questões de “logística”, eles também revelaram aspirações de classe, quando disseram que “a quitinete pra mim seria a melhor forma viável de pagar, conseguir pagar, mas morando num lugar bom, porque aqui é um lugar nobre, né?”, ou que “quando voltei de São Paulo eu queria morar num lugar legal, numa área mais central”. Em referência à pesquisa de Velho (1989), Moura (2012, p. 170) faz um comentário que posso estender aos meus participantes. Assim como os interlocutores de Velho e de Moura, os moradores do Residencial dos Ipês estão em uma “[...] posição de liminaridade em relação ao grupo ao qual desejam pertencer e pela importância dada ao local de moradia como indicador da posição social desejada”. Em outras palavras, “morar no Plano” implica prestígio por este ser considerado o lugar da classe média, ao qual se vinculam estilos de vida e valores particulares, como discuti anteriormente.

Contudo, grande parte dos interlocutores só consegue morar no Plano Piloto nessas

condições, uma vez que o preço de aluguel e de compra da quitinete são inferiores aos dos blocos das superquadras ou das casas na W3. Isto ficou esclarecido quando eles afirmaram que “a quitinete era o que dava”, ou que a quitinete é “compatível com a renda”. Para Camila, professora de educação infantil em uma escola particular no Plano Piloto, o local de moradia é uma conquista simbólica:

Eu vim da periferia, né? No Recanto [Recanto das Emas]. Apesar de ter sempre uma condição muito privilegiada, eu vim de uma realidade de escola pública, do Recanto. Então, passou pela questão do asfalto, né? De tudo, de ver uma cidade crescer, crescer, se desenvolver. E aí o Plano era muito distante da minha realidade. Então era um lugar que eu ia... Minha mãe sempre trabalhou aqui. Então era um lugar que eu vinha pra consulta, pra um shopping, pra trabalhar, depois que eu comecei a trabalhar, depois pra estudar [...] Então, acho que é só essa questão da segurança que eu não me sinto muito bem. Mas, de resto, por muito tempo foi muito distante isso da minha realidade, mas que hoje eu estou desfrutando. De estar morando próximo ao parque. De estar morando próximo ao trabalho. É uma conquista. Sim, é uma conquista (Camila, 2023).

O fato se confirma ao analisarmos os preços praticados. À época do campo, o aluguel de uma quitinete estava entre R\$ 1.100 e R\$ 1.800, já incluídos plano de Internet básico, mobiliário<sup>73</sup>, água e taxa do condomínio. O aluguel de um apartamento de um quarto na Asa Sul estava entre R\$ 1.900 e R\$ 2.500,00, sem mobiliário, sem Internet, sem água e com a *quota* condominal a ser acrescida. Os valores de compra de um imóvel de dois quartos em Águas Claras muitas vezes equivaliam ao preço de compra de uma quitinete no Plano Piloto (cerca de R\$ 300.000,00). O campo mostra que a quitinete emerge enquanto elemento que viabiliza a moradia nesse lugar (e o acesso aos seus padrões materiais e valores sociais) por aqueles que não conseguiram arcar com a vida nas superquadras.

Mas o investimento simbólico e material compensa. Clara, por exemplo, não pensa em sair da Asa Sul, um “lugar nobre” e estruturador de sua vida: “Se eu sair daqui eu perco todos os sentidos, pra festa, lazer, *freelancer*, trabalho, estudo, eu to muito bem localizada”. Para ela, o Residencial dos Ipês propicia qualidade de vida a um custo-benefício razoável. Ainda que não seja a moradia dos sonhos, o tipo ideal, é “bom o suficiente” (Miller, 2024):

Tipo, receber uma visita já não dá, não dá pra fazer festa, porque é muito pequeno. Aqui é só uma cama, um banheiro, uma mini cozinha. Não dá pra fazer muita coisa. Então é mais pra trabalhar a semana toda e chegar final de semana sair para a rua, é mais pra dormir. Entendeu? Eu levo 20 minutos do serviço pra cá, ida e volta. Então para mim, morar aqui numa quitinete por ser Brasília é melhor, mas, claro, se tivesse condições melhores, preferia morar numa casa. Tem mais espaço, posso

<sup>73</sup> A maioria das quitinetes já vem mobiliada com geladeira ou frigobar, fogão elétrico de duas bocas, e sofá. Algumas contam com cama, máquina de lavar, micro-ondas e televisão.

receber visita, né? Pode ter cachorro até, se eu tiver filhos também eu posso ter, mas aqui numa quitinete é só pra dois no máximo também. (Clara, 2023).

O campo sugere um matiz na valorização da região para a realização individual por diferentes classes. Muitas vezes, as condições materiais e simbólicas da classe média já estão estabelecidas e a concretização de projetos se dá no curto e médio prazos. As camadas médias e baixas, por sua vez, recorrem às quitinetes para o acesso às oportunidades da vida urbana como investimento no presente para a realização de ambições e projetos de futuro, em longo prazo. Contudo, esse matiz mereceria ser explorado em novas pesquisas. O que proponho neste capítulo, é que o condomínio seja interpretado sob a chave do *acesso*, tanto em termos simbólicos como práticos. Um acesso que não vem por meio de política pública para oferecer moradia financeiramente viável no centro geográfico ou solução para a mobilidade urbana, mas mediado pelo mercado imobiliário e agenciado individualmente.

## 2.6 Um novo jeito de “fazer-cidade”

O Residencial dos Ipês, assim como outros condomínios de quitinete no Plano Piloto, enseja um novo “fazer-cidade”, nos termos de Agier (2015), cujos efeitos resultam em outra fórmula de vida no Plano Piloto. O antropólogo francês fornece essa ferramenta teórica potente para entendermos o “direito à cidade”<sup>74</sup> a partir das experiências dos sujeitos. Nos termos de Agier (2015, p. 491):

O fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade. Ele faz sentido no contexto de uma expansão contínua dos universos sociais e urbanos. Eis por que parece possível elaborar a hipótese teórica (e a aposta política) segundo a qual o fazer-cidade é uma declinação pragmática, aqui e agora, do ‘direito à cidade, sua instauração. O movimento é essencial nesta concepção da cidade como construção permanente.

O movimento e a relatividade devem guiar a compreensão da cidade. A pesquisa de Agier (2015) atenta para os acampamentos de migrantes na Grécia e na França, a partir dos quais ele pensa nos espaços precários e nas formas alternativas de “fazer-cidade”. Nos contextos de pesquisa do antropólogo, os habitantes são “citadinos ordenadores” que constituem bairros e regiões informais e os transformam em “locais fora de lugar”. São exemplos desses “locais fora de lugar” as favelas, os acampamentos, as invasões, as comunidades. Sobre esses locais, o autor diz: “Ao suspender qualquer julgamento cultural,

<sup>74</sup> Agier (2015) organiza a discussão a partir do que propõe Lefebvre (2008) sobre o “direito à cidade”, afirmando que este passou a ser um significante vazio de sentido pelo uso indiscriminado.

estético ou social, todas essas formas devem ser consideradas como partes do processo da cidade em contextos de desigualdades" (Agier, 2015, p. 490). Ao transpor o argumento para esta pesquisa, observando os diferentes contextos e temporalidades em que foi elaborado, o condomínio emerge enquanto um "local fora de lugar" (Agier, 2015), uma "ilha" no Plano Piloto, simbólico e materialmente classificado pela classe média (Moura; Januzzi, 2019).

Ainda em diálogo com Agier (2015, p. 491), entendo que existe uma negociação para o Residencial dos Ipês existir, um "agir" político e urbano para que os "cidadãos sem cidade" (ou com poucas oportunidades nas RAs) se desloquem e obtenham o que entendem por conquista espacial e simbólica que é morar no Plano Piloto. Um agir, como expliquei acima, organizado pelo mercado imobiliário, visando o lucro privado, mas que viabiliza uma outra fórmula de vida na região. E desse "fazer-cidade" particular emerge o "direito à cidade", enquanto direito à vida urbana (Agier, 2015).

Assim, ao invés de entender a moradia no condomínio enquanto improvisada e irregular, proponho uma perspectiva que se conecta às motivações dos interlocutores: o condomínio emerge como meio para acesso à vida urbana. Ele permite um jeito de morar alternativo e revela que mesmo tombada e patrimonializada, Brasília continua em movimento e, por que não, em disputa. Nesse sentido, o condomínio tensiona o plano de Lucio Costa e sugere uma contraproposta de moradia e de vida na cidade.

O elemento visível que contrasta os jeitos de morar e "fazer-cidade" no Plano Piloto o anteparo metálico que integra o aparato de vigilância do condomínio (circuito fechado de TV parcialmente inoperante e cadastro biométrico falho) e performam segurança. Para interlocutores como a Beatriz, este consiste em um diferencial do Residencial dos Ipês:

O meu condomínio me dá segurança 24h, porteiro, garagem, água. [...] Por ser mulher, por ser jovem, por ter cara de patricinha, por ter vivido na bolha dos meus pais, eu tenho muito medo de estar em locais muito vulneráveis. O Plano é realmente um local privilegiado com relação à violência, mas não descarta as possibilidades. Então assim, o fato de ter porteiro já me tranquiliza muito. Às vezes eu deixo a porta do meu apartamento destrancada e tranquilamente saio e volto e sei que vai estar tudo no mesmo lugar. Eu não me importo com o horário que eu chego, porque eu chego e o portão é eletrônico, eu vou direto pra garagem, o fato de ter garagem dentro também é muito importante. Se tivesse garagem externa eu ia ter que ter mais cuidado na hora de sair e entrar. Então são coisas que fazem a diferença (Beatriz, 2023).

Assim como Beatriz, Clara destaca a relevância do sistema de vigilância, quando diz que "[a quitinete] facilita tudo na minha vida, né? Tipo assim, aqui é protegido, eu viajo o mês todo, ninguém mexer nas minhas coisas, tem portaria, tem segurança, mas é bem

pequena” (Clara, 2023). O recorte de gênero certamente implica uma maior vulnerabilidade e na relevância do aparato de vigilância para a sensação de segurança. Também é fato que nas franjas do Plano Piloto há um sentimento de maior insegurança quando comparadas ao “miolo” da região pela pouca iluminação e pouca movimentação em determinadas horas do dia. Contudo, os índices de violência no DF são baixos quando comparados à média nacional e ao que é registrado em outras capitais<sup>75</sup>. Assim, a cerca funciona muito mais uma “medida preventiva” (Moura, 2012), que transmite uma mensagem aos que ali transitam. Alinhada ao modelo internacional de segregação espacial, no qual o encerramento e a estetização da segurança requalificam o espaço público (Caldeira, 2003 [2000]), a cerca organiza quem usufrui do espaço fechado e da segurança performada no “enclave” do Residencial dos Ipês.

Ao mesmo tempo, o cercamento adquire outra carga simbólica quando analisado em seu contexto. Ele demarca, de modo mais imediato e visível, a diferença entre o condomínio e as superquadras, classificando esta composição e os estilos de vida nela contidos como à parte, diferenciando-os do modo de habitar que predomina na região. Se em outros estudos o cercamento confere *status* aos moradores de condomínios (Moura, 2012), nesse caso, sugere diferenciação, já que não segue a “gramática modernista” (Januzzi, 2021). Junto da fronteira material, soma-se o preço do imóvel (menor se comparado aos demais imóveis do Plano Piloto), a localização do condomínio (fora do espaço originalmente destinado à ocupação residencial), a estética e o padrão dos materiais da edificação (de “médio-baixo” padrão construtivo), e o espaço interno das quitinetes (até 29 m<sup>2</sup>, bem menores que os apartamentos de um quarto nas superquadras). Tais elementos se acumulam em marcadores de diferença: o condomínio e seus moradores propõem outra fórmula para a vida urbana da região.

## 2.7 Considerações finais do capítulo

Há muitos jeitos de morar e de viver na cidade. Uma leitura “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) dos condomínios de quitinetes no Plano Piloto introduz complexidade ao debate sobre a vida urbana em Brasília e sobre o morar em espaços coletivos. A pesquisa contribui para os estudos urbanos ao olhar para um objeto que demanda outras investigações, muito embora esse jeito de morar esteja consolidado no centro da metrópole. O estudo também gera novos questionamentos sobre a qualidade do acesso à vida urbana e a conexão entre o uso do “espaço-instrumento” do Plano Piloto e os projetos de vida das camadas

---

<sup>75</sup> O DF teve a segunda menor taxa de homicídios estimados por 100 mil habitantes do país (Cerqueira; Bueno, 2024). O número de homicídios é utilizado internacionalmente como indicador de violência.

médias. Tais questões permanecem no horizonte e merecem ser exploradas em pesquisas futuras.

Ao emergir como moradia alternativa no centro da metrópole, um território espacialmente e simbolicamente classificado e segregado, o condomínio pode ser lido enquanto um dispositivo para acesso à vida urbana. O “enclave” mostra que existe Brasília nesses lugares que não seguem o projeto-piloto de Lucio Costa. Uma Brasília que contrapõe a hegemonia estética, material, moral e simbólica das camadas médias e altas das superquadras, já elaborada pelos antropólogos da cidade (Januzzi, 2021; Moura; Januzzi, 2019; Machado e Magalhães, 2010). O Residencial dos Ipês expõe as contradições entre o planejado e o vivido e revela um “fazer-cidade” (Agier, 2015) particular, que coexiste às fórmulas predominantes na Capital Federal.

Com as cercas, o Residencial dos Ipês carrega potencialmente todas as consequências dos condomínios fechados, como a privação do encontro com a alteridade que seria própria dos “enclaves fortificados” (Caldeira, 2003). Contudo, o cercamento adquire um sentido particular no Plano Piloto. A cerca é parte de um aparato que performa segurança, mas que, principalmente, demarca simbolicamente o condomínio em relação aos tradicionais jeitos de morar na região. No lugar onde os espaços residenciais são abertos para propiciar a convivialidade, as cercas do Residencial dos Ipês qualificam o condomínio e os seus moradores enquanto exceção.

Um condomínio de quitinetes no Plano Piloto denota um descompasso entre a legalidade e a materialidade nesses processos urbanos, semelhante ao que Moura (2010; 2011; 2012) discutiu em pesquisa sobre os condomínios horizontais no Distrito Federal e em Goiânia. A antropóloga argumenta que pessoas das camadas médias e menos favorecidas se valem do termo *condomínio* para reivindicar a legalidade de lotes ocupados de forma irregular em glebas rurais. Na pesquisa de Moura (2011), o condomínio figura como um *recurso discursivo* que valida tal forma de ocupação para acesso à moradia em terrenos irregulares e sem documentação, ao passo que mobiliza um significado particular, relacionado a invasões, a depender do contexto. No meu contexto de pesquisa, condomínio também pode ter o aspecto de irregularidade, mas isto ganha outra intensidade via articulação do mercado imobiliário com o poder público.

O condomínio de quitinetes confronta ainda o tombamento e memorialização do Plano Piloto, que supostamente acarretou o “congelamento” da cidade em uma época específica (Holston, 2009, p. 107). A etnografia revela que condomínios no Plano Piloto, como o Residencial dos Ipês, atualizam o planejamento original com novas camadas materiais,

simbólicas e ideológicas. Neste movimento, contrapõem e atualizam o projeto-piloto modernista de Lucio Costa (2018 [1967], p. 301), para quem “a vida brota”.

**Figura 18: O Ipê Amarelo, característico do Cerrado e parte da identidade de Brasília**



Fonte: Elaboração própria (2023).

## CAPÍTULO 3

### A DIMENSÃO DIGITAL DO CONDOMÍNIO

Fernando é um engenheiro de produção autônomo e se mudou para o Residencial dos Ipês há um ano. Pouco mais de seis meses após a sua mudança para lá, o homem de 43 anos observou uma situação que poderia lhe trazer problemas. Próximo a sua vaga na garagem, moradores realizavam manobras irregulares que poderiam danificar sua motocicleta esportiva italiana, uma Ducati, o que estava lhe tirando o sono. Fernando contou que solicitou a sinalização adequada na garagem, pois sua Ducati era “mais cara que um carro popular” e “quase o preço de um apartamento no condomínio”. Segundo ele, a síndica ignorou as reclamações nos canais oficiais do condomínio (o livro de reclamações, e-mail, *software* condominial e chat no WhatsApp Business) e, posteriormente, o bloqueou em seu WhatsApp pessoal. Fernando também publicou fotos da garagem no Google Reviews (atrelado à localização do condomínio no Google Maps), como uma forma de chamar a atenção da construtora do Residencial dos Ipês. Após insistentes tentativas de resolução junto da síndica por quase seis meses, Fernando foi incluído em um dos grupos de WhatsApp (Geral) e relatou seu caso, compartilhando *prints* de sua conversa privada com a administradora e discutindo uma solução com outros moradores.

Os integrantes debateram os altos custos do reparo da motocicleta que poderiam recair sobre o condomínio (e a possibilidade de se tornar uma taxa extra), o preço e a origem das peças (importadas da Itália), o que fariam se fossem síndicos (multas à quem transgredisse a norma), a possibilidade de destituir a atual gestora e ainda a possibilidade de Fernando relatar o caso às autoridades (polícia e Juizado Especial Cível). Após dois dias do início da discussão em um dos grupos do WhatsApp (Geral), a síndica, que fazia parte do grupo à época do conflito, se manifestou dizendo que o condomínio havia providenciado cones e correntes para impedir a circulação próxima da motocicleta provisoriamente. Ela enviou comunicado via Lista de Transmissão falando da importância de dirigir corretamente no estacionamento e informando a multa caso as câmeras de segurança flagrassem a transgressão (o que não aconteceria porque as câmeras não funcionavam).

O caso de Fernando é um exemplo entre tantos outros no qual os moradores do Residencial dos Ipês recorrem a um ou mais artefatos para terem suas demandas pessoais ou coletivas resolvidas. Esses artefatos se comportam em relação ecológica e compõem a dimensão digital do condomínio. Apesar de acionar vários meios, foi no grupo do WhatsApp que Fernando encontrou a pressão pública necessária para a gestora resolver um problema

que persistia há meses. O fato promoveu alterações discretas na infraestrutura do condomínio (com inclusão de placas e marcas no piso da garagem) e no comportamento dos moradores nas áreas comuns (avisados por escrito de que seriam punidos em caso de descumprimento das regras para manobra na garagem).

O episódio de Fernando exemplifica como as interações digitais reverberam na infraestrutura condominial e no corpo social do Residencial dos Ipês. Vimos na **introdução** que o termo condomínio é carregado de significados, consiste em um “amálgama de sentidos”, cuja interpretação é relacional. Ao adjetivá-lo com o termo digital, o condomínio ganha outra conotação. Este consiste em um exercício de “formulação teórico-ethnográfica” (Peirano, 2014) que pode ser estendida a outros condomínios na Era Digital. Para isto, é necessário apresentar alguns condicionantes sob os quais este esforço teórico-ethnográfico se realiza: a sociabilidade e a conectividade do corpo social do condomínio. São elas que vão determinar como e em que circunstâncias o condomínio é digital.

Na primeira metade deste capítulo, discuto os precedentes das relações vicinais, já densamente teorizadas nas ciências sociais. Relaciono tais precedentes à normatividade brasileira, que impacta na forma de interação entre vizinhos e dá pistas sobre a popularidade dos grupos de WhatsApp de condomínios no país. Depois, elaboro as condições de conexão digital dos interlocutores, segundo fator decisivo para a constituição do *condomínio digital*. Discuto ainda as *affordances* e características específicas do WhatsApp, etapa crucial para esse tipo de estudo a fim de evitar uma abordagem *a priori* e naturalizada da tecnologia digital (Geismar; Knox, 2021; Parreiras, 2024). Sigo as recomendações de Parreiras (2024) realizando uma descrição detalhada da plataforma no momento da pesquisa, uma vez que atualizações constantes promovem mudanças na ferramenta e acarreta novos usos. Também faço uma reflexão sobre como as *affordances* do WhatsApp são integradas às práticas cotidianas (Parreiras, 2024), fazendo da plataforma uma “tecnologia da vida” (Cruz; Harindranath, 2020) no âmbito do condomínio.

Na segunda metade do capítulo, apresento os artefatos da dimensão digital do Residencial dos Ipês e me aprofundo na análise dos grupos de WhatsApp. Organizo os grupos de WhatsApp segundo uma escala de intimidade (Miller et al., 2016), e de acordo com os domínios da “casa” e da “rua”, categorias sociológicas que organizam a sociabilidade brasileira (DaMatta, 1997). Assim, são questões que movem este capítulo: quais os condicionantes e em que circunstâncias o condomínio é digital? Em que medida os grupos *online* estão conectadas às formas de sociabilidade brasileira? O WhatsApp constitui a sociabilidade implicando em novas práticas ou é apenas instrumental para as interações já

existentes no condomínio? Quais os motivos para ser destituído ou desconectado da dimensão digital do condomínio?

### 3.1 Os precedentes nas relações vicinais

A relação entre vizinhos é milenar, aparece inclusive na bíblia. No livro de Provérbios, lê-se: “Melhor é o vizinho que está perto do que um irmão que está longe” (Provérbios 27:10). Em algumas línguas, inclusive o “próximo” do 10º mandamento bíblico que trata da cobiça é traduzido como vizinho<sup>76</sup>. Há mensagem similar no ditado popular que diz que “vizinho é o parente mais próximo”. Tudo isto para dizer que as relações que se estabelecem a partir da situação residencial, seja no campo ou na cidade, como a que se dá entre meus interlocutores, são antiquíssimas. Elas estimulam as trocas de favores e também os conflitos. Implicam em repetição, visibilidade, reconhecimento e identificação mútua daqueles que coexistem em um mesmo território, mas não são nem íntimos, nem anônimos, mas vizinhos (Mayol, 1998, p. 12). O colaborador de Michel de Certeau (1998 [1980]), Mayol (1998), pesquisou as relações em um bairro específico da França e concluiu que o *decoro* (tradução livre do termo *propriety*<sup>77</sup>) é aquilo que articula ambos os registros da vizinhança, o material e o social (a localidade e as relações), demandando um comportamento particular individual para ser “adequado”. O decoro, segundo o autor, é o que faz do morador um colaborador do contrato social que torna a vida cotidiana possível. Desta adequação decorre a identificação do morador com o coletivo, ao passo que emerge a familiaridade e o reconhecimento. Ou seja, é uma convenção coletiva velada, mas exercida reiteradamente por meio de comportamentos:

A prática da vizinhança é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os moradores por meio dos códigos da linguagem e do comportamento; qualquer submissão a esses códigos, assim como qualquer transgressão, torna-se imediatamente objeto de comentário: existe uma norma, e ela é suficientemente forte para jogar com a exclusão social diante dos ‘excêntricos’, aqueles que ‘não são ou não agem como nós’. Por outro lado, essa norma é a manifestação de um contrato que possui uma compensação positiva: permite a convivência, no mesmo território, de parceiros que, a priori, ‘não estão ligados entre si’; um contrato, portanto, uma ‘restrição’ que obriga cada pessoa, de modo que a vida do ‘coletivo

<sup>76</sup> No 10º mandamento, lê-se: “Não cobiçarás a casa do teu próximo, nem a sua mulher, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo”.

<sup>77</sup> Na versão em português do livro, usa-se a palavra “conveniência” ao invés do “decoro” que foi uma tradução livre a partir da versão em inglês do mesmo livro. Ao invés de seguir com a tradução como “conveniência”, que pode ganhar contornos de vantagem e interesse pessoal, escolhi utilizar a palavra “decoro” por ser mais precisa para o sentido de conformidade social, de condutas e comportamentos percebidos de forma moralizante como “adequados” pelos moradores.

público' que é a vizinhança se torne possível para todos (Mayol, 1998, p. 16, tradução nossa<sup>78</sup>).

As relações vicinais não emergem somente do “sincretismo social originado pelo próprio espaço”, como define o sociólogo Emílio Willems (2019 [1941], p. 160) em ensaio no contexto de São Paulo, nos anos 1940. Situado em outra época e contexto, o autor argumenta que a reciprocidade das relações é o elemento que estabelece a simpatia entre vizinhos: quanto mais imediato e eficiente o auxílio prestado, maior é a simpatia, melhor é o vizinho. Mas, para o autor, as consequências de tais relações são várias a depender do contexto socioeconômico em questão. Por exemplo, entre as classes mais altas, Willems (2019 [1941]) sublinha que os vizinhos convivem como estranhos, diferentemente de contextos mais pobres, onde a “solidariedade do cortiço”, em referência à obra Aluísio de Azevedo (2016 [1857-1913]), é mais viva. Ele argumenta que “A vizinhança proletária estabelece-se sem rodeios e rapidamente. À medida, porém, que o observador ‘sobe’ na hierarquia social, a vizinhança perde a importância, acabando por existir, nos bairros ‘finos’, apenas como fator potencial” (Willems, 2019 [1941], p. 163). O campo traz interpretações alternativas sobre isto, como discuto adiante.

Além das questões de classe que supostamente têm impacto neste tipo de relação entre vizinhos, os momentos históricos alteraram o tipo de importância dada aos vizinhos na vida social. Willems (2019 [1941]) sublinha a urbanização como fator de enfraquecimento e até desaparecimento dessas relações. Questão semelhante foi abordada por Cockayne (2012, p. 205) em *A history of neighbours*, em que a autora traça um panorama histórico das relações de vizinhança ao longo de nove séculos no contexto inglês. Ela pontua que até a metade do século XX, as relações de vizinhança eram fundadas em atos de dar e receber, mas gradualmente se tornaram passivas. As redes de compras coletivas e suporte financeiro, os espaços compartilhados para lavagem de roupas, a assistência no início e no fim da vida (os partos de bebês em casa e o último suspiro dos mais velhos) foram dando lugar à vida autocentrada e de caráter privado. Como consequência, os bons vizinhos passaram a ser

<sup>78</sup> Onde se lê:

The practice of the neighborhood is a tacit collective convention, unwritten, but legible to all dwellers through the codes of language and of behaviour; any submission to these codes, just as any transgression, is immediately the object of commentary: a norm exists and it is even weighty enough to play the game of social exclusion when faced with 'eccentrics', those who 'are not or do not act like us'. Conversely, this norm is the manifestation of a contract that has a positive compensation: it allows for the coexistence on the same territory of partners who are, a prior, 'not linked'; a contract, thus a 'constraint' that obliges each person, so that the life of the 'collective public' that is the neighbourhood becomes possible for everyone (Mayol, 1998, p. 16).

aqueles que se mantêm reservados, e os potenciais laços de amizade tornaram-se uma cordialidade distante (Cockayne, 2012). Enfatizo o caráter potencial da amizade pela proximidade, porque Cockayne (2012) argumenta que, em outras épocas, as relações se davam muito pela solidariedade diante da pobreza, a “solidariedade do cortiço” (Willems, 2019 [1941]), e não necessariamente pelo afeto.

O texto seminal de Simmel (2005 [1903]) sobre a vida em grandes cidades como Londres, Paris e Berlim, no fim do século XIX, se conecta a essa reflexão. O “caráter blasé”, de indiferença e falta de sensibilidade produzidas pela exacerbação de estímulos nos indivíduos que vivem nas metrópoles, ocasionou a perda na qualidade das relações sociais, inclusive as de vizinhança (Simmel, 2005 [1903]). Estas relações vicinais, segundo o precursor da etnografia urbana, Robert Park (1987 [1916]), emergem de forma orgânica e informal, sendo a menor unidade local das cidades, podendo adquirir o caráter de “região moral”<sup>79</sup> a depender do contexto. Mas meu objetivo não é me alongar nos cânones da antropologia urbana. Interessam os costumes e os valores que caracterizam as relações de vizinhança e que serão reproduzidos ou descontinuados nos usos dos artefatos digitais.

De modo geral, existe uma diferença entre relações de vizinhança e relações de amizade: vizinhos têm uma proximidade social condicionada pelo ambiente, enquanto a amizade pode sobreviver com a separação física (Cockayne, 2012). Há também o “senso de comunidade”, que está relacionado, mas não é sinônimo de vizinhança e amizade, muito embora em outras épocas significasse o mesmo. O senso de comunidade<sup>80</sup> evoca o pertencimento a um grupo, situação e/ou localidade, sendo relativo ao contexto. Ao longo do tempo, as comunidades estabelecidas pela proximidade física (nas vizinhanças e bairros) perderam espaço para a vida social das “comunidades de interesses” (do trabalho e dos *hobbies*, por exemplo) em razão da hipermobilidade, do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de mudanças no cotidiano de modo geral (Cockayne, 2012). Mas, ainda hoje, existem casos em que as relações de amizade e vizinhança estão sobrepostas, a depender dos comportamentos individuais em relação à privacidade, como no caso de muitos interlocutores do Residencial dos Ipês. Por outro lado, alguns veem isso como um problema<sup>81</sup>:

<sup>79</sup> Ver Park (1987) e Magnani (1984) sobre região moral.

<sup>80</sup> Gosto da definição de Hampton e Wellman (2003, p. 278), que diz:

Communities consist of far-flung kinship, workplace, friendship, interest group, and neighborhood ties that concatenate to form networks providing sociability, aid, support, and social control. Communities are usually not groups, but are social networks that are sparsely knit, loosely bounded, and far flung.

<sup>81</sup> A autora sublinha:

People vary in their attitudes to privacy, with consequences for the type of property they feel comfortable in. Some are less conducive to easy neighbouring than others;

De fato, para manter uma boa relação, alguns vizinhos descobriram que precisam manter uma certa distância. Isso ocorre porque o lar é onde somos mais nós mesmos; o local onde usamos bobes no cabelo e xingamos, onde relaxamos e desabafamos. Os vizinhos vivem na interseção entre nossos eus privados e públicos. Eles vislumbram os bastidores de nossas vidas a poucos passos de distância (Cockayne, 2012, p. 208, tradução nossa<sup>82</sup>).

Ou seja, às relações de vizinhança vinculam-se questões de exposição e privacidade. Os sons de música, instrumentos musicais, programas de televisão, conversas, brigas e até das relações sexuais vazam pelas frestas. Os aromas do que fazem para comer. As embalagens de encomendas e garrafas de vinho deixados para reciclagem. O que se vê através das janelas: ceias, festas, faxinas, alguém saindo do banho. Os adornos de porta e o capacho customizados. As parafernálias de um *hobby* armazenadas no canto da garagem. O jornal da semana acumulando na entrada, indicando que estão em viagem. Muitas são as pistas dos “bastidores” dos modos de vida dos nossos vizinhos, do agir sem tanto controle e preocupação, em oposição às interações quando estão “palco”, representando em público, assim como Goffman (1959) ressalta no clássico *As representações do eu na vida cotidiana*.

Nesse contexto, argumenta-se que o preço de resguardar a privacidade é o distanciamento social dos demais, acarretando uma menor tolerância aos desconfortos causados pelos vizinhos (Cockayne, 2012). Isto porque sem os elementos de socialização, compartilhamento e cuidado proeminentes em outras épocas, os incômodos causados pelos vizinhos tendem a ganhar escala (Cockayne, 2012). Encontrei argumento semelhante na etnografia de Velho (1989), no Edifício Estrela, em Copacabana, Rio de Janeiro. Lá, os “conflitos verticais” abundavam e a forma de comunicação mais efetiva entre os vizinhos era o *boato* (Velho, 1989). Segundo o autor, era por meio dos boatos ou rumores que as pessoas se inteiravam dos vizinhos e dos problemas do prédio. Veremos adiante que o boato continua sendo uma forma de comunicação e de política bastante efetiva no âmbito doméstico, agora circulando e ganhando escala no meio digital (nos **capítulos 6 e 7** desta tese).

---

not all families could cope with the tiptoeing needed to stay cordial in Coventry's steel houses. A resident who had lived in a steel house for five years recently said that he found it 'very pleasant', adding 'you certainly get to know your neighbours'.<sup>82</sup> The trouble is, some people do not want to know their neighbours (Cockayne, 2012, p. 208).

<sup>82</sup> Onde se lê:

Indeed, to keep on good terms, some neighbours have found that they need to keep a distance. This is because home is where we are most ourselves; the location for curler-wearing and cursing, the place we relax and blow off steam. Neighbours live at the interface between our private and public selves. The glimpse the backstage of our lives from a few steps away (Cockayne, 2012, p. 208).

Em suma, as relações vicinais podem se organizar entre o reconhecimento e a familiaridade, a solidariedade e a intimidade, o senso de comunidade e de amizade. É uma posição limiar e a *qualidade* dessas relações depende das circunstâncias gerais de moradia, das preferências pessoais em relação à privacidade e das afinidades individuais. Os interlocutores do Residencial dos Ipês exemplificam essas variações: há um grupo de moradores com grande afinidade, a *turma*, que realiza eventos regularmente e interage por meio de grupos no WhatsApp, estabelecendo uma comunidade no sentido estrito do termo; há moradores que conhecem um vizinho ou outro apenas de encontros fortuitos nas áreas comuns; e há moradores que não conhecem nenhum de seus vizinhos, seja por falta de oportunidade ou por uma opção pessoal, como discorro no [item 3.5](#). Mas há outra questão vai impactar em uma maior ou menor simpatia entre vizinhos: o jeito de se relacionar em consequência de um padrão sociocultural, a normatividade brasileira, neste caso. Não me demoro muito nas complexidades que envolvem esse debate bastante caro para as ciências sociais, mas um breve resumo é necessário para situar meu argumento.

### *3.1.1 A brasiliade nas relações de vizinhança*

Em um país continental como o Brasil temos o mito da “mistura das três raças”, a portuguesa, indígena e africana, e a suposta acomodação das diferenças e hierarquias em uma “democracia racial”, conforme Gilberto Freyre (1981) argumenta em *Casa Grande & Senzala*. A consequência dessa miscigenação para a sociabilidade brasileira é, para Sérgio Buarque de Holanda (2012 [1936]), a *cordialidade*, valor que define o caráter de nossas relações em várias esferas. Em *Raízes do Brasil*, o autor pontua como o valor da cordialidade estaria atrelada a um “fundo emotivo” e ao modelo dos vínculos familiares, dos laços consanguíneos ou afetivos, “do coração”. Isto é, tenderíamos a nos relacionar em diferentes âmbitos segundo esse padrão afetivo. Apesar da suposta convivência “pacífica” atrelada ao mito da democracia racial, um mito há muito desacreditado na literatura acadêmica, o que ocorre, na verdade, é a preservação da hierarquia social baseada na branquitude (ver Sovik, 2009). Contudo, argumenta-se que a cordialidade ainda constitui um elemento de nossa identidade, e que traz ambiguidade para as relações de negócio e política, dificultando a priorização da objetividade e da coletividade que deveriam ser próprias de instituições como o Estado (Holanda, 2012 [1936]). Como veremos no [capítulo 7](#), por exemplo, esta falta de objetividade se insere, por exemplo, nas ações da síndica profissional do condomínio.

Em meio a este debate, Rezende (2008, p. 111, tradução nossa<sup>83</sup>) salienta que “essa percepção ambivalente de uma cordialidade baseada na emoção [positiva e negativa] se tornaria uma característica marcante de uma das narrativas mais duradouras da nação brasileira”. Apesar de, na perspectiva internacional (diga-se europeia), a sensibilidade emocional denotar uma falta de racionalidade que seria típica dos “povos primitivos”, e ainda por acarretar um individualismo perigoso para a vida em sociedade, ela foi ressignificada como um ativo positivo de nossas relações sociais por concatenar a solidariedade à hierarquia social (Rezende, 2008, p. 111). A estratificação social é, de fato, um processo fundante do povo brasileiro, como Darcy Ribeiro (2006 [1995]) sublinhou. Todavia, o afeto é mobilizado para a conciliação das diferenças internas, tornando-se um bem cultural e parte de um projeto nacional que ao menos em tese “une” desiguais, como Sovik (2009) pontua. Segundo Holanda (2012 [1936]), é típico de nós brasileiros o horror às distâncias, tendemos a encurtá-las sempre que possível, promovendo a intimidade. Ao debate da sociabilidade brasileira se soma a contribuição de Roberto DaMatta (1997) que teoriza sobre os domínios da “casa” e da “rua”, discutidos mais a fundo no **item 3.4** deste capítulo. Por hora, destaco que a casa consiste na metáfora de nossa sociedade, na qual “[...] não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira” (DaMatta, 1997, p. 53). Tendemos ao englobamento pelo domínio da casa em muitos espaços e âmbitos de atuação, como o antropólogo sublinha (DaMatta, 1997).

Cabe destacar que a intenção não é reificar um Brasil que recorre à cordialidade há muito idealizada e instrumentalizada para o apagamento de sujeitos e a acomodação das desigualdades avassaladoras, mas de elucidar um valor que se manifesta de forma singular em nossa sociabilidade. Também tenho no horizonte que os comportamentos são maleáveis, multifatoriais e complexos, mas ressalto que existem regularidades culturais que podem ser observadas. Mas o ponto que quero chegar é que os laços de amizade, de parentesco, a cordialidade (na forma de sensibilidade emocional do “coração”) e o afeto permeia a navegação tanto nas esferas burocráticas e que deveriam, em tese, ser impessoais (como nos negócios e na política), como nos contextos pessoais, incluindo os de vizinhança. Nós brasileiros tendemos a misturar aspectos das relações de parentesco e de amizade aos demais âmbitos sociais. As formas de interação entre vizinhos, no Brasil, por vezes próxima e até

---

<sup>83</sup> Lê-se: “This ambivalent perception of an emotionally based cordiality would become an outstanding feature of one of the most enduring narratives of the Brazilian nation (Rezende, 2008, p. 111).

intrusiva, quando vista pelas lentes de outra cultura, não se dá somente pela proximidade física do local de moradia; pela cordialidade distante (a polidez) ou ainda pela condição de pobreza e sofrimento compartilhada como outros autores sugeriram. Meu argumento é de que essa tendência a encurtar as distâncias e a abolir os formalismos no âmbito da vizinhança é também culturalmente específica, integra nossas práticas normativas de sociabilidade. Isto se manifestou no campo, quando o interlocutor Bruno comemorou os seus 84 anos com a *turma*, em uma data escolhida para celebrar especialmente com eles. Em discurso emocionado após ganhar de presente uma camisa oficial de seu time de futebol do coração, Bruno chamou a *turma* de vizinhos de “família agregada”, tamanho vínculo afetivo construído pela convivência diária, com interações *on* e *offline*. No **capítulo 6**, apresento outros exemplos de interlocutores que consideram seus vizinhos como parte de suas famílias.

Exemplos como os de Bruno apontam que aspectos de amizade, laços de parentesco (que instituem o “como se fosse”) e de cordialidade (“do coração” e não da polidez) são típicos das relações entre vizinhos no contexto desta pesquisa e configuram um dos pilares do *condomínio digital*. Em nosso país, os contatos regulares não apenas têm potencial de gerar a simpática porém distante e superficial troca de olhares e saudações, mas promover o estreitamento dos vínculos, a intimidade das visitas inesperadas nas casas uns dos outros, os conselhos e as relações genuínas estabelecidas em curtos períodos temporal, como as que observei durante o campo. Os grupos de condomínio no WhatsApp se multiplicam no Brasil justamente por nosso típico “desejo de estabelecer intimidade” (Holanda, 2012 [1936]). É isto que nos impulsiona a integrar grupos do condomínio em um aplicativo como o WhatsApp. Não temos “cerimônia” em fornecer o contato pessoal para a inclusão em um desses grupos ou mesmo para nos expressar nesses fóruns. A tipicidade brasileira nos usos do WhatsApp também tende a se apresentar nas formas de comunicação informais e bastante expressivas. Em entrevista, o atual dono da plataforma, Mark Zuckerberg, explicou que os brasileiros são os que mais enviam áudios e figurinhas em todo o mundo (Gama, 2024). Meu argumento aqui é de que a imagem das pessoas calorosas, abertas, de sensibilidade emocional e afetuosa que integram nossa identidade nacional (Rezende, 2008) se manifesta em contextos como as vizinhanças, de modo *online* e *offline*. Vizinhanças estas que podem ser no subúrbio do Rio de Janeiro, como na pesquisa de Bottino (2022) ou em espaços das camadas médias no Plano Piloto de Brasília, como o Residencial dos Ipês.

Ainda sobre a relevância da normatividade brasileira para as relações entre vizinhos *online*, evoco o estudo de Miller e Slater (2003 [2000]), que consistiu em um marco para a antropologia digital, para fazer um paralelo e clarificar minha proposição. Os autores

argumentam como os usos da Internet, incorporados organicamente pela população de Trindade, integram a identidade cultural do país. Segundo eles, a Internet “ofereceu uma plataforma natural para encenar, em um palco global, valores centrais e componentes da identidade trinitária, como o orgulho nacional, o cosmopolitismo, a liberdade e o empreendedorismo” (Miller; Slater, 2003 [2000], p. 2, tradução nossa<sup>84</sup>). Isto é, um palco e um idioma para a performance de valores daquela sociedade. O argumento também desconstrói a ideia dos artefatos digitais serem intrinsecamente culturais (Miller; Slater, 2003 [2000]). Observando questões de contexto e temporalidade, me interessa estabelecer uma analogia com a obra de Miller e Slater (2003 [2000]) para pensar como o condomínio digital lança luz para a afinidade dos brasileiros para os usos das tecnologias digitais em contextos de vizinhança, com assimilação e impactos particulares. Artefatos como o WhatsApp são organicamente incorporados e naturalizados nesses espaços coletivos, integrando e reproduzindo nossas formas próprias de interação e de construção de vínculos. Neste processo, a plataforma torna-se palco para a performance dos valores de nossa identidade nacional, como os exemplos apresentados ao longo da tese elucidam.

Willem (2019 [1941]) observou que na década de 1940 havia uma disparidade na sociabilidade entre vizinhos ricos e pobres, como se os ricos não tivessem motivo para interagir dada sua boa condição socioeconômica, enquanto pobres o faziam por uma questão de sobrevivência. Meu argumento é que as tecnologias digitais mostram o contrário, iluminam que também as camadas médias e altas estabelecem relações vicinais, em razão do padrão de sociabilidade brasileiro. Grosso modo, as diferenças nos usos do WhatsApp entre vizinhos das camadas mais abastadas e das classes populares são menores do que se imagina. O traço “suburbano” dos moradores não é o que estabelece intensidade nos usos do WhatsApp, do Facebook ou de grupos de e-mails, como propõe Bottino (2022). Minhas observações no Residencial dos Ipês e também em outros condomínios sugerem que os diversos segmentos sociais brasileiros lançam mão destes fóruns *online* em espaços coletivos de moradia, seja para compartilhar convites para tomar um vinho no “espaço gourmet” ou para vender a própria produção de marmitas. O que diferencia os usos e as implicações dos artefatos digitais são os padrões de consumo dos segmentos sociais, indicando distinções de classe (Bourdieu, 2010 [1984]). Pesquisas futuras sobre como as diferenças de classe se

---

<sup>84</sup> Onde se lê: It provided a natural platform for enacting, on a global stage, core values and components of Trinidadian identity such as national pride, cosmopolitanism, freedom, entrepreneurialism” (Miller; Slater, 2000, p. 2).

reorganizam e se refinam nos grupos de condomínios no WhatsApp poderiam revelar as nuances e as continuidades desses usos da tecnologia digital por diferentes camadas sociais.

Pensar nos precedentes das relações vicinais e no embricamento da normatividade brasileira para os usos do digital em condomínios é fundamental para estudos como este, já que a tecnologia digital não institui os vínculos e interações entre vizinhos. Lançar mão desta premissa seria um determinismo digital. Também porque se retirarmos o fator digital de um condomínio, a sociabilidade entre vizinhos existirá em maior ou menor grau, como sempre existiu (Figura 19).

**Figura 19: Meme “Um grupo de WhatsApp nos anos 1990”**



Fonte: Desconhecida, reprodução Google (2025).

Ocorre que o digital se incorporou ao tecido social de condomínios como o Residencial dos Ipês, articulando a rede de relações entre humanos e não humanos (os *pets* e a infraestrutura) e trazendo consequências que reverberam em diferentes escalas da “composição”. Por exemplo, em meu contexto de pesquisa, a sociabilidade dos *pets* é não apenas espontânea, mas estabelecida via grupo de WhatsApp, onde os donos combinam o momento de “descer para brincar” dos cachorros. A manutenção da infraestrutura passou a ser divulgada por meio de relatórios via WhatsApp, para que os moradores não só estejam informados, mas observem a qualidade do mandato da síndica Cláudia. Moradores da *turma* combinam de dividir uma pizza no domingo à noite e arranjam os detalhes via WhatsApp; ou mesmo avisam ao outro que trouxeram doces do aniversário que este primeiro não pôde estar presente. Todos esses achados exemplificam como os usos das tecnologias digitais passaram a significar não apenas novas práticas sociais entre vizinhos, mas reverberam nas práticas pré-digital como a troca de favores e a discussão sobre questões de interesse coletivo (como usos da área comum e gestão de recursos financeiros) realizados nas assembleias e nos encontros físicos. Neste atravessamento tecnológico das relações vicinais, há uma hibridização de atores e actantes (Latour, 1993; 1999), com implicações para os modos de habitar o condomínio e a cidade. Ou seja, na incorporação de artefatos digitais aos espaços coletivos de moradia acontece a coprodução do cotidiano.

No caso específico do Residencial dos Ipês, a sociabilidade ocorre primeiramente *offline*, para depois transbordar para o *online*. Em alguns outros contextos, como o de Bottino (2022), o contrário foi observado: primeiro os vizinhos formaram um grupo no Facebook para discutir a entrega da obra e depois passaram a conviver em espaço de moradia compartilhado. Em todo caso, não importa a ordem dos eventos ou as mídias e plataformas<sup>85</sup>, e sim que o fato de vizinhos e públicos de interesse do condomínio estarem conectados digitalmente complexifica as relações e impactam em outras dimensões e elementos desta composição urbana, como discutido ao longo da tese.

### 3.2 Conectividade digital

O segundo aspecto necessário para a realização do conceito-ethnográfico proposto nesta tese é a conectividade. *The Digital Block* tem lastro na interdependência entre Internet, *smartphone* e WhatsApp. Os três não são sinônimos, embora tenham passado a representar praticamente a mesma coisa, uma vez que o aplicativo WhatsApp, instalado em um

---

<sup>85</sup> Como o WhatsApp e seus antecessores como fóruns no finado Orkut, comunidades no Facebook, blogs e listas de e-mail.

*smartphone*, consistiu na principal forma de acesso à Internet de muitas pessoas, como Johns et al. (2024) sublinham em *WhatsApp: From a one-to-one messaging app to a global communication platform*. Mas o surgimento do ciberespaço e de uma cibercultura, se deu anteriormente, com a conexão virtual entre a rede mundial de computadores, ainda nos anos 1989, como Lévy (2010) destaca. De lá para cá ocorreram viradas culturais com a chegada dos *smartphones* com lançamento do iPhone pela Apple, em 2007, seguido do Android e, posteriormente, dos aparelhos de baixo custo (Miller et al., 2021; Johns et al., 2024).

O dispositivo inteligente (*s.m.a.r.t.*<sup>86</sup>) transformou a telefonia móvel e sua apropriação deu a ele um aspecto de centralidade em nossas vidas. Para pesquisadores do projeto etnográfico multissituado *The Global Smartphone*, o dispositivo é uma “ferramenta extraordinariamente íntima e pessoal” (Miller et al., 2021, p. 5). Eles argumentam que o *smartphone* tornou-se uma extensão de nós mesmos<sup>87</sup>, em uma relação que vai “além do antropomorfismo” (Miller et al., 2021). A pesquisa definiu o *smartphone* como um “lar portátil” ao observar que: 1) o *smartphone* não é apenas um dispositivo de comunicação, mas também um lugar alternativo onde vivemos; 2) o *smartphone* é como um portal que virtualmente permite a passagem de um lugar a outro; e 3) o *smartphone* é análogo a um veículo que nos permite ter mobilidade. Os achados dos acadêmicos serão especialmente relevantes para o aspecto relacional e a ampliação das fronteiras do condomínio discutidos no **capítulo 6**.

Além das possibilidades de mobilidade, há a centralidade do *smartphone* nas e para as relações sociais, desempenhando papel importante na comunicação e na constituição de grupos e na expansão das redes de relacionamentos (Miller et al., 2021). O *smartphone* uniu a telecomunicação móvel ao desenvolvimento de *software*, dando origem a um novo paradigma cultural de aplicativos que fazem frente às aplicações de computadores (Johns et al., 2024, p. 22). Com isso, o desenvolvimento de aplicativos ganhou escala. Não por acaso, um dos primeiros aplicativos para troca de mensagens foi o WhatsApp, lançado em 2009 na Apple Store, sob a premissa de uma ferramenta de comunicação instantânea privada, de acesso simples (sem necessidade de cadastro) e livre de anúncios (Johns et al., 2024). A alternativa gratuita às mensagens de texto SMS ganhou outras funcionalidades e logo se tornou um

<sup>86</sup> O acrônimo significa *Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology*, ou Tecnologia de monitoramento e comunicação autônomos.

<sup>87</sup> Os autores enfatizam o termo *smart* a partir do conceito “smart-from-below” (Pype, 2017), sugerindo a capacidade de personalização do dispositivo pelo usuário, expressando a personalidade de seus donos e otimizando as capacidades humanas, ao permitir, por exemplo, a busca e o armazenamento de informações e organização dos contatos e da agenda. Da relação íntima entre o aparelho e seu dono (que perpassa a customização e a mudança de comportamento do usuário) emerge a propriedade do *smartphone* figurar como extensão e expansão dos indivíduos, que os autores chamam *Beyond Anthropomorphism* (Miller et al., 2021).

aplicativo de mensageria multimídia, com possibilidade de compartilhamento de fotos e vídeos (Johns et al., 2024). Em pouco tempo, os criadores da plataforma viram um *boom* do WhatsApp, especialmente em países que não experimentaram a revolução dos computadores como o Brasil, para quem o mercado passou a olhar a partir da premissa do *mobile first* (móvel em primeiro lugar) (Johns et al., 2024). Sob essa premissa, o WhatsApp se vincula ao acesso à Internet e às possibilidades sem precedentes do *smartphone*. Contudo, é importante olharmos para esse arranjo em contextos específicos.

No Brasil, há mais aparelhos do que habitantes. Uma pesquisa da Faculdade Getúlio Vargas revelou que há 272 milhões de dispositivos *smartphones* em uso no país, o equivalente a 1,3 por pessoa (Meirelles, 2025). Outra pesquisa, no âmbito do DF, a PDAD Ampliada (2024) revelou que em Brasília, no Plano Piloto, 88,8% dos entrevistados conta com telefone móvel e 92,4% acessou a Internet nos últimos três meses da realização da pesquisa. O telefone móvel é o principal meio de acesso à Internet e responde por quase a totalidade dos acessos (98%) (PDAD-A, 2024). Em relação ao WhatsApp, no Brasil, o uso do aplicativo é ilimitado nas principais companhias telefônicas, independentemente do plano ser pré-pago ou pós-pago<sup>88</sup>. Ou seja, não há consumo do pacote de dados do cliente, contribuindo para a ubiquidade da plataforma no país, com penetração de 93% da população, conforme revelou pesquisa da Statista (Bianchi, 2025).

Esses dados secundários espelham a realidade dos moradores do Residencial dos Ipês que são parte das camadas médias e contam com pelo menos um *smartphone*. No condomínio é possível falar em certa homogeneidade da conectividade dos moradores, onde há um plano de Internet básica (10 MB) disponível a todos, sem custo adicional. Uma empresa de fibra óptica oferece todo o suporte para a conexão, com assistência técnica via WhatsApp. Basta o morador providenciar um modem de Internet para transformar a conexão via cabo que chega nas unidades autônomas em sinal *Wi-Fi*. Minha experiência enquanto pesquisadora-moradora mostrou que o plano era razoável e o pacote de dados fornecido era suficiente para as minhas necessidades. Contudo, parte dos interlocutores revelou contar com plano extra de Internet, alegando que o básico não era suficiente para o consumo próprio ou que o serviço era muito ruim, especialmente em horário de pico, quando muita gente utilizava o serviço no condomínio. Este detalhe poderia nos levar a concluir que o *condomínio digital* se justificaria por uma conexão “homogênea” entre os moradores. Contudo, a conectividade à Internet, sozinha, não garante a conformação do *digital block*. Há junto dela questões de letramento

---

<sup>88</sup> A chamada política *zero rating* (ver Parreiras, 2024).

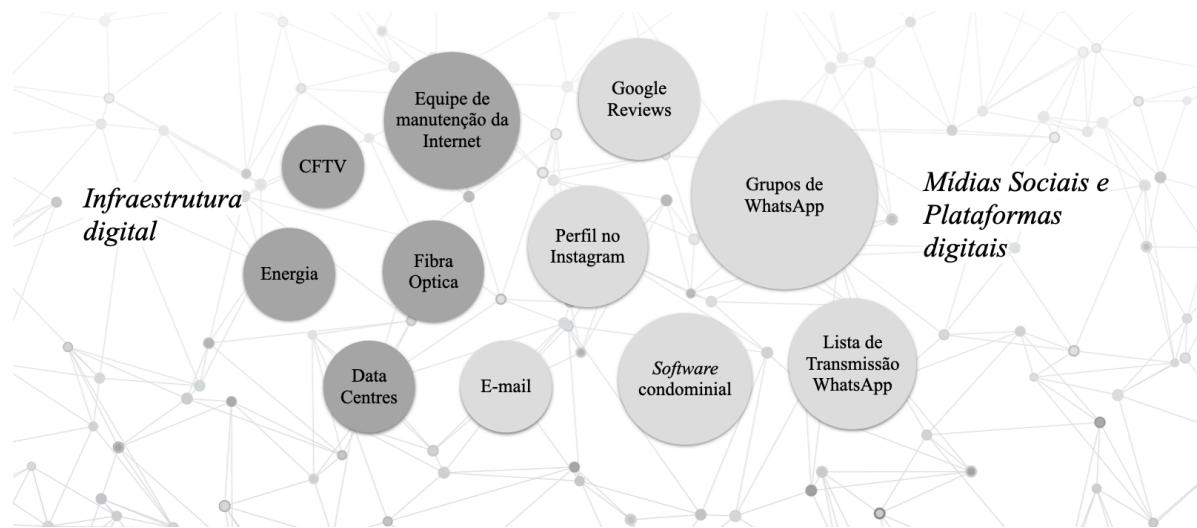
que os permite maior ou menor fluência e qualidade nos usos de todos os artefatos, além das afinidades pessoais e disponibilidade para socialização que determinam a participação nos grupos *online*, conforme explicado anteriormente. Contudo, é possível falar em padronização das condições de acesso à Internet, da ubiquidade do *smartphone* e do WhatsApp entre os moradores do Residencial dos Ipês, em linha com o cenário brasileiro.

É preciso mencionar que a conectividade dependente de sistemas complexos para conexão. Cabos, *data centers*, equipe de manutenção, satélites, servidores de Internet e circuitos de distribuição de sinal constituem uma combinação de materialidades conectados à automação de sistemas e do trabalho humano para seu *design*, instalação, manutenção e operação, como enfatizam Parks e Starosielski (2015) em *Signal Traffic: Critical Studies of Media Infrastructures*. Também Knox (2021) em estudo sobre infraestruturas da vida digital sublinha que este conjunto de sistemas consiste na base das formas contemporâneas de comunicação e sociabilidade, com efeitos transformadores nas relações entre as pessoas e as coisas. Embora muito importante para o acesso dos moradores à Internet, a dimensão da infraestrutura digital extrapola o recorte desta pesquisa. Por hora, está estabelecido o segundo critério do *Digital Block*: a conectividade à Internet e ao WhatsApp via *smartphone* do corpo social do Residencial dos Ipês.

### **3.3 A ecologia de artefatos digitais do condomínio**

A observação participante foi crucial para obter a visão contextual de um ecossistema complexo como o Residencial dos Ipês. Proprietários-moradores, proprietários-investidores, inquilinos, moradores de temporada do Airbnb, empreendedores, visitantes, clientes, funcionários da portaria e da limpeza, a síndica, a construtora, se vinculam de diferentes formas à infraestrutura material do condomínio e boa parte deles articula suas demandas por meio dessa ecologia de artefatos – que inclui infraestruturas e sistemas, plataformas, redes sociais, *softwares* e canais de comunicação oficiais e extra oficiais do condomínio (Figura 20) – que garante a conectividade desse corpo social em rede.

**Figura 20: A ecologia de artefatos digitais do condomínio**



**Fonte:** Elaboração própria (2025).

Por uma questão de escopo, nesta tese me concentro nos artefatos digitais descritos a seguir:

1) **O software condominial:** no qual proprietários e moradores poder realizar o *download* do boleto das taxas condominiais, obter relatórios financeiros da propriedade, registrar de ocorrências e participar das assembleias (como discorro no [capítulo 6](#)). Além de funções administrativas e financeiras, o *software* conta com espaço para comunicação que replica funcionalidades das redes sociais (como a postagem em *feed* de notícias), onde os moradores podem interagir e vender itens. No entanto, grande parte dos residentes e proprietários não está ciente dessas funcionalidades ou mesmo do próprio *software*;

2) **O e-mail do condomínio:** é considerado um canal oficial para registro formal de reclamações, solicitações e sugestões. No entanto, os participantes relataram ser frequentemente ignorados ou não receber o adequado tratamento às suas solicitações via e-mail, sugerindo que o e-mail é ineficiente enquanto ferramenta de comunicação. Mandar um e-mail para o endereço oficial do condomínio muitas vezes serve apenas como registro para uma eventual disputa judicial, funcionando como uma prova de que determinada solicitação foi realizada e de que não houve resolução, como foi o caso do relato de campo do início do capítulo;

3) **Perfis no Instagram:** três perfis do condomínio foram criados no Instagram. Um deles foi criado para salvaguardar a reputação do condomínio *online* e influenciar na política interna, como observei durante o campo. Contudo, os perfis foram abandonados logo após a

criação, sendo insuficientes para a realização de uma análise mais aprofundada sobre os seus impactos;

4) **Google Reviews:** A ferramenta permite que usuários publiquem avaliações e classificações sobre negócios, lugares ou serviços que experimentaram no Google. À época da pesquisa de campo, condomínio tinha 296 avaliações com estrelas (o que lhe dá uma média de 4,4) e 110 avaliações textuais (64 positivas, 17 negativas e 29 neutras) vinculados ao seu endereço. As *reviews* fornecem fragmentos de experiências pessoais com o Residencial dos Ipês e podem influenciar na reputação do prédio, com eventual impacto na decisão de investidores e futuros inquilinos, como analisei em outro momento (Oliveira, 2025);

5) **O WhatsApp e suas múltiplas funcionalidades:** no âmbito do condomínio, são dois os principais usos do WhatsApp:

5.1) A **Lista de Transmissão** é o canal por meio do qual um responsável (geralmente o gestor da propriedade) transmite avisos aos moradores sobre manutenção e informações gerais. Para integrar a lista, os moradores precisam solicitar a inclusão diretamente à administração e grande parte o faz logo que se muda para o condomínio. Os moradores recebem os avisos gerais em forma de arquivo PDF ou mensagem de texto. A funcionalidade permite que os participantes respondam ou interajam com o emissor da mensagem em chats privados, estabelecendo uma relação específica de poder. A transmissão de informação unidirecional é usada com frequência pela gestora do condomínio a partir de uma conta WhatsApp Business – que conta com mais recursos que o perfil pessoal, como métricas das mensagens e permite o uso a partir de um computador, sem um número próprio de celular. Conforme discuto no [capítulo 7](#), a Lista de Transmissão é também um meio do administrador interferir na dinâmica política interna, comunicando os feitos da sua gestão e rebatendo boatos de opositores;

5.2) Os **grupos de WhatsApp** são muitos e constituídos informalmente por moradores e/ou proprietários, em diferentes temporalidades, para diversos propósitos. Eles não são um canal oficial e com isso, a administração não detém controle sobre eles. Inclusive, em muitos grupos a síndica não participa como membro. Os grupos *online* são os principais meios de articulação dos moradores, conforme os relatos etnográficos ao longo desta tese demonstram.

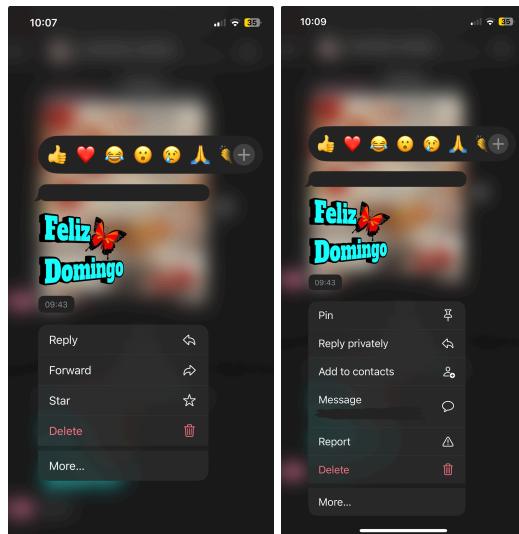
A observação direta mostrou que os artefatos digitais estão interconectados em uma relação ecológica, proposição que converge com o que Medianou e Miller (2012) teorizaram como *polimídia* (ver [introdução](#)). Isto significa que a escolha sobre qual artefato usar leva em consideração as funcionalidades da plataforma ou mídia, os custos e o acesso, mas também as consequências morais, sociais e emocionais implicadas a cada uma delas (Medianou; Miller, 2012). No condomínio, as evidências sugerem que as pessoas estão cientes da existência de pelo menos parte dos artefatos digitais mencionados. A escolha de cada um deles leva em conta a adequação do canal em relação ao tipo de mensagem, o nível de exposição pessoal, o impacto na imagem do condomínio, o tempo de resposta do canal, a urgência da demanda, se se trata uma questão privada e íntima ou coletiva, se implica outro morador ou o gestor da propriedade, e se poderia ser levada como prova em caso de judicialização do caso no futuro. No caso de Fernando, a escolha pelo Google Reviews e pelo WhatsApp considerou o impacto que poderiam gerar: a exposição e o constrangimento público da gestora para a resolução do problema no WhatsApp; e a influência na imagem pública do condomínio no Google Reviews. O WhatsApp é o artefato de maior relevância no Residencial dos Ipês, tanto em termos de frequência no uso pelos moradores, como na articulação de outras dimensões do condomínio (social, material, gerencial). Isto se dá por aspectos específicos da plataforma, discutidos a seguir para evitar abordagem naturalizada da tecnologia (Geismar; Knox, 2021; Parreiras, 2024).

### *3.3.1 WhatsApp: funcionalidades, affordances e usos*

A possibilidade de criação de grupos no *WhatsApp* surgiu em 2011, dois anos após a criação da plataforma, em 2009. Os grupos são salas de chat que podem ser criadas por qualquer pessoa e onde os participantes podem enviar e receber conteúdo (texto, áudio, memes, fotos, vídeos) na mesma conversa, visíveis a todos os membros. As pessoas podem conversar em tempo real (de forma síncrona) ou responder apenas quando disponíveis (de forma assíncrona). Isso transforma o chat em um fórum infinito, permitindo que múltiplos assuntos sejam discutidos simultaneamente. Os participantes podem enviar e receber mensagens 1) publicamente, visível a todos; 2) diretamente a um remetente específico (ao pressionar a mensagem e selecionar “responder” no menu); ou 3) de modo privado (ao pressionar a mensagem e selecionar “responder privadamente” no menu). Os participantes podem ainda optar por reagir à mensagem, pressionando a mensagem e escolhendo um dos *emojis default* ou outro de sua preferência, em vez de digitar uma resposta, tornando as

conversas mais dinâmicas e expressivas. Também é possível marcar a mensagem com uma estrela, pressionando e escolhendo a opção “favoritar”. O conteúdo fica armazenado na função “mensagens favoritas” da plataforma, sendo mais fácil de encontrá-lo, além de permitir retornar ao contexto da conversa e visualizar quem interagiu com a mensagem.

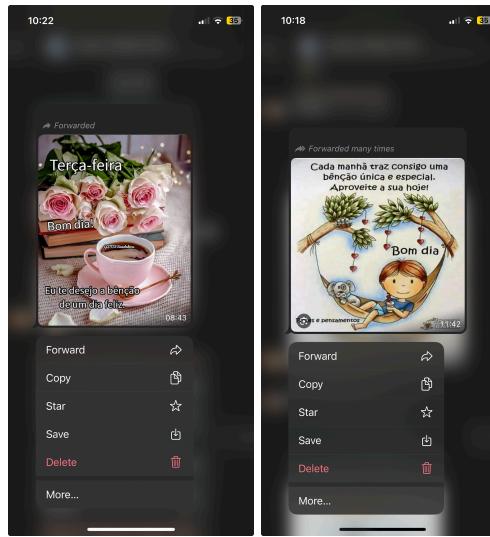
**Figura 21: Screenshot dos formatos de resposta de mensagens no WhatsApp.**



Fonte: Elaboração própria (2025).

Quanto à mensagem, os formatos são muitos. Os participantes podem escrever textos, enviar fotos e vídeos, áudios, *GIFs*, memes, figurinhas, *emojis* e documentos (em Word, PDF, Excel, zip, etc. com até 100 MB). Os grupos permitem chamadas de áudio e vídeo em conjunto. Quando um conteúdo multimídia é compartilhado a partir de outro usuário, a mensagem é marcada com a etiqueta “encaminhado” (*forwarded*) para indicar que não foi escrita originalmente pelo remetente. Caso a mensagem tenha sido compartilhada muitas vezes, ela é etiquetada com “encaminhado com frequência” (*forwarded many times*). Todos os arquivos compartilhados podem ser acessados na aba “informações do grupo”.

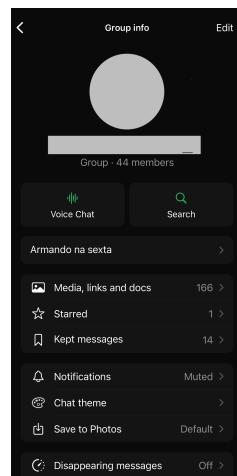
**Figura 22: Screenshot dos formatos de mensagens encaminhadas no WhatsApp.**



Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao clicar em “informações do grupo”, os membros têm acesso a um campo de descrição, onde é possível definir por escrito os propósitos e regras do grupo. Cada membro pode configurar as notificações de novas mensagens conforme a conveniência, escolhendo entre permiti-las ou silenciá-las por 8h, uma semana ou para sempre. Ainda em “informações do grupo”, os membros podem identificar quem faz parte do grupo e quais contatos o usuário têm adicionados em sua agenda telefônica, informando quem são os conhecidos e os desconhecidos. Os membros são listados com seu nome, sua foto de perfil e a mini bio (sobre). Aqueles que são administradores do grupo são identificados como “admin” junto do nome.

**Figura 23: Screenshot das informações gerais dos grupos de WhatsApp.**



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os administradores são revestidos de poder sob o grupo: adicionam ou removem participantes, definem permissões, definem o nome e o ícone do grupo e controlam quem pode enviar mensagens. Por exemplo, durante a pesquisa de campo, um dos grupos passou por diferentes regimes de controle, com a síndica incluída e excluída do grupo, hora com seu “opositor” sendo o único administrador e, posteriormente, com todos os integrantes com a função de administradores. As mudanças, aparentemente triviais, afetaram diretamente o fluxo de informações entre os moradores e refletiram disputas políticas internas no Residencial dos Ipês (ver [capítulo 6](#)). Em outra ocasião, fui removida do grupo dos donos de *pet* junto de outros moradores que também não têm animais, após um administrador notar a existência de outro grupo no WhatsApp com praticamente os mesmos participantes, mas mais apropriado para prosas informais. A intenção era retomar o propósito inicial da comunidade dos donos de *pet*. Isso mostrou a fluidez na formação dos grupos, com regras criadas e reelaboradas pelos membros de tempos em tempos. À época do campo, o menu de “Inteligência Artificial” não estava disponível aos usuários e não havia exibição de anúncios no *status*, uma outra funcionalidade para compartilhamento de conteúdo a todos os contatos da agenda telefônica, também excluída do meu campo. À época, também não existiam os “canais” na plataforma.

Além da funcionalidade dos grupos, há também no WhatsApp a Lista de Transmissão, que permite o envio de uma mesma mensagem a vários contatos, de uma única vez. O emissor da mensagem pode criar listas e incluir até 256 contatos salvos em sua agenda telefônica. A mensagem via Lista chega aos participantes em um chat com o emissor, assim como uma conversa privada. A lista fica salva em um local diferente dos grupos, para acessá-la, é preciso clicar em Configurações-Lista de Transmissão. A funcionalidade não permite a interação em grupo, apenas com o criador da lista, sendo bastante conveniente em determinados casos, como exploro no [capítulo 7](#). No Residencial dos Ipês, em um contexto de crise em que a síndica era alvo frequente de críticas, ela utilizou a lista, a funcionalidade de maior alcance no condomínio pelo número de participantes, para defender o seu mandato. Os usos da lista refletem as intenções e as estratégias de quem controla o perfil Business, sendo um meio de articular interesses, fortalecer narrativas e assegurar posição de poder no condomínio.

As possibilidades de conversas síncronas, com pessoas interagindo em tempo real, ou assíncronas, em que as pessoas não estão disponíveis no mesmo momento, são *affordances* importantes das interações na plataforma. Elas permitem que os usuários gerenciem as

interações de acordo com seu próprio tempo e disponibilidade, como sublinha Duque (2022). Em etnografia sobre *smartphones* e cuidado de idosos em São Paulo, a autora diz: “O WhatsApp oferece uma excelente eficiência na comunicação, sem o peso de uma longa ligação telefônica e com menos conflitos. Como as pessoas podem escolher quando responder a uma mensagem, elas podem esconder sua resposta emocional imediata e parecer objetivas” (Duque, 2022, p. 115). A plataforma promove ainda a copresença, outra *affordance* bastante relevante: a sensação de estar junto, ainda que fisicamente separados, em diferentes localizações. Na vida cotidiana, a copresença com comunicação síncrona e assíncrona auxilia no gerenciamento de tarefas, emoções e conflitos (Duque, 2022). Ao tornar-se o meio pelo qual muitas pessoas passaram a organizar suas vidas, o WhatsApp é mais que um aplicativo de mensageria, é um dispositivo para trocas simbólicas e organização da vida cotidiana. As *affordances* contribuem para uma ampla adoção da plataforma em tarefas básicas e cotidianas, fazendo do WhatsApp uma “tecnologia da vida”, nos termos de Cruz e Harindranath (2020, p. 6). Os autores argumentam que especialmente no Sul Global, o WhatsApp é muito mais uma “ferramenta coletiva para o cotidiano”, reproduzindo aspectos gregários dessas sociedades, ele é uma “infraestrutura coletiva para a vida social” (Cruz; Harindranath, 2020). Isto porque o WhatsApp tem uma característica única: se tornou o “menor denominador comum” ao possibilitar comunicação a um custo praticamente zero, para qualquer modelo de *smartphone*, e mensagens em vários formatos (especialmente acessível para pessoas com pouca letracia). Os autores argumentam que

Os grupos do WhatsApp não estão apenas reforçando formas existentes de socialização, mas também facilitando novas. Particularmente notáveis aqui são a granularidade, a adaptabilidade e a constante transformação das relações entre os membros, os objetivos percebidos (ou a falta deles) e a resolução de conflitos e discrepâncias (Cruz; Harindranath, 2020, p. 10, tradução nossa<sup>89</sup>).

Não à toa, se tornou “[...] quase sinônimo de comunicação móvel, moldando a experiência do usuário de *smartphones*” (Cruz; Harindranath, 2020, p. 6, tradução nossa<sup>90</sup>). Parreiras (2024, p. 11) também argumenta sobre o WhatsApp como um artefato digital gerador e mediador de intimidades. Ela diz que o “[...] WhatsApp tem se tornado um

<sup>89</sup> Onde se lê:

WhatsApp groups are not merely reinforcing existing forms of socialisation but also facilitating new ones. Particularly noteworthy here is the granularity, adaptability and constant morphing relationships between members, the perceived goals (or lack of them), and the resolution of conflicts and discrepancies (Cruz; Harindranath, 2020, p. 10).

<sup>90</sup> Onde se lê: “[...] almost synonymous with mobile communication, shaping smartphone user experience” (Cruz; Harindranath, 2020, p. 6).

agregador de relações de diversas ordens, que passam a organizar a vida cotidiana e plataformizada da maioria de nós” e que, por seu aspecto mundano, com usos incorporados em nosso dia a dia, deixamos de notá-lo. Conforme destacam Nemer e William (2025) em pesquisa sobre o uso da plataforma para a disseminação de notícias falsas no contexto político brasileiro contemporâneo, o WhatsApp permite a conexão direta de pessoas sem a intermediação de algoritmos, por sua arquitetura de ponta a ponta, conectando emissor ao receptor. Isto estabelece um fluxo simbólico particular que contrasta com as demais redes sociais, e tem um grande impacto para a dinâmica política do condomínio, como argumento no [capítulo 7](#).

No âmbito do Residencial dos Ipês, moradores, proprietários e gestores de propriedades administram seus relacionamentos e se fazem copresentes e, ao mesmo tempo, em que mantêm certa distância do contato face a face, gerenciando seus bens privados e os interesses coletivos. Por isso, contar com canais de comunicação como o e-mail do condomínio ou o *software* oficial é diferente de participar de comunidades no *WhatsApp*, já que o fórum propõe outra dinâmica de participação de moradores em questões coletivas.

As interações no WhatsApp também contrastam o formato das deliberações coletivas garantidas por lei<sup>91</sup> na forma da Assembleia Geral Ordinária (AGO), que deve acontecer pelo menos uma vez ao ano de forma síncrona, no formato *on* ou *offline*, bem como nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs), que podem ser convocadas sempre que houver necessidade. As assembleias precisam ser agendadas e publicizadas com antecedência, elas obedecem a um rito burocrático e ainda sim, muitas vezes não contam com a presença dos interessados, os proprietários de unidades autônomas. A finalidade das assembleias, também conhecidas como as “reuniões de condomínio”, é deliberar sobre questões coletivas e obter o consenso (ver [capítulo 7](#)). Já os grupos de WhatsApp, muito embora não substituam essas reuniões formais, funcionam como lugar alternativo de deliberação, em que moradores discutem questões do dia a dia. As *affordances* da plataforma são bastante convenientes em condomínios, congregando inquilinos e proprietários para debater temas dos interesses privado e coletivo a qualquer tempo, conforme o exemplo do interlocutor Fernando. O WhatsApp amplifica a frequência e o alcance das interações, trazendo velocidade às trocas simbólicas e alterando aspectos espaço-temporais das relações vicinais. A possibilidade de engajamento cotidiano em questões diversas é o que o faz a plataforma tão proeminente nesses espaços coletivos de moradia em detrimento de outras plataformas, meios de

---

<sup>91</sup> As leis nº 4.591/64, nº 10.931/04, e 14.309/22 determinam a realização de assembleias em condomínios, nos formatos *online* e *offline*, cujas decisões são soberanas.

comunicação e formatos de deliberação. Reside aí a *capacidade produtiva* do WhatsApp em condomínios. Não à toa, o termo “grupo de condomínio” se estabeleceu na sociedade brasileira enquanto categoria descritiva, indicando práticas específicas de sociabilidade entre vizinhos no WhatsApp.

### 3.4 Entre a “casa” e a “rua”: sociabilidade escalonável no WhatsApp

A pesquisa de campo, com engajamento não apenas em um, mas em vários grupos de WhatsApp do condomínio, foi determinante para compreender as nuances de como eles operam e os efeitos cotidianos no Residencial dos Ipês. Durante os 18 meses em que participei dos grupos *online*, observei como elas se transformaram ao longo do tempo. Os grupos tiveram modificação de propósito, membros saíram e outros foram incluídos, novos grupos foram criados e grupos foram dissolvidos. Tendo no horizonte que a etnografia captura um momento específico no passado, apresento os grupos que participei, identificados por pseudônimos, e categorizados de acordo com as seguintes variáveis (Tabela 1):

- a) **Administradores e participantes:** se são proprietários, inquilinos, se o síndico está incluído ou não, se é apenas para residentes, se normalmente um membro da família participa; quantos participantes em comparação com o total de apartamentos;
- b) **Os propósitos dos grupos:** se são para vendas e trocas, informações gerais sobre questões do dia a dia, amizade e fofoca, encontros de donos de animais de estimação que planejam se reunir no espaço *pet*, ou proprietários de apartamentos para discutir o imóvel como um bem;
- c) **Tom das conversas:** se são mais sérias ou informais, e se usam figurinhas, memes, links externos ou mensagens de “bom dia”;
- d) **As regras veladas ou explícitas:** observando quem é repreendido e por quê, se as regras estão declaradas na descrição do grupo e se são publicadas quando um novo membro é adicionado.

**Tabela 1: Os grupos no WhatsApp do Residencial dos Ipês**

Grupo	Adm/membros	Finalidade	Tom	Regras
Vendas	Adm: 2 moradoras e zelador); Membros: grupo restrito a moradores; Síndica não participa.	Vendas e troca entre moradores, indicação de serviços	Impessoal, descontraído	Regras explícitas, publicadas sempre que um novo membro é adicionado, além de constar na descrição do

				grupo
Geral	Adm: 5 moradores; Membros: Proprietários investidores, proprietários moradores, inquilinos; síndica não participa.	Discussão sobre questões gerais do condomínio	Impessoal, formal	Não conta com regras explícitas
Pets e Simpatizantes	Adm: moradoras criadoras do grupo; Membros: restrito aos moradores (inquilinos e proprietários) donos de <i>pet</i> ; síndica não participa.	Compartilhamento de informações diversas aos donos de <i>pet</i>	Pessoal, descontraído	Não conta com regras explícitas
Conversa	Adm: Membros: Moradores e rede expandida; síndica não participa.	Organização de encontros, compartilhamento de fotos e vídeos pessoais.	Pessoal, descontraída.	Não há regra explícita

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para melhor compreender e teorizar sobre os usos dos grupos no Residencial dos Ipês, eu combinei dois conceitos. O primeiro é a “socialidade escalonável” (*scalable sociality*) do projeto etnográfico global que deu origem à publicação *How the world changed social media* (Miller et al., 2016) e consistiu em um mapeamento dos usos contextuais das redes sociais em oito localidades (Brasil, Chile, China, Inglaterra, Índia, Itália, Trinidad e Turquia). O conceito descreve os usos de aplicativos e mídias sociais em uma graduação de intimidade, do âmbito mais privado para o mais público e dos grupos menores aos grupos maiores<sup>92</sup>. De acordo com os autores, em uma ecologia com diferentes mídias sociais disponíveis à época aos usuários entrevistados (Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp, Snapchat), o WhatsApp estaria no âmbito mais íntimo, enquanto o Facebook estaria na esfera pública. Para esta pesquisa, a “sociabilidade escalonável” (Miller et al., 2016) me ajuda a classificar os grupos da mesma plataforma, de acordo com graduações de intimidade.

Ao identificar que os membros se comportam de maneiras distintas de acordo com os vários níveis de intimidade, articulei esse conceito aos domínios da “casa” e da “rua”,

<sup>92</sup> Eles definem:

É possível visualizarmos duas escalas principais. A primeira é a escala que parte do que é mais privado para o que é mais público. A segunda é a que parte do menor para o maior dos grupos. Ainda vemos, nos extremos das duas escalas, uma conversa totalmente privada de um lado e, do outro, a radiodifusão totalmente pública. O que, exatamente, é escalonado? O que é central, nos estudos das Ciências Sociais, é a forma como as pessoas associam-se umas às outras para formar suas próprias relações sociais e suas respectivas sociedades. Isso é chamado de sociabilidade. A melhor maneira de se definir o que, popularmente, chamamos de mídias sociais, considerando seu aspecto inovador, é pensar em uma “sociabilidade escalonável” (Miller et al., 2016, p. 4).

criativamente teorizados por Roberto DaMatta (1997). O antropólogo argumenta que os domínios compreendem códigos sociais por meio dos quais a sociedade brasileira pode ser lida. O antropólogo argumenta:

Quando digo então que ‘casa’ e ‘rua’ são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DaMatta, 2017, p. 15).

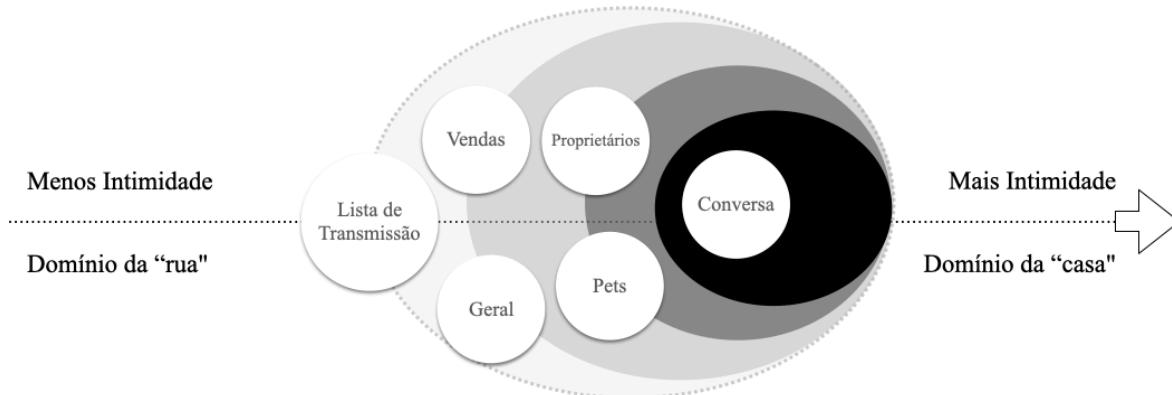
O domínio da “rua” é onde se usa linguagem formal, autoridade, burocracia, as leis e impessoalidade, do indivíduo (DaMatta, 1997). Em contraste, o domínio da “casa” é guiado pela intimidade, amizade, relações calorosas, causalidade e espontaneidade, da pessoa (DaMatta, 1997). Há ainda um terceiro domínio, o do “outro mundo”, que não vem ao caso nesta tese. Segundo o antropólogo, nossos rituais, comportamentos, retórica, ética e valores são configurados e expressos de acordo com cada um desses domínios. Os domínios não estão em oposição, mas em correlação e contrastam os comportamentos e o ethos dos indivíduos em diferentes contextos, recriando a experiência social brasileira (DaMatta, 1997, p. 19). O autor explica:

Mas estou me referindo a espaços, a esferas de significação social - casa, rua e outro mundo - que fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. É que eles contêm visões de mundo ou éticas particulares. Não se trata de cenários ou de máscaras que um sujeito usa ou desusa - como nos livros de Goffman - de acordo com suas estratégias diante da ‘realidade’, mas de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias (DaMatta, 1997, p. 47).

Os domínios trazem previsibilidade razoável nesses sistemas complementares de ordenação, criando ou recriando a experiência social brasileira (DaMatta, 1997, p. 19). A conceituação do antropólogo gera discussões sobre ser uma representação reducionista da sociabilidade brasileira. Contudo, interessa a potência dos domínios para discutir sobre as dinâmicas dos grupos de WhatsApp em questão. Embora os grupos do WhatsApp possam às vezes se sobrepor para alguns participantes, eles operam sob diferentes códigos e graduações de intimidade, conforme esquema abaixo (Figura 24).

**Figura 24: Diagrama dos códigos sociais no WhatsApp**

*“Sociabilidade escalonável” no WhatsApp e os domínios da “casa” e da “rua”*



Fonte: Elaboração própria (2025).

A sistematização me ajudou a visualizar os usos sociais dos grupos. Por exemplo, percebi que, nos grupos *Pet* e de *Conversa*, os moradores organizam *brunches* aos domingos e almoços nas casas uns dos outros, celebram aniversários e coordenam despedidas como o meu “bota fora” quando me mudei do condomínio. Nos grupos de caráter mais íntimo, os membros compartilham momentos pessoais em dinâmica semelhante ao uso do Facebook ou Instagram. Fotos do pôr do sol, passeios de bicicleta, partidas de vôlei, uma nova barba ou corte de cabelo, quando alguém está bem-vestido, as fotos de uma festa da qual participaram juntos, são compartilhadas no grupo e os membros interagem de forma calorosa e íntima. Semelhante aos grupos de WhatsApp de “famílias ampliadas” (Duque, 2022), os participantes interagem cotidianamente de forma calorosa, denotando amizade e intimidade próprias do domínio da “casa” (DaMatta, 1997), como discuto no [capítulo 6](#).

No lado menos íntimo do espectro, a comunicação tende a ser indireta. Os moradores evitam confrontar ou expor diretamente os outros ao discutir questões coletivas e expressar insatisfações sobre o condomínio. Esse tipo de conversa normalmente ocorre no grupo *Geral*, onde criticam o síndico pela falta de manutenção no Residencial dos Ipês ou apontam que moradores que usam a garagem para guardar seus pertences pessoais e o elevador como transporte privativo. No espectro menos íntimo (nos grupos *Geral* e de *Vendas*), os integrantes tendem a adotar o tom burocrático e impessoal da “rua”, falando na terceira pessoa, replicando a legislação brasileira, a convenção do condomínio e até frases de

filósofos para disciplinar os demais e promover a própria ideia de democracia e de “boa convivência” (ver no [capítulo 7](#)).

Cabe sublinhar que a aplicação dos conceitos é uma proposição analítica para classificar e qualificar os usos dos grupos de WhatsApp segundo uma vastidão de propósitos, processos e acontecimentos, e que implicam em uma série de consequências *online* e *offline*. O objetivo deste recurso é mapear a circulação de sentido e de valores, bem como a construção de vínculos sociais. Portanto, constitui uma construção teórica estratégica contingencial, sabendo que há outros eixos possíveis de hierarquização e organização. Em outros condomínios, por exemplo, um único grupo de WhatsApp pode abranger diversos propósitos, operando sob ambos os códigos sociais. Também é importante dizer que há uma fluidez entre os domínios que escapa essa sistematização. Por vezes haverá o compartilhamento de memes e figurinhas no grupo Geral, remetendo à descontração típica do domínio da casa; e por vezes o grupo de Conversa vai ser palco de discussões formais como o plano de internet coletivo. Todavia, essas variações são momentâneas.

### *3.4.1 Princípios ordenadores das relações vicinais no Residencial dos Ipês*

Observar a organização dos grupos *online* apontou para as diferentes formas de agregação e de definição da identidade dos moradores do Residencial dos Ipês. Os “rótulos” que categorizam moradores, visitantes e trabalhadores na portaria, especificando os direitos e tratamentos diferenciados, como Moura (2012) propõem em sua etnografia<sup>93</sup>, não têm tanta importância neste condomínio populado majoritariamente por inquilinos e com sistema de vigilância bastante falho. Também o critério de antiguidade de moradia (Elias, 2000 [1965]), ou os comportamentos desviantes (Velho, 1999 [1974]) não são os principais classificadores internos, embora estes rótulos existam e circulem na forma de “boato” (Velho, 1989).

No Residencial dos Ipês, três elementos sublinham a diferenciação entre os moradores: os *pets*, a propriedade de uma unidade autônoma e as redes de amizade. Eles são “princípios ordenadores” (Moura, 2012) que fazem uma triangulação entre as pessoas e o digital. Isto é, eles funcionam como elos e conectores que impulsionam a formação de grupos

---

<sup>93</sup> A autora destaca:

Além da experiência estética, o primeiro contato que tive com elementos desse universo social foi o sistema de classificação utilizado pelos profissionais a quem cabia controlar o acesso ao Residencial Alto dos Lagos para designar os que ali desejavam adentrar. As três categorias – *moradores, visitantes e prestadores de serviço* – foram a primeira pista que tive no sentido de conhecer a lógica do  *mundo* dos condomínios horizontais. Esses rótulos, supostamente atribuídos a todos que entravam no espaço intramuros, correspondiam a direitos, constrangimentos e tratamentos diferenciados (Moura, 2012, p. 78).

*on* e *offline* em torno destas temáticas. Mas os elementos não são exclusivos. Ter um *pet* não impede o morador de integrar a roda de proprietários se ele também for dono de um apartamento no condomínio. Os três elementos, na verdade, tendem a ser cumulativos, como no caso de Tânia, descrito no **item 1.2**. A interlocutora é dona de duas cachorrinhas, proprietária de uma quitinete e é parte da *turma*, o que lhe confere uma densidade de vínculos sociais e a possibilidade de circulação em muitos ambientes e grupos *online* e *offline*. Já no meu caso, mesmo morando há dois anos no Residencial dos Ipês, eu era inquilina e não tinha animal de estimação. A entrada em campo exigiu um esforço de construir vínculos, mostrando que aqueles sem animais e sem propriedade também podem se integrar à *turma* se dispostos a investir na sociabilidade, independentemente de serem antigos ou recém-chegados. Em suma, moradores que são proprietários de quitinetes, que são donos de *pet* e/ou que têm interesse em socializar com outros vizinhos, tendem a estabelecer vínculos e integrar diferentes grupamentos *on* e *offline* do que aqueles que são destituídos desses elementos.

Esse argumento contrasta o que propõe Bottino (2022), quando sublinha o protagonismo das mídias sociais pela possibilidade de promover as interações entre vizinhos a qualquer tempo e reposicionar essas relações *online* na vida das pessoas<sup>94</sup>. Para a antropóloga, são as mídias digitais que intensificam as relações entre vizinhos, a serem moduladas individualmente. Nesta tese sublinho que o tecido social do condomínio é uma densa teia de relações mediada e modulada pelo digital, que serve de suporte para articulação dessas três principais temáticas entre vizinhos. Os *pets*, a propriedade de uma quitinete e os laços de amizade configuram rótulos, posições de prestígio e/ou autoridade aos residentes e são como pontes para a construção de vínculos. Eles funcionam como o elo de interações e de relações de amizade e de inimizade, triangulando os moradores e o digital.

---

<sup>94</sup> A autora diz:

Mesmo que os condomínios-clube possuam um formato que incentiva, a todo o momento, a convivência entre vizinhos, com seus inúmeros espaços de lazer compartilhados, tornando-se quase impossível não se relacionar com os outros em algum momento, são as mídias sociais e a possibilidade de estar conectado à vizinhança por meio dos dispositivos móveis, 24 horas por dia, 7 dias por semana, ininterruptamente, que faz com que a sociabilidade vicinal assuma um outro patamar na vida dessas pessoas, que pode ser mais ou menos intensa, modulada pelo indivíduo de acordo com as suas pretensões e necessidades (Bottino, 2022, p. 29).

### 3.4.2 O grupo de Vendas

O grupo de Vendas foi criado para reunir residentes que querem circular coisas. As regras do fórum são claras e meticolosas, compartilhadas sempre que um novo participante é adicionado para conscientizá-los sobre os princípios e premissas da comunidade:

#### REGRAS DO GRUPO DE VENDAS – RESIDENCIAL DOS IPÊS

O objetivo do grupo é divulgar produtos e serviços oferecidos por nossos vizinhos do condomínio Residencial dos Ipês (compra, venda, desapegos, trocas, permutas e indicações).

 Horário das postagens: 9hs as 21hs

 Fotos:

- Com o intuito de não poluir o grupo, só serão permitidos 2 posts com fotos por turno (manhã/tarde/noite) totalizando 6 posts diários com fotos.
- Quem tiver muitas fotos, pode fazer uma colagem de fotos nestes 2 posts mas não enviem mais de 2 fotos por turno, separadamente.
- Sugerimos que coloquem preços nos produtos ou serviços.
- Os posts somente com textos são liberados.

 Não são permitidos:

- A participação no grupo de pessoas que não morem no condomínio.
- Áudios
- Vídeos
- Correntes
- Memes
- Bom dia/boa tarde/boa noite
- Imagens ofensivas/grosseiras
- Temas polêmicos (política, religião, futebol, etc)

Elogios são permitidos! 

Negociações apenas no privado! 

Antes de indicar um profissional, procure saber se não há no grupo alguém que forneça o mesmo serviço ou produto. Lembre-se que o propósito do grupo é favorecer os moradores dos dois condomínios.

Não são permitidas indicações de fornecedores que não morem no condomínio, exceto no caso de não existir nenhum morador fornecendo o mesmo serviço ou produto.

 Quem quiser participar do grupo, será necessário informar nome, condomínio, bloco e apt. Para ser adicionado, entrar em contato nos tels:

-  XX XXX-XXXX -
-  XX XXXX-XXXX -
-  XX XXXX-XXXX -

Boas vendas! Boas compras! 

A mensagem pré-pronta é compartilhada pela criadora e principal administradora do grupo: Madalena, uma microempreendedora que fez do condomínio sua casa e local de trabalho. Morando no local há cinco anos, Madalena veio de Belém do Pará para ganhar a vida vendendo acessórios. No início, o estúdio que dividia com a filha era seu ateliê, mas, com o tempo, o empreendimento cresceu e ela decidiu alugar uma quitinete enquanto sede do

negócio, onde poderia receber clientes, guardar o estoque de mercadorias, organizar sua logística e administrar sua loja *online*.

O grupo de Vendas é gerido como uma extensão do seu negócio, onde apresenta as regras claras e controla as interações para serem breves e intencionais. Ele funciona como uma espécie de classificados, uma OLX<sup>95</sup> doméstica, com vendas de coisas, fórum de dúvidas e indicações de serviços. Foi nesse grupo que publiquei e vendi vários itens de casa antes de me mudar do condomínio. O rito do bazar de moradores que estão se despedindo é conhecido e as pessoas já esperam por eles assim que alguém anuncia a partida. Nele, moradores também indicam profissionais nas imediações do condomínio, como chaveiro, sapateiro, costureira, salão de beleza, locais para almoço e janta com bom custo-benefício. Também recomendam profissionais para higienização de sofá, massagistas, fisioterapeutas, técnicos em máquina de lavar e ar condicionado, faxineiras, entrega de marmitas congeladas, lavagem de roupa. Arrecadam doações para ações sociais e pedem ajuda e coisas emprestadas pontualmente (um carregador, a impressão de uma folha de papel, remédio para dor). Nestes casos, o grupo *online* dá suporte à circulação de coisas e funciona como uma vitrine digital que viabiliza o consumo.

Ocasionalmente, a espontaneidade escapa do controle de Madalena, quando mensagens com piadas ou reclamações sobre o prédio são enviadas por outros participantes do grupo, aos quais ela responde brevemente, pedindo que falem nos fóruns adequados. Ainda assim, o grupo mantém sua essência como consequência do cuidado diligente e vigilante de Madalena. Diferentemente deste grupo, que conta com as regras bastante explícitas, os demais funcionam sob códigos velados. Evita-se falar de política e religião, muito embora uma publicação ou outra sobre uma das temáticas possa escapar ao ser encaminhada por um dos membros. Os usos do WhatsApp para a venda de coisas é bastante comum em condomínios brasileiros e ao relatar o que se passa nele permito a comparação com outros contextos de pesquisa. Nos capítulos seguintes, apresento as apropriações do WhatsApp para propósitos específicos no Residencial dos Ipês.

### 3.5 Quem está desconectado do *digital block/condomínio digital*

Se até aqui falei do que faz o conceito funcionar, agora busco compreender o que faz o conceito falhar. O *digital block/condomínio digital*, enquanto “formulação teórico-ethnográfica” (Peirano, 2014), deixa de existir quando o WhatsApp sai do ar, quando

---

<sup>95</sup> Plataforma de compra, venda e troca de produtos e serviços, funcionando como um classificados *online*.

os grupos são desfeitos ou quando não há adesão universal e participação ativa de todos os moradores? Por que algumas pessoas nunca interagem, apenas observam as interações dos outros membros nos grupos de WhatsApp? Por que as pessoas decidem sair ou optam por não integrar os grupos?

Além dos que participam ativamente dos grupos no WhatsApp, há muitos interlocutores que raramente interagem e mantêm o “grupo silenciado” (com notificações desativadas indefinidamente). As evidências sugerem várias razões para a pouca ou inexistente interação no grupo de Vendas e no Geral (menos íntimos), que vão além do receio da exposição, em contraposição ao grande volume de interação no dos *Pets* e de *Conversa* (mais íntimos). Podemos considerar o *timing* das conversas, uma vez que o grupo é um fórum aberto 24 horas por dia, e as pessoas têm seu próprio ritmo e disponibilidade de interação e resposta no WhatsApp, incluindo restrições de tempo. Também há a questão da empatia e da simpatia com quem fala e o tema que está sendo debatido: tendemos a responder a quem conhecemos e a falar sobre o que sabemos por existir um custo social envolvido na exposição de opiniões.

Contudo, os participantes evitam deixar os grupos, em linha com o que argumentam Garcia e Vivacqua (2021), em pesquisa com usuários brasileiros no WhatsApp. Os autores encontraram comportamentos ambivalentes no contexto de grupos formais (de trabalho ou estudo) e informais (de família e amigos) em relação às razões para entrar, permanecer, interagir e sair dos grupos no WhatsApp. Eles descobriram que as pessoas evitam sair por medo de magoar os sentimentos dos participantes – em grupos informais – ou de perder oportunidades – em grupos formais. Conforme argumentei na seção anterior, os grupos do Residencial dos Ipês apresentam aspectos tanto de grupos formais, como o Geral ou de Vendas, quanto informais, como o dos *Pets* ou de *Conversa*, a depender das graduações de intimidade e dos diferentes códigos sociais (da casa e da rua) sob os quais os grupos operam.

Mas durante o campo, presenciei episódios em que os membros saíram dos grupos. O primeiro foi de uma moradora que resolveu deixar o grupo que ela mesma havia criado ao perceber que o propósito inicial havia sido “desvirtuado”. No lugar das conversas descontraídas, os membros passaram a debater questões de manutenção e reparo do condomínio, a discutirem regras de convivência, a conversar sobre as eleições para o próximo síndico. O grupo foi transportado do espectro mais íntimo para o menos íntimo, com mudança nos códigos sociais das interações. O segundo caso, é de um morador que fazia parte do grupo de *Conversa* e ficou bastante chateado quando descobriu que algumas pessoas circulavam boatos sobre ele. O conflito reverberou na dimensão *online*: ele publicou

mensagem dizendo ter uma concepção diferente sobre a palavra “amigo” e deixou o grupo. Diferentemente do que propõe Bottino (2025, p. 52) ao afirmar que para integrar a vizinhança “[...] basta apenas estar em um dos grupos on-line e observar”, pontuo que o ingresso nesses fóruns *online* também depende das afinidades pessoais e de se submeter ao *decoro* (Mayol, 1998) de cada grupo. A participação nos grupos *online* está atrelada aos afetos e desafetos pessoais no condomínio, reiterando a interdependência do *online* e do *offline* em espaços coletivos de moradia nesta Era Digital.

A observação direta e as entrevistas em profundidade mostraram outras duas razões distintas pelas quais algumas pessoas estavam *offline* do *condomínio digital*. Alguns participantes afirmaram não socializar com vizinhos ou por falta de afinidade, ou para evitar uma intimidade desnecessária. Eles argumentaram manter certa distância para evitar adicionar uma nova camada de contato e intimidade. É o caso de Clara, para quem há uma diferença entre seu estilo de vida e de alguns moradores do Residencial dos Ipês que integram a *turma*:

Eu fiz amizade com os porteiros porque eles eram mais acessíveis pra mim. Eu chegava e falava, eles falavam dos problemas deles, então agora falar que eu fiz amizade com morador aqui, nossa...os aposentados e pensionistas, não tem como, eles tem um padrão de vida. Igual, eu não tenho cachorro pra me enturmar, eu não tenho criança, eu não tenho tempo livre pra ficar batendo perna conversando com eles. Então como eu vou me encaixar, que assunto eu vou ter em comum. Não tem. Minha ideia é acordar cedo, fazer minha vida toda, chegar em casa e descansar. E aí se eu quero conversar com alguém eu vou pra portaria e fico lá batendo papo. Eles devem saber da vida de todo mundo. [...] mas eles ali sabem da vida de todo mundo, toda vez que eu chego do serviço no mesmo horário [eles estão lá], meu namorado fica indignado, fala "meu Deus, esse povo não faz nada", e a gente fica com a cortina fechada, ai quando a gente abre, faz aquele barulho, ai todo mundo olha. Aí ele fala "meu Deus esse povo não tem o que fazer?", porque eles ficam sentado bem aqui né? (Clara, 2023).

Clara enfatiza as diferenças de classe (ao dizer “eles têm um padrão de vida”) como um aspecto que a tornaria uma *outsider*. No entanto, a observação direta mostrou que Clara e os demais interlocutores têm muito em comum, e a percepção das diferenças sociais pode ser consequência da timidez para integrar a *turma* que sempre se reúne nas áreas comuns. A fala de Clara me apontou indícios dos elementos que agrupam os vizinhos e que se desdobram na constituição dos grupos de WhatsApp: os animais de estimação, as amizades (cultivadas pelo tempo “livre” dispendido nas áreas comuns batendo-papo) e a propriedade de uma unidade autônoma no Residencial dos Ipês. Esses três elementos serão discutidos nos [capítulos 6](#) e [7](#).

Para Cleyton, de 30 anos, a intimidade entre vizinhos é algo a ser evitado. Nascido em Roraima, ele se mudou para Brasília por conta do trabalho em uma agência de publicidade.

Mesmo sentindo falta de estar mais próximo dos amigos que moram na Asa Norte, ele não se dispôs a interagir e conhecer os vizinhos:

Eu não fiz muita questão. Eu tenho uma amiga aqui, conheço uma ou duas pessoas, mas também porque eu quero, assim, não faço muita questão de socializar não. Essa vibe de socializar com vizinho nunca foi a minha praia, não tem porquê. Quanto mais conhece, mais intimidade, pior né? Quando você tem amigos, você escolhe. Porque eu vou ter uma interação fixa com alguém que eu não tenho...assim, eu sou educado, sou bom dia, mas eu vou interagir com um pessoal nada a ver? Eu faço isso no trabalho. Essa é uma obrigação que eu acho que a gente não precisa ter (Cleyton, 2023).

Do relato de Cleyton sobressaem questões de privacidade e afinidade exploradas no início deste capítulo e que influem diretamente nas relações vicinais, independentemente de contexto histórico e socioeconômico. É a agência humana a primeira prerrogativa para a constituição ou não de vínculos, sejam eles fortes ou frágeis, nos termos de Granovetter (1973). O clássico estudo do sociólogo norte-americano em Boston destaca a “força dos laços fracos” estabelecidos entre conhecidos e amigos de amigos para a disseminação de oportunidades de emprego, em detrimento dos vínculos mais próximos com familiares e amigos (Granovetter, 1973). Em diálogo com esse marco teórico, argumento que as conexões estabelecidas entre vizinhos em um condomínio muitas vezes serão “fracas”, contudo elas têm uma relevância para a navegação na vida cotidiana.

Um segundo grupo de participantes simplesmente não estava ciente do grupo do WhatsApp, o que relaciono a uma rotina cheia de atividades e ao aspecto transitório do condomínio em sua biografia habitacional. As exceções não enfraquecem esta “formulação teórico-ethnográfica” (Peirano, 2014). Mesmo mantendo-se *offline* para o condomínio, os “desconectados” têm suas rotinas impactadas pelo que é articulado digitalmente, como a nova sinalização e regra de circulação na garagem por conta do caso do interlocutor Fernando, por exemplo.

### 3.6 Considerações finais do capítulo

A discussão iniciada neste capítulo tem continuidade nos [capítulo 5, 6 e 7](#), onde apresento mais casos de uso do WhatsApp no Residencial dos Ipês. Nos grupos, residentes circulam documentos, informações, memes, figurinhas, notícias, coisas, serviços, anúncios e comida. Os membros fazem compras coletivas, planejam festas e encontros cotidianos, fofocam, denunciam problemas na infraestrutura material do condomínio, reclamam do comportamento dos vizinhos, exigem a prestação de contas da administração, alertam sobre

perigos na região (como roubos e outros crimes), arrecadam doações, mobilizam voluntários para atividades de caridade, obtêm apoio emocional, pedem ajuda em emergências do dia a dia, compartilham conhecimentos, fazer campanha para as eleições para o posto de síndico. A plataforma desempenha papéis que vão além de ajudar moradores a “saber o que se passa no condomínio”, como interlocutores elaboram de forma genérica quando perguntados sobre a motivação para a participação em “grupos de condomínio” na plataforma. No contexto dessa composição, o WhatsApp é uma rede social, um mercado digital, um canal de transmissão de informação e de circulação de afetos, um núcleo de organização de compromissos sociais, uma fonte de mobilização cívica e uma arena de participação da política interna.

A etnografia mostra que os grupos de WhatsApp são constituídos organicamente a partir das interações *offline*, com diferentes regras e pessoas administradoras, para atender a uma variedade de propósitos. Os grupos operam com dinamismo e elasticidade e são moldados pelos participantes de acordo com suas demandas cotidianas, afinidades, interesses e necessidades mais imediatas, operando sob diferentes códigos sociais. Durante os 18 meses em que participei dos grupos, membros saíram e outros foram incluídos, novos grupos foram criados e grupos foram dissolvidos, denotando uma dinamicidade possibilitada pela plataforma. As comunidades do WhatsApp estão sob diferentes regimes de intimidade e estão amplamente ligadas à normatividade brasileira, na qual os domínios da “casa” e da “rua” (DaMatta, 1997) dão textura à nossa maneira de socializar. A plataforma engaja inquilinos e proprietários em discussões sobre questões de interesse privado e coletivo, que resultam em intervenções na construção material, como o exemplo do interlocutor Fernando.

Vimos que as relações vicinais são de várias ordens e nem sempre os laços comunitários e o sentimento de pertencimento serão estabelecidos. Mas quando, por razões várias, as relações transbordam para o ambiente *online*, temos o *condomínio digital*. A portabilidade do *smartphone* e a capacidade de conexão *always-on* do WhatsApp reorganizam a relação até então restrita aos encontros fortuitos nas áreas comuns e nas assembleias anuais, configurando um novo espaço de articulação dos moradores. Embora olhe mais demoradamente para o WhatsApp, integro a plataforma a uma ecologia e em relação à sociabilidade *offline*, que por sua vez é catalisada pelos usos do digital.

Podemos falar ainda da qualidade dos laços entre vizinhos, se são mais fortes ou fracos (Granovetter, 1973), com a incorporação da dimensão digital a esta “composição” particular. Assim como Hampton e Wellman (2003) destacaram em seu estudo, discutido na **introdução**, para grande parte dos interlocutores, os laços firmados pelas interações *on* e *offline* são “fracos”. Isto é, aqueles de pouco compromisso e pouca interação. São vizinhos

que se encontram eventualmente nas áreas comuns e que participam do grupo de Vendas e do grupo Geral do condomínio. A força desses “laços fracos” reside justamente na capacidade de difusão de oportunidades (Granovetter, 1973). Contudo, no condomínio esses laços têm uma tendência a se estreitarem e se fortalecerem em razão da predisposição individual para interações e da tipicidade da sociabilidade brasileira. Além disso, há o fator do constrangimento espacial da quitinete e das moradias individuais, e da origem das pessoas (pelo menos metade é de fora de Brasília), que predispõem os vizinhos a uma maior socialização, como discuto nos próximos capítulos.

## CAPÍTULO 4

### AS QUITINETES

*Para estudar trecos, precisamos estar onde está o treco. Bem ali, na sala de estar; no banheiro, no quarto, na cozinha. É aí que se vive a maior parte da vida moderna. Famílias são criadas em quartos de dormir e às vezes lá se divorciam. Memórias e aspirações estão expostas em fotografias e mobílias. Sim, observando atentamente um guarda-roupa, você pode ser acusado de voyeurismo, de falta de respeito pela privacidade. Porém, a maioria das pessoas encara seu antropólogo na cozinha, e não de pé, à soleira da porta, com uma caneta e uma prancheta na mão. Assim, se por acaso você vir antropólogos perdidos, molhados de chuva, à procura de uma sala de estar seca para nela realizar uma pesquisa, seja gentil, ofereça-lhes uma xícara de chá, e eles o ouvirão o dia inteiro, demonstrando muito mais respeito por sua escolha de papel de parede (Miller, 2013, p. 163).*

Neste capítulo, exploro o interior das quitinetes para compreender a experiência de moradia dos meus interlocutores. Assim como diz Daniel Miller (2013) na epígrafe deste capítulo, pesquisar modos de vida muitas vezes requer adentrar nos espaços privados e examinar minuciosamente os “trecos, troços e coisas” das pessoas. E embora não pareça, esta é uma tarefa árdua, pois exige a negociação da intimidade. No contexto desta pesquisa, a quitinete não só expressa os valores e moralidades dos interlocutores, como também integra as motivações de maior ou menor disponibilidade para sociabilidade *on* e *offline* no condomínio, e são componentes fundamentais da experiência de moradia no Residencial dos Ipês.

A casa é um fato complexo e que daria uma tese à parte por seu grande potencial interpretativo. Também por isso, muitas são as lentes e angulações analíticas sobre ela. Entre as produções clássicas que pavimentam os estudos da casa, Carsten e Hugh-Jones (1995) destacam Lévi-Strauss (1988) como um dos referenciais ao interpretar a casa enquanto instituição, sublinhando suas propriedades ritualísticas e organizativas de processos sociais. Outro marco teórico é a produção de Bourdieu (1970) sobre como a *Kabyle House* estrutura modos de vida de seus habitantes e é estruturada por eles, em uma relação dialética entre práticas sociais e o aspecto material – sendo o estudo um prenúncio do conceito de *habitus* desenvolvido posteriormente. A partir da análise de oposições homólogas<sup>96</sup>, Bourdieu (1970) propõe a casa como microcosmo e chave interpretativa para o mundo exterior. Além dele, outros autores sublinharam a casa como espaço crucial para o estudo de muitos aspectos da intimidade (Bachelard, 1994; Miller, 2001; Daniels, 2010). A casa é uma entidade social e

<sup>96</sup> O autor explora as oposições entre masculino e feminino, público e privado, dentro e fora, dia e noite, claro e escuro, humano e animal. Ele diz: “The house, a microcosm organized by the same oppositions and the same homologies which order the whole universe, stands in a relation of homology with the rest of the universe” (Bourdieu, 1970, p. 143).

um dispositivo simbólico (Carsten; Hugh-Jones, 1995), caracterizada por sua “complexidade de coordenação”, onde as hierarquias e valores dos moradores precisam ser acomodados (Douglas, 1991), e também um processo com uma “agência que representa os limites de nossa própria agência” (Miller, 2010, p. 94, tradução nossa<sup>97</sup>). Ou seja, no lar as agências humanas e não humanas estão em constante negociação.

No Brasil, há uma produção bibliográfica centrada em compreender a articulação entre pessoas, suas casas e os processos urbanos. Estes estudos se dedicam especialmente às habitações em favelas e periferias de metrópoles brasileiras e pensam a casa enquanto processo que concatena investimentos cotidianos de longo prazo, tanto em termos subjetivos, como financeiros e materiais, constituindo jeitos de estar no mundo (Cavalcanti, 2009; Guedes, 2017; Cortado, 2020). Os estudos subscrevem à proposição de uma “nova antropologia da casa” (Cortado, 2020), que aborda a habitação a partir dos aspectos de classe social, parentesco, propriedade, temporalidade e aos macroprocessos sociais. Embora tenha esta abordagem no horizonte, pelas particularidades do meu objeto e do enfoque desta tese, privilegio a cultura material do lar. Mesmo com vasta e consolidada literatura, o estudo da cultura material do lar ainda oferece novas contribuições sobre os modos de vida de seus moradores. O lar continua sendo cada vez mais importante em todo o mundo, à medida que as pessoas passam mais tempo no ambiente doméstico.

Embora não existam dados específicos sobre a quantidade de pessoas vivendo em quitinetes em Brasília, encontrei informações que se conectam à temática. De acordo com o censo do IBGE, em 2022, 0,2% da população do país residia em domicílios de apenas um cômodo<sup>98</sup>, classificação ampla que engloba as quitinetes, totalizando 72.461.371 lares. Entre os brasileiros, os domicílios individuais estão crescendo e representam 18,9% das residências unipessoais, correspondendo a 13,7 milhões de brasileiros vivendo sozinhos (Censo 2022: em 12 anos [...] 2024). O número de pessoas que vive em apartamentos na cidade de Brasília é maior do que em qualquer outro estado, correspondendo a 28,7% da população, enquanto a média nacional é de 12,5% vivendo nesse tipo de habitação (Censo 2022: cerca de [...], 2022). Apesar das mudanças graduais na tipologia das moradias (de horizontais para verticais) e na composição dos domicílios (de famílias para indivíduos), as quitinetes permanecem pouco exploradas nas ciências sociais por não remeter à imagem estereotipada de um lar, embora sejam o tipo de moradia em que muitas pessoas de fato habitam.

<sup>97</sup> Onde se lê: “agency which represents the limits of our own agency” (Miller, 2010, p. 94).

<sup>98</sup> Os domicílios de um cômodo classificados pelo IBGE são bastante diversos, englobando: casas, casas de vila ou em condomínio, habitação em casa de cômodos ou cortiço, habitação indígena sem paredes ou maloca, e estrutura residencial permanente degradada ou inacabada.

Antes de seguir, reitero que a casa e o lar se diferem, muito embora estejam intimamente relacionados, conforme já tratei na **introdução**. Quanto a isso, Blunt e Downling (2006) trazem uma explicação que contribui para o avanço desta tese em estudo no campo da geografia humana, ao estudarem a casa e a domesticidade:

De forma simples, lar é uma série de sentimentos e vínculos, alguns dos quais, em certos momentos e em determinados lugares, acabam se conectando a uma estrutura física que oferece abrigo. Por outro lado, é possível viver em uma casa e, ainda assim, não se sentir 'em casa' (Blunt; Downling, 2006, p. 10, tradução nossa<sup>99</sup>).

O lar está sujeito a mudanças constantes, sendo a mais recente evidência que o *smartphone* está desafiando o espaço físico como um “lar portátil”, onde passamos longas horas (Miller et al., 2021). Assim, muitas são as proposições conceituais para interpretar a casa e o lar e aqui privilegio as interpretações a partir das perspectivas dos 38 interlocutores desta pesquisa. A maioria dos lares no Residencial dos Ipês é unipessoal. Dentre os participantes, apenas sete compartilham o apartamento com cônjuge, filho ou irmão. Aqueles que moram sozinhos não estão necessariamente solteiros e evidenciam a necessidade de diferenciar o arranjo de moradia do estado civil.

Os fios condutores do capítulo são os componentes do que chamei de “mosaico de agências” que constitui a quitinete. As evidências etnográficas aqui apresentadas contribuem para o argumento de como o espaço físico incita ações e adaptações humanas relacionadas ao descarte, à organização, à limpeza, ao preparo e ao tipo de refeições, às formas de sociabilidade, inclusive para quem convive com animais de estimação. Esta proposição se apoia no que estabelece Latour (1993; 1999) em sua abordagem do mundo material como resultado da hibridização de elementos humanos e não humanos, isto é, uma densa teia de atores e actantes que constitui a experiência de habitar uma quitinete brasileira (ver item 1.1). Latour inspira muitos estudos e aqui eu destaco a noção de Bennett (2004) sobre a ecologia da matéria, em que o chamado “poder das coisas” emerge, na verdade, de uma conjunção de muitas outras<sup>100</sup>. Ele enfatiza a capacidade das coisas de “...animar, agir, produzir efeitos dramáticos e sutis” (Bennett, 2004, p. 351, tradução nossa<sup>101</sup>), fundamentando o debate aqui proposto. O espaço compacto é produtivo para analisar a distribuição da agência como um

<sup>99</sup> Onde se lê: "Most simply, home is a series of feelings and attachments, some of which, some of the time, and in some places, become connected to a physical structure that provides shelter. Conversely, one can live in a house and yet not feel 'at home'" (Blunt; Downling, 2006, p. 10).

<sup>100</sup> Bennett (2004) sublinha: “the relevant point for thinking about thing-power is this: a material body always resides within some assemblage or other, and its thing-power is a *function of that grouping*. A thing has power by virtue of its operating in conjunction with other things (Bennett, 2004, p. 353-354, grifos dele).

<sup>101</sup> Onde se lê: “[...] to animate, to act, to produce effects dramatic and subtle” (Bennett, 2004, p. 351).

mosaico, no qual as coisas, as pessoas e a produção de significados estão sempre em relação, com processos que ora se fragmentam, ora se justapõem

Inicio o capítulo com a descrição do espaço físico das quitinetes. Depois, elaboro os sentidos da quitinete na perspectiva dos meus interlocutores. Para a maioria deles, o apartamento constitui um lar transitório em sua biografia residencial, com consequências para a estética e decoração, a escolha da mobília e as formas de apropriação do espaço interno. Meus participantes desafiam o argumento de Miller (1988) em um de seus primeiros estudos sobre habitação social no Reino Unido, segundo o qual esse tipo de habitação representaria uma espécie de “tela em branco”. O conceito do autor sobre apropriação do espaço (*appropriate the space*) relaciona as transformações estéticas ou a falta delas a aspectos de alienação, agência e práticas de consumo que constituem processos de objetificação entre o lar e os seus moradores<sup>102</sup>. No contexto desta investigação, em vez de exercitarem sua criatividade, os interlocutores evitam realizar intervenções drásticas para fugir do gasto de restauração do apartamento ao seu estado original antes de deixá-lo. Outra razão para isto é que eles retêm uma indicação simbólica de que sua condição de moradia naquele local é apenas temporária, justamente para que um dia ela se altere. Mais adiante, adoto uma perspectiva mais *latouriana* sobre como a agência do próprio apartamento se expressa por meio de seus limites espaciais, os quais exigem uma constante eliminação do que não se enquadra nas categorias de utilidade prática de curto prazo ou itens de alto valor afetivo. Depois, exploro como as práticas de alimentação são afetadas pela cozinha compacta, pela normatividade brasileira e pelo contexto de moradia unipessoal da maioria dos meus participantes. Reflito ainda sobre como as divisórias e as portas interferem na noção de conforto e impactam na sociabilidade dos moradores. Por fim, discuto práticas e os significados da limpeza a partir da presença dos animais de estimação, que ganham o *status* de companheiros de apartamento e fazem da quitinete um lar “mais que humano”.

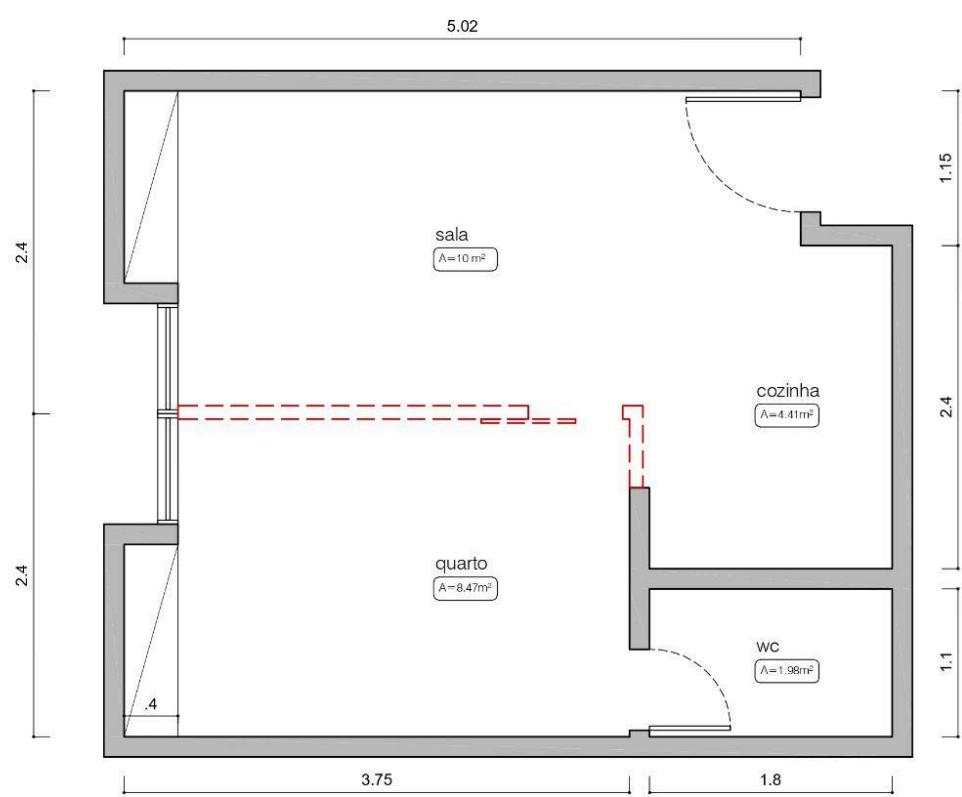
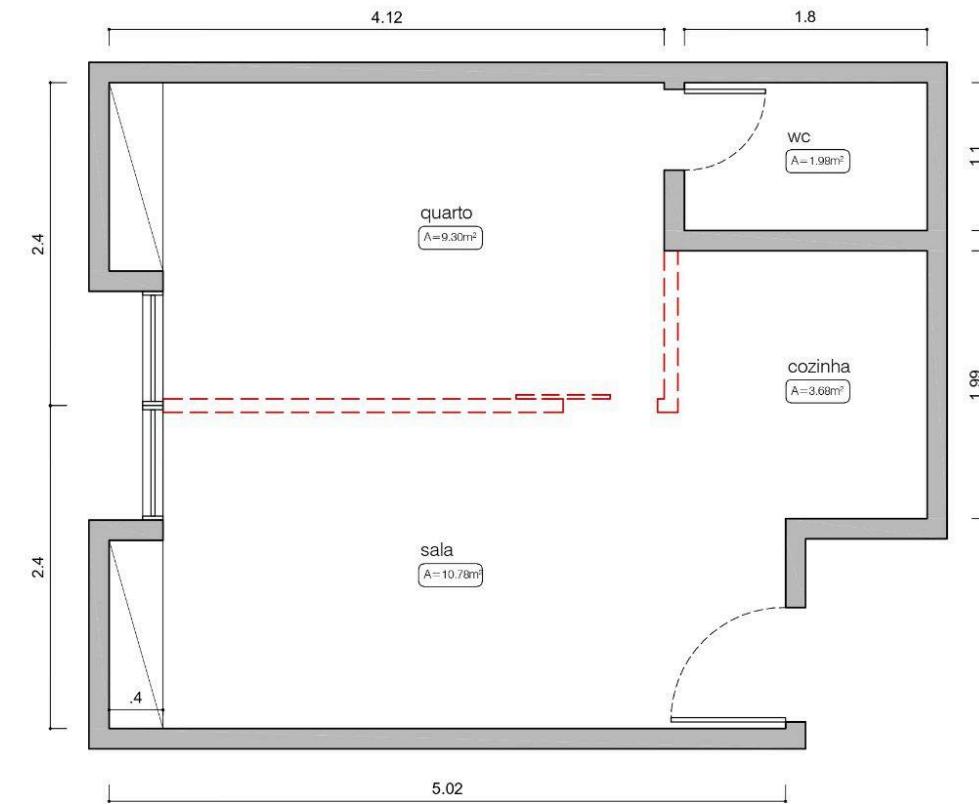
#### 4.1 O interior das quitinetes

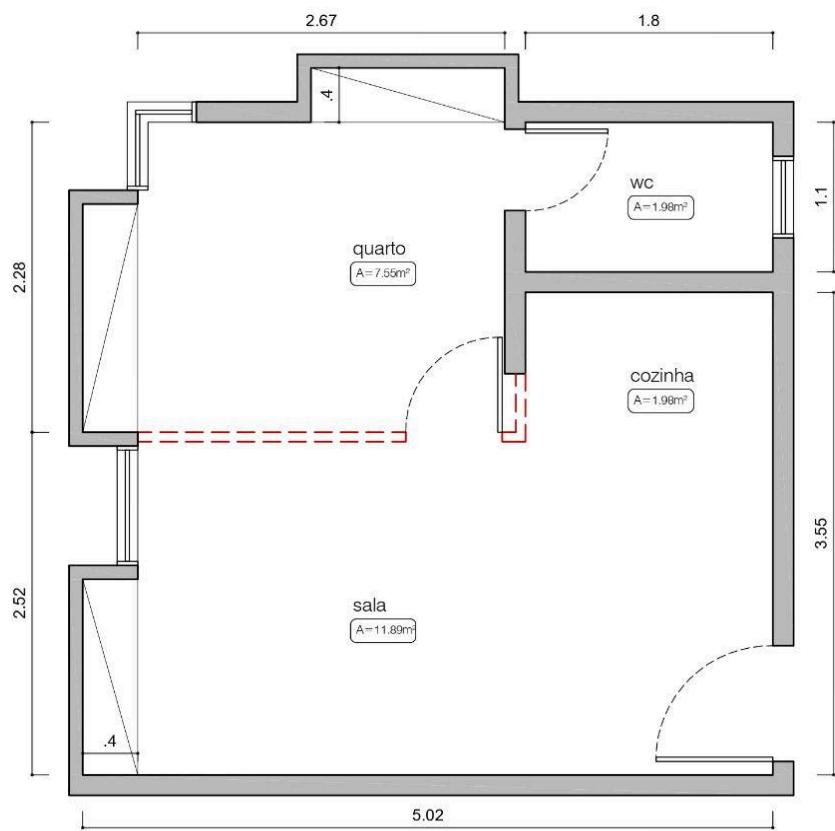
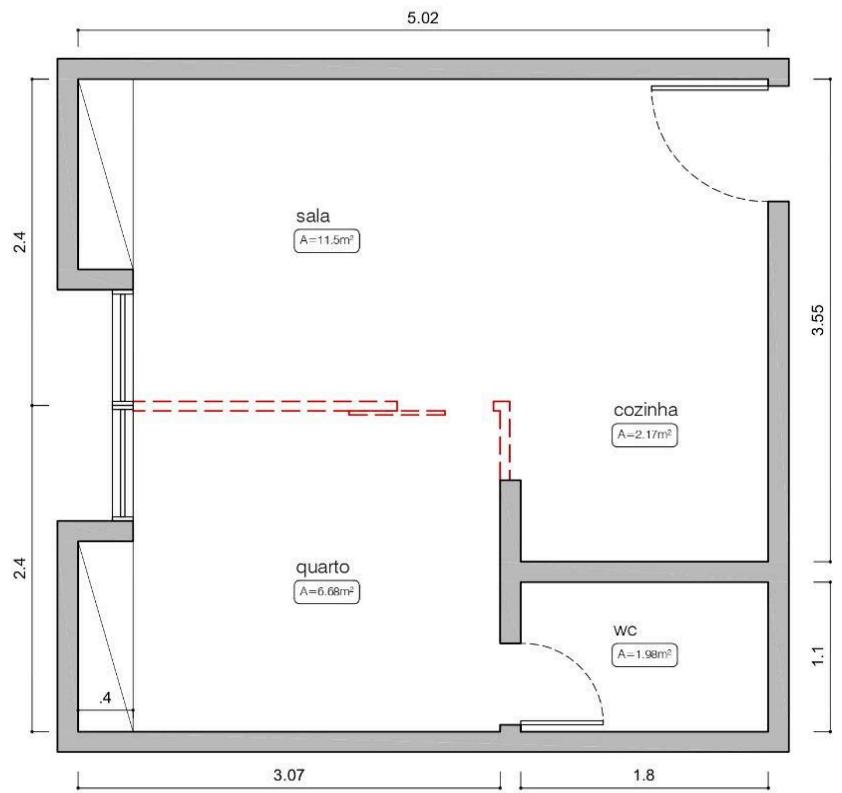
No Residencial dos Ipês, as quitinetes têm entre 25 m<sup>2</sup> e 29 m<sup>2</sup>, e apresentam quatro plantas diferentes, conforme a posição no bloco em que estão localizadas (A, B, C ou D) (Figura 25).

---

<sup>102</sup> Miller (1988, p. 369) diz: “The appropriation of the home is not a substitutive or vicarious activity but a material objectification of certain social resources available in the construction of household identity which in turn provides a foundation for the formation of larger networks”.

**Figura 25: As plantas das quitinetes do Residencial dos Ipês**





Fonte: Elaboração de Laura Camargo a partir das plantas do Residencial dos Ipês (2025).

As quitinetes podem compreender um único cômodo, com o banheiro separado; ou podem ter divisória feita em gesso, ou MDF<sup>103</sup>, para compartimentar copa/cozinha e a sala de estar de um lado, e o quarto com banheiro do outro. Podemos dizer que existe um padrão estético que se repete em muitas quitinetes em Brasília (Figura 26), que consiste em acabamento interno com materiais acessíveis (azulejos de cerâmica no piso, na cozinha e nos banheiros) e esquadria de alumínio na única janela. A iluminação costuma ser direta e básica, com um ponto de luz no centro de cada ambiente. A marcenaria é feita sob medida, modular e linear, em MDF padrão branco, fosco, com puxadores metálicos do tipo G, resultando em um mobiliário econômico e funcional.

**Figura 26: Marcenaria padrão encontrada em muitas quitinetes de Brasília**



Fonte: Elaboração própria (2023).

A unidade em que eu morava era toda mobiliada, contava com armários embutidos e divisória em MDF com porta de correr que dividia a única janela do conjugado. Na sala, havia um sofá de dois lugares, mesa também em MDF, duas cadeiras, *rack* e divisória com suporte 360° para televisão – permitindo o uso do aparelho no quarto ou na sala, alinhado à necessidade de otimização e versatilidade do espaço –, e armários embutidos em um pequeno

<sup>103</sup> A sigla MDF (Medium Density Fiberboard) corresponde a um material de fibras de madeira aglutinadas com resinas sintéticas.

espaço para trabalho ou estudo. Na cozinha, havia uma geladeira, um fogão elétrico de duas bocas, micro-ondas, coifa, máquina de lavar roupas e um tanque na lateral, a minha “área de serviço” (Figura 27). No quarto, havia um guarda-roupa embutido de duas portas, cama de casal com gaveteiro, ar condicionado e espelho “de corpo inteiro”, que ampliava o quarto. O banheiro também contava com armários embutidos tanto abaixo da pia como acima e chuveiro elétrico da marca Lorenzetti – bastante comum entre as camadas populares brasileiras pelo custo-benefício do equipamento.

**Figura 27: As áreas de serviço de duas quitinetes**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Mas as variações de mobília, divisória interna e decoração estabelecem inúmeras possibilidades de disposição e de estética interna, implicando em experiências de moradia bastante diversas. Há quem tenha frigobar ao invés da geladeira, bancada ao invés de mesa, fogão de indução no lugar do elétrico. Além disso, a máquina de lavar roupa (especialmente do tipo “lava e seca”) é considerada um “artigo de luxo” presente em poucas unidades do condomínio. Muitos moradores recorrem à lavanderia ou à casa de parentes e amigos para este fim. Quem lava roupa em casa, à mão ou na máquina, conta com um varal “de chão” dobrável para a secagem das roupas (Figura 28), que pode ser escondido quando está fora de

uso. Mas há quem evite lavar e secar na quitinete pela posição do apartamento em relação ao sol e a dificuldade em secar as roupas.

**Figura 28: O varal de chão**



Fonte: Elaboração própria (2023).

O valor das quitinetes no mercado imobiliário e entre os moradores depende do andar, da posição do sol e da vista disponível. Elas são mais valorizadas se estão nos andares mais altos e com vista “para fora”, voltada para a rua, e com sol da manhã; ou inferiores se os apartamentos estão no térreo e/ou são virados “para dentro”, com vista para a janela dos vizinhos, e na direção do sol da tarde. Na prática, significa em que medida o morador

precisará investir na proteção de sua privacidade, como resguardar a nudez, para ficar à vontade, e na temperatura do ambiente ao longo do dia. Isto, por sua vez, impacta no sentimento de conforto e no valor de compra e aluguel dos imóveis. Usualmente, quitinetes em andares altos e viradas “para fora” são consideradas de maior valor simbólico e financeiro que as quitinetes em andares baixos e viradas “para dentro”.

#### **4.2 Lar transitório: a quitinete como um degrau**

As quitinetes costumam ser mobiliadas ou semimobiliadas. Os inquilinos muitas vezes se mudam apenas com as roupas e acessórios, livros, objetos pessoais e pouquíssimos itens de decoração. Entre os meus interlocutores, apenas seis são proprietários-moradores. Os outros 32 moram de aluguel e para este segundo grupo, o apartamento tem um significado transitório. Costuma representar o primeiro passo ao sair da casa dos pais, uma nova fase após o divórcio, a etapa que sucede à saída dos filhos adultos de casa, uma oportunidade de trabalho fora da cidade natal ou um ponto de virada na carreira. Como explicou Jonatan, funcionário de uma autarquia pública federal, o aspecto transitório da quitinete está condicionado a marcos simbólicos nas trajetórias individuais. O homem de 35 anos se considera um caso extraordinário por viver em quitinete há 10 anos:

A quitinete denota uma coisa momentânea, né? Por exemplo, conhecer outra pessoa, casou, uma quitinete é pouco. A pessoa muda pra um apartamento um pouco maior e tal. Então, eu vejo a quitinete como algo transitório. E, sinceramente, aqui no Residencial dos Ipês eu pude ver isso na prática, sim. Conheci muitas pessoas que depois de dois anos desapareceram, ou seja, porque tinham mudado. Quando eu falo desaparecer, porque assim, tem aquele conhecer de ‘oi, tchau, bom dia, boa noite’, que você não chega a pegar contato. Mas do nada a pessoa sumiu. Aí você sabe que é porque mudou, tá ligado? [...] E aí, eu acho que eu sou um ponto fora da curva nesse negócio de quitinete. Tipo assim, há 10 anos [morando] em quitinete, eu não vejo muito isso acontecer. Todo mundo da minha geração tá casado, 80, 90% morou em quitinete em algum momento, mas tipo assim, dura dois ou três anos. Porque você conhece alguém e começa uma família. E aí você tem que ir pra algo maior, um espaço maior. E eu tenho durado mais, assim, nessa coisa. E como eu acho legal, assim, como eu acho que é um espaço que atende, tô tranquilo. Aí quando você fala assim ‘como isso se encaixa em metas’, eu não sou do tipo que eu já pus na cabeça, tipo, ficar solteiro. Pra falar a verdade, eu gosto da ideia de formar a família. Mas, ao mesmo tempo, eu não tenho isso como uma exigência na minha vida. Eu encaro como algo que se acontecer de uma maneira orgânica, legal, se acontecer, tranquilo. Aí eu tô nessa. Então assim, hoje, como [a quitinete] se encaixa, se encaixa, tipo, hoje ok, amanhã também. Depois de amanhã, não tenho certeza. É conforme as coisas se desdobrarem. Mais ou menos isso (Jonatan, 2023).

O ciclo de moradia de um inquilino no condomínio dura normalmente entre sete meses e dois anos. Contudo, a fase “momentânea” de ser solteiro ou divorciado, a perspectiva de um aumento na renda ou um novo emprego que condiciona as mudanças para a maioria

dos meus participantes pode durar mais do que o previsto, transformando a condição transitória da moradia em algo permanente. Em meio a uma constelação de sentidos da moradia<sup>104</sup>, em que o lar pode assumir muitos significados (ver Coolen, 2006), destaco o aspecto transitório da quitinete para os interlocutores. Os participantes comumente definem suas quitinetes como um “degrau” que atualmente atende às suas necessidades físicas, emocionais e financeiras, além de apoiar suas ambições e aspirações. No entanto, a quitinete não é vislumbrada em sua trajetória habitacional futura, já que evoluir para outros tipos de moradia significa evoluir na vida. Poucos interlocutores demonstram interesse em comprar um apartamento como o deles para viver, a não ser que a unidade seja adquirida a título de investimento, visando ao retorno financeiro na forma de aluguel. Em consequência desta transitoriedade, a quitinete muitas vezes não reflete a individualidade dos moradores-inquilinos, mas sim a autopercepção de uma determinada fase de suas vidas. O que tende a acontecer é que ao invés de elaborar uma organização e decoração interior que signifique “apropriar-se do espaço” (Miller, 1988), eles empreendem mudanças bastante discretas e evitam qualquer dano, ao mesmo tempo que refletem suas aspirações de um dia superar essa condição transitória.

Além da mobília, às vezes os inquilinos encontram um espaço já estilizado, que pode ter paredes coloridas (azul vibrante, verde, amarelo, marrom, rosa ou papel de parede), mobiliário peculiar, como o sofá verde abacate de que falei no [prólogo](#) (Figura 29), e lustres excêntricos que expressam o gosto do proprietário ou os vestígios do inquilino anterior, e não o seu próprio. Alguns participantes relataram que se conformaram com esse aspecto visual porque ele reflete a ideia de uma fase passageira, como dois participantes que mantiveram a parede rosa e os quadros florais em seus imóveis apesar de nada remeter ao gosto pessoal, ainda que o aspecto momentâneo tenha se estendido para além do planejado.

---

<sup>104</sup> Em *The meaning of dwelling*, Coolen (2006) problematiza os sentidos da moradia a partir das interações entre o indivíduo e o ambiente. O autor se baseia em abordagem relacional e ecológica para pensar como o lar pode assumir os sentidos de abrigo e segurança, privacidade e *status* e local de controle a partir das intenções individuais e das *affordances* da casa, expressos nas formas de moradia.

**Figura 29: O sofá verde abacate**



Fonte: Elaboração própria (2021).

Em um caso extremo, a quitinete havia sido totalmente decorada pela proprietária, que deixou sua marca por todo o apartamento. Além do espelho rococó e das cortinas estilizadas, seu gosto está presente em detalhes como roupa de cama, capas de almofadas, louças e *sousplats* (Figura 30). A estética da proprietária, nesse caso, é um lembrete constante da experiência provisória da inquilina naquele espaço. E isto não é necessariamente opressivo ou indesejado, mas visto como um bom gosto que o morador aspira materializar em sua própria casa no futuro.

**Figura 30: A estética da proprietária da quitinete**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Em outros casos, os inquilinos encontraram maneiras de abraçar a estética dominante como uma forma de expressão adaptada de si mesmos (Figura 31).

**Figura 31: A estética de quatro quitinetes no Residencial dos Ipês**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Para Beatriz (do **item 2.5**), os azulejos amarelos que cobrem a cozinha tornaram-se algo que lhe trazia conforto:

A gente procurou locais que fossem próximos ao trabalho. E aí a gente acabou encontrando essa quitinete. Quando eu entrei, eu fiquei completamente apaixonada. Eu achei a minha cara. [O que você mais gostou aqui?] Os azulejos amarelos. Ai, lindos. E assim, o que me fez ficar com ela realmente foi a sensação de pertencimento, sabe? Quando eu entrei, eu falei assim, nossa, isso aqui é a minha cara (Beatriz, 2023).

Beatriz realizou algumas mudanças, como decorações discretas, e sinalizou uma certa “apropriação do espaço” (Miller, 1988). Um quadro de tamanho médio na sala quebra a paisagem branca, uma planta, alguns enfeites na prateleira, livros e uma foto de formatura. Ela chegou a comprar cadeiras amarelas para combinar com os azulejos. Mais importantes foram as melhorias funcionais, como instalar um chuveiro melhor, trocar o suporte de luz, colocar luzes inteligentes conectadas à Alexa (assistente virtual da *Amazon*) e mudar as tomadas. Seu quarto também é decorado com um “mural dos sonhos”, uma maneira de visualizar constantemente seus objetivos de vida. Perder peso, ter um carro, formar uma família, fazer uma cirurgia estética, aprender um novo idioma, casar-se e saltar de paraquedas estão ilustrados com recortes de revistas para mantê-la motivada ao que ela entende por “melhorar sua vida”, na qual o apartamento consiste em um “degrau” importante ao estruturar sua rotina de investimento no presente para obter conquistas futuras (ver **itens 2.5 e 2.6**).

A conexão entre a temporalidade, os significados da moradia e a cultura material do lar já foi explorada em outros estudos etnográficos. Em investigação na região Norte de Londres, na Inglaterra, Clarke (2001) argumenta que a cultura material acaba sendo uma combinação entre a condição ideal e a realidade do lar. Para a antropóloga, o lar é um processo, “em oposição a um ato de expressividade individual, no qual trajetórias passadas e futuras (inseparáveis de abstrações externas como 'classe') são negociadas por meio de fantasia e ação, projeção e interiorização” (Clarke, 2001, p. 25, tradução nossa<sup>105</sup>). Isso me leva ao que discutem Galčanová e Vacková (2016) em pesquisa no contexto de domicílios unipessoais na República Tcheca. Elas exploram como a falta também é simbólica ao dizerem que “[...] a ausência de objetos fala sobre a busca por um ideal” (Galčanová; Vacková, 2016, p. 241, tradução nossa<sup>106</sup>) geralmente associado à estabilidade e formação de uma família no futuro, em linha com o que observei no campo. Ou seja, o lar é uma combinação entre o possível e o disponível, em que a falta de coisas e até a limitação espacial são produtores de sentido, informando sobre o presente e sobre as aspirações futuras de seus moradores. Nesse sentido, a quitinete integra um “projeto de vida”, noção que empresto de Gilberto Velho (1994), quando o autor diz:

Relaciono projeto como uma dimensão mais racional e consciente, com as circunstâncias expressas no campo de possibilidades, inarredável dimensão

<sup>105</sup> Onde se lê: “[...] opposed to an act of individual expressivity, in which past and future trajectories (inseparable from external abstractions such as "class") are negotiated through fantasy and action, projection and interiorization” (Clarke, 2001, p. 25).

<sup>106</sup> Onde se lê: “[...] the absence of things speaks about searching for an ideal” (Galčanová; Vacková, 2016, p. 241).

sociocultural, constitutiva de modelos, paradigmas e mapas. Nessa dialética os indivíduos se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias existenciais (Velho, 1994, p. 8).

Assim, o condomínio e a quitinete se inserem em um contexto de projeto individual que muitas vezes articula independência financeira e ascensão profissional. A estética do proprietário ou a falta de decoração não são necessariamente negativos, mas funcionam como um lembrete constante da experiência provisória do inquilino ao habitar uma quitinete. Isto é, o apartamento se vincula a um momento muito específico da biografia residencial dos participantes. Além disso, sugere um desejo do inquilino de enxergar a quitinete como um “degrau” que sinaliza a promessa de uma vida melhor após a mudança. De outra forma, a transitoriedade tem aspectos tanto negativos quanto positivos: resignar-se ao presente pode ser o prenúncio de um futuro mais próspero.

#### **4.3 O “minimalismo” como um padrão comportamental**

O tamanho dos lares que as pessoas podem custear impacta diretamente na capacidade de armazenamento. Decidir entre o que acumular e o que se deve passar adiante se conecta às possibilidades de acomodação e organização espacial em um lar e são práticas sociais que expressam valores e moralidades. Por isso, pesquisadores argumentam que os atos cotidianos de guardar e de descartar são indicadores potentes de normatividades sociais (McCracken, 1990; Daniels, 2010; Gregson et al., 2007; Hetherington, 2004). Por exemplo, em pesquisa sobre a cultura material nos lares japoneses, Daniels (2010, p. 187, tradução nossa<sup>107</sup>) destaca como o espaço disponível para depósito impacta na “velocidade com que os espaços domésticos de uso diário se enchem de posses”. Ou seja, em um espaço limitado como a quitinete, os repositórios tendem a ser mais rapidamente preenchidos de coisas. Isso me leva ao estudo de Hetherington (2004), quando sublinha que as limitações de armazenamento, por sua vez, acentuam a importância das práticas de descarte que são condutoras da ordem e da estabilidade social. A eliminação de coisas é uma tradução material e representacional de

---

<sup>107</sup> Onde se lê: “[...] the speed by which everyday used domestic spaces fill up with possessions” (Daniels, 2010, p. 187).

valores<sup>108</sup>, em que tão importante quanto a presença é a “agência da ausência”<sup>109</sup> (Hetherington, 2004). Nesse sentido, em estudo baseado no Reino Unido sobre a “sociedade do descarte”, Gregson et al. (2007) destacam que o descarte é um complexo processo<sup>110</sup> que revela identidades e relações. Essas produções contribuem para problematizar as práticas de armazenamento e descarte dos interlocutores nas quitinetes.

Ambos os processos surgiram interligados na pesquisa de campo, agrupados e sintetizados na categoria nativa de “minimalismo”, que em muito difere do movimento artístico que emergiu nos anos 1960 e se espalhou pela música, arquitetura e design, como sublinha Obendorf (2009). O autor destaca que o conceito de minimalismo remete à síntese e à simplicidade em termos de função, estrutura, composição e arquitetura. Contudo, o mesmo foi ressignificado pelos participantes desta pesquisa, passando a significar uma atitude “desapegada” ao se mudarem para a quitinete e precisarem organizar seus pertences com uma periodicidade maior que quando viviam em outros tipos de moradia, justamente devido ao tamanho do apartamento. Isto é, o espaço compacto exerce uma agência nas práticas de armazenamento e de descarte, englobadas no que eles entendem por “minimalismo”, demandando atitudes particulares de seus moradores.

Por exemplo, Rosa, de 41 anos, mudou-se para Brasília para trabalhar como dentista em um contrato temporário em um órgão público e levou para o apartamento o que considerava essencial. Poucas roupas além do uniforme de trabalho, seis pares de sapatos (Figura 32) e dois sutiãs, um caderno com anotações da faculdade e acessórios pessoais. Sua condição transitória como inquilina se reflete em suas prateleiras: vitaminas, remédios, um *mixer*, um pacote de presentes, um difusor que ganhou de uma amiga, uma planta que

<sup>108</sup> Hetherington (2004) discute como a falta de algo é tão importante quanto a presença, tornando o processo de descarte uma atividade que dialoga com estas duas categorias para estabelecer uma ordem material e social. O autor diz:

Above all, then, disposal is about the mobilisation of absence (blanks) in the making of ordering processes through placing activity that engages with the categories of presence and absence. Indeed, getting into the terrain of definitions, we might go a little further and say that disposal is about the mobilisation, ordering, and arrangement of the *agency* of the absent (Hetherington, 2004, p. 168).

<sup>109</sup> O autor sublinha o descarte e a agência da ausência como partes integrais do consumo, dizendo:

[...] we use consumption as a means of disposal more generally in order to come to a settlement with how we manage our relations with others in terms of our memories, a sense of tradition, and through our relations not only with our contemporaries but also with our ancestors and future generations (Hetherington, 2004, p. 168).

<sup>110</sup> Em *Identity, mobility, and the throwaway society*, os autores enfocam no que os processos de descarte alcançam em termos sociais e culturais. O “jogar fora” está vinculado à performance e regulação de identidades, já que “[...] object stories evidently have the capacity to tell discordant narratives: narratives that might diverge from those that we might want to tell about ourselves, and that might narrate different stories to those that we anticipated them telling or that they once might appear to have told” (Gregson et al., 2007, p. 688).

recebeu de uma vizinha e um copo de plástico comemorativo de seu curso de formação. Sem qualquer ordenamento estético, a decoração de suas prateleiras é simplesmente um “arranjo orgânico” das coisas que ganhou de presente. Isso a ajuda a economizar dinheiro para concretizar a ambição de conquistar seu apartamento próprio em Brasília, e significa que ela não teria muitas coisas para empacotar na mudança, como me revelou. Somando-se à discussão da seção anterior, sua atitude *minimalista* também pode ser uma expressão de transitoriedade e um símbolo do que ainda não foi propriamente estabilizado (sua carreira, seu relacionamento, sua moradia).

**Figura 32: Os seis pares de sapato da interlocutora Rosa**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Para Mateus, servidor público da secretaria de educação do DF, a falta de espaço para armazenamento de coisas adquiriu um aspecto positivo em relação a um novo estilo de vida e planos após seu divórcio conturbado, à época da pandemia de Covid-19. A separação da ex-mulher simbolizou uma grande ruptura na vida de Mateus, uma morte da antiga ordem e do antigo sujeito, levando-o ao luto. Em momentos delicados como esse, Pereira e Martinelli (2020), destacam a importância das coisas. Apoiadas em Miller (1987, 2010, 2013), as

autoras sustentam que os objetos se vinculam aos relacionamentos, conformando uma estética e uma ordem simbólica que se estabelece em relação dialética. Ou seja, as coisas estruturam e sustentam relações sociais e vice-versa (Pereira; Martinelli, 2020). Assim, no contexto de perda e luto, reorganizar, reordenar e redefinir materialidades reconstrói o sujeito (Pereira; Martinelli, 2020). No caso de Mateus não foi diferente. O luto e o renascimento do participante ocorreram por meio de missas diárias, terapia e por meio de um “expurgo”, o evento de eliminação de coisas de sua vida, como me explicou. Ele narra o processo:

Eu fico lembrando da época que eu morava em casa também, que eu andava tendo muito trabalho. Era muito trabalho. Tinha jardim, tinha cachorro, era muita coisa para cuidar. Era uma luta. Depois que minha ex-mulher saiu de lá, eu fui arrumar aquilo lá também, tirar as coisas. Tirar minhas tralhas, eu realmente fui tirar as coisas. Eu guardei coisas durante 20 anos. Meu Deus, por que eu guardava isso? Um monte de coisa, tralha. Eu tirei um *container* de coisas, de lixo. Coisas assim que eu fiquei guardando por anos e anos. Então, assim, é aquele negócio do caramujo, ele carrega a sua casa nas costas ali, então ele vai pra qualquer lugar que ele quiser, ainda que vá devagar. Então, isso me fez ver também que a gente, às vezes, carrega uma tralha, uma bagagem desnecessária pra nossa vida, sabe? Não tem esse que não vai juntando coisa. Vai juntando. Tanto é que você vai numa casa, assim, a maioria das pessoas tem lá um ‘porque esse aqui é um quartinho da bagunça’. Aí tem lá coisa que o cara fica guardando, que eu fiquei durante 20 anos ali, entendeu? E não tem utilidade nenhuma. Aí você um dia, ‘não, porque um dia eu posso precisar. Um dia eu posso não sei o que’. Não vai precisar de nada (Mateus, 2023).

Visualizando sua aposentadoria alguns anos à frente, o homem de 50 anos considera comprar uma quitinete como a que vive atualmente. Um lugar compacto, onde só cabe o necessário, reflete a sua nova mentalidade, em oposição à sua antiga moradia e estilo de vida. Isto é, a falta de espaço na quitinete para acumular objetos ganhou conotação positiva para Mateus. Ele conta do “alívio” que sentiu quando “se livrou” de muitas coisas. O “expurgo”, como chamou o processo, foi importante para reordenar sua identidade e estabelecer uma nova ordem material e social em sua vida (Hetherington, 2004; Gregson et al., 2007). E a quitinete emergiu como espaço de reafirmação desta outra identidade. “Aqui eu não acumulo mais coisa. Não acumulo. É só aquilo que seja estritamente necessário” ele explica, e enfatiza que seus hábitos de consumo também mudaram. Quando passou a morar no apartamento compacto, ele passou a comprar menos. Mateus, assim como outros participantes, teve seus valores, moralidades e estilos de vida estabilizados na nova moradia, lançando luz para o que percebi como a “eficácia da limitação espacial da quitinete”, que consiste em modular o padrão comportamental geral “minimalista” dos participantes. Ou seja, a quitinete é condutora da interrelação entre o espaço compacto e as práticas sociais de contenção do consumo e do descarte recorrente.

Em contraste com moradores que encontraram aspectos positivos na capacidade limitada de armazenamento da quitinete, outros relataram dificuldade em deixar coisas para trás ao se mudarem para o condomínio. Roberto, de 51 anos e professor da secretaria de educação do DF, disse que sentia falta de sua coleção de livros e de discos de vinil e, após dois anos, decidiu mudar-se para um apartamento maior, em outra Região Administrativa do DF, onde sua biblioteca e coleção de discos pudessem ser acomodadas. A professora da educação infantil em uma escola privada, Samanta (ver [capítulo 2.5](#)), mencionou a tensão ao guardar seus pertences em um simples guarda-roupa de duas portas, que ficava abarrotado de roupas e exigia estratégias de organização e o descarte constante de itens para acomodar outros. Nesse caso, a quitinete exemplifica a necessidade e a periodicidade de “organizar o guarda-roupa”, descrita por Woodward (2007, p. 12) como uma reorganização da vida e da biografia. Em pesquisa sobre os *closets* femininos na Inglaterra, a autora destaca como as roupas e os acessórios ajudam a dar sentido à identidade.

**Figura 33: Armários de trecos**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Muitos são os exemplos que eu poderia trazer aqui para enfatizar o argumento de que os moradores são constantemente confrontados com a necessidade de organização, como forma de caber em um estúdio de até 29 metros quadrados e garantir espaço para circulação e conforto geral. Não há lugar para os pares de sapatos sociais de quem não trabalha mais em escritório e passou a usar tênis e chinelos; nem para papéis velhos; embalagens de presente

usadas e recipientes descartáveis; lembrancinhas de festa; roupas que não combinam com o estilo atual; bolsas e acessórios muito gastos; suplementos, vitaminas e cosméticos vencidos ou que extrapolam o necessário. Todos esses itens têm uma “vida social” (Appadurai, 1986) reduzida em uma quitinete. O minimalismo, neste contexto, não está necessariamente relacionado a uma moda ou estética particular que poderia refletir o gosto e o *status*, implicando em aspectos de classe social e distinção do morador (Bourdieu, 2010 [1984]). O que tende a dominar na quitinete é a agência do apartamento em si, um “ator não humano” (Latour, 1993; 1999) que incita os moradores a se adequarem às possibilidades do espaço interno, convertendo o minimalismo, de uma filosofia e corrente estética, em um padrão moral draconiano.

#### *4.3.1 O valor “sentimental” das coisas*

Em alguns casos, participantes tornam-se parcialmente, mas apenas parcialmente, reconciliados com as limitações espaciais da quitinete. Esse era o caso de André, que sempre viveu na região do Plano Piloto e mudou-se para sua quitinete na mesma região após se divorciar e ver seus dois filhos adultos deixarem o apartamento de quatro quartos. O êxodo dos filhos somado à aposentadoria o fez trocar o seu antigo lar por uma quitinete, onde precisou adequar a quantidade de coisas. Mas ele argumenta que sempre ocupou pouco espaço:

Duas portas com meia dúzia de gaveta, só. Minha roupa. Não é que eu tinha pouca coisa, não. Era o suficiente para me virar. Se eu, por acaso, eu precisasse de uma roupa, uma camisa nova, eu comprava e dava uma. Então, eu nunca fiquei entulhando, com a camisa velha, assim, e tal. Então, sempre coube em dois armários. Com uma meia dúzia de gaveta, minhas coisas (André, 2023).

Em contraste com suas palavras, o apartamento exibe uma estética singular, repleta de coisas decorativas, contestando sua afirmação, talvez porque ele associe a acumulação a coisas que não têm valor afetivo. E este fato reafirma o mérito da observação direta em suprir as lacunas e comparar fatos que emergem nas entrevistas, durante a pesquisa de campo. Aos 57 anos, André viveu três casamentos e teve uma longa trajetória como fonoaudiólogo, acumulando experiências profissionais e pessoais materializadas em coleções de livros, de ímãs de geladeira, de quadros, um acervo de discos de vinil, além de bastante memorabilia. Como apontei anteriormente, as coisas estão inseridas em uma rede de relações simbólicas e vinculadas a uma perspectiva mais ampla da interdependência entre coisas e pessoas, na qual a cultura material constitui identidades coletivas e pessoais (Miller, 1987; 2010). Nessa

dinâmica de cocriação, os objetos armazenam significados, absorvem histórias, exalam emoções, sobrevivem a perdas e têm agência (Pereira; Martinelli, 2020, p. 890). Eles (re)criam o ambiente que traz a sensação de “aconchego” e de “estar em casa” (o *homeyness*, em inglês), nos termos de McCracken (1989), que modula sentimentos e comportamentos cotidianos. O aconchego, segundo o autor, consiste em um fenômeno doméstico fruto dos arranjos de processos e propriedades como decoração, mobiliário, materiais, objetos, aspectos externos e internos nos lares (McCracken, 1989). Ou seja, é algo a ser produzido a partir da combinação de propriedades materiais e simbólicas específicas, provocando sensações e reações individuais.

Certas coisas são especialmente importantes por indexar o passado e tornar o tempo materialmente presente, são aquelas que detêm uma aura ou personalidade (tradução livre de *character*), segundo Balthazar (2021, p. 44). Embora a autora enfoque na fetichização de objetos antigos comprados em bazares e lojas *vintage*<sup>111</sup>, recorro ao que propõe Balthazar (2021) para compreender como certos objetos fazem a ancoragem dos interlocutores a outras fases da vida. A “aura” não é só uma característica material, mas carrega os aspectos simbólicos vinculados ao passado que fazem desses objetos com agência e personalidade quase animados, capazes de despertar sentimentos e sujeitos de épocas passadas (Balthazar, 2021). O arranjo de aspectos históricos, materiais e estéticos do objeto confere pertencimento a quem com eles interage ou os mantém (Balthazar, 2021). Em outras palavras, a materialidade das coisas é o que ancora memórias, valores e aspectos de sua vida (Balthazar, 2021, p. 41). Assim, embora André possa ter essa aspiração de se reconciliar com um espaço mais austero, na verdade, ele próprio é a acumulação de experiências refletidas em posses. Isto é, as posses revelam os valores que interlocutores como André não querem perder de vista (Balthazar, 2021).

Outros participantes também contam com coisas que têm aura ou personalidade própria no apartamento, transformando não apenas a estética, mas também a atmosfera e a circulação interna do espaço da quitinete, com suas propriedades “latourianas”. Dois exemplos foram especialmente marcantes: uma máquina de costura que remete à avó já falecida ocupa a única mesa do apartamento (Figura 34), deslocando as refeições para o sofá ou a cama; e as cinzas de uma esposa amada transformam a prateleira principal do viúvo,

---

<sup>111</sup> Em etnografia no litoral da Inglaterra, Balthazar (2021), investiga as coisas e as suas conexões com nacionalismo e o *Brexit*, movimento político nacionalista que resultou na saída do Reino Unido da União Europeia. A autora analisa objetos em *charity shops* (bazares e lojas de antiguidade) e, apesar das diferenças contextuais, é possível traçar um paralelo com a produção de Balthazar (2021) para sublinhar a importância de certos objetos para meus interlocutores.

compondo uma espécie de memorial. Contudo, pela natureza da restrição espacial, nas quitinetes, guardar essas coisas com personalidade e valor afetivo, muitas vezes, equivale a exibir, devido ao espaço insuficiente para mantê-las fora de vista. Portanto, mesmo estando “mal posicionados” e gerando uma desconexão estética e funcional na quitinete, esses objetos permanecem expostos, constantemente evocando sentimentos específicos.

**Figura 34: A máquina de costura ocupa um lugar importante na quitinete**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Em contraposição aos interlocutores de Daniels (2010, p. 132), para quem “o armazenamento é uma *commodity*” pela possibilidade de acumulação, na pesquisa de campo, o conforto geral no espaço e a circulação interna são prioridade e implicam na prática do *decluttering* (organização seletiva) periódica. Isso também evoca uma tensão entre o que as pessoas guardam e o que exibem no espaço interno do apartamento segundo o que consideram essencial em suas vidas. Não se trata apenas de manter o que é “útil” a curto prazo, mas sim daquilo que julgam crucial para trazer conforto físico e simbólico — mesmo

quando são pressionados e limitados pelo apartamento. Ou seja, elementos como a máquina de costura, as coleções de coisas, uma penteadeira que limita a circulação em frente à única janela do apartamento, permanecem pela aura e valor afetivo capazes de promover a sensação de “aconchego”, ainda que promovam um conflito estético e um desequilíbrio de forças entre as pessoas e seus lares.

Um contraste adicional está na experiência dos interlocutores que são proprietários-moradores, mostrando uma relação diferente com os objetos e com a prática de armazená-los. Como suas quitinetes têm um aspecto de permanência, tanto como residência quanto como patrimônio, eles alugam espaços de armazenamento (guarda-móveis) para manter os itens que não são usados no dia a dia. Vestidos de festa, casacos de inverno, acessórios exóticos, 80 pares de sapatos que fazem par com bolsas, malas de viagem, equipamentos de acampamento, jogos extras de lençóis, colchonetes e decorações temáticas (de Natal, Carnaval, Páscoa e Festa Junina) são mantidos nesse espaço externo pago, à espera de seu “momento de circular”. Também nesses casos, em que “a temporalidade está associada ao uso” (Daniels, 2010, p. 187), a quitinete é o condutor que determina o que é conveniente levar para casa de tempos em tempos. Assim, a condição de circulação torna-se parte integral da relação das pessoas com seus pertences e com a quitinete. Isso suscita a questão sobre em que medida esse arranjo em específico ainda se configura como lar, dada sua agência em relação ao tamanho e ao conforto no espaço. Novas pesquisas no tema podem contribuir para aprofundar a investigação e compreender se o espaço de armazenamento constitui uma extensão da quitinete ou se ele se torna mais um “lugar de descanso” para objetos não utilizados e indesejados, que acabam fossilizados na categoria de “coisas diversas”, como Daniels (2010, p. 134) destacou em sua etnografia no Japão.

Embora o minimalismo tenha surgido nas artes e se tornado uma filosofia de vida, a etnografia revelou algo bastante diferente: pessoas são levadas a adotar o que entendem por minimalismo como uma atitude padrão por conta da limitação espacial que altera o equilíbrio da agência, transferindo-a da pessoa para o próprio apartamento. Nesse contexto, o minimalismo passa a descrever o constante desapego e o despojamento dos participantes, justamente devido à restrição das quitinetes e da forma como estruturam as práticas domésticas. Isto não quer dizer que não existiam interlocutores com tais atitudes “minimalistas” antes mesmo de se mudarem para a quitinete, mas o campo destaca que grande parte dos participantes adquiriu esta disposição para o desapego ao se mudarem para o apartamento compacto.

#### 4.4 A cozinha compacta e as práticas alimentares

A cozinha padrão das quitinetes brasileiras conta com bancada linear, pia, fogão elétrico e frigobar. Essa formatação foi herdada da “cozinha compacta de Frankfurt”, a *kitchenette*, criada anos 1940 e 1950, como sublinha Silva (2013) em estudo sobre o legado de Adolf Franz Heep. A compactação da área da cozinha ao mínimo necessário tornou-se um padrão reproduzido ainda nos tempos atuais<sup>112</sup> e deu origem à nomenclatura dos apartamentos. Como consequência, pelo menos metade das quitinetes no Residencial dos Ipês conta com um frigobar em vez de uma geladeira, implicando em reduzida capacidade para estoque de alimentos perecíveis, como frutas, legumes, carne e lácteos, além de congelados, reverberando nos hábitos alimentares dos interlocutores. Por exemplo, para Samanta, o frigobar não permite guardar sobras de comida, obrigando-a a cozinhar e consumir tudo no mesmo dia. Para o professor do ensino público no DF, José, a escolha estratégica de morar no centro da cidade veio às custas de uma geladeira. O homem de 31 anos explica que o frigobar influenciou diretamente em suas compras de supermercado:

Você tem que adaptar as compras. Não dá pra eu fazer a compra igual eu fazia quando eu morava em casa e tinha uma geladeira enorme. Você tem que pensar o que cabe. Não dá pra comprar muita coisa congelada. Aí, tipo, quatro polpas de frutas. Um pão de queijo congelado. E acabou. Já não tem espaço no congelador. Não tem gelo. Porque eu quase não uso. Então, assim, tem que adaptar as compras. Não dá pra... E aí, verdura, essas coisas eu tô comprando semanalmente. Porque também não tem espaço pra encher de verdura (José, 2023).

Beatriz também precisou adaptar o volume das compras no supermercado e parou de adquirir refeições congeladas ao perceber que elas estavam apodrecendo no compartimento de congelamento pequeno e sem a temperatura adequada do frigobar. Outra interlocutora, Jéssica, explica como a falta do congelador impacta em um desejo simples: “Eu sou doida pra comprar um pote de sorvete. Não posso, porque eu não tenho congelador. Você acredita nisso? Eu sou doida, eu amo sorvete. Eu não como sorvete porque não dá. Não cabe”. Ou seja, o “poder das coisas” (Bennett, 2004) impacta diretamente nos cotidianos.

Mas a limitação da quitinete não restringe apenas o tamanho da geladeira, sua capacidade de estoque de comida e no padrão alimentar. Ela também impacta no ato de cozinhar. O espaço integrado à sala de estar e, às vezes, ao quarto (quando a quitinete não

<sup>112</sup> Em estudo sobre a obra do arquiteto germânico Adolf Franz Heep, um dos precursores dos apartamentos quitinete no Brasil, Barbosa (2002) referencia o detalhamento da cozinha compacta (a *kitchenette*) na revista Acrópole, ed. 219, de 1957, onde é possível identificar o mesmo padrão de cozinha reproduzido nas quitinetes atuais.

conta com divisória), implica na dispersão do cheiro de comida por todo o ambiente, inclusive no banheiro. Para as irmãs que vivem juntas, Carla e Fernanda, uma estudante universitária e a outra do ensino médio, esta é a principal queixa:

O cheiro fica meio grudado nas coisas, você não percebe? Eu sinto que fica... Aqui tá cheirosinho porque não chegou a fazer comida essas coisas, mas, tipo, fica um cheirinho impregnado quando você faz, tipo, uma coisa na *airfryer*, faz alguma coisa na frigideira. Mesmo que tenha o sugador, fica um cheirinho no apartamento. Sim. Eu acho que é o que mais incomoda (Carla, 2023).

Um dos episódios marcantes para as irmãs foi quando a mãe que estava visitando decidiu cozinhar um peixe e o cheiro forte obrigou a família a adquirir um ventilador para dispersar o odor do ambiente. Cozinhar na quitinete, especialmente nas unidades sem divisórias, chega a ser considerada “anti-higiênica” por alguns interlocutores, denotando como os aspectos da sujeira e das regras de pureza são particulares e organizativos das rotinas domésticas (Douglas, 2001 [1966]). Contudo, o tamanho da cozinha e a eventual integração de quarto e sala nas unidades sem divisória não é um problema para outros moradores. Pelo menos 15 deles afirmou cozinhar “de tudo” na quitinete, “até feijão na panela de pressão” — o que para brasileiros emerge como um indicativo do alto grau de dificuldade e habilidade culinária. Por outro lado, há quem evite o trabalho árduo e opte por coisas menos trabalhosas do que “cozinhar feijão” no fogão elétrico (Figura 35) de duas bocas da quitinete.

**Figura 35: O fogão elétrico de duas bocas**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Além do alto gasto de energia, o fogão elétrico costuma demorar um pouco mais para aquecer e também para esfriar em comparação ao fogão a gás, tornando o tempo de

cozimento mais longo e demandando atenção constante aos ajustes de temperatura. Camila, professora da educação infantil do ensino privado, explica o ritual matutino na cozinha enquanto se arruma para ir trabalhar:

Eu coloco a água pra esquentar, eu vou me arrumando, maquiando, e aí o tempo que eu me ajeito, assim, a água tá fervendo. [Mas não é uma coisa que te incomoda?] Não, hoje eu já consegui ver esse *timing*, assim, né, de como funciona, mas no começo eu já tive que colocar no microondas a água, depois voltar pro fogo pra passar um café, porque não ia. Nossa, demorava. Então, eu já tô pegando o ritmo desse fogão. Isso é falta do fogo mesmo (Camila, 2023).

É muito comum que as quitinetes também sejam equipadas com um micro-ondas, um filtro de água, uma panela elétrica e/ou uma *airfryer*. Este último eletrodoméstico cozinha alimentos usando ar quente circulante em alta velocidade, simulando a fritura, sem (ou com muito pouco) óleo. Normalmente, o equipamento é propriedade do inquilino e está presente em 95% das residências dos interlocutores da pesquisa, o que relaciona à praticidade de cozinhar sem espalhar fumaça e à portabilidade do equipamento, já que, como alguns me revelaram, “ninguém merece cozinhar em quitinete”. Minhas observações sugerem que a *airfryer* tornou-se tanto um item indispensável para a quitinete, que normalmente conta somente uma janela para ventilação (como no Residencial dos Ipês), como um eletrodoméstico pessoal a ser levado para encontros entre vizinhos no próprio condomínio (ver **item 6.2**). Jéssica, de 31 anos, enfatiza dois itens essenciais em sua cozinha:

E a *airfryer* e a panela de pressão [elétrica] é onde eu cozinho tudo. [Tudo? Duas panelas?] É, duas panelas. É onde eu faço tudo. Então, a panela de pressão, eu não uso só pra pressão, eu uso como panela normal. Então, se eu for fazer um risoto, eu faço ali. Arroz que leva pressão, faço. Se eu for fazer estrogonofe, faço ali. Se eu for cozinhar um legume, eu faço lá. Macarrão, faço lá. Tudo lá. Tudo lá. Só que, claro que demora um pouquinho. Igual eu te falei naquele dia. A gente primeiro vai lá e cozinha o macarrão. Aí quando tá pronto, tira. Aí vai lá e faz a carne. Não, já coloca nas marmitas. Aí cozinha a carne. Prepara o que for de carne. Vai lá, coloca nas marmitas. Aí depois lava de novo. Vai e cozinha os legumes. [Mas por quê?] Porque não tem fogão. Eu tenho fogão elétrico que já tinha aqui [Aquele das duas bocas]. É, que já veio aqui. Então, mas ele não tem uma potência suficiente pra cozinhar bem da mesma forma que tem a panela de pressão elétrica. A panela de pressão elétrica cozinha bem melhor. Então, se eu tivesse um fogão com quatro bocas, provavelmente eu ia usar as panelas [comuns], mas é melhor a panela de pressão elétrica do que o fogãozinho [elétrico]. Fogãozinho a gente usa basicamente pra fazer lanches, assim, fritar um ovo, fazer uma crepioca, alguma coisa basiquinha (Jéssica, 2023).

A fala sobre o uso de dois eletrodomésticos essenciais, sendo a *airfryer* e a panela de pressão elétrica, reitera o argumento da seção anterior sobre o que os participantes entendem

por “minimalismo” enquanto padrão moral, com desdobramentos nas práticas culinárias e nos alimentos consumidos por ela.

**Figura 36: Airfryer na cozinha compacta da quitinete**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Mesmo contando com eletrodomésticos que facilitam o dia a dia, aprendendo a manejá-los e fazendo o gerenciamento das compras, pelo menos metade dos participantes não se sente estimulada a preparar refeições na quitinete. Em vez disso, preferem lanches e pratos menos elaborados quando estão em casa – como sanduíches, omeletes, tapioca, carnes e legumes preparados na *airfryer* –, especialmente durante a semana. A rotina agitada fora de casa, a solidão no lar e as limitações da cozinha agenciam as refeições.

Durante o campo, os participantes revelaram hábitos alimentares que eu analiso em diálogo com o estudo sobre comida e sociabilidade no Brasil<sup>113</sup>, de Lívia Barbosa (2010). A antropóloga destaca que os hábitos alimentares obedecem a um ritmo normativo que concatena os dias da semana, as conformações da família nuclear e/ou da família expandida e o estilo de refeição. Assim como Barbosa (2010) destaca, o almoço segue sendo a “refeição mais importante do dia” para os interlocutores. Contudo, durante a semana, o prato de pelo menos metade deles não contém necessariamente os componentes familiares do “arroz com feijão”, típicos da cultura brasileira. Eles me revelaram ser comum optarem pela praticidade. Quem trabalha fora relatou consumir marmitas que prepararam aos domingos, comprar prontas e congeladas para a semana toda (quando contam com geladeira), ou ainda comer com colegas em restaurantes por quilo (*self-service*), como parte da cultura brasileira do “almoço de negócios” (Barbosa, 2010). Quando os participantes estão em *home office* ou são aposentados, vão a restaurantes por quilo ou compram lanches nas redondezas do condomínio. À noite, os interlocutores consomem lanches (sanduíches, cachorro-quente, pizza), comidas congeladas ou pedem *delivery*. Cheguei a contar 60 entregadores que passaram pelo portão principal do prédio em uma quarta-feira à noite (correspondendo a mais de 10% do número de imóveis), e um dos porteiros me informou que o movimento é ainda mais intenso nos fins de semana, especialmente aos domingos à noite.

Segundo Barbosa (2010), no sábado e no domingo é quando as expectativas e a “curva emocional” em torno da sociabilidade das refeições atingem seu crescendo positivo, tornando as refeições menos “funcionais” e com um “maior grau de exossociabilidade” (Barbosa, 2010, p. 580). Isto é, no sábado à noite e no almoço de domingo, por exemplo, é quando eles se reúnem com parentes e amigos e invertem a “endossociabilidade” que é característica durante a semana em casas de famílias nucleares (Barbosa, 2010). Para muitos moradores do Residencial dos Ipês, por sua vez, os fins de semana ganham expectativas e significados ainda maiores, como o momento dedicado à socialização com familiares e amigos. Se na investigação de Barbosa (2010) a “individualização” e a “liberdade” nas refeições durante a semana são exceções, para os interlocutores que vivem sozinhos em suas quitinetes essa é a norma. Eles praticamente não têm refeições familiares e formas similares de sociabilidade durante a semana. Assim, nos fins de semana, quando acompanhados por pessoas do círculo próximo, os participantes tendem a fazer refeições mais completas e

<sup>113</sup> Em *Food and sociability on the contemporary Brazilian plate*, a autora consolidou o resultado de dois estudos. O primeiro, realizado em 1984, sobre a representatividade dos dias da semana para os brasileiros. O segundo, em 2006, realizado 400 entrevistas com grupos focais em dez capitais brasileiras, com cinco segmentos da população, para compreender os hábitos alimentares brasileiros.

extravagantes. Um contraste adicional acontece entre os interlocutores que se mudaram para Brasília a trabalho ou estudo. Pelo menos para oito deles, as refeições aos fins de semana podem significar a solidão, já que não têm uma grande rede de contatos na cidade. Nesse caso, a *turma* de vizinhos se articula por meio de um dos grupos de WhatsApp para almoçar junta.

A moradia em residências unipessoais e compactas, como as quitinetes, pode desorganizar a classificação hierárquica entre dias úteis e fim de semana que Barbosa (2010) sublinha. Os moradores estabelecem seu próprio estilo de refeição (prática ou tradicional, individual ou coletivamente), sem necessariamente romper com a ampla sociabilidade brasileira em torno da comida. Ou seja, eles adaptam suas refeições precisamente porque vivem sozinhos e contam com cozinhas compactas, mas ainda aderem ao esquema simbólico geral do “arroz com feijão” e das refeições sociais em contextos alternativos aos da quitinete. Como na seção anterior, essa discussão sobre refeições acrescenta uma nova camada de complexidade sobre agências, na qual pessoas, normas culturais e, igualmente importante, o mundo material, integram um mosaico de agências na quitinete.

#### 4.5 Divisórias, portas e visitas

A preferência ou não pela divisória interna não é um consenso entre os interlocutores dessa pesquisa. Para aqueles que moram em apartamentos integrados, a configuração do ambiente traz a sensação de maior espaço interno. É o que Jonatan comenta:

Eu nunca gostei da ideia de divisórias. Eu gosto do espaço aberto. Eu acho que dá uma sensação de mais espaço. Eu já recebi pessoas aqui que têm quitinetes divididas e quando entram ficam até surpresas. ‘Nossa, eu vou mandar retirar minha parede de gesso lá e tal’. Não sei, a minha ideia... É que tem gente que não gosta, né? Que veja a cama ou alguma coisa assim. Eu gosto de tudo aberto. Tudo aberto (Jonatan, 2023).

Como Natália, a universitária de 21 anos, me revelou, um espaço tão pequeno parece menor ainda quando fechado com divisória. Nesses casos, tapetes, prateleiras, plantas, mesas, bancadas e pintura de parede coloridas estabelecem os limites de espaços dedicados a funções específicas em apartamentos que carecem desses “espaços limiares” (Daniels, 2010), como *hall* de entrada e corredores que separam os cômodos.

Para aqueles que moram em quitinete com divisória interna, o artefato compartimenta o ambiente e diferencia as funções de cada espaço. A divisória pode ser de gesso, MDF e até de prateleiras vazadas. Elas podem contar ou não com porta que separa o quarto da sala. E

quando essa porta interna existe, ela é normalmente de correr embutida para ganho de espaço interno. Os interlocutores que moram em apartamento dividido relataram que a separação dos cômodos proporciona mais “privacidade”, “sensação de enclausuramento” e, consequentemente, “aconchego” (*homeyness*), nos termos de McCracken (1989). A compartimentação dos ambientes impacta na experiência cotidiana: “Aqui você ainda fala ‘tem uma cozinha aqui, uma sala aqui, meu quarto tá ali’, sabe? Pra mim dá uma impressão mais de casa, de coisa assim, de coisa maior, mais aconchegante”, explica Bárbara. Nascida no interior de Goiás, a interlocutora mudou-se para Brasília aos 43 anos, em busca de uma nova vida após o divórcio. Acostumada a viver em uma casa com quintal em cidade pequena, Bárbara passou a se sentir “engaiolada” no espaço restrito. A divisória com porta era um alívio em meio à grande mudança de ambiente, compartimentando espaços e preservando uma imagem de “casa” e um sentimento de “aconchego” (McCracken, 1989).

Mas mesmo com divisória interna, aqueles que não têm porta para separar a sala do quarto podem sentir um certo desconforto. Para Mateus, foi necessário um tempo de adaptação ao apartamento devido à configuração:

É, eu peguei ele mobiliado, ele tem uma divisão, aquela parede de *drywall* [parede feita com placas de gesso acartonado] ali, sem porta [...] Eu peguei sem porta [interna], né, já me deu um negócio assim, porque eu acostumei, eu nunca gostei muito, assim, de... Meu quarto sempre foi com a porta fechada pra dormir. Aí ali já foi uma adaptação pra mim, né? Dormir assim com a porta, só um espaço aberto ali e tal. Olhar a porta da rua, né? Então, foi uma série de adaptações, né? Pra mim. No começo foi difícil (Mateus, 2023).

A fala de Mateus sugere que a experiência na quitinete representou um contraste com suas próprias “imagens da casa” (Bachelard, 1994) e experiências anteriores de moradia em que ele fechava a porta do quarto para dormir. A porta permite aos moradores “esconder a cama” e proteger sua última camada de intimidade do restante do apartamento, mesmo vivendo sozinhos. Além da necessidade de resguardar a cama do escrutínio alheio, a divisória e a porta possibilitam uma sensação de conforto físico e emocional para os interlocutores. Para Fátima, que se mudou de Roraima em busca de oportunidades profissionais, a porta interna tem um papel determinante em sua experiência domiciliar. A assessora parlamentar de 29 anos demorou a se acostumar com o novo lar depois que saiu da casa dos pais, na cidade natal. Ela conta:

Aí eu até vi uma outra [quitinete] na época que eu vim que era aberta [sem divisórias], me deu uma agonia. [Por quê?] Porque eu disse que eu não ia conseguir ficar num lugar que dava pra ver tudo, me dava uma agonia. Eu tenho esse negócio de querer fechar, não sei se é um tique, sei lá o que é, de fechar a porta. Tem dia que eu tô sentada aqui, eu ligo a televisão e eu fecho a porta só pra me dizer assim, ‘ah, eu tô num lugar... Que eu saí do quarto’, por exemplo. Porque é tudo bem pequeno, né? E aí eu acabei optando por essa, justamente por essa facilidade de fechar a porta (Fátima, 2023).

A divisória e a porta separam, hierarquizam e categorizam os espaços. O aspecto material e a prática incorporada de “fechar a porta” assumem uma conotação particular na experiência de morar sozinho em uma quitinete, embora sejam comumente referidos pelos participantes como uma forma de “garantir privacidade”. Na maioria dos casos, sugere uma comparação da quitinete com sua experiência ideal e/ou anterior de lar (Bachelard, 1994), no qual fronteiras como paredes e portas delimitam o significado simbólico de cada espaço.

Com isso, além da dimensão do espaço interno da quitinete, a divisória e a porta interna ou a ausência delas, determina a sensação de conforto e as concepções simbólicas de lar dos seus moradores (Bachelard, 1994; Blunt; Dowling, 2006). Esses fatores também desempenham um papel importante na sociabilidade dos moradores de quitinete. Há os interlocutores que selecionam precisamente quais amigos frequentarão o espaço, justamente porque a última camada de privacidade, a cama, fica exposta, na quitinete sem divisória. E há quem evite receber “visitas de fora”, de outras cidades, por longos períodos, pela falta de privacidade dos ambientes e tamanho do apartamento. Fátima, por exemplo, avisa aos parentes que o prazo máximo de estadia em sua casa quando vão visitá-la em Brasília é de uma semana, justamente por viver em um espaço compacto. Há ainda os interlocutores que desistiram de receber amigos, como no caso de José, para quem a quitinete atende à sua rotina diária, mas não acomoda a todos nas noites de jogos de tabuleiro.

Eu não sinto necessidade de ter mais espaço. Só que eu gosto muito de receber amigos, aí já é mais difícil. Na primeira semana, na segunda que eu tava aqui, aí eu chamei o pessoal pra jogar, que eu gosto muito de jogo de tabuleiro. Aí meu amigo trouxe uma mesa... Uma mesa... Montável. É, desmontável. E aí montou aqui e acabou, não tinha sala. Aí tínhamos que sentar na cama, e se alguém precisasse ir ao banheiro, todos tinham que levantar. Depois disso, desisti da ideia de jogar aqui [outra vez] (José, 2023).

Da mesma forma, para Jonatan, o espaço limitado afeta suas interações sociais, e ele sonha com uma casa maior onde possa receber amigos. Quanto aos pais e mães divorciados que recebem os filhos nas quitinetes, a acomodação acontece como dá: um dos pais se

organiza para trabalhar no contraturno e não precisar pedir silêncio à criança que gosta de ver desenho na televisão. Outro pai dorme na sala para as filhas adultas dividirem a cama no quarto.

Em se tratando de relações amorosas, a seletividade sobre quem entra nas suas casas dos moradores tende a ser criteriosa. Para duas interlocutoras solteiras heterossexuais na faixa etária dos 25 aos 30 anos, a liberdade de um espaço próprio para a realização de encontros casuais não faz com que elas tragam mais parceiros. Pelo contrário, elas evitam levar pessoas com quem não tenham uma relação de proximidade para “preservar sua privacidade” não apenas fisicamente, mas também simbolicamente. Isto porque as quitinetes sugerem grande proximidade física com as camadas da intimidade dos moradores. Ou seja, em meio à compressão espacial, as coisas que expressam gostos, memórias e afetos ficam mais à mostra e mais acessíveis. Em um dos casos, a interlocutora argumenta que estabeleceu para si a regra de “não trazer *boy*” para não levar qualquer “energia” para o seu “cantinho de paz”, sugerindo que em sua quitinete ela é bem seletiva quanto aos valores e costumes das pessoas que ali visitam. Outra interlocutora utiliza o argumento da confiança:

Eu sou solteira, então eu tenho uma vida sexual muito ativa e tal. Conheço muitas pessoas, enfim, me relaciono com várias pessoas. Eu achei que a minha casa ia acabar refletindo essa minha vida, mas não. Pelo contrário, o fato de eu ter vindo pra cá... se tornou um lugar de muita privacidade. Então só entra realmente quem eu confio muito, quem eu quero que esteja aqui. Então não entra qualquer um na minha casa. Então assim, mesmo tendo um histórico de sair com muitas pessoas e tal, ser solteira e tudo, eu não trago qualquer pessoa na minha casa só porque eu tenho hoje a liberdade [...] Quando eu vim pra cá, parece que o senso de responsabilidade de um lar ficou maior. E aí, quando eu vim pra cá, eu falei, não, não é qualquer um que vai entrar aqui, ver minha privacidade e tudo. Então, realmente é um local mais meu mesmo.

Talvez os exemplos de homens solteiros heterossexuais e de homens e mulheres homossexuais pudesse mostras outros padrões de relações amorosas nesses espaços. Contudo, não obtive respostas destes outros perfis de interlocutores que me permitissem fazer afirmações como as que faço aqui sobre os relacionamentos românticos de mulheres heterossexuais, impedindo a comparação com outros recortes de gênero e orientação sexual.

Em contraste com os exemplos de sociabilidade restrita que emergiram como normativas na pesquisa de campo, o tamanho do apartamento não representa um problema para participantes como Tânia. Como proprietária e moradora do imóvel, ela reformou todo o espaço e instalou uma cama embutida e uma mesa dobrável no ambiente integrado. Como resultado, consegue configurar seu espaço multifuncional tanto para acomodar sua rotina

diária quanto para reunir entre 10 e 20 pessoas em uma festividade. A oposição entre espaços para receber visitas e para atividades íntimas, característica de estudos seminais sobre a casa como o de Bourdieu (1970), é contrastada com a sociabilidade no contexto da quitinete de Tânia. Os móveis portáteis destacam uma parte da casa de cada vez (ora são 27 m<sup>2</sup> de sala, ora são 27 m<sup>2</sup> de quarto e ora são 27 m<sup>2</sup> de cozinha) e desafiam a concepção da quitinete como dormitório e que oferece o mínimo necessário, reconfigurando os sentidos do apartamento. Nestes casos, o “santuário da intimidade” (Bourdieu, 1970) torna-se público e acessível a visitantes convidados. Os dados etnográficos sugerem que a quitinete pode romper com os domínios tradicionais do lar explorados nos estudos de cultura material (Bourdieu, 1970; Daniels, 2010) e fazer emergir novas formas de separação de espaços e organização da vida.

Esta seção contribuiu para avançar o argumento central deste capítulo sobre os diferentes componentes que congregam o mosaico de agências em uma quitinete. Os exemplos do campo iluminam a convergência dessas perspectivas, que raramente são vivenciadas como um simples dualismo, mas sim como nuances entre considerar a agência das pessoas (Miller, 1988) e a agência das coisas (Latour, 1993; 1999). Como discuti ao longo do capítulo, as pessoas podem se apropriar do espaço e o apartamento também modula comportamentos individuais. E entre essas agências do indivíduo e da cultura material se colocam uma série de valores normativos sobre o que se entende por lar e como as práticas se organizam. Ou seja, formam um mosaico de agências em permanente negociação.

Transpor os limites da casa, sejam eles físicos ou visuais, significa adentrar espaços de intimidade, como enfatiza Garvey (2005) em estudo sobre privacidade, visibilidade e as fronteiras domésticas. No caso desta pesquisa, a compactação espacial da quitinete dificulta a camuflagem de coisas íntimas – como calcinhas penduradas no varal, medicamentos, notas autocolantes, roupas e acessórios, quadro de metas, mural dos sonhos, símbolos religiosos e mesmo a cama (o reduto mais privado do espaço doméstico). A falta de um cômodo destinado à recepção de visitas é uma “falta” na quitinete. Esta falta acaba acentuada pela normatividade brasileira, na qual a casa é tanto material como simbolicamente central para a nossa típica sociabilidade (ver DaMatta, 1997), ancorada na hospitalidade e no “calor humano”, com nossa urgência em estabelecer proximidade (conforme discutido no **item 3.1**). Nesse sentido, ter “espaços de performance” (Daniels, 2010, p. 112) para congregar e receber visitas, como sala de estar, área *gourmet*, piscina, jardim e varanda, onde as pessoas possam “negociar privacidade e sociabilidade” (Clarke, 2001, p. 31), pode ser tão relevante quanto ter uma geladeira ou fogão a gás em uma residência brasileira. Não à toa, quando recebem

visitas, a maioria dos interlocutores recorre ao dito popular “não repara a bagunça”, antecipando o escrutínio alheio no espaço de tamanha intimidade.

#### 4.6 Um lar “mais que humano”

Para grande parte dos interlocutores, o apartamento significa independência, autonomia, liberdade, privacidade, e a possibilidade — ao menos em teoria — de conduzir e controlar seu espaço físico e a temporalidade cotidiana. E muitos deles, especialmente mulheres, compartilham a quitinete e o momento de vida com cães e gatos de estimação. A estudante universitária de 21 anos, Natália, elabora o *status* do seu *pet* em sua vida ao comentar sobre a sua rotina:

O Jony é meu companheiro. Então, tipo assim, acho que é um fato importante do qual eu não me senti tão sozinha, assim, porque eu tenho ele. E, enfim, ele faz parte da minha vida, dá uma trabalheira, mudou completamente a minha rotina porque quando ele não tá aqui comigo, a minha vida é muito mais rápida, assim, sabe? Tipo, eu consigo fazer as coisas com mais agilidade, porque quando ele está aqui, eu tenho que descer com ele, dar o tempo dele, fazer as coisas que ele quer. Tipo, eu tenho que respeitar também o espaço dele e o momento dele também, porque não é justo, né? Eu tenho um cachorro e, enfim, não dar o espaço dele, até porque o cachorro gosta de grama, então... eu acho legal, assim, mas tipo, quando ele não tá comigo, [a rotina] é super, tipo, rápida. Super ágil, tipo assim, eu acordo mais tarde, eu faço o que eu tenho que fazer, não tenho que me preocupar se ele comeu, se ele não comeu, se ele desceu. E quando eu tô com ele, não. É sair, ver se tem água, ver se tem ração, tem que descer com ele. Não posso vir fora de casa, porque tem ele me esperando (Natália, 2023).

Aprofundo a discussão sobre o cuidado com os animais de estimação no [capítulo 5](#), inteiramente dedicado aos *pets* e às relações entre seus donos e simpatizantes no contexto do condomínio. Aqui, me concentro em interpretar o que a cultura material expressa sobre o *status* do animal de estimação no apartamento e na vida de seu dono. A temática se vincula à discussão dos *pets* integrarem e constituírem famílias “mais que humanas”, como a literatura propõe (Power, 2008; Irvine; Cilia, 2017). Um enquadramento produtivo para esta análise é o de Power (2008) em estudo sobre como os cães passam a ser considerados membros da família por meio das práticas cotidianas nos lares, e como esses lares e seus habitantes se constituem mutuamente. Para ela, a coabitação e as trocas cotidianas no lar forjam essas relações “mais que humanas”, que são contingenciais e frágeis<sup>114</sup>. Power (2008) argumenta que tanto a materialidade como as práticas sociais são centrais para produzir as relações de

<sup>114</sup> A autora diz: “More-than-human family is shown to be a tenuous and contingent relation that is made, negotiated and sometimes falls apart as a result of the interactions that take place between people and the particular animals that they live with” (Power, 2008, p. 536).

“parentesco” entre humano-animal e para tornar a casa um lar. Ou seja, existe uma correlação entre a cultura material do lar, os seres humanos e os vínculos com o animal. Nesse contexto, o relato de Natália revela práticas de coabitação que tornam a quitinete um lar “mais que humano”. Ao sublinhar a importância de respeitar o tempo e o espaço do animal, ela fornece pistas do *status* de Jony enquanto “companheiro” de vida e de apartamento que, por sua vez, se torna um lar “mais que humano”.

Outro estudo que colabora para a interpretação das evidências etnográficas desse subcapítulo é a produção de Grier (2014) sobre a cultura material dos *pets* no contexto norte-americano. Embora sub explorado enquanto objeto de estudo nas ciências sociais, a cultura material dos *pets* permite identificar as formas de envolvimento das pessoas com seus animais:

A cultura material da criação de animais de estimação nos Estados Unidos faz parte de um sistema mais amplo de textos, conversas e objetos por meio do qual se articulam e se expressam as atitudes dos americanos em relação aos animais que cuidam como companheiros, enfeites, fontes de lazer ou símbolos de status social (Grier, 2014, p. 151, tradução nossa<sup>115</sup>).

A autora oferece um caminho proveitoso para o avanço desta tese. Segundo ela, há uma constelação de artefatos materiais envolvidos no cuidado dos animais de estimação. Cama, potes de água e comida, roupas, brinquedos, coleiras, tapete higiênico, caixa de areia, acessórios, ração, petiscos, remédios, fotografias e memorabilia são parafernálias envolvidas no cuidado cotidiano do animal, como as que observei nas quitinetes (Figura 37). Essas coisas são da ordem do controle, acomodação, exibição, zelo, criação e performance das emoções dos donos em relação aos seus animais (Grier, 2014). Ou seja, denota a “performance material dos laços emocionais” com o animal (Grier, 2014, p. 146). Consequentemente, os artefatos dos animais interferem na estética, na decoração e na organização geral do apartamento. As coisas dos animais muitas vezes ficam expostas na quitinete, seguindo o princípio discutido anteriormente de que guardar muitas vezes equivale a exibir as coisas.

---

<sup>115</sup> Onde se lê: “The material culture of pet keeping in America is part of a larger system of text, talk, and object through which the attitudes of Americans toward the animals they care for as companions, ornaments, sources of leisure, or emblems of social status are articulated and performed” (Grier, 2014, p. 151).

**Figura 37: A caixa de areia, o arranhador e a casinha do gato ornamentam as prateleiras**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Dentre os 38 interlocutores, nove deles têm animais de estimação que, somados, totalizam 10 cães e dois gatos. Em suas casas, os potes de ração e de água estão sempre em evidência. Nas estantes, não é incomum encontrar porta-retratos com fotos dos animais de estimação, brinquedos e objetos de decoração. Isto é, indicam como os donos expressam seus vínculos com os animais por meio das coisas e também aponta para a posição do *pet* na vida de seu dono (Grier, 2014), revelando o *status* do *pet* enquanto companheiro de apartamento. Dividir a quitinete com um *pet* também implica na adaptação da circulação interna. Uma das interlocutoras revelou que, às vezes, ela, o namorado e a cachorrinha “se trombam” (se esbarram) no apartamento. Em sua casa, o tapete higiênico do animal fica próximo à privada, há uma rampa para o *pet* subir no sofá de forma ergonômica, sem machucar as costas. Em um dos armários, metade das prateleiras é ocupada com ração e petiscos do animal (Figura 38), e a outra metade, com os alimentos humanos. Ou seja, é no compartilhamento do espaço de armazenamento, na circulação interna e na coabitação que a quitinete se transforma em um lar “mais que humano”.

**Figura 38: Armário de mantimentos humanos e não humanos**



Fonte: Elaboração própria (2023).

A cultura material desses lares “mais que humanos” comunica intensidade dos vínculos e os tipos de relações que se estabelecem entre humanos e animais. Por exemplo, um mero ímã na geladeira do conjugado expressa do laço afetivo entre eles (Figura 39). “Meu cachorro não tem dona. Ele tem mãe!” sintetiza o papel do animal, visto como um filho pela interlocutora. Me aprofundo nos tipo de vínculo humano-animal no capítulo seguinte ao discutir o Residencial dos Ipês como o “melhor lugar” para cuidar de um *pet*.

**Figura 39: Ímã de geladeira “Meu cachorro não tem dona. Ele tem mãe!”**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Cabe sublinhar que a “animalidade” desses companheiros de apartamento reforça os valores humanos predominantes associados ao lar, como outros autores já destacaram (Hirschman, 1994; Power, 2008). Em pesquisa sobre o papel dos animais na vida dos consumidores, por exemplo, Hirschman (1994) sublinha que os animais de estimação têm uma posição dual (fazem a mediação entre a natureza e a cultura, e entre o fora e o dentro de casa) e um dos espaços que enfatiza essa liminaridade é justamente o lar. A autora diz: “[...] a casa é destinada, primordialmente, a ser um *habitat* humano. Animais de estimação são permitidos nela, na medida em que se adequem a certas práticas comportamentais e respeitem determinados limites” (Hirschman, 1994, p. 626, tradução nossa<sup>116</sup>). Ou seja, a domesticação implica em uma etiqueta esperada dos *pets*. Também as práticas como o banho e os passeios “[...] foram concebidas para moldar os cães de modo que se ajustassem aos valores dominantes associados à família e ao lar, incluindo a visão do lar como um espaço seguro, limpo e ordenado”, como argumenta Power (2008, p. 542, tradução nossa<sup>117</sup>). Com essa

<sup>116</sup> Onde se lê: "The house is primarily intended as a human habitat. Pet animals are permitted within it to the extent that they conform to certain behavioral practices and respect certain boundaries" (Hirschman, 1994, p. 626).

<sup>117</sup> Onde se lê: "were designed to shape dogs so that they fit within dominant values associated with family and home, including views of home as a safe, clean, ordered space" (Power, 2008, p. 542).

literatura, quero enfatizar que ainda que os *pets* sejam admitidos em casa e por vezes considerados membros da família, os espaços, processos e instintos humanos e animais no lar reiteram essa animalidade e delimitam fronteiras entre ambos. Apresento um exemplo radical sobre os *pets* e as práticas sociais no “lar mais que humano” no subitem que se segue ao narrar a rotina de limpeza e purificação da quitinete pela interlocutora Joana.

#### *4.6.1 Rotinas de limpeza*

A secretária administrativa e estudante de fisioterapia Joana dividia um apartamento com a irmã em Taguatinga (RA III). A irmã acabou casando e Joana, de 39 anos, precisou procurar um lugar para alugar, o que a levou ao Residencial dos Ipês. Na quitinete, Joana compartilha seu apartamento com dois cães da raça shih tzu e um gato. O espaço restrito no guarda-roupa não foi um problema para ela, já que Joana se desfez de muita coisa que não estava mais em uso. Contudo, os armários não eram suficientes para as coisas dos seus animais. Grandes sacos de ração, tapetes higiênicos, coleiras, medicamentos, petiscos, assentos para o carro, sacos de areia, lençóis extras. Ela acabou comprando um armário para ser o repositório das coisas dos seus animais, reiterando o que argumentei há pouco sobre a cultura material dos humanos e dos animais. Mas o caso de Joana permite elaborar outra questão. Ela me contou sobre sua rotina de limpeza, amplamente conectada às condições de saúde de uma de suas companheiras de apartamento, que teve câncer nos olhos, estômago e baço.

Por causa das cachorras, eu limpo, assim, de manhã eu acordo, tenho que limpar tudo, porque a Cookie, como ela já tá velhinha, às vezes ela vai e faz xixi de fora a fora, então eu acordo mais cedo, limpo todo o chão. Eu chego, limpo de novo e no final de semana, aí sim, eu dou faxina na casa toda. Mas a limpeza mesmo do chão, eu sempre faço duas vezes [por dia] por causa delas. E o banheiro, né? Porque aí tem um tapete higiênico. Como eu não consigo descer o suficiente pra elas fazerem as necessidades lá embaixo, aí elas fazem no tapete higiênico. Então, a parte do box, da frente do box, eu tenho que lavar todos os dias (Joana, 2023).

Relaciono o compromisso de purificação e limpeza não só às especificidades do lar “mais que humano”, em que a purificação acontece de tempos em tempos para eliminação da contaminação animal (Hirschman, 1994), mas também a um cenário mais amplo de rituais e de práticas de sanitização e higiene que são contextuais, como sinaliza Mary Douglas (2001 [1966]) em *Pureza e perigo*. A antropóloga sublinha que à sujeira e à pureza estão implicadas questões de ordem e desordem e que as categorias integram sistemas simbólicos culturais. Nesse contexto, os rituais de limpeza emergem não apenas como instrumentos para evitar a

contaminação, mas como marcadores e organizadores de experiências sociais (Douglas, 2001 [1966]). Por exemplo, no Brasil, mesmo em regiões frias e durante o inverno, as pessoas costumam tomar banho duas ou até três vezes por dia, os dentes são escovados três vezes ao dia, roupas de cama e toalhas são trocados pelo menos uma vez por semana, o chão é limpo com água, sabão e vassoura ou esfregão. As casas costumam ter um tanque na área de serviço para lavar sapatos, baldes e panos de chão. Ou seja, junto das necessidades particulares de “lares multiespécies” estão as tipicidades socioculturais que organizam as rotinas de limpeza nas quitinetes, como no caso da Joana.

Os rituais de higienização vão além de uma tarefa feita pontualmente onde os cães urinam. Diariamente, Joana percorre toda a casa com um *mop* (um esfregão que se acopla a um balde que centrifuga água e produto de limpeza), e descarta a água na privada, já que sua quitinete não conta com tanque. A prática reestabelece a “pureza” (Douglas, 2001 [1966]) do *habitat* essencialmente humano (Hirschman, 1994) e estrutura a vida de Joana simbolicamente. Nesse contexto, o tamanho reduzido do apartamento, antes criticado por ela pela compactação, passa a ser valorizado como positivo e conveniente, pois economiza seu tempo: “Se eu morasse num lugar grande, que eu tivesse que limpar... Eu limpo duas vezes ao dia. Se eu tivesse que limpar um lugar grande, seria muito mais complicado do que limpar um menor. Aqui é fácil de limpar”. explica. Ela também higieniza as patas e as partes íntimas dos cães após o passeio, algo incorporado à sua rotina diária como um protocolo contra a “sujeira” e a “impureza” (Douglas, 2001 [1966]) que adquirem um sentido específico nesse “lares mais que humanos”, expressando valores socioculturais e o *status* do animal na vida da interlocutora. Isto é, os cães são companheiros de apartamento, mas passam por rituais que reiteram sua animalidade.

A rotina diária de limpeza de Joana pode ser intensa e exaustiva a fim de manter o apartamento arrumado e limpo, e também inclui a lavagem de roupas na máquina de lavar, que fica em funcionamento constante: “Eu sujo muita roupa de cama por causa delas. Eu troco de duas a três vezes por semana. [Elas dormem com você?] Eu tento que não. Às vezes, quando eu tô dormindo, elas vão pra lá. Mas elas, durante o dia, elas ficam comigo. No sofá, na cama”. Em diálogo com Power (2008), os animais de Joana e de outras participantes da pesquisa exercem uma agência no lar e no processo do “fazer casa” de sua tutora ao acessarem espaços tradicionalmente dedicados aos humanos, como os sofás e, especialmente, a cama (ver Thomas, 1983). O relato reitera o que argumentei anteriormente ao pontuar que as práticas de limpeza e higiene são estruturadoras (Douglas, 2001 [1966]) e expressam tanto

o *status* limiar dos animais na casa de Joana como as concessões e protocolos estabelecidos em um “lar mais que humano”.

Em meio à essa discussão, também é preciso considerada a agência da própria casa e sua capacidade de articular relações sociais (Miller, 2001), o que torna complexa a convivência entre humanos e *pets*, especialmente em uma quitinete com restrições de circulação e espaço de armazenamento. No fim das contas, o lar, seus significados e seus aspectos materiais moldam e são moldados pela circulação e pelas posses tanto dos moradores humanos quanto dos não humanos. Dividir uma quitinete de 29 m<sup>2</sup> com um animal de estimação significa articulação e negociação constantes das vontades, instintos e particularidades das espécies, e isso é, no mínimo, complexo.

A discussão sobre os animais de estimação enquanto companheiros de apartamento consolida os argumentos anteriores sobre as agências no ambiente doméstico. Em primeiro lugar, atribuímos ao animal uma agência própria. Alguns são bastante passivos, enquanto outros são muito exigentes, o que depende em parte da raça e do instinto, em parte da “personalidade” do animal, impondo diversas ações aos seus donos. Em segundo lugar, essa discussão evidencia a agência da normatividade cultural. As noções brasileiras de higiene e de limpeza diferem bastante da forma como a presença de um cão ou gato se impõe em outras regiões do mundo. Assim, a propriedade “latouriana” deriva tanto das normas sociais que envolvem ter um animal de estimação quanto do próprio animal. Em seguida, me volto para os sentidos mais pessoais e criativos de agência dos indivíduos como apropriação do espaço, conforme proposto por Miller (1988). Neste ponto, os participantes que têm animal de estimação adotam posturas específicas sobre como devem tratá-los e, claro, sobre o *status* do *pet* enquanto companheiro de apartamento. Se considerarmos isso como um espectro de agências, desde a imposição material até a liberdade humana, percebemos que a consideração dos animais de estimação ajuda a esclarecer temas que atravessam esta seção.

Além do exemplo extremo de Joana e de seus três animais de estimação que ilustram os rituais de limpeza em uma quitinete, os interlocutores sublinharam uma grande vantagem do apartamento em relação a outros tipos de moradia, um aspecto positivo que contrabalanceia a restrição espacial que pode ter conotação negativa. José sintetiza: “Vida até 30 metros quadrados. Vantagem? É fácil de limpar. Pra mim, acaba sendo melhor no sentido de menos área pra bagunçar. Eu acho que é normal, né? Você vai espalhando. Então, é fácil de organizar, de deixar as coisas no lugar e tal”. Se por um lado o espaço compacto determina capacidade reduzida de armazenamento de coisas, implicando em um “minimalismo” como padrão comportamental, por outro lado, a quitinete é extremamente conveniente para as

práticas de limpeza. Alguns interlocutores relataram contratar uma pessoa para realizar uma faxina mais intensa pelo menos uma vez ao mês, e tentam manter a limpeza cotidiana (de tirar os lixos, lavar a louça, trocar a roupa de cama) no restante do tempo. Para outros, a faxina é realizada por eles mesmos, sempre que possível. Por vezes, a limpeza também implica em adaptações. Um dos interlocutores revelou ser muito grande para lavar um banheiro pequeno (Figura 40). Contudo, a experiência geral mostra que o espaço reduzido é uma grande vantagem para as práticas culturalmente específicas de limpeza e purificação.

**Figura 40: O banheiro de uma das quitinetes.**



Fonte: Elaboração própria (2023).

#### **4.7 Considerações finais do capítulo**

A etnografia sobre esse tipo específico de propriedade lança luz às diversas formas como a fisicalidade do espaço e a cultura material dos moradores e proprietários ausentes manifestam suas agências. Porém, esses componentes nunca atuam isoladamente. Eles estão conectados com os valores sociais que integram a identidade brasileira em relação às práticas alimentares, sociabilidade e os ideais que as pessoas no país têm sobre suas moradias no que

diz respeito à temporalidade e imagem. Neste capítulo, me concentro nos lares dos participantes, visto por autores como Bachelard (1970) como o espaço vital para os indivíduos em seus significados e materialidade, o “domínio da intimidade”<sup>118</sup>. As intimidades revelam aspectos que muitas vezes não emergem em outros espaços sociais e a produção de conhecimento sobre elas é uma tarefa desafiadora, como sinalizei na epígrafe do capítulo. Porém, é importante para a compreensão da produção de modos de vida, valores e subjetividades. O lar, que em Bourdieu (1970) emerge como a metáfora de um “império” ou, neste caso, um império individual, na verdade, revela-se sujeito a muitos aspectos além da estética, do gosto e do estilo de vida de quem ali vive.

As quitinetes irradiam complexidade, produzindo e reproduzindo a vida de seus moradores. Para muitos participantes da pesquisa, são degraus em suas biografias habitacionais, projetando-os para um futuro mais próspero ao provocar tensão cotidiana com a compactação e as consequentes ausências (de decoração, de espaço, de conforto, de eletrodomésticos, de sociabilidade). As evidências etnográficas são exemplos de muitos outros casos que demonstram como atores humanos e não humanos e as materialidades se associam como um mosaico e fazem da moradia na quitinete uma experiência mediada por uma densa teia de relações. O capítulo esclarece o sentido da cultura material como agência e evidencia a interação com normas e valores brasileiros mais amplos que impactam as rotinas domésticas nesse tipo de apartamento. Com isso, acabo por oferecer possibilidades teóricas para analisar outras experiências de habitação à luz de uma perspectiva matizada, na qual a cultura material e a agência são reconciliadas.

---

<sup>118</sup> Bachelard (1970, p. 9) diz: "For a knowledge of intimacy, localization in the spaces of our intimacy is more urgent than determination of dates".

## CAPÍTULO 5

### OS PETS E OS SEUS DONOS

Uma decoração especial com balões e painel de personagens do fundo do mar, um bolo de quatro andares e lembrancinhas dispostas sobre uma mesa decorada compunham o cenário da festa. Petiscos doces e salgados, além de sorvete, foram servidos tanto para humanos quanto para os convidados não humanos. Duas pequenas cachorrinhas vestidas de sereia, combinando com o tema da celebração, eram o centro das atenções. Elas, na verdade, eram as “aniversariantes”, e sua grande festa foi organizada por Tânia no gramado do Residencial dos Ipês, com a presença de moradores, ex-moradores e seus respectivos animais de estimação. Infelizmente, conheci Tânia após a festa, mas em pelo menos três ocasiões ela me mostrou, com entusiasmo, as fotos e vídeos do evento no celular e também no perfil das chihuahuas, no Instagram. Tânia e outros moradores me contaram essa história repetidamente, revelando que a festa foi um marco para o condomínio. O aniversário coroou o “movimento canino” na comunidade e reforçou a já estabelecida identidade do Residencial dos Ipês como *pet friendly* (amigável aos animais), discutida neste capítulo. Além disso, reiterou Tânia como a líder informal da causa *pet* no condomínio, somando-se às suas ações ao longo dos anos em prol dos animais: a defesa do cercamento do gramado, o início de uma campanha de vacinação, a realização de um censo para registro dos cães na administração do condomínio e a criação do grupo de WhatsApp para donos de *pet*.

O relato etnográfico sobre a interlocutora e os seus cães destaca dois aspectos discutidos ao longo deste capítulo. O primeiro deles é como os animais de estimação triangulam as pessoas e as tecnologias digitais, isto é, fazem a mediação entre essas dimensões, e isso traz consequências para a sociabilidade dos moradores e para a infraestrutura do condomínio. O segundo aspecto é a relação entre tutores e seus animais, revelando um crescente antropomorfismo, em contraste com a perspectiva pós-humanista (Haraway, 2003; Franklin, 2006) que se estabeleceu mais recentemente nos estudos dos animais. Os argumentos estão ancorados nas evidências observadas junto de nove tutores e 12 *pets* (dez cães e dois gatos) de pequeno porte, com exceção de um cão de porte médio.

Para embasar as discussões, faço um breve panorama dos estudos dos animais nas ciências sociais. Depois, analiso os componentes material (especialmente o gramado), social (as redes de apoio) e político (o engajamento na causa animal por meio do digital) que favorecem os *pets* e seus donos no Residencial dos Ipês. Exploro as implicações desses componentes para as pessoas com e sem *pet* e para a infraestrutura do Residencial dos Ipês.

Em seguida, apresento exemplos de como os *pets* articulam a transição das interações no espaço público e *offline* para dimensões privadas e *online*. As evidências do campo mostram como os animais conectam pessoas e promovem um senso de pertencimento, razões pelas quais muitos tutores não deixam o condomínio. Analiso as interações no grupo exclusivo do WhatsApp, no qual os animais estimulam a participação em questões coletivas, suscitam o engajamento na forma de ativismo digital e promovem a solidariedade entre os moradores. Por fim, argumento que os donos de *pets* constituem um grupo particular no Residencial dos Ipês, partilhando afinidades, interesses, atividades, e estabelecendo a identidade do condomínio como *pet-friendly*. Ao longo do capítulo, utilizo donos e tutores como sinônimos, e adoto uso intercambiável das expressões “animais de estimação” e *pets* – este último amplamente utilizado pelos interlocutores, justificando o uso no título deste capítulo e demonstrando a incorporação do vocábulo estrangeiro ao cotidiano de brasileiros.

### 5.1 A literatura sobre os animais de estimação

A literatura acadêmica sobre os *pets* é bastante vasta e uma das produções de destaque é a abordagem histórica de Thomas (1983) sobre as mudanças nas sensibilidades em relação aos animais, plantas e paisagens no século XVI na Inglaterra. A noção dos animais de estimação como parte integrante dos lares impactou profundamente as relações sociais básicas como a família (Thomas, 1983). Entre as espécies, a grande favorecida foi o cachorro, com permissão para estar no espaço doméstico, ter nome e não ser fonte de alimento para o ser humano (Thomas, 1983). Outro estudo é o de Hirschman (1994), no qual a autora destaca uma série de funções desempenhadas pelos animais: de ornamento, símbolo de *status*, equipamento, e/ou como pessoas (sendo amigos, extensões da personalidade de seus donos e/ou membros da família). Nesse sentido, cabe sublinhar que o papel do animal de estimação não é fixo em um contexto e momento histórico. Ao contrário, “o significado dos animais muda ao longo da história e das vidas individuais, revelando não apenas o que pensamos sobre os animais, mas também o que pensamos sobre nós mesmos — como cultura e como indivíduos”, como argumenta Irvine (2004, p. 32, tradução nossa<sup>119</sup>) em produção que analisa os animais em relação à cultura e à sociedade. Assim como esse, outros estudos se dedicam à compreensão do vínculo humano-animal de estimação e no papel desses animais nos lares e

---

<sup>119</sup> Onde se lê: “The meaning of animals changes across history and across individual lives, revealing not only what we think about animals but also what we think about ourselves - as a culture and as individuals” (Irvine, 2004, p. 32).

nas relações familiares sob os enquadramentos das ciências sociais (ver Franklin, 2006; Power, 2008; Charles, 2016; Irvine; Cilia, 2017; Blouin, 2012).

A produção de Haraway (2003), *The companion species manifesto*, representou uma virada ontológica nos estudos dos animais. Em tom ensaístico, a autora propõe metáforas simbióticas como aquilo que faz dos humanos e animais espécies companheiras. Haraway (2003) equaliza humanos e não humanos e evoca a coabitacão, coevolução e de sociabilidade entre espécies, na qual ambos seriam “companheiros um para o outro” (*the significant other for each other*). Espécies companheiras seriam, na perspectiva pós-humanista, tanto humanas quanto não humanas, em uma simbiose (com implicações biológicas, segundo a autora) e parceria mútua. Humanos e animais estariam ligados e sendo interpelados mutualmente na construção de culturas e naturezas. Estaríamos desfocando as barreiras entre espécies e construindo novas formas de parentesco, o que se reflete em habitações híbridas, como outro estudo sob esse referencial teórico do pós-humanismo propõe (Franklin, 2006).

Contudo, as práticas cotidianas de cuidado dos animais de estimação vêm acompanhadas de dilemas que tendem a desestabilizar a tentativa teórica pós-humanista. Em *Furry families: making a human–dog family through home*, Fox (2006) argumenta que, nas práticas de cuidado, os tutores equilibram o antropomorfismo e as interpretações pós-humanistas ao combinar o “instinto natural” com a atribuição de “traços pessoais” para tentar compreender os comportamentos, reações e a agência de seus animais. Sobre esse tema, a pesquisa de Hirschman (1994) pontua que a antropomorfização dos animais de estimação é o que os distingue dos animais que são alimento. Encontro saída para o dilema das diferentes correntes éticas e ideológicas em relação aos animais em Bellacasa (2017), quando em *Matters of care* a autora destaca que esse engajamento ético e político pós-humano a partir do cuidado é especulativo, uma vez que o cuidado é uma preocupação e uma ação humana.

As evidências que emergiram do campo não permitem equiparar ontologicamente os animais de estimação aos seres humanos como o pós-humanismo propõe, ainda que sejam seres sencientes – condição reconhecida cientificamente<sup>120</sup> – e que tenham uma agência nas quitinetes (como analisado no capítulo anterior) e no cotidiano do condomínio. Em contraste, ao longo do capítulo, os exemplos sugerem uma sensibilidade antropomórfica (Miller, 2024,

<sup>120</sup> Em *The Cambridge Declaration on Consciousness*, cientistas sublinharam a capacidade de muitos animais como mamíferos e aves em experimentar sensações físicas e algumas emoções como medo e alegria. Ao identificarem substratos neurobiológicos em grupos de animais, pesquisadores sugeriram que a percepção de experiências e a resposta a elas ocorre de forma correlata à consciência humana (Low, 2012). A declaração de Cambridge fundamenta as discussões no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e no Senado Federal sobre os direitos dos animais (Senciência Animal [...], 2024).

p. 95–100; 115–116) como consequência de uma “ambivalência cultural” que coloca os animais em uma condição limiar (Irvine; Cilia, 2017). Ao analisarem “lares multiespécies”, Irvine e Cilia (2017) argumentam que:

Devido à ambivalência cultural com que tratamos os animais, algumas práticas nas famílias multiespécies podem desafiar a binariedade humano-animal, enquanto outras reforçam o excepcionalismo humano. Além disso, os animais de estimação existem dentro de relações dominadas por humanos. As pessoas podem reconhecê-los como pessoas, mas podem igualmente decidir confiná-los a um cômodo separado ou entregá-los a um abrigo para readoção. Assim, o surgimento de uma família verdadeiramente pós-humana permanece questionável (Irvine; Cilia, 2017, p. 8, tradução nossa<sup>121</sup>).

Ou seja, certas práticas em lares multiespécie podem desorganizar as diferenças entre humanos e animais, enquanto outras enfatizam o ser humano enquanto excepcional (Irvine; Cilia, 2017, p. 8), como comentei no capítulo anterior. Neste processo, os *pets* orientam a reflexão sobre o que significa ser humano e como reafirmam nossa humanidade, ao lançar luzes sobre práticas e valores sociais.

A cultura material da tutoria de animais de estimação (Grier, 2014) é outra abordagem que pode indicar esforços de humanização dos *pets*. Ela está vinculada ao vasto e continuamente em expansão mercado de cuidados com animais, que abrange produtos e serviços que incluem não apenas alimentação, saúde, higiene e acessórios. Ele também se estende a creches e cuidadores, tratamentos alternativos (isto é, canabidiol, probióticos e acupuntura), seguros, produtos tecnológicos para *pets*, videntes de animais e serviços funerários. Eles fazem parte de milhares de empresas voltadas para *pets* que geraram 75,4 bilhões de reais em receita no Brasil (Abinpet, 2023). Em um país com 212 milhões de habitantes humanos, segundo dados do IBGE (2024), estima-se que haja 160 milhões de animais de companhia (Melo, 2024), o que o torna a terceira maior população *pet* do mundo.

Nas ciências sociais brasileiras, estudiosos como Jean Segata (2012; 2014) exploraram a humanização dos animais como parte da construção de sentido, a organização de experiências e do estabelecimento de relações com os animais. Ao estudar os “cães com depressão”, Segata (2012) argumenta que os casos funcionam como uma “ficação útil” que

<sup>121</sup> Onde se lê:

Because of the cultural ambivalence with which we regard animals, some practices within multispecies households may disrupt the human-animal binary, but others enforce human exceptionalism. Moreover, pets exist within relations dominated by humans. People can recognize them as persons, but they can just as easily decide to shut them off in a separate room or surrender them to a shelter for rehoming. Thus, emergence of a truly posthuman family remains doubtful (Irvine; Cilia, 2017, p. 8).

atua para a construção de sentido e organização simbólica a partir de fatos empíricos<sup>122</sup>. Outro estudo importante é a tese de doutorado de Gaedtke (2017), que explora como o afeto pelos animais é definido, em certa medida, por um ideal de cuidado ligado ao consumo. Uma proposição análoga é desenvolvida por Petri e Leite (2010) na publicação *Sua majestade o Pet*, quando sublinham que aos *pets* é atribuído o papel de “*gadget vivo*”, isto é:

Agora eles habitam o verbo “precisar”: eles precisam de roupas, comidas especiais que incluem bolos de casamento (ou acasalamento), passeios com horários regulados, escovações, banhos com produtos específicos, massagistas, esteticistas e outros mimos que sustentam filões significativos do setor de serviços (Petri; Leite, 2010, p. 3).

Ao trazer esse corpo bibliográfico para a tese, quero enfatizar como a humanização dos *pets* impacta no consumo de itens que passam a ser de primeira necessidade pelos seus donos. Mas cabe destacar que a relação humano-animal ou de *pet* e tutor não é “estável”. Ao contrário, argumenta-se que o *status* do animal de estimação depende de fatores como demografia (nacionalidade, cultura, gênero, classe) e momento de vida dos donos, influenciando no nível de apego e projeção antropomórfica (Blouin, 2012). Ou seja, há uma relação entre o que um animal representa e o tipo de relação que se têm com eles em um determinado espaço-tempo (ver Irvine, 2004; Charles; Davies, 2008; Blouin, 2012; Irvine; Cilia, 2017; Miller, 2024).

Para além do aspecto do consumo, os animais, especialmente os cães, são amplamente valorizados como facilitadores sociais na literatura acadêmica. Uma contribuição científica marcante é a de Robins et al. (1991), que se baseia no conceito de “desatenção civil”<sup>123</sup> elaborado em Goffman (1971), para explorar como os cães podem romper com essa convenção social do comportamento blasé e promover interação e inclusão de pessoas em grupos sociais. Outros estudiosos também analisaram como os cães funcionam como “lubrificantes sociais”, gradualmente promovendo um senso de comunidade entre vizinhos e, em alguns casos, gerando um “efeito cascata” (*ripple effect*) em determinada localidade

<sup>122</sup> Segata (2012, p. 196) diz:

A depressão canina poderia ser considerada, assim, uma espécie de ficção útil, ou seja, um dispositivo que permite o conhecimento e a organização de certas experiências no mundo, o que diz respeito às classificações que nos levam a construir uma determinada realidade na organização de fatos empíricos. Por alto, esta é uma ideia que aparece desde a filosofia kantiana, como aquilo que traz solução a problemas factuais, aquilo que os norte-americanos costumam chamar de folk psychology, em que a possibilidade de comunicar, conhecer e agir se dá na suposição de partilha de significados e nas crenças elaboradas a partir de experiências cotidianas (Davidson, 1980; Zilhão, 2001).

<sup>123</sup> Uma “desatenção cortês”, como parte da etiqueta do comportamento de indivíduos em situações públicas que respeita a vulnerabilidade da exposição alheia (Goffman, 1971).

(Wood et al., 2007). Mas, além das consequências positivas constantemente enfatizadas em estudos e no senso comum, os animais de estimação também podem acarretar efeitos negativos para indivíduos, como exclusão em casos de comportamento indisciplinado por parte do cão e/ou de seu tutor, bem como a violação dos códigos morais da comunidade (Power, 2013). Assim, a posse ou tutoria dos animais de estimação deve ser entendida em termos de suas complexidades e ambivalências.

Em geral, os cães funcionam como dispositivos que fazem a mediação das relações humanas e tendem a aumentar o engajamento cívico, isto é, a participação em atividades comunitárias, além do capital social das comunidades, como argumenta Bueker (2013). Ao fazer isso, eles impactam no tecido social de uma comunidade como um todo (Wood; Christian, 2012). Eles potencialmente fortalecem os laços entre vizinhos ao atuarem como “cola social” (Spyer, 2018; Daniels et al., 2023) e estabelecendo pontes (Wood; Christian, 2012) para relações que podem durar anos.

No meio digital, o interesse dominante tem sido, principalmente, sobre os comportamentos engraçados dos animais de estimação (em especial os desconhecidos) nas redes sociais e aos estudos relacionados à *cute economy*<sup>124</sup> (Maddox, 2020). Contudo, esta etnografia integra os estudos dos animais aos estudos digitais, aos de comunicação e de vizinhança, contribuindo para compreensão de como esses tipos de relações, dos tutores com seus *pets* e entre pessoas em contextos situados, se desdobram na Era Digital. O capítulo lança luz sobre as relações humano-animal e sobre as relações entre tutores e “não tutores” em termos de suporte, pertencimento, sociabilidade e política condominial (as disputas pelas posições de poder no âmbito do condomínio), em um momento de conexão digital sem precedentes por meio de nossos *smartphones*, nosso “lar transportal” (Miller et al., 2021). Ele também revela o tipo de antropomorfismo refletido nas interações entre tutores e não tutores nos espaços coletivos e no ambiente *online*, em seu grupo exclusivo de WhatsApp. Para elaborar as reflexões deste capítulo, faço uma interlocução com estas pesquisas que foram valiosas em demonstrar os precedentes das relações sociais facilitadas por animais de estimação, especialmente os cães.

## 5.2 O melhor lugar para cuidar de um *pet*

Assim como casais tendem a valorizar uma cidade, um bairro ou um tipo de residência para criar filhos, os donos de *pet* – tanto os que adquiriram um animal após a

---

<sup>124</sup> São imagens “fofuras” de animais, bebês, desenhos e outros elementos que circulam na Internet e compõem uma “economia da fofura”, em tradução livre (ver Maddox, 2020).

mudança, quanto para os que já tinham animais quando foram para o condomínio – enfatizam o Residencial Ipês como o local ideal para cuidar dos seus bichos. A identidade do condomínio enquanto *pet friendly*, isto é, amigável aos animais e que favorece o bem-estar deles e de seus donos no ambiente, se dá a partir de três componentes: material, social e político. A história de Jéssica, de 31 anos, é o fio condutor da argumentação desenvolvida neste subcapítulo. Ela trabalha em dois empregos na área de contabilidade e estuda para concurso público, além de cuidar de Luna, uma basset hound de 18 kg e nove anos, considerada sua “filha”. Luna foi adotada por Jéssica poucos meses após se mudar para o condomínio, sem que ela tivesse refletido antes sobre as implicações de tempo e responsabilidades:

Sabe quando você chega em casa e não quer saber de mais nada? Você quer tomar banho e deitar? Com cachorro não dá. Você não pode. Você tem que descer. Você tem que dar comida, você tem que fazer carinho. Descer é o pior. Às vezes tá chovendo, cara. Nem ela gosta, mas tem que descer porque a Luna não faz... Aquilo ali [tapete higiênico] é só precaução. Já aconteceu dela fazer umas duas vezes em casa. Mas ela não faz jeito nenhum. Tem que ser na grama. Então quando chove, todo mundo desce com os cachorros pra garagem. Pra Luna não adianta, porque ela não faz na garagem (Jéssica, 2023).

A dependência física de Luna em relação à Jéssica para comer, se “divertir”, fazer suas necessidades e manter a saúde em dia evidencia as instâncias nas quais o poder do dono é exercido sobre o animal. Conforme argumenta Irvine (2004), a dependência para obter comida e fazer as necessidades fisiológicas, por exemplo, são exemplos de situações cotidianas em que o poder humano é exercido sobre o animal. Ou seja, existe uma desigualdade fundamental na relação de poder<sup>125</sup> entre humanos e animais, que é constitutiva dos animais de estimação (Irvine, 2004). Mas Jéssica também relata que passou a dormir mal depois da adoção, acordando toda vez que o cão tinha pesadelos. Sua vida precisou ser reorganizada: Jéssica evita sair ou volta mais cedo para não deixar Luna sozinha, e planeja os cuidados para quando viaja. Surgiram ainda gastos extras quando Luna teve câncer e precisou de cirurgia — o que a levou a contratar um plano de saúde animal, mas o seguro não cobria as sessões de acupuntura para tratar uma lesão na coluna da cachorra, tratamento que Jéssica não podia custear na época. Todo esse cuidado enriquece a vida de Luna e dá um propósito à vida de Jéssica como cuidadora, ao mesmo tempo que demanda a superação das limitações de

<sup>125</sup> A dependência deles para obter comida e aliviar-se, por exemplo, são exemplos de situações cotidianas em que o poder humano é exercido sobre o animal (Irvine, 2004). A autora argumenta: “Damos a eles nomes infantis ou tolos. Nós os provocamos. Porque o prazer de ter um animal de estimação vem, em grande parte, da obediência dele; punição, abandono ou negligência aguardam os bichos que não obedecem” (Irvine, 2004, p. 27).

tempo, espaço e orçamento da dona. Em linha com o que Fox (2006) propôs em sua pesquisa, Jessica equilibra seu antropomorfismo com uma ética pós-humanista ao cuidar do cão, como pude observar ao longo do campo. Luna guia os planos e escolhas da dona, inclusive sobre onde podem ou não morar, como explica Jéssica:

E eu nem sei como eu me esqueci disso, porque é uma das mais importantes sobre o condomínio. É o fato de aceitar cachorro e não só aceitar, como **ter toda uma estrutura para os cachorros**. Então, tem o gramado, em volta do condomínio tem as torrezinhas com os saquinhos para catar cocô. Realmente tem um **acolhimento voltado para isso** que me tranquiliza muito com relação à Luna, né? E tem muitos outros lugares que não tem. [...] E tem um **movimento em prol dos cachorros** aqui que facilita muito também (Jéssica, 2023, grifos nossos).

A fala de Jéssica sintetiza os três importantes componentes que favorecem a presença dos animais de estimação e os seus donos no condomínio, como identifiquei na pesquisa de campo. O primeiro é a construção material como o gramado, ou *pet place* (ambas categorias nativas), o espaço onde os cachorros podem ser soltos para correr e brincar sem os constrangimentos da coleira.

### 5.2.1 Construção material

Todo cercado, o gramado conta com um banco de concreto e algumas cadeiras de plástico para que os tutores se sentem enquanto os animais correm soltos. Os moradores incrementaram o espaço com recipientes de água e bolinhas para proporcionar “enriquecimento ambiental” (para estimular os instintos), fomentar a criatividade, estimular os instintos animais e ajudar os cães a socializar. Áreas como estas são reconhecidas por promover o sucesso da tutoria de animais de estimação em espaços urbanos, como salienta Jackson (1994) em pesquisa no contexto australiano sobre a gestão de *pets* no meio urbano (*urban pet management*). O “sucesso” da tutoria depende principalmente da infraestrutura material e do bem-estar do animal, proporcionados pelo dono, que por sua vez refletem no comportamento do animal. Práticas de “enriquecimento do ambiente”, proteção contra doenças, educação para evitar comportamentos indesejados, exercício físico dos cães e descarte adequado das fezes dos animais são algumas das responsabilidades que constituem a “tutoria responsável” (Jackson, 1994). As obrigações, nesse sentido, estão relacionadas à educação e pedagogia dos tutores nas áreas coletivas para respeito às convenções sociais. Jackson (1994) destaca o espaço comunitário como um dos fatores de “sucesso” da tutoria:

Em algumas circunstâncias, pode haver espaço para soluções criativas para manter cães (e gatos) em empreendimentos de alta densidade. Uma possibilidade é o **pet comunitário**. Há pouquíssimas pesquisas sobre esse conceito, mas ele merece uma investigação mais aprofundada. O pet comunitário pode gerar benefícios sociais indiretos ao promover a interação e a coesão entre os moradores (Jackson, 1994, p. 150, grifos nossos, tradução nossa<sup>126</sup>).

Chamado de “*pet comunitário*” pela autora, o gramado promove muitos impactos positivos para a tutoria de animais de estimação no Residencial Ipês, onde os tutores se sentem seguros para deixar seus cães soltos, sem guia, e também têm a oportunidade de socializar com outros tutores e moradores que por ali estão. Os moradores mais antigos contam que o *pet place* foi implementado no condomínio graças a um “movimento” de apoio aos animais de estimação liderado por Tania e com a cooperação de outros vizinhos, buscando uma melhor qualidade de vida para os *pets* e seus donos.

No contexto de um condomínio de quitinetes (com restrição de espaço interno, mas sendo o tipo de residência viável para os interlocutores), o *pet place* ganha outra intensidade e consiste no principal motivo pelo qual a maioria dos participantes não deixa o condomínio. O argumento é fundamentado por mais dois exemplos que apresento agora. Tal como Jéssica, Amanda, fisioterapeuta vinda do Recife, considera sua cachorrinha sem raça definida, Misty, como a sua “filha”. A mulher de 32 anos planeja a sua rotina em função dos cuidados com o animal e acredita que o *pet place* é essencial para lhe dar uma sensação de segurança, especialmente quando está cansada e Misty precisa de gastar energia a correr e a brincar com outros cães. Ela relata:

Eu cogito bastante ficar aqui por conta do *pet place*. Então, tipo, tem tantos outros cachorros...Como também, se eu tô cansada, eu posso soltar ela e ela gasta a energia dela tranquila, né? Porque em outros lugares eu teria que botar ela num lugar aberto, então ela não...Ou vai na coleira, né? Ou vai na coleira, tipo, eu só passearia na coleira, né? Então eu teria que passear por mais de uma hora com ela na coleira. Nossa! É cansativo. Então são coisas assim, alguns pré-requisitos com a Misty como prioridade também (Amanda, 2023).

Esta é uma das principais razões pelas quais Amanda relutou em se mudar do Residencial dos Ipês, apesar do espaço limitado de sua quitinete para um cão de porte médio que precisa de uma área razoável para se movimentar e viver confortavelmente. As escolhas

---

<sup>126</sup> Onde se lê:

In some circumstances there may be scope for creative solutions to keeping dogs (and cats) in high density developments. One possibility is the communal pet. There is very little research on this concept but further examination is warranted. The communal pet could produce indirect social benefits by promoting interaction and cohesion amongst residents (Jackson, 1994, p. 150).

de Amanda não respondem apenas às suas limitações financeiras e vontades pessoais, mas estão ligadas às necessidades de Misty em termos de segurança e de interação social com outros cães, bem como à proximidade de uma creche para cães onde Misty passa alguns dos seus dias enquanto Amanda está no trabalho.

Outra interlocutora, Bárbara, relatou que o *pet place* tornou-se uma marca registrada do condomínio e fator de diferenciação em relação a outros locais residenciais no Plano Piloto que, como argumentei previamente, restringe os espaços cercados pelo tombamento da região (ver [capítulo 2](#)). As limitações espaciais da quitinete não foram suficientes para fazê-la buscar outro local de moradia. O custo do aluguel, a localização na região e o *pet place* a fazem se sentir segura ao passear com Zara, da raça yorkshire, e deixá-la brincar livremente:

Eu gosto muito do Residencial dos Ipês, gosto muito da localização. Gosto muito da questão de ter espaço pra Zara. Isso vai demorar eu sair daqui por conta disso. Não sai tão cedo por conta disso. Porque ela é apaixonada. E pra mim é uma tranquilidade também. Não tem negócio de fugir de coleira. É um espaço muito bom. Que é aquele *pet* ou gramado, né? Aquele cercadinho. Que eu acho que aqui em Brasília, pelo menos os prédios que eu conheço, não tem nenhum. E olha que tem condomínios grandes aí (Bárbara, 2023).

Além da “tranquilidade” do cuidado com o *pet* proporcionada pelo gramado, outros dois fatores são percebidos como enriquecedores da experiência dos donos de animais de estimação no condomínio. Vejamos.

### 5.2.2 *Rede de apoio*

O segundo componente que faz do condomínio *pet friendly* é a “rede de apoio” estabelecida entre os donos de animais de estimação. A categoria nativa faz um paralelo com a “rede de apoio” evocada em discursos sobre a criação de filhos, nos quais a presença de familiares, amigos, colegas de trabalho e até profissionais auxiliam os pais a superar os desafios da jornada parental. Incorporando o vocabulário atrelado à parentalidade, os interlocutores afirmam sua condição de “pai/mãe de *pet*” e destacam a importância dos laços sociais para a promoção de apoio emocional e prático na tutoria, como o passeio e o cuidado dos animais uns dos outros. Com isto, enfatizam o crescente caráter antropomorfizado da tutoria, que demanda cuidados assim como um “filho”, ainda que os donos saibam que o animal não seja literalmente um (Grier, 2014). O senso de comunidade e de ajuda mútua que emergiu no Residencial dos Ipês é significativo para tutores como Natália:

Então eu gosto muito disso aqui, porque todo mundo é amigo, se ajuda. Até porque todo mundo mora sozinho, né? Então, tipo, é legal um ajudar o outro, um estar com o outro ali. [...] E também por eu ter cachorro. E todo mundo aqui também ter cachorro. E ser solidário com essa questão. Eu acho isso muito legal também (Natália, 2023).

Assim como Natália destaca, o fato de muitas pessoas terem cachorro e serem “solidárias à causa”, como ela mesma diz, é frequentemente mencionado como um dos motivos para os moradores permanecerem no condomínio mesmo quando surge a oportunidade de mudança para um lugar maior, mais barato ou ainda mais próximo do trabalho. Mesmo assim, quando desejam ou precisam se mudar, seja por conta de um aumento repentino no aluguel ou após o aviso prévio do proprietário para devolução do imóvel, os moradores com cachorro por vezes optam por outra quitinete no mesmo condomínio e buscam pequenos incrementos. Trocam por um imóvel com dois metros quadrados a mais, eletrodomésticos diferentes, mobília melhor, uma vista ou paisagem mais agradável, mas permanecendo por ali.

É importante sublinhar que a “rede de apoio” muitas vezes não se restringe ao cuidado animal. É comum transbordar e se tornar uma amizade entre os donos, como Jéssica e Amanda, que se tornaram amigas, passando um tempo juntas, na casa uma da outra, conversando, comendo pizza e se apoiando mutuamente no cuidado com suas cachorrinhas após separações conjugais. Elas mantinham a cópia da chave de casa uma da outra para o caso de emergências. No condomínio, Amanda encontrou uma rede de apoio que não só ajuda a cuidar do seu cão, mas também lhe dá suporte emocional, especialmente porque vive longe da sua cidade natal, Porto Alegre, da sua família e dos seus amigos.

O exemplo de Janete, de 43 anos, que se mudou para Brasília para atuar como servidora pública, também ajuda a contextualizar o meu argumento. Janete estava passeando com seu buldogue francês, Marshall, em frente ao Residencial dos Ipês, e perguntando aos porteiros se eles sabiam de quitinetes para alugar quando conheceu Tânia, que passeava com suas chihuahuas. Os animais de estimação fizeram a ponte para a conversa entre as duas e Janete acabou alugando o apartamento da avó de Tânia. Posteriormente, por conta dos encontros frequentes no passeio com os cães, elas tornaram-se amigas, partilhando interesses religiosos, maquilhagem, acessórios, confissões e intimidade. Ter um cão também levou Janete a conhecer outros moradores do condomínio, o que a deixou mais à vontade para participar dos encontros da *turma* às quartas-feiras (ver [capítulo 6](#)) e do grupo exclusivo de donos de *pet* no WhatsApp. Com o tempo, Janete passou a se sentir parte da comunidade do Residencial dos Ipês, e isso foi fundamental para seu período na cidade.

O exemplo de Janete reforça o que já foi abordado em outros estudos, sobre os animais serem facilitadores das interações sociais em contextos de vizinhança (Robins et al. 1991; Wood et al., 2007; Bueker, 2013; Wood; Christian, 2012; Daniels et al., 2023). Isto tem um valor particular em contextos de grande mobilidade e migração como o de Brasília, onde pouco mais da metade da população nasceu na localidade, como já argumentei anteriormente. Os exemplos de Amanda e Janete mostram como os animais podem mediar a integração de recém-chegados, contribuir para a construção de laços sociais e favorecer o sentimento de pertencimento. Os casos também ajudam a prover o argumento da triangulação entre pessoas e o ambiente digital mediada por animais de estimação, uma vez que eles articulam relações não apenas *offline*, mas também *online*, como exploro adiante.

No Residencial dos Ipês existe ainda o terceiro componente, de ordem política, que identifiquei como o engajamento na “causa animal”. Causa esta que, como observei, se vincula a ações de proteção, ajuda e garantias de direitos direcionadas especialmente a cães e gatos, sejam eles do condomínio ou de rua. Durante a pesquisa de campo, não observei o mesmo tratamento com outras classes de animais (como répteis e anfíbios) ou a adoção de filosofias de vida como o vegetarianismo ou o veganismo entre os interlocutores. Este engajamento na “causa animal” é articulado digitalmente por meio do grupo exclusivo no WhatsApp. Animais de estimação unem donos e simpatizantes em ações e pautas importantes, como as que me detengo logo mais. Antes, porém, explico como os *pets* triangulam as pessoas e o digital, e fortalecem o conceito de *condomínio digital* discutido ao longo desta tese.

### 5.3 Os *pets* e a triangulação entre as pessoas e o digital

Os moradores do Residencial dos Ipês têm uma rotina intensa. Pelo menos metade deles atua em mais de um posto de trabalho, faz academia e/ou atividades físicas ao ar livre, além de estudar para concursos públicos, fazer faculdade e/ou atender aos diversos compromissos sociais. Com tempo, espaço e orçamento apertados, trabalham duro para pagar as contas, adquirir bens de consumo e realizar seus “projetos de vida” (Velho, 1994). Ao final de cada dia, quando retornam às suas casas, pegam o elevador diretamente para suas quitinetes. Refugiados em suas cavernas, saem apenas para buscar correspondência, a roupa que chegou da lavanderia ou receber comida via *delivery*. Isso pode soar dramático ou exagerado, mas é a realidade de muitos moradores do Residencial Ipês e, por quase dois anos, também foi a minha. O apartamento, para muitos moradores, assume o aspecto simbólico de

um dormitório. Com vidas atribuladas e uma rotina monástica, as interações entre os vizinhos podem ser limitadas ou até inexistentes. Contudo, existem aqueles que têm sua rotina metódica interrompida pelo comportamento instintivo, espontâneo e brincalhão dos animais de estimação que ali vivem. Estes moradores não humanos, os *pets*, circulam pelas áreas de convivência e imediações do condomínio passeando os seus tutores e são, em sua maioria, cães, já que os gatos permanecem confinados no espaço doméstico. Isso reafirma que os animais de estimação não são meros conectores sociais, mas que seu comportamento pode interferir no tipo e na qualidade da sociabilidade de seus humanos (Power, 2013), evidenciando a agência dos animais nas relações humanas – o que por sua vez não implica intencionalidade ou consciência do *pet*, como sugerem as interpretações pós-humanistas.

Os donos seguem horários e rotinas específicas para passear com seus cães: bem cedo antes do trabalho, no começo da manhã antes do almoço, no meio da tarde, logo após voltar do trabalho, no início da noite antes do jantar e tarde da noite antes de dormir. O trajeto pode incluir uma caminhada pelos arredores do condomínio, um tempo de recreação no *pet place*, e algum tempo na área comum onde há bancos e uma mureta disponível para quem quiser sentar um pouco (ver **item 1.2**). Os moradores socializam entre si dependendo de coincidências ou de suas rotinas estabelecidas, mas também da disponibilidade, disposição e instintos de seus animais. Nesses encontros, os donos de *pet* conversam sobre temas variados: o clima, o que almoçaram, uma viagem futura, a saúde e bem-estar de seus animais, novos acessórios e serviços para seus *pets*, histórias de suas vidas, promoções no mercado local, planos para o próximo encontro social e a segurança do entorno. Breves, longas, animadas, monótonas, superficiais ou profundas — o tipo e tom da conversa variam dependendo de quem participa e do humor dos cães (se estão calmos, cansados ou eufóricos).

Quando nas áreas comuns, seja por se sentirem solitários, entediados, precisarem de ar fresco ou estarem realizando pesquisas (como eu), os moradores que não têm animais de estimação por vezes decidem se juntar às interações dos donos de *pets* – aqueles que têm cães, gatos ou até peixes. A afeição demonstrada pelos animais pode lhes render o título de “simpatizantes de *pets*”, uma categoria nativa. Ou seja, segundo a percepção dos participantes, os simpatizantes de *pets* são os que se dispõe a interagir com esses animais (especialmente cães) nas áreas comuns do condomínio, acariciando-os, “conversando” com os animais, comentando sobre seus acessórios ou aparência, brincando, oferecendo petiscos ou perguntando aos donos sobre seus bichos. Ao longo do tempo, a congregação constante nas áreas coletivas promoveu uma maior intimidade entre os moradores e resultou na inclusão desses simpatizantes no grupo exclusivo de WhatsApp que batizei de “Donos e

Simpatizantes de *Pet*”. Foi assim que iniciei meu trabalho de campo no condomínio onde morava: primeiro interagindo com a *turma* (entre eles, alguns são donos de *pets* e simpatizantes) fisicamente nas áreas comuns e, posteriormente, no ambiente *online* e até nos lares dos interlocutores.

Contudo, nem todos os moradores com *pet* ou que simpatizam com eles congregam diariamente ou fazem parte do grupo exclusivo no WhatsApp. A integração à comunidade *online* depende de dois fatores essenciais, que se manifestam primeiramente no espaço físico:

- Interação presencial: É preciso dedicar tempo e atenção na convivência com os donos de *pets* na área comum e no *pet place*. Isto permite a ciência da existência do grupo no WhatsApp e traz a possibilidade de ser adicionado ou solicitar entrada no fórum *online* a um dos membros;
- Afinidade: Não basta ter um animal, é necessário também criar laços com os membros-chave (os que congregam constantemente) para ser incluído no grupo *online*.

Essas regras veladas foram observadas durante a pesquisa de campo, ao passar as tardes conversando com os donos de *pet* na área comum. O grupo frequentemente comentava sobre outros tutores que não se juntavam a eles, seja porque seus cães brigavam entre si, seja pela falta de afinidade entre os donos (um motivo podia influenciar o outro), em linha com o que observou Power (2013) ao dizer que *pets* também podem trazer efeitos negativos à socialização humana. Afinidade e disposição para interagir, tanto com outros moradores quanto com os animais, são determinantes para integrar a *turma* e participar das atividades presenciais dos moradores e participar do fórum *online* exclusivo, o grupo dos Donos e Simpatizantes de *Pet*. Ou seja, o *offline* e o *online* estão entrelaçados e operam em dialética, como outrora sublinharam Geismar e Knox (2021) ao abordarem sobre a interdependência desses domínios nesta era digital. Nesta pesquisa, a interação de tutores e simpatizantes em uma dimensão reverbera e retroalimenta as trocas sociais em outra, e vice-versa. Por exemplo, donos combinam de descer com os *pets* em um mesmo horário via grupo de WhatsApp, e no encontro físicos acontecem trocas sociais que depois reverberam em interações *online* – ocasionando o envio de fotos e o compartilhamento de contatos telefônicos, a indicação de serviços, o segmento das interações, novas informações sobre uma história comentada durante o passeio dos animais. Esses vínculos, que no início são “fracos” (Granovetter, 1973), tendem a se desenvolver e a se fortalecer, como nos casos de Amanda, Jéssica, Janete e Tânia, produzindo uma cultura digital específica que apresenta

continuidades em relação à era “pré-digital” (das trocas entre vizinhos), mas com desdobramentos particulares (ver [capítulo 3](#)).

Mas a afinidade entre os moradores e entre os cães é especialmente decisiva tanto para incluir como para excluir pessoas das interações na área comum ou no grupo de WhatsApp. Os chihuahuas de Tânia, por exemplo, latiam agressivamente para alguns cães e moradores, comportamento que ela minimizava, dizendo que suas “filhas” estavam apenas “cumprimentando no idioma deles”. No entanto, alguns dos participantes também interpretavam esses latidos como um sinal do caráter da pessoa: muitos donos acreditam que cães captam a “energia” alheia, e latidos podem indicar que alguém “não é boa gente”. A sabedoria popular é compartilhada por Tânia e outros participantes como André, que me revelou como Fifi, sua cachorrinha, “percebia más intenções”, ficando agitada e latindo. Ele revelou que isso ocorreu certa vez perto de um morador que não fazia parte da *turma*. André explicou que sempre sentira algo estranho naquele homem, algo que não saberia nomear, mas que Fifi captara imediatamente. Embora não existam estudos conclusivos que correlacionem traços de personalidade à condição de ser ou não uma “pessoa de animais” (*animal person*) – expressão para pessoas que gostam de animais, em contraposição às pessoas que não se identificam ou que não simpatizam com eles (*non-animal persons*) (Irvine, 2004) – em casos como esses, os cães não apenas se distanciavam de outros moradores, como também dificultavam as interações sociais de seus donos, exercendo influência na sociabilidade humana, como já problematizado em outro estudo (ver Power, 2013).

### 5.3.1 O grupo exclusivo no WhatsApp

No grupo de WhatsApp dos Donos e Simpatizantes de *Pet*, os participantes trocam informações sobre produtos e serviços, pedem ajuda em emergências, organizam vaquinhas para custear cuidados veterinários e buscam auxílio para seus animais. Ali, a rede de apoio e o vínculo comunitário se intensifica. É também onde o movimento em prol dos animais ganha corpo, e onde a “causa animal”, terceiro componente do condomínio *pet friendly*, conquista mais apoiadores. O grupo foi criado por Tânia, que controla o acesso e permite que alguns outros moderem as discussões sobre *pets* em geral e sobre os animais do condomínio em particular. Para ser adicionado, o morador ou ex-residente deve manter um bom relacionamento com a maioria dos donos de *pet* que frequentam as áreas comuns e/ou, com Tânia, em particular. O grupo serve a muitos propósitos; aqui, destaco aqueles relacionados à antropomorfização dos animais de estimação e que se refletem nas relações humanas.

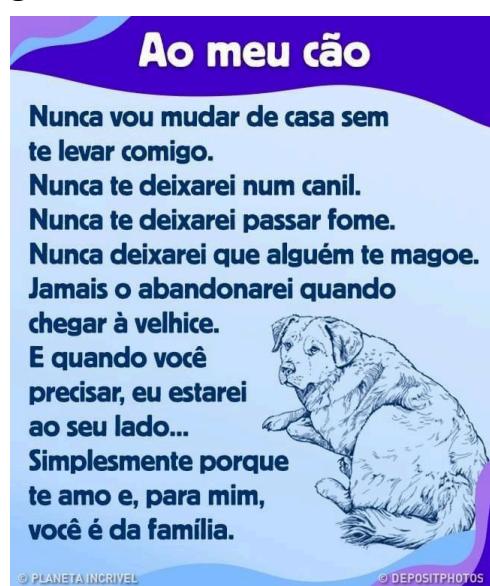
São exemplos de conteúdos difundidos no grupo: publicação que reconhece a “maternidade” das tutoras no Dia das Mães (Figura 41), oração pedindo o compromisso do tutor com o *pet* (Figura 42) e campanha (Figura 43) para evitar sons excessivos durante as festas de São João (populares de maio a agosto, em Brasília). Os conteúdos expressam o *status* dos animais nas vidas dos seus donos e os valores e moralidades que regem as práticas de cuidado dedicadas aos *pets*. Essas publicações de cunho afetivo dividem espaço com a indicação de serviços de veterinária e banho e tosa, creche canina e *pet sitter*, doações de acessórios, eventos *pet friendly*, aplicativos de saúde animal, planos de saúde para *pets*, campanhas de vacinação e castração gratuita na cidade.

**Figura 41: Publicação de Dia das Mães**



Fonte: Elaboração desconhecida, reprodução no grupo de WhatsApp (2023).

**Figura 42: Devoção ao cão de estimação**



Fonte: Elaboração desconhecida, reprodução no grupo de WhatsApp (2023).

**Figura 43: Publicação sobre fogos de artifício**



Fonte: Reprodução do WhatsApp (2023).

O grupo também funciona como uma rede social privada, em que tutores compartilham momentos com seus bichos. Um passeio na praia, durante as férias; o cão na fazenda ou na cachoeira; as brincadeiras com amigos humanos; ou momentos no jardim cercado com as bolas compradas especialmente para os cães visando “enriquecimento ambiental” e diversão. Encontrei pelo menos dois participantes que compartilhavam fotos de seus companheiros acompanhados de textos projetando os sentimentos dos cães, dizendo “Ela acha que é a garota da praia”; “muito cansada depois do nosso dia na praia”; e ainda “indo para sua festa, muito animado”. Nesses casos, os *pets* emergem como avatares desses donos, informando aspectos simbólicos da relação humano-animal e da autoexpressão do humano. Isto é, ocorre uma extensão das características humanas e projeção da personalidade do dono no *pet* (Hirschman, 1994), ao mesmo tempo em que o *pet* lança luz para os valores humanos. O esforço de humanização do animal é uma forma de apresentar os *pets*, seja *online* ou *offline*, como dignos de amor e cuidado, sem distinção em relação aos humanos.

### 5.3.2 Pet sitter

É nesse grupo exclusivo no WhatsApp que Sarah, uma estudante universitária de 19 anos, consegue seus “clientes” — como chama os cães e gatos que cuida por R\$ 10,00 a hora, nos intervalos da faculdade. A ideia surgiu espontaneamente ao perceber a preocupação constante dos vizinhos em deixar seus *pets* sozinhos nas quitinetes do Residencial dos Ipês.

Sarah identificou uma oportunidade de ganhar um dinheiro extra e matar a saudade dos animais que tinha em sua cidade natal, no interior do Tocantins. Ela divulgou seus serviços de *pet sitter* (cuidadora ou babá de animais) tanto nos encontros presenciais quanto no fórum *online*, com uma peça gráfica digital<sup>127</sup> (Figura 44).

**Figura 44: A peça digital enviada nos grupos de WhatsApp para divulgação do serviço cuidadora de animais**



Fonte: Reprodução do grupo de WhatsApp (2024).

Com a rotina monástica dos donos, Sarah guarda cópias das chaves de suas casas e tem permissão para entrar nos apartamentos, levar os cães para passear e limpar suas patas; e,

<sup>127</sup> No título da imagem consta “pet sistter”, que interpreto como um erro de digitação, já que, no corpo do texto, encontra-se o termo em inglês com a grafia correta “pet sitter”, em referência ao serviço de cuidador ou “babá” de animais.

no caso dos gatos, passar um tempo com eles em casa, brincar, alimentar e limpar a caixa de areia. Seu “trabalho” de *pet sitter* (cuidadora de animais) ganhou popularidade entre os moradores, que passaram a elogiar o serviço no WhatsApp: “Ela é ótima, me ajuda muito com meus cachorros e meu gato”; “Também recomendo. A Luna se dá super bem com ela”; “Maravilhosa”; “A Fifi adora ela e minha vida fica mais fácil”; “Recomendo demais, tem muita experiência com cães e gatos”.

Além do retorno financeiro, Sarah cultivou a confiança e a amizade dos proprietários, o que era importante para alguém que havia chegado recentemente à Brasília. Com o tempo, ela passou a participar dos *happy hours* semanais, *brunches* e outras atividades sociais da *turma* que constitui a comunidade do Residencial dos Ipês, consolidando um sentimento de pertencimento (discutido no [capítulo 6](#)). O exemplo mostra como os animais de estimação ajudaram Sarah a formar laços com outros membros da comunidade, atuando como “pontes” (Wood; Christian, 2012). Também reiteram como os *pets* triangulam pessoas e o digital, com uma dimensão fortalecendo a outra (Geismar; Knox, 2021). Isto é, ela conquistou mais clientes por meio de indicações no WhatsApp, o que, por sua vez, repercutiu em uma maior interação *offline*. Por fim, destaca a crescente atenção à solidão dos animais de estimação como uma preocupação que vincula cuidado ao consumo (Gaedtke, 2017), em que a “babá de *pet*” emerge como uma necessidade, e que aponta para os níveis crescentes de apego e antropomorfismo em relação aos animais já discutidos por outros autores (Irvine, 2004; Blouin, 2012; Irvine; Cilia, 2017; Miller, 2024). Ou seja, quanto mais humanizado o animal, mais produtos e serviços direcionados aos *pets* como o da cuidadora serão tomados como necessários.

### 5.3.3 Ativismo animal

O grupo *online* exclusivo também é o espaço onde os moradores se engajam em causas animais. Um membro compartilhou uma publicação com um gato de rua e a frase “4 de abril, Dia Mundial dos Animais de Rua. Sempre terá um esperando seu amor... ADOTE” (Figura 45). Outros membros reagiram com *emojis* de corações vermelhos e palmas, informando apoio à publicação e à causa. O caso reflete o que observei em outros momentos durante a pesquisa de campo: gatos e cães, sejam eles domésticos ou de rua, têm igual relevância para os interlocutores. Apesar da interação diária dos donos na área comum ser impulsionada principalmente pelos cães, no grupo *online*, cães e gatos são valorizados igualmente. Os moradores também compartilham campanhas de doação para comprar ração,

remédios e custear a castração de gatos abandonados, por exemplo, mostrando o comprometimento pessoal, ao menos no âmbito digital, com os animais domésticos ou de rua.

**Figura 45: Publicação do Dia Mundial do Animalzinho de Rua**



Fonte: Elaboração desconhecida, reprodução no grupo de WhatsApp (2023).

Além do ativismo digital, o grupo de WhatsApp é um importante espaço de organização de cuidados com animais do condomínio e dos arredores. Foi nele que se articulou uma campanha para custear a cirurgia do gato de uma funcionária do condomínio, e depois outra para ajudá-la com as despesas quando o animal faleceu. Em outra ocasião, os membros do grupo se mobilizaram para cuidar de Pipo, o cão de Ademar, que havia sido atropelado em frente ao Residencial dos Ipês. O homem era morador de uma ocupação localizada nas redondezas do condomínio e não tinha recursos para levar o animal ao veterinário. Fotos do cão e de seu dono, junto de um texto explicando o acidente, foram compartilhadas no grupo. A mensagem dizia:

Pessoal, sábado pela manhã um cachorro foi atropelado por um caminhão aqui na porta do nosso condomínio. Ele é o Pipo e seu tutor é o Ademar, eles moram nessa invasão aqui ao lado. Nós nos juntamos para ajudá-lo e ele teve alta hoje. Levamos ao veterinário no Doutor Animal e ele fez um super desconto pra gente. O Pipo não teve nenhuma fratura, mas rasgou muito a patinha e saiu a almofadinha também. Foi consulta, ultrassom, raio x, 3 dias de internação, sedação pra procedimentos e vacinação. Eles cobraram só 600 reais. De medicação e insumos pro curativo, ficou 80 reais. A ração + coleira ficou 209. Total: 889,00. Já somos 12 pessoas rateando esse valor e gostaria de saber se alguém mais aqui quer contribuir também. Atualmente tá 74,00 pra cada e vai diminuindo conforme mais pessoas ajudarem.

A campanha teve grande adesão tanto entre os donos de *pets* como entre os simpatizantes, que doaram dinheiro para exames, medicamentos, curativos do animal, além de alimentos não só para Pipo, mas também para Ademar. Nesse caso, o grupo de WhatsApp foi crucial para circular a campanha de doação e para mobilizar os residentes. As transferências de dinheiro instantâneas foram realizadas via PIX<sup>128</sup>, revelando conexões entre digitalização, *smartphones* e a abstração do dinheiro que extrapolam a abrangência desta pesquisa. Mas é interessante notar que o WhatsApp integrou a cadeia de transferência de recursos ao ser o espaço para envio de comprovantes das operações bancárias. Ao final da campanha, os moradores que lideraram a ação compartilharam no grupo fotos de Pipo com os curativos e de Ademar recebendo uma cesta básica, prestando contas aos demais colaboradores. Pipo despertou a solidariedade e promoveu a cooperação entre os residentes do condomínio (Şalaru, 2025), estimulando o “engajamento civil” e a geração de “capital social” da comunidade (Wood et al., 2007; Bueker, 2013), articulada por meio do digital.

#### 5.3.4 Pets e o engajamento na política do condomínio

O grupo de WhatsApp também é palco de debates relacionados às disputas políticas do condomínio. Em meio ao embate entre síndica, ex-síndicos e atores sociais (ver mais em **capítulo 7**), os *pets* contribuem para o “engajamento político” dos moradores no âmbito doméstico, em linha com o que Bueker (2013) destaca em estudo sobre participação de tutores na vida da comunidade. Exemplifico esse argumento com dois relatos etnográficos. Em uma ocasião, um morador informou no grupo de WhatsApp que havia pessoas suspeitas nas imediações do condomínio, desencadeando conversa sobre os crimes que haviam ocorrido na região (assalto, esfaqueamento, estupro). Uma tutora manifestou preocupação: “Muitos de nós andamos com nossos doguinhos ao longo do dia”. Outra respondeu: “Acho mais seguro andarmos à noite só na frente do prédio mesmo”. Um terceiro revelou: “Por isso que comprei minha *kit* [quitinete] no Residencial dos Ipês, pra não precisar sair com a Paçoca pra passear”, fazendo referência indireta ao gramado como espaço seguro para recreação da cachorrinha. Em meio à conversa dos moradores, um deles sugeriu que o condomínio poderia ter um jardim cercado maior “se a síndica quisesse”. Outro defendeu ser necessário votar em

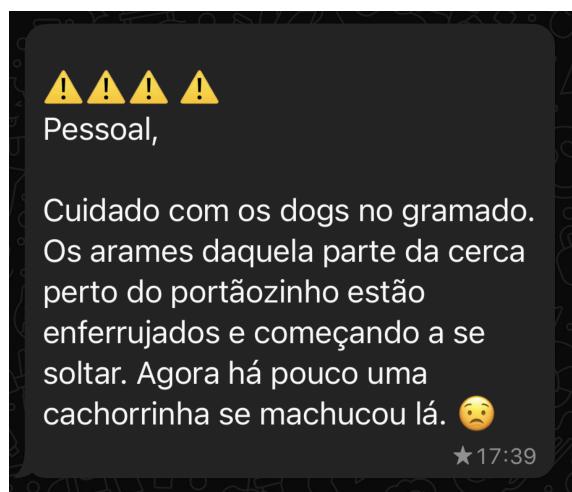
---

<sup>128</sup> Um sistema de pagamento instantâneo desenvolvido pelo Banco Central do Brasil. As transações via PIX são processadas em segundos, proporcionando uma forma rápida, conveniente e segura de transferir dinheiro entre contas.

um síndico que tenha cachorro e que entenda as demandas do grupo, pleiteando “representatividade” dos donos de *pet* na administração do prédio.

Em outro episódio, um dos membros do grupo emitiu um alerta aos outros moradores dizendo: “Pessoal, cuidado com os *dogs* no gramado. Os arames daquela parte da cerca perto do portãozinho estão enferrujados e começando a se soltar. Agora há pouco uma cachorrinha se machucou por lá” (Figura 46). O caso gerou preocupação com o animal e indignação entre os participantes.

**Figura 46: Screenshot do alerta aos donos de *pet* no grupo do condomínio**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Um vizinho orientou a responsável a “escrever no livro” — indicando a formalização da queixa junto à administração no instrumento oficial de registro do condomínio. Outro morador repetiu a palavra “manutenção” duas vezes. Um terceiro membro do grupo sugeriu que a dona levasse o animal ao veterinário e enviasse a conta para o condomínio reembolsar o tutor, proposta apoiada por outros participantes. Ao mesmo tempo que enviavam recomendações do que a tutora deveria fazer para cuidar do animal, os moradores debatiam a negligência da síndica em relação à manutenção do condomínio (situação que aprofundo no [capítulo 7](#)). Os exemplos mostram o envolvimento dos moradores com o que Miller (2024) chama de política com “p” minúsculo, aquela que acontece no âmbito do cotidiano, independentemente da política com “P” maiúsculo, realizada nas esferas federal, distrital ou municipal. Ou seja, existe uma diferença entre a política das ações individuais, no dia a dia, em prol do coletivo; e a Política que se organiza no contexto nacional, com uma temporalidade específica e que envolve muitos atores, forças e correntes ideológicas (Miller, 2024). Nesse contexto, os relatos do campo reiteram que os animais de estimação tendem a

promover a participação cívica e política em comunidades, como outros estudos já apontaram (Buker, 2013; Wood et al., 2007). Em consequência, os *pets* desencadeiam um “efeito cascata” (*ripple effect*) no condomínio, gerando “capital social” que inspira reciprocidade, confiança e engajamento cívico entre vizinhos (Wood et al., 2007). Isto significa uma maior disposição e participação dos donos de *pet* em discussões sobre manutenção de instalações coletivas, por exemplo, como observei nas interações no grupo de WhatsApp. Os relatos etnográficos também sublinham a relevância da ecologia de artefatos digitais para a coordenação de interesses coletivos, com crescente interdependência entre os domínios *offline* e *online*, mediada pelos *pets*.

### 5.3.5 Pets e os conflitos comunitários

Além dos exemplos positivos de solidariedade e cooperação entre os moradores em prol dos *pets* ou motivados por eles, durante o campo também emergiram situações em que os *pets* foram os causadores de conflito. Os participantes costumam relatar os incidentes em outro grupo de WhatsApp, o grupo Geral, para conscientizar os donos sobre o impacto de seus animais na convivência coletiva, seja quando latem por longos períodos no apartamento, não usam focinheira ao circular pelas áreas comuns ou fazem xixi no lugar errado. Em uma ocasião, um residente compartilhou a foto do xixi de um cachorro em uma das máquinas de vendas do condomínio com a mensagem: “Gente, por favor, vamos fazer nossa parte e cuidar da higiene nas áreas coletivas”. Em outro caso, após episódios repetidos de um cão urinando em um dos corredores, uma moradora imprimiu em papel A4 a norma do condomínio que proíbe animais de fazerem suas necessidades nas áreas comuns. Ela colou o papel na parede, na altura do xixi (como se o cão também pudesse ler), fotografou e publicou no grupo Geral mostrando a “prova do crime”. O objetivo principal ao reportar situações que transgridem a norma é restabelecer a moralidade coletiva e as regras sobre áreas comunitárias, como parte de uma “posse responsável de *pets*” e do que consiste um “animal de estimação bem-sucedido na vida doméstica” (Jackson, 1994). Os exemplos mostram como práticas disciplinares contra quem viola expectativas sobre posse de *pet* (Power, 2013) em termos de protocolos e etiqueta, se reformulam e reverberam em comunidades *online* na Era Digital.

À luz da abordagem etnográfica, esta seção discutiu vários aspectos sobre como os interesses e as necessidades dos donos de *pet*, de seus animais de estimação e dos animais de rua são articulados por meio do digital. As evidências do campo ancoram o argumento deste capítulo que enfoca na agência dos *pets* para a triangulação das pessoas e do digital,

impactando no aspecto material, nas rotinas e no tecido social do condomínio. No Residencial dos Ipês, os *pets* têm mais do que uma “função fática” no WhatsApp – em que a frequência do contato importa mais que a qualidade do conteúdo (ver Duque, 2022) – na manutenção de conversas em grupos *online*. Os *pets* contribuem para a transição das interações nos ambientes públicos e de forma *offline* para o contato nos espaços privados e de maneira *online*. Os casos também lançam luz para a natureza da relação dos tutores com os animais de estimação, muitas vezes evocando aspectos da “parentalidade” (como a responsabilidade por cuidar, educar, proteger), indicando a tendência à antropomorfização e aos altos níveis de apego emocional aos animais.

#### 5.4 O *pet* enquanto um marcador social

Ao longo deste capítulo, apresentei casos que possibilitam a discussão dos *pets* constituírem um marcador que diferencia os tutores dos demais moradores do condomínio, consistindo em um “princípio organizador” das pessoas que ali vivem. Assim como observado por Robins et al. (1991) em sua investigação qualitativa, os animais de estimação fazem dos participantes desta pesquisa uma “unidade social”. Os autores afirmam:

Os cães, portanto, podem proporcionar aos humanos mais companhia do que apenas a sua própria presença. Eles também são um antídoto para o anonimato humano nos espaços públicos da nossa sociedade contemporânea. Os cães facilitam o contato, a confiança, a conversa e a união entre pessoas anteriormente desconhecidas que, de outra forma, poderiam continuar assim (Robins et al., 1991, p. 23, tradução nossa<sup>129</sup>).

Apesar das diferenças entre os contextos de pesquisa — os autores enfocam em um parque público, com pessoas de várias partes da cidade, enquanto essa etnografia explora o *pet place*, frequentado apenas por moradores — podemos traçar um paralelo e avançar ao trazer o elemento da digitalidade para a discussão. Aqui, além de romper com a “inatenção civil” (Goffman, 1971), e gradualmente estabelecer uma unidade social (Robins et al., 1991), os vínculos transbordaram para o *online* onde se formou uma comunidade para articulação de necessidades específicas, mostrando que os *pets* distinguem seus donos em relação aos

---

<sup>129</sup> Onde se lê:

Dogs, then, can provide more companionship for humans than merely their own company. They are also an antidote for the human anonymity of the public places of our contemporary society. Dogs facilitate contact, confidence, conversation, and confederation among previously unacquainted persons who might otherwise remain that way (Robins et al., 1991, p. 23).

demais moradores. Ou seja, os animais conferem tanto identidade aos tutores como “pais” e “mães” de *pet* (reiterando o crescente antropomorfismo), como identidade de grupo a eles, funcionando como um dos “princípios ordenadores” das relações no condomínio (ver **subitem 3.4.1**). Esses donos têm coisas em comum para conversar e motivações para defender a manutenção da infraestrutura do condomínio. Eles se articulam por meio de espaço *online* exclusivo, trocando informações sobre produtos e serviços veterinários, pedindo ajuda em emergências, organizando vaquinhas para cuidados com animais. Isto é, o digital emerge como um espaço primordial de articulação, que organiza tanto as práticas de cuidado com os animais quanto as interações físicas e *online* entre os residentes. Além do grupo exclusivo de WhatsApp, o gramado, a “rede de apoio” e as ações de solidariedade em prol dos animais de rua e do condomínio promovem um ambiente favorável aos *pet* e seus donos e conforma uma identidade *pet friendly* ao condomínio.

## 5.5 Considerações finais do capítulo

Os argumentos apresentados neste estudo são, em muitos aspectos, muito diferentes da trajetória geral dos debates acadêmicos sobre a relação dos humanos com os animais de estimação e com o digital. Conforme argumentei no início do capítulo, uma das principais tendências teóricas tem sido o pós-humanismo, sendo Haraway (2003) uma fonte particularmente influente. No entanto, me anoro na etnografia para retornar aos contextos mais mundanos do que acontece no cotidiano.

As evidências não favorecem uma mudança empírica em direção à perspectiva pós-humanista. As pessoas neste condomínio podem até tentar ocasionalmente ver o mundo através dos olhos e experiências de seus animais, porém, o que prevalece é algo bastante diferente e mais próximo das próprias aspirações do humanismo: um antropomorfismo extensivo que trata os animais cada vez mais como se fossem pessoas. Isso não se trata realmente de misturar genes e borrar fronteiras entre espécies, como a corrente pós-humanista propõe, o que não desconsidera a agência dos animais de estimação nas relações. Mas comunica os valores de seus tutores e sobre o que significa ser humano. Por exemplo, as demandas de tempo e orçamento relacionadas a um animal de estimação surgem não apenas como consequência de sua dependência de necessidades básicas, como comer, passear ou fazer suas necessidades. O surgimento dessa “sensibilidade antropomórfica” (Miller, 2024) que associa cuidado a consumo (Gaedtke, 2017) torna-se explícita em eventos como festas de aniversário para *pets*, na forma como os animais influenciam as escolhas habitacionais dos

moradores (às vezes abrindo mão do conforto espacial no apartamento para priorizar áreas destinadas aos animais), e como uma *pet sitter* tornou-se o equivalente essencial a uma babá. Isto é, novos produtos e serviços relacionadas aos *pets* emergem como necessidades importantes de tempos em tempos. Tutores compartilham seu tempo e espaço com espécies que humanizam progressivamente, e isso tende a impactar nas escolhas pessoais como onde e como viver, decisões de não sair de férias e até mesmo de não migrar deste condomínio.

Além disso, o que outros estudiosos discutiram sob um único ângulo, eu situo em uma rede mais ampla de relações – um condomínio residencial, que é como cada vez mais pessoas vivem suas vidas. Os componentes materiais, sociais e políticos do Residencial dos Ipês configuram práticas e significados que instituem uma forma específica de viver coletivamente neste condomínio. O componente material que se manifesta em uma infraestrutura adaptada — o gramado — e produz um ambiente físico que reconhece os *pets* como parte integrante da vida comunitária do lugar. O componente social são as interações cotidianas entre moradores que passaram a compartilhar práticas de cuidado, normas de convivência e de sociabilidade, triangulando as pessoas e o digital. Os *pets* são mediadores desses vínculos, catalisando encontros e conflitos, e isso tem um impacto na dinâmica social condominial. O componente político é o engajamento e apoio à “causa animal” que emerge como um valor compartilhado, projetado uma identidade específica (*pet friendly*), em linha com a crescente atenção dada aos animais em ambientes tradicionalmente dominados pelos seres humanos, comunicando valores e uma moralidade “mais que humana” em emergência.

Especialmente por meio do grupo *online* exclusivo, os residentes compartilham informações e participam de campanhas, ajudam animais resgatados a encontrar um novo lar, debatem sobre a infraestrutura do condomínio, encontram pertencimento, apoio e um espaço para exercer seu ativismo em favor da “causa animal” (focada em cães e gatos). Os animais domésticos e de rua são objeto de afeto e de política de uma comunidade engajada na causa dos *pets* e em suas demandas por um local para que eles possam brincar com segurança, socializar com outros cães e ter uma rede de cuidado e proteção. Por meio desse fórum digital, sua rede de apoio e vínculo comunitário se fortalece, o movimento no condomínio em favor deles ganha consistência e a “causa animal” (no sentido dos direitos de cães e gatos) obtém mais apoiadores.

Um dos principais interesses das ciências sociais é refletir sobre a natureza do que entendemos por humano. Isso implica um interesse particular pelos limites que ajudam a constituir nossa ideia de ser humano e torna o papel triangular que os animais de estimação desempenham entre as pessoas e o digital especialmente relevante. Por um lado, vemos uma

extensão de nossa humanidade por meio do antropomorfismo dos animais, que as pessoas podem tratar tão bem ou melhor do que outras pessoas, e que demonstra o tipo de cuidado que anteriormente seria restrito a seres humanos. Ao mesmo tempo, essas próprias pessoas estão sendo estendidas para um ambiente *online*, onde existem por meio de publicações e plataformas de mídia social, com uma certa circularidade, já que os próprios animais de estimação se tornam um fenômeno *online*. Essa transição foi marcada por um aprofundamento da proximidade interpessoal, permitindo que tutores e simpatizantes adentrassem os lares e as vidas uns dos outros, catalisando o sentimento de pertencimento a uma comunidade e a uma cidade. O capítulo discutiu como animais de estimação, especialmente cães, facilitaram a transição da interação presencial para a *online*, e dos espaços comuns para a intimidade do interior dos lares de seus tutores e simpatizantes, de modo que tanto os *pets* quanto o digital lançam igualmente nova luz sobre a experiência de moradia neste condomínio e sobre o que marca as humanidades na era digital.

## CAPÍTULO 6

### OS VÍNCULOS DE AMIZADE DA TURMA

De hora em hora, todos os dias da semana, as badaladas do sino da igreja ao lado demarcam a passagem do tempo e cadenciam o cotidiano no Residencial dos Ipês. Os toques metálicos se misturam às atividades dos moradores, visitantes e trabalhadores do condomínio. Muitas vezes, eles se encontram ouvindo um áudio no WhatsApp, falando ao telefone, elaborando um projeto, resolvendo uma questão de prova de concurso público, assistindo televisão, dormindo, meditando, cuidando do animal de estimação, gravando um vídeo, fazendo faxina. Um, dois, três, quatro, cinco. As badaladas invadem e modulam a paisagem sonora do Residencial dos Ipês. Junto delas, se misturam os sons das escolas e universidades que ficam nas imediações do condomínio. Estudantes do ensino fundamental, médio e superior riem, conversam e combinam festas e eventos sociais no estacionamento das instituições educacionais. Em alguns fins de semana, esses locais também são destinados à realização de concursos públicos, inundando os arredores do condomínio de carros e de brasileiros de várias partes da cidade e do país.

Do lado de dentro da cerca, os sons da redondeza se misturam aos ruídos dos moradores do Residencial dos Ipês: os alto-falantes dos carros que entram na garagem do condomínio; os gritos de gol na janela virada para a área de convivência; um cantor que ensaia seu repertório de voz e violão todo sábado à tarde, sentado em um dos bancos da área comum, próximo ao *boulevard*. Às terças, após as 11 horas da noite, o som da TV do vizinho atravessa as finas paredes de gesso e informa aos demais “quem saiu no paredão” no Big Brother Brasil<sup>130</sup>. A discussão conjugal, os comandos do jogador de videogame, a “festinha” que vai até de madrugada também vazam pelas frestas. A polifonia mostra que o cotidiano é feito de repetição e regularidade. É no acúmulo dos acontecimentos diários que a vida acontece no Residencial dos Ipês.

Além das relações estabelecidas pelos animais de estimação, em triangulação com o digital, outras formas de interação emergem nesse espaço coletivo de moradia. São encontros físicos que acontecem casualmente e que pouco a pouco, com o estreitamento dos vínculos, se transformam em rituais de sociabilidade entre uma *turma* de moradores. Nesse capítulo, exploro como os usos e apropriações do digital para a viabilização de eventos que se tornaram parte das rotinas e redefinem os limites do condomínio e das quitinetes. Para isso, adoto a proposição relacional do condomínio ancorada em estudos realizados em diferentes

<sup>130</sup> Franquia de *reality show* produzido pela TV Globo anualmente desde 2002.

épocas e contextos sobre a qualificação de espaços a partir de arranjos e processos específicos. Dialogo com o que propõem Vogel e Mello (1985) no clássico *Quando a rua vira casa*, sobre os usos do espaço público no Rio de Janeiro, na década de 1979. Os autores sublinham como as tradicionais homologias casa/rua, masculino/feminino, público/privado, formal/informal, visível/invisível, dentro/fora podem se reorganizar com a apropriação de ambientes, alterando lógicas sem transformar fundamentalmente os espaços. Também corro ao que propõe Jenkins (2002), a partir dos estudos de Latour (1999), em estudo realizado na França sobre a permeabilidade dos edifícios. Os prédios, segundo Jenkins (2002), integram uma rede de relações com os espaços cercados, os espaços por ele delimitados, as pessoas que deles fazem uso e as tecnologias que os atravessam. Ou seja, “o edifício torna-se um lugar onde diversos vínculos materiais e imateriais se encontram em um nó de relações, cuja durabilidade é, ao mesmo tempo, relativa e negociada” (2002, p. 232, tradução nossa<sup>131</sup>). Também Moura (2012) propõe pensar os condomínios como um entrelaçamento de projetos<sup>132</sup>, sugerindo a plasticidade dessas composições urbanas. Em linha com essas abordagens relacionais, penso a manipulação espacial das quitinetes, do condomínio e da rua a partir dos arranjos entre o digital e o social, elementos que atravessam e reorganizam os limites do Residencial dos Ipês. Essa discussão se soma ao que foi elaborado previamente no **capítulo 3**, sobre como as relações entre vizinhos, apoiada na conectividade digital, constitui uma “composição” portátil, móvel e conectada.

A segunda proposição analítica do capítulo é compreender como o digital é incorporado e modula o constante investimento nas relações entre vizinhos, contribuindo para o sentimento de pertencimento. São laços mais ou menos fortes (Granovetter, 1973) que se estabelecem em um espaço temporal e conformam uma comunidade com aspectos infraestruturais. Aqui é especialmente relevante a noção de “pessoas como infraestrutura” de Simone (2004), desenvolvida no contexto de Joanesburgo, África do Sul, sobre a importância das conexões sociais para a reprodução da vida de atores desprovidos de recursos financeiros e materiais. Simone (2004) enfatiza a colaboração como plataforma para as várias operações da vida diária. Sob essa perspectiva de solidariedade, examino como a densa teia de relações do condomínio torna-se especialmente relevante para a provisão de suporte emocional e

<sup>131</sup> Onde se lê: “The building becomes a place where a number of material and immaterial links meet in a node of relations, whose durability is both relative and negotiated” (Jenkins, 2002, p. 232).

<sup>132</sup> A autora diz:

Os condomínios, então, reúnem todos esses níveis de projetos, individuais ou coletivos, econômicos, profissionais, familiares ou íntimos, que encontram ou não suas realizações plenas e vão se moldando e modificando a partir do momento em que se encontram uns com os outros nas interações entre as pessoas (Moura, 2012, p. 188).

material. Em outras palavras, as relações de proximidade e intimidade entre os vizinhos, tendo o digital como suporte, fazem da *turma* uma rede importante para a navegação no cotidiano.

Cabe destacar que o Residencial dos Ipês contrasta o “mundo dos condomínios” estudado por Moura (2012) em Goiânia. Vendidos no mercado imobiliário sob os ideais de sociabilidade de pessoas com valores mais ou menos compartilhados, os espaços fechados implicariam em certa homogeneidade entre os moradores desses “paraísos”, formando uma “comunidade imaginada” (Moura, 2012). A autora enfatiza a expectativa de que o encerramento com cercas e muros desses “guetos voluntários” confira a purificação moral, a segurança física e a preservação do *status* do morador de condomínio. Todavia, Moura (2012) aponta ambivalências e desvios entre os moradores, ainda que os mesmos tenham uma visão individual de “paraíso”. No Residencial dos Ipês, por sua vez, não há uma expectativa de preservação do *status* de “morador de condomínio” ou de compartilhamento de valores e referenciais simbólicos de classe. Ou seja, como parte das camadas médias urbanas brasileiras (Velho, 1989), eles apresentam aspirações, profissões, hábitos de consumo e dos momentos de vida bastante diversos e heterogêneos. Contudo, assim como muitos outros condomínios brasileiros, não é apenas o bom senso ou os valores de classe que selam “convenção coletiva tácita” (Mayol, 1998) entre os vizinhos, mas a convenção coletiva escrita e o regimento interno, instrumentos que visam normatizar a convivência e acomodar os interesses conjuntos e individuais.

Assim, embora o Residencial não subscreva a uma moralidade vinculada a ideais de classe como nos condomínios estudados por Moura (2012), ele está sujeito aos mecanismos que reivindicam comportamentos específicos, demanda a aderência em termos de valores por seus moradores e acaba por promover ideias particulares de vizinhança e de gestão administrativa. Nesse sentido, penso o que é apropriado e adequado nas relações de vizinhança, qual a normatividade social e como ela circula no Residencial dos Ipês. Passemos às evidências etnográficas de como as práticas *on* e *offline*, constituem o cotidiano, os vínculos afetivos e o condomínio em suas diferentes dimensões.

## 6.1 Quermesse na Igreja

Além das badaladas dos sinos que cadenciam a vida das pessoas, a igreja ao lado do condomínio também integra práticas de sociabilidade dos moradores. Clara, uma das interlocutoras, participa da paróquia e explica que os ajudou muito com seu conhecimento

sobre redes sociais, cuidando da transmissão das missas durante a pandemia de Covid-19. Depois, quando voltou ao trabalho presencial, sua semana ficou agitada, fazendo com que tivesse menos tempo para se dedicar às atividades religiosas. Ainda assim, ela continuou contribuindo para a divulgação dos eventos da paróquia, compartilhando-os nos grupos do condomínio no WhatsApp. Refeições especiais para arrecadar fundos para a construção ou reforma de alguma parte do templo, a festa da padroeira, a “quermesse” para a compra de um novo equipamento de som, a festa junina realizada anualmente. Os eventos são muitos ao longo do ano e Clara sempre compartilha as peças de comunicação (um *flyer* digital) no grupo de Vendas e no de Conversa, ajudando a paróquia a alcançar mais pessoas. Mas além de promover os eventos da Igreja, ela indiretamente contribui para a socialização de um grupo de moradores.

No condomínio, por sua vez, as pessoas podem ser ou não ser católicas, ou religiosas, mas para além da fé, os eventos adquirem um sentido prático nas vidas dos moradores. Devido às restrições da cozinha e dos hábitos alimentares, discutidas no [capítulo 4](#), a venda de refeições na Igreja significa que naquele dia, o morador não precisará cozinhar no fogão elétrico de duas bocas ou pedir *delivery*, pois a refeição estará pronta bem próxima de casa e a um valor acessível. As estratégias para alimentação cotidiana englobam o que estará disponível a poucos passos de casa. Nos meses de junho, julho e agosto, o menu é temático com comidas típicas de festa junina<sup>133</sup>. Caldo, galinhada, arroz carreteiro, cachorro-quente, pastel, canjica, pamonha e bolo fazem as noites dos moradores. O outro aspecto relevante desses eventos é que a Igreja proporciona um espaço alternativo de congregação para a *turma*, o grupo de vizinhos mais próximo que se articula no grupo de Conversa e no grupo dos donos de *Pet*.

Em uma das ocasiões, à época da celebração da padroeira da paróquia, um integrante pergunta no grupo dos donos de *Pet* quem vai à festa na Igreja, e Bruno respondeu: “Todo mundo vai. Às 19h”, reforçando os combinados feitos presencialmente na área comum do condomínio. Também é por meio do grupo que os membros articulam quem vai poder guardar mesas e cadeiras no festejo para o restante deles, que só chegará mais tarde. No dia seguinte, no horário combinado, os vizinhos se reúnem na portaria do condomínio para irem juntos ao evento. Lá, eles conversam, comem, dançam, tiram *selfies* e fazem vídeos juntos como um grupo de amigos que são. Outros moradores que não têm o mesmo nível de intimidade se sentam em lugares diferentes, perto ou longe da *turma*, e interagem brevemente

---

<sup>133</sup> Festividade brasileira que ocorre nos meses de junho e homenageia São João, São Pedro e Santo Antônio.

com alguns dos vizinhos que conhecem. Nessas ocasiões, a Igreja deixa de ser apenas um templo religioso, torna-se uma extensão da área comum do Residencial dos Ipês.

Nos grupos de WhatsApp se desdobram as interações iniciadas nos eventos da Igreja, reiterando o entrelaçamento das dimensões *online* e *offline* do condomínio. Os vizinhos compartilham fotos e vídeos da congregação (mostrando quem foi e quem não foi), encomendam lanches para aqueles que não puderam estar presentes, reclamam do barulho dos fogos de artifício que assusta aos animais de estimação, informam se já chegou a hora da “xepa” (quando a Igreja começa a baixar o preço dos alimentos para vender o excedente e finalizar a festa sem sobras). As interações físicas são determinantes para as conversas que eles terão *online*. Assim como as quermesses da Igreja, outras congregações da *turma* como serestas e eventos benéficos que ocorrem fora do Residencial dos Ipês são estruturados com e no WhatsApp. Nesses casos, dois processos simbólicos acontecem simultaneamente. O *smartphone* torna o condomínio portátil e transportável, assim como sugerem Miller et al. (2021) ao sublinhar o dispositivo como um lar alternativo em que vivemos, com aspectos de mobilidade. Por meio do fórum *online* ocorre o que Dixon (2017) conceitua como ancoragem, ao vincular simbolicamente as pessoas da *turma* e seus afetos ao local de moradia. Por meio do WhatsApp, incorporado ao *smartphone*, ocorre um duplo processo de enraizamento das pessoas e de mobilidade da composição. E na medida em que corpo social se apropria de espaços como a Igreja, imbuídos das tecnologias, acontece um alargamento simbólico das fronteiras dessa “composição”. Vejamos outros exemplos de como a reorganização dos limites do condomínio acontece.

## 6.2 Happy hours

A *turma* é uma categoria nativa para tratar do grupo de vizinhos que se formou organicamente a partir dos encontros nas áreas comuns do condomínio, como explorei no **item 1.2**. Das tardes de “prosa” entre estabelecidos e recém-chegados, com ou sem os seus animais de estimação, surgiu a ideia de fazer um “lanche comunitário” para integrar os moradores do Residencial dos Ipês. Tânia preparou uma peça digital a ser compartilhada semanalmente nos grupos de Vendas e o “grupo dos cachorros” (o dos donos de *Pet*), com os dizeres: “Nas quartas-feiras nos reunimos a partir das 18h30. Venha interagir, se divertir e conhecer seus vizinhos. Fiquem à vontade pra trazer comes e bebes. Esperamos por você!”. As primeiras reuniões passaram a ocorrer em maio de 2023, quando um grupo de cinco ou seis moradores aparecia trazendo um acepipe e a própria bebida. Alguns vizinhos mais

extrovertidos passavam na área comum, perguntavam o que a *turma* estava fazendo e eram convidados a se juntarem a eles, se não imediatamente, pelo menos na próxima vez, a quarta-feira seguinte.

Os encontros da *turma* passaram a ocorrer no lugar que chamei de edícula, muito embora o lugar seja mais simples e modesto do que a palavra sugere. Consiste em um espaço coberto com grande mesa de madeira e dois longos bancos também de madeira. Tem caráter coletivo no condomínio, mas é um espaço privado em relação à cidade. No limiar entre a rua e as quitinetes, a edícula faz a passagem do espaço público para a intimidade dos lares. Por isso, ora assume aspectos da casa, ora da rua, a depender do momento e do dia da semana. Na parte da manhã, muitas pessoas permanecem ali a esperar um transporte para ir ao trabalho ou à universidade: uma carona, motorista de aplicativo, taxi ou moto. Fazem da edícula um espaço de preparação para as ações do dia, direcionadas para fora do condomínio, ou ainda o que DaMatta (1997) chama de “espaço arruado”, isto é, “como se fosse” rua por consistir em um espaço de transição entre o interior e o exterior do Residencial dos Ipês. À noite, especialmente às quartas-feiras, quando a *turma* se reúne na edícula, ela se torna o “palco” das interações sociais.

Com o tempo, o encontro se estabeleceu na rotina do condomínio. As proporções também aumentaram: o encontro passou a ser chamado de *reunião* ou *happy hour* e o número de participantes saltou para o intervalo de 10 a 15 pessoas, com uma alternância deles a depender dos compromissos da semana. Em algumas ocasiões especiais, como aniversários, véspera de Natal, despedidas de moradores, ou ainda em épocas de intensificação da disputa política interna (discutida no [capítulo 7](#)), o encontro pode chegar a reunir entre 20 e 25 pessoas. Quando por ventura emergem os desentendimentos, alguns vizinhos deixam de participar momentânea ou indefinidamente. Ou seja, a *turma* tem um caráter elástico e os encontros físicos refletem a maleabilidade dos laços fortes e fracos (Granovetter, 1973) estabelecidos no Residencial dos Ipês. Além de alguns dos interlocutores que não tiveram suas histórias de vida apresentadas na tese, participantes como Tânia, Armando, Bruno, Natália, Jéssica, Sônia, André, Amanda, Claudete, Jane e Rosa foram frequentes pelo menos por um tempo no encontro. Outros menos frequentes, como Joana, Roberto, Bárbara, Gustavo, Jorge, a síndica Cláudia, também estiveram presentes das reuniões. Por vezes, os *happy hours* ainda contam com amigos de moradores. Assim, a *turma* é situacional, se estabelece a partir de combinações particulares, em que diferentes gerações de moradores se integram e, às vezes, rompem com ela (como mencionei no [item 3.5](#)).

Os quitutes da quarta-feira passaram a ser mais elaborados (Figura 47). Caldo de frango, caldo verde, macarronada, lasanha, cachorro-quente, canjica, churrasco, salgadinhos comprados na padaria, patê com bisnaguinhas, salame e amendoim, tábua de queijos, bolo com cobertura. As bebidas também foram incrementadas. Além de refrescos não alcoólicos e do vinho, moradores passaram a trazer uísque, gim, licor, cerveja, vermute, acompanhados de água de coco e gelo.

**Figura 47: Happy Hours da turma às quartas-feiras**



Fonte: Elaboração própria (2023).

Os vizinhos levam talheres, copos, toalhas de mesa, louças e eletrodomésticos de casa, como um fogareiro elétrico, churrasqueira, *airfryer*, *cooler* e caixa de som para

ambientar o lugar, indicando o quanto à vontade e relaxados ficam ao compartilharem suas coisas e, em última instância, sua intimidade. Se durante o dia a rotina dos indivíduos é bastante intensa, à noite, nas congregações semanais, é quando eles se tornam pessoas e integram a *turma*, fazem parte da “galera do condomínio” (outra categoria nativa que faz referência a este grupo). Esta transição dos indivíduos para as pessoas advém de DaMatta (1997) que muito bem distingue o sujeito no domínio da “rua”, no qual vigora a impessoalidade, a burocracia e o isolamento; da “casa”, onde se é alguém pelos laços de sangue ou vínculos de simpatia. Sob essa perspectiva, a *turma* confere movimento e vitalidade à composição urbana ao fazer do espaço comum um lugar de congregação, partilha e conversa, é a “alma do condomínio”. Ao mesmo tempo, o grupo traz senso de pertencimento e de comunidade a quem dela participa, estabelecendo a identidade do condomínio como lugar acolhedor (como discuto no próximo item). Reforço que a integração no grupo não depende do tempo de moradia no Residencial dos Ipês, a antiguidade não tem tanta relevância como em outros contextos (Elias, 2000 [1965]). Conta mais a disposição para interagir com o grupo de vizinhos, a observação ao “decoro” (Mayol, 1998) e a simpatia dos membros-chave (ver [capítulo 1.2](#)).

Ainda que seja de uso comum, a frequência constante da *turma* fez da edícula o que Vogel e Mello (1985) chamam de “ponto”, isto é, o grupo a reconfigurou como seu espaço de sociabilidade por excelência. Eles fazem da área coletiva um espaço doméstico de forma que significa, temporariamente, a extensão de suas casas. A tornam varanda, sala de estar ou quintal das quitinetes. Neste processo, há a recombinação dos domínios da casa e da rua, em que a edícula, antes “arruada”, torna-se domesticada. É onde os moradores ficam à vontade. Nessas ocasiões, os grupos de WhatsApp (seja o de Pet ou o de Conversa) são estruturadores dos encontros ao conferir ritmo e viabilizar a realização das congregações. Novamente podemos associar os usos dos grupos *online* ao processo de “ancoragem” proposta por Dixon (2017), dado que fixam pessoas, afetos e eventos a essa localidade. Ou seja, são articuladores e suporte dos *happy hours* realizados semanalmente na edícula. Em outras palavras, funcionam como o centro de organização e promoção de engajamento dos encontros. É lá que os moradores lembram uns aos outros do compromisso, planejam o que vão levar, organizam a comemoração de aniversários, pedem para os vizinhos descerem com coisas de última hora (guardanapo, concha, mais talheres e copos), compartilham fotos da congregação (mostrando quem está presente e o que estão comendo e bebendo) e também reclamam do barulho e do lixo deixado ao final da noite. Os grupos no WhatsApp serve à reafirmação do “decoro” (Mayol, 1998), como quando Amanda reiterou a convenção tácita do encontro:

Todos aqui sabem da importância e significado do nosso encontro semanal. Além das trocas ricas, atividades e música boa, nós usamos comidas e bebidas como forma de afeto e aspecto facilitador pro conforto desse momento. Sabemos bem que nem todo mundo tem tempo suficiente pra preparar algum aperitivo ou sair pra comprar. Então, pra que possamos continuar desfrutando desse momento de forma justa e colaborativa, preparei uma listinha com ideias práticas que facilitem a contribuição [...] (Amanda, 2023).

Além de ser inadequado chegar de “mãos abanando”, participar da reunião sem contribuir com os comes e bebes é percebido como injusto. Regras como essas circulam *on* e *offline*. Isto é, nos encontros físicos as regras da congregação e dos valores da *turma* também são reiterados. Por exemplo, estabeleceu-se ser proibido falar em política, seja em âmbito nacional, distrital ou doméstico (a política do condomínio) nos *happy hours*. Pude confirmar essa regra, que emergiu de forma orgânica entre os moradores, ao presenciar um acontecimento emblemático. Em um dos encontros, Gustavo levantou a pauta da legalização do porte de armas para a população brasileira, em referência às discussões que estavam acontecendo em âmbito nacional. Ele foi logo confrontado por dois interlocutores em alto em bom som de que eles não teriam esse tipo de debate ali no *happy hour*. À época do campo, a acentuada polarização no país e no mundo atravessava as conversas mais diversas, demandando uma clara e rápida expressão das posições ideológicas das pessoas. A sociedade brasileira encontrava-se partida entre bolsonaristas e petistas<sup>134</sup>. No condomínio, as diferenças ideológicas entre os moradores já eram sabidas ou, pelo menos, imaginadas dada as expressões projetadas e emitidas em interações *offline* e *online*, no “palco” e “nos bastidores”, duas categorias de Goffman (2002 [1959]) que definem modos de expressão pessoal (calculada, quando no palco, ou espontânea, quando no bastidor). Nesse sentido, a conversa iniciada por Gustavo, um bolsonarista, e retrucada por dois moradores petistas, quebrou a convenção da *turma*. Havia grandes chances da conversa desandar para uma discussão acirrada que acabaria gerando um clima desagradável e provocar inimizades.

O episódio banal demonstrou como a etiqueta e o decoro sobre o que é adequado em uma vizinhança é estabelecido, aprendido e/ou reiterado aos participantes, sejam eles os atores envolvidos na discussão, ou os demais vizinhos que participavam do *happy hour* e assistiam ao embate. Em outras ocasiões, moradores comentaram discretamente que “aqui

---

<sup>134</sup> Embora sejam tratadas como homólogas, as nomenclaturas não são equivalentes. O bolsonarismo deriva do nome de seu líder, Jair Messias Bolsonaro, enquanto o petismo é um desdobramento do Partido dos Trabalhadores, cujo líder político é Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, ambos os movimentos políticos estão vinculados às personalidades de seus líderes populistas, com narrativas bastante características, estando o bolsonarismo à direita no espectro político, e o petismo à esquerda.

não se fala sobre o condomínio”, indicando que a mesma regra valia para a política interna envolvendo o posto de síndico, analisada adiante. O episódio também contribuiu para expressar os vínculos estreitos e o caráter “familiar” e íntimo da *turma*. Um tópico divisivo como a política, seja ela no âmbito nacional ou no nível doméstico (o condomínio), não é aceitável em um círculo social como o desses vizinhos que opera sob o domínio da “casa” (DaMatta, 1997), com ampla valorização dos laços de amizade. Isto porque, como enfatiza DaMatta, 1997 (p. 55), “[...] na casa as contradições devem ser banidas, sob pena de causarem um intolerável mal-estar”. Assim, apesar das discordâncias ideológicas, esses vizinhos da *turma* estabeleceram regras que os permite conviver com harmonia e confraternizar constantemente.

Ao comentar sobre os encontros semanais entre vizinhos com colegas de fora do condomínio, percebi um estranhamento. A recorrência semanal da congregação e o nível de proximidade entre vizinhos pode soar estranho até para brasileiros que costumam operar sob o signo do “calor humano” (discutido no **subitem 3.1.1**). As motivações para o investimento na rede de relações do condomínio são várias, e como mencionei em outros momentos da tese, atribuo, entre outras coisas, ao espaço compacto da quitinete e à moradia individual. Assim como me explicou o interlocutor Fernando, “quando a gente vai para um lugar reduzido [a quitinete], a área externa do edifício acaba se tornando um complemento do apartamento”. Ou seja, as congregações periódicas, sejam na área comum do condomínio, às quartas na edícula ou na Igreja em frente, contribuem para expandir as fronteiras da compacta quitinete e reorganizar os limites do Residencial dos Ipês.

Mesmo o condomínio sendo um local com aspecto transitório para muitos que ali vivem, conforme discuti no **item 4.2**, o *happy hour* tornou-se uma característica daquele grupo de moradores e consistiu em um ponto de virada para a *turma*. A intimidade construída de forma híbrida, por meio das tardes na área comum, dos encontros na Igreja, dos *happy hour* às quartas-feiras, e nas interações *online*, impulsionou a criação de um novo grupo no WhatsApp que chamei de “Conversa”. O conteúdo desse grupo é frequentemente replicado no grupo dos “Donos e simpatizantes de *pets*”, criando uma espécie de justaposição entre eles.

### 6.3 A grande família

No grupo de Conversa no WhatsApp, moradores enviam cumprimentos e felicitações nos aniversários, compartilham fotos de viagens, de novos cortes de cabelo ou de momentos

em que estão arrumados para grandes eventos. Também é onde organizam compras coletivas de alimentos, fazem planos para ir juntos a festas, reúnem doações e voluntários para eventos benéficos, verificam o estado de saúde dos seus vizinhos e compartilham conquistas pessoais, como uma promoção no emprego. O grupo de Donos e Simpatizantes de *Pets* e depois o de Conversa tornou-se o espaço onde a conversa flui de forma orgânica e informal, sob o domínio da “casa” (DaMatta, 1997), com interações e conteúdos compartilhados em uma variedade de formatos: textos, áudios, enquetes, figurinhas e memes. Populado majoritariamente por inquilinos, o grupo permite que eles estejam constantemente em contato. E quando um novo membro é adicionado, brotam mensagens de “Bem-vindo à família Residencial dos Ipês”, indicando uma intensidade dos vínculos estabelecidos interdependentemente – *on* e *offline*.

A etnografia de Marília Duque (2022) sobre envelhecimento e os usos do *smartphone* em São Paulo é útil para compreendermos o funcionamento do grupo de Conversa. Uma das instâncias de análise da autora são os grupos de WhatsApp de famílias ampliadas – aqueles que abarcam tios, primos, avós e agregados. Segundo Duque (2022), o WhatsApp proporciona convivência cotidiana da família ampliada ao promover a conexão sempre ativa (*always-on*) e a discussão de uma variedade de temas ordinários, movida principalmente pela espontaneidade, o que transforma a ausência em copresença. Assim como propõe Duque (2022), no grupo de Conversa do condomínio são compartilhados muitos conteúdos de função fática, quando importa mais a frequência do contato do que a sua qualidade. Em outras palavras, mais importante que a utilidade da informação compartilhada é a constância das trocas que nutrem os laços constituídos por meio das interações *online* e *offline*.

Esse grupo de vizinhos próximos compartilha comida, coisas, intimidade, afeto, cuidado e seu lar. E isso faz do Residencial dos Ipês uma comunidade onde “sempre tem alguém para conversar”, como Joana (ver **subitem 4.6.1**) me relatou:

O que eu acho legal daqui, de outros lugares que eu conversei com outras pessoas que moram, é porque aqui o pessoal é mais unido. Se você precisar de alguma coisa, botar no grupo [de WhatsApp], sempre tem alguém pra te ajudar. Sempre tem pessoal pra conversar lá fora [...] Eu acho que tem dia que eu não tô muito bem, eu deixo. Sempre tem alguém pra conversar lá embaixo. É verdade. Sempre tem alguém lá embaixo. Aí é mais tranquilo. Essa é a vantagem. Eu tinha até pensado em ir pra um lugar maior por causa delas. Por causa das cachorrinhas. É, mas eu acho que em um prédio ia ser bem mais complicado essa situação. Porque você acaba não conhecendo os vizinhos (Joana, 2023).

A fala da interlocutora é emblemática por enfatizar o arranjo entre o *offline* ou *online*, embasando o argumento geral desta tese que amplia a noção de condomínio e integra a

dimensão digital aos processos sociais e à edificação. Assim como Joana, outros interlocutores sublinharam a importância das interações *online* e *offline* com vizinhos como a razão pela qual eles não gostariam de se mudar do condomínio. É o caso, por exemplo, de Cristiane, uma mulher de 35 anos, recém-chegada de Roraima. Ela se mudou para o Distrito Federal para trabalhar como contadora, deixando os familiares e amigos na cidade natal, e encontrou no Residencial dos Ipês mais que um lugar de moradia, um acolhimento e senso de pertencimento:

Ah, por isso que eu acho que foi Deus que colocou aqui, pra conhecer vocês, porque muita gente, todo mundo fala, o pessoal de Brasília é muito fechado, não sei o que, e eu acho que o que mais uniu todo mundo foi o pessoal mais velho, os idosos, certo? Sim. Eu acho. Que foi uma ponte. Né? Eu acho. De juntar várias pessoas de várias idades. É verdade. Porque eu conheci primeiro o seu Bruno, lá embaixo. E depois fui conhecendo. Foi a primeira pessoa que falou comigo aqui no condomínio. Aí depois foi a Amanda lá no... E eu tava lá no... Onde fica lá os *pets*. [...] Então foi bom, assim, por isso também. Sim, porque a gente não se sentiu só, né? Acho também que, de certa forma, une também você que mora sozinha, a Cleide, a Rosa, meio que une também, né? Sim. Principalmente nós três, né? Que a gente é de fora, no caso. Assim, é bom estar sozinha, né? No nosso canto. Que a gente faz o que quer. Acorda na hora que quer. Se quiser dar o nosso prato lá, você não deixa a pilha. Mas assim, é bom a gente também, né? Conversar, socializar, na verdade (Cristiane, 2023).

Assim como Cristiane, outros moradores que chegaram a Brasília para trabalhar sublinharam a importância da *turma* para a socialização. Mas para além da falta de vínculos dos recém-chegados na cidade, a congregação com vizinhos e a participação nos grupos de WhatsApp também é importante para aqueles que vivem há muito tempo em Brasília. Morar sozinho em uma quitinete pode ser melancólico, como Bruno me revelou:

Eu acho que os nossos apartamentos aqui, com 27, 30 metros quadrados, tipo *loft*, a gente fica propenso muito à nostalgia, à solidão. Porque primeiro tu fica ou vendo televisão ou vai para a geladeira comer. Ou leitura, né? Sim. E a leitura tem... Tu fica meia hora, uma hora sentado. É incômodo a posição, essa coisa toda cansa, né? (Bruno, 2023).

A solidão nas quitinetes foi repetida por outros interlocutores durante a pesquisa de campo. No Residencial dos Ipês, especialmente por meio dos grupos de condomínio no WhatsApp e dos *happy hours*, os moradores driblam o isolamento condicionados pelas unidades compactas e contornam a ideologia materializada no condomínio projetado para ser um dormitório em uma região de prestígio do DF. Por meio dos laços de amizade, o Residencial dos Ipês se torna uma comunidade que expande as fronteiras simbólicas das quitinetes. Para além das divergências ideológicas, da heterogeneidade dos estilos de vida e da ampla faixa etária, as diferenças entre os moradores têm pouca importância para a

construção de vínculos. Natália, de 21 anos, tem grande amizade com Bruno, o aposentado de 84 anos, com quem conversa quase toda tarde, contando “causos” do dia, como ela mesma explica:

E eu me sinto muito em casa aqui porque, enfim, você sabe que os vizinhos são maravilhosos. Nunca tive problema com nenhum vizinho, pelo contrário, todos sempre me ajudam, me acolhem quando eu preciso. Então eu acho isso muito legal em um condomínio, porque acho que é difícil ter isso em outros prédios. Então eu gosto muito disso aqui, porque todo mundo é amigo, se ajuda. Até porque todo mundo mora sozinho, né? Então, tipo, é legal um ajudar o outro, um estar com o outro ali (Natália, 2023).

Além desses relatos, muitos outros interlocutores me revelaram a importância do acolhimento e as amizades construídas no Residencial dos Ipês. Os laços formados ao longo do tempo promovem a sensação de “estar em casa” e modulam o sentimento geral de conforto desses moradores em relação ao condomínio, à quitinete e à cidade. Em um contexto de moradias individuais e, muitas vezes, longe da família e dos amigos que ficaram nas cidades de origem, a grande proximidade com os vizinhos matiza esta experiência de moradia, pois estes desempenham o papel dos vínculos familiares. Os vizinhos são tidos “como se fossem” ou “parte” da família, ou ainda formam “uma grande família”<sup>135</sup>, como ouvi repetidas vezes durante o campo, demarcando a tendência à extensão dos vínculos que são próprios do domínio da casa (DaMatta, 1997) a outras esferas sociais como os vizinhos.

Um exemplo que fundamenta essa proposição é a história de Armando, um senhor de 74 anos, para quem o grupo de vizinhos próximos foi uma fonte fundamental de ajuda e suporte emocional após a perda repentina de sua esposa. Ele se mudou para o Residencial dos Ipês ao ficar viúvo, como uma moradia temporária enquanto aguardava sua mudança para Recife, onde ficaria mais perto de seus filhos, netos e sobrinhos. Sua tristeza se refletia em sua quitinete, que permaneceu desorganizada e descuidada durante os primeiros seis meses em que ali viveu. Sua melancolia e luto foram sendo superados com o apoio dos vizinhos que, pouco a pouco, se tornaram muito importantes para ele, como Armando expressou em seu aniversário comemorado na edícula junto dos vizinhos. Como uma interlocutora me relatou, essa “família próxima” de vizinhos fez com que pessoas como Armando se sentissem ouvidas e vistas, ajudando-o a “renascer”. Foram duas vizinhas que o levaram ao hospital quando ele teve um problema grave de saúde, e depois passaram a ministrar medicamentos e a cuidar dele diariamente. Até o fim da pesquisa de campo, ele ainda não havia se mudado

---

<sup>135</sup> Expressão que nomeava um programa de televisão aberta e que pode ser lida como uma metáfora do Brasil, a partir da reflexão de DaMatta sobre a tendência ao englobamento dos outros domínios pelo da casa (1997).

para Recife, razão que atribuo à proximidade com o grupo de vizinhos. Em um de muitos momentos conversando com ele na área comum, Armando me revelou:

Eu compraria esse apartamento por causa da turma que a gente tem aqui, entendeu? É, por causa dos amigos. É, eu conheci aqui. Eu acho que nenhum prédio tem esse esquema que eles já tinham criado aqui. Essa turma que conversa ali e tal. Por causa disso eu poderia comprar, entendeu? Sim. Mas não é o apartamento dos meus sonhos (Armando, 2023).

Armando era o único interlocutor que não sabia muito bem como usar o WhatsApp para enviar mensagens, conseguia apenas ler textos e ouvir áudios, mas isso não o deixava excluído da dimensão digital do Residencial dos Ipês. Além de acessar o conteúdo enviado por outros moradores, ele ligava para seus vizinhos sempre que precisava de alguma coisa e, por estar diariamente na área comum, estava por dentro dos combinados feitos via grupos de WhatsApp. A história de Armando ilumina os aspectos de amizade e cordialidade afetiva das relações entre esses vizinhos (relacionados à normatividade brasileira, como discuti anteriormente), à tipologia dos apartamentos quitinetes e ao deslocamento de suas cidades de origem. Este arranjo particular de fatores externos, além das preferências individuais, impulsionam o grande investimento da *turma* nas relações vicinais, com vínculos que se dão por meio dos encontros físicos e *online*. Para muitos, os vizinhos tornaram-se fonte de apoio, cuidado e parte de uma densa rede de relações que confere senso de comunidade e de pertencimento a um grupo e a um lugar. Se a socialização com pessoas externas pode ser complicada pela ausência de divisórias e de portas, a circulação de pessoas da *turma* nas casas uns dos outros é bastante frequente. Em muitas ocasiões os interlocutores abriram as portas de seus lares a mim e a outros vizinhos no meio da tarde, para conversar, tomar um café, esperar um compromisso, pegar alguma coisa; pela manhã, em um *brunch*, ou ao final do dia para um lanche. As pessoas da *turma* são “de casa”, exemplificando a gramática social da casa (DaMatta, 1997) que vigora neste grupo.

Outro relato do campo que expressa a provisão do suporte emocional pelos vizinhos é o de Claudete, de 69 anos, natural de Salvador. Após um incidente trágico no apartamento, a gata que havia sido adotada seis meses antes e era tida como companheira de quitinete e membro da família faleceu. A perda prematura foi um choque e a deixou profundamente abalada. Nos dias que se seguiram ao acidente fatal, Rose compartilhou fotos e falou, por textos e áudios, no grupo de WhatsApp sobre como era difícil e doloroso entrar no apartamento e lembrar da sua “filha”, a gata. Além de mensagens de apoio no grupo, alguns vizinhos foram até sua casa para lhe fazer companhia e pediram pizza, iniciativa depois

compartilhada por Claudete nos grupos de WhatsApp, agradecendo o carinho. Algum tempo depois, também por meio dos grupos *online*, Claudete contou que havia adotado outra gata, apresentou o novo *pet* aos vizinhos, compartilhou fotos e contou como pretendia chamá-la. Era um novo começo para ela como dona de *pet* e assim como compartilhou a tristeza, Claudete dividiu a alegria com seus amigos e vizinhos.

Além de funcionar como uma família ampliada tanto nas interações físicas (nos eventos da igreja e na edícula) como nas trocas digitais, a *turma* é fonte de apoio emocional para idosos como Armando, Bruno e Claudete. De modo semelhante ao que Duque (2022) discute em sua pesquisa, o WhatsApp torna o condomínio *age friendly* (“amigável à idade”, em tradução livre) para meus participantes ao transmitir informações importantes do dia a dia, como quando o elevador está fora de serviço, e de “utilidade pública”, como campanhas de vacinação na cidade. Os fóruns *online* também permitem a participação remota das atividades quando eles não podem estar fisicamente presentes, como quando Bruno estava gripado e não pôde ir ao *happy hour* e nós falamos com ele por uma ligação de vídeo. Os grupos também dão suporte às atividades *offline* com vizinhos, é por meio do WhatsApp que se combina de comer pizza, tomar um cafezinho, compartilhar um bolo, sair para jantar, participar de uma festa ou de um evento público. Particularmente para os moradores da terceira idade, os grupos de WhatsApp do condomínio são uma forma de se manterem ativos, *online* e *offline*. Os exemplos mostram que as interações em ambos os domínios têm implicações diretas para o bem-estar e a qualidade de vida desses moradores, reiterando a relevância dos usos da tecnologia digital em espaços coletivos de moradia.

#### **6.4 Considerações finais do capítulo**

O capítulo contribuiu para avançar no argumento de como a dimensão digital expande as fronteiras do condomínio ao promover a portabilidade da composição. Tanto para os encontros fora do condomínio, como nos encontros realizados na edícula, o WhatsApp é o espaço de organização e de ancoragem, articulando pessoas e seus afetos à localidade (Dixon, 2017). Ao mesmo tempo, por meio do *smartphone*, um “lar transportável” (Miller et al., 2021), esta composição urbana torna-se portátil, móvel e sempre conectada. Os grupos *online* também comunicam moralidades, estabelecendo o consentimento (Dixon, 2017) e arregimentando o “decoro” (Mayol, 1998).

Em momentos de *happy hour*, há um “englobamento” da edícula pelo domínio da casa, nos termos de DaMatta (1997). A edícula que servia de bastidor para as ações públicas,

torna-se um prolongamento da quitinete onde moradores vão interagir. O processo descontina a fluidez das fronteiras do condomínio, entre a casa e a rua, indicando que espaços são relativos e estabelecidos contextualmente (Vogel; Mello, 1985), sendo atravessados por processos e arranjos particulares (Jenkins, 2002). Neste caso, a área de convivência torna-se, toda quarta à noite, a sala de estar ou a varanda dos moradores, onde eles congregam e se sentem “em casa”. E o WhatsApp é o suporte para organização e viabilização dos encontros, além de arregimentar o “decoro” (Mayol, 1998) ao circular informação sobre o que é esperado das pessoas no encontro. Os encontros físicos, por sua vez, promovem mais proximidade, intimidade e sentimento de pertencimento a este grupo de moradores, refletindo em interações *online* mais calorosas e íntimas. Ou seja, o *on* e o *offline* se atravessam e são constitutivos.

Os usos do WhatsApp reproduzem a normatividade brasileira de mobilização dos afetos e tendência ao encurtamento das distâncias e formação de vínculos. A constante interação da *turma* estabeleceu, entre esses vizinhos próximos, uma dinâmica particular, tornando-os “como se fossem” da família uns dos outros, com comportamentos semelhantes ao de “famílias ampliadas” no WhatsApp. Os grupos *online* como o de *Pets* e de *Conversa* são uma fonte de apoio, cuidado e construção de comunidade. Com o suporte da plataforma, os moradores romperam com o individualismo e o isolamento potencialmente condicionado pelas quitinetes e encontraram uma forma de socializar e pertencer.

Com este capítulo, detalhei um segundo “princípio ordenador” (Moura, 2012) das identidades dos moradores do Residencial dos Ipês, as relações de amizade, importantes para a vida na metrópole. Particularmente para os moradores da terceira idade, o WhatsApp torna o condomínio *age friendly* ao transmitir informações e manter os idosos ativos. Os grupos viabilizam as interações *online* e são a base para a organização dos encontros físicos, como ir à quermesse da Igreja ou participar de eventos sociais. As interações têm impacto direto no bem-estar e nas formas de sociabilidade dos moradores, ressaltando os usos da tecnologia digital como uma dimensão importante da experiência em condomínios residenciais. Os grupos dão suporte a uma forma de articulação social infraestrutural (Simone, 2004) e permitem a provisão de coisas, de vínculos, de informações, de sentidos. Esses artefatos adquirem importância particular em um espaço de moradia compacto e individual, em uma cidade nova e/ou em um estágio de idade avançada, auxiliando a navegação no cotidiano.

## CAPÍTULO 7

### MANUTENÇÃO, REPARO E O POSTO DE SÍNDICO

Neste capítulo, examino como a infraestrutura condominial e os comportamentos dos moradores são condutores das disputas simbólicas e das dinâmicas políticas que impactam e organizam a vida coletiva em condomínios como o Residencial dos Ipês. Retomo o episódio narrado na [introdução](#) para dar sequência à sua análise à luz dos caminhos percorridos nesta tese. A “intervenção política” com a foto de Cláudia, impressa em um *banner*, visava chamar a atenção para a falta de manutenção na edificação, percebida como um reflexo do descaso da gestora. Mas ser síndico vai além de zelar pela edificação. Engloba cuidar do bem-estar e do dinheiro do coletivo, trabalhar pelo cumprimento de normas e requer também também conciliar afetos e vaidades. Ser síndico é ser político.

A dinâmica em torno do posto de gestor em um condomínio exige articulação e base de apoio. Cláudia tem uma base forte, é mandatária da construtora do Residencial dos Ipês, a Alicerce Construções. Todavia, o estado de degradação da propriedade fragiliza sua posição e sua destituição é vista por um grupo de moradores como um caminho para reverter o quadro. Mas promover a troca de gestor exige mobilização coletiva e essa mudança é ainda mais difícil quando existe uma dispersão dos interesses — dos proprietários que visam uma renda passiva com o aluguel das quitinetes frente aqueles que moram e prezam pelo bem-estar no dia a dia. Um novo imbróglio se coloca no horizonte. Aos inquilinos sem poder de voto, mas que fazem maioria no Residencial dos Ipês, resta assistir e comentar sobre os embates e desfrutar do que o condomínio pode lhes oferecer de melhor: uma comunidade viva, acolhedora para os *pets* e os seus donos, e de vínculos próximos, percebidos por eles como aos de “famílias ampliadas”. Em linhas gerais, essa é a trama que se desenrola no Residencial dos Ipês e que permanece em aberto. Até a finalização da tese, Cláudia continuava à frente do condomínio e um grupo de moradores brigava na justiça por sua destituição. Todavia, narrar o que observei durante a pesquisa de campo é importante para a compreensão do *digital block*.

Início este capítulo estabelecendo um breve diálogo com a literatura acadêmica sobre infraestrutura para delimitar a aplicação dessa categoria analítica que é bastante elástica e que se torna personagem dos conflitos condominiais. Em seguida, examino o engajamento dos proprietários-moradores, dos proprietários-investidores e dos inquilinos com a edificação e os impactos dos níveis de alienação à propriedade. Na sequência, faço uma reflexão sobre o posto de síndico de modo geral e sobre a gestão de Cláudia, a síndica profissional em

exercício à época do campo, em particular, para elucidar como os antagonismos e a disputa pelo poder se organizam. Descrevo os esforços da gestora pela administração do condomínio “como uma empresa”, os usos da Lista de Transmissão no WhatsApp para o envio de comunicados e os embates com os seus opositores. Por fim, apresento um dos desdobramentos dos conflitos: o surgimento da Comissão Independente de Proprietários (CIP), que visa a “recuperação” do condomínio em seus aspectos simbólicos e práticos. Concluo que o condomínio é um microcosmo privilegiado para observar como as apropriações do digital servem à articulação política, negociação de interesses e disputa simbólica que organizam a convivência coletiva.

Enquanto o capítulo anterior examinou a importância dos artefatos digitais para a organização de encontros e eventos da *turma* e o seu papel na portabilidade do condomínio e na coesão da comunidade, neste capítulo é possível notar como os mesmos artefatos se convertem em instrumentos de disputa simbólica e política, e de exercício de autoridade e poder. Como bem coloca Georg Simmel (1983), o conflito é uma das formas elementares de sociação<sup>136</sup> e parte integrante das relações. Isto é, há uma eficácia nos antagonismos que trazem vitalidade e que compõem essa forma de sociação<sup>137</sup>. Sob essa perspectiva, entendo a vizinhança como uma forma específica de vinculação, constituída de relações harmônicas e antagônicas, como discutido no [capítulo 3](#). Ou seja, as condições materiais da edificação e a disputa pelo posto de síndico desencadeiam antagonismos que conectam os moradores diante das necessidades e dos imponderáveis da vida coletiva, e essas tensões constituem um todo complexo. Nesse contexto, artefatos como o Google Reviews, a Lista de Transmissão e os

---

<sup>136</sup> Simmel (1983) entende as sociações como as formas de agrupamento primordiais em uma sociedade. Ele diz:

As formas que tomam os grupos de homens, unidos para viver uns ao lado dos outros, ou uns para os outros, ou então uns com os outros – aí está o domínio da Sociologia. Dizer a respeito dos fins econômicos, religiosos, políticos, etc., pelos quais essas sociações começam a existir, cabe a outras ciências. Então, de vez que toda sociação humana ocorre visando a tais fins, de que modo conheceremos as formas e as leis próprias da sociação? Reaproximando as sociações destinadas às mais diferentes finalidades e liberando aquilo que elas têm em comum. Desse modo, todas as diferenças apresentadas pelos fins especiais em torno dos quais as sociedades se constituem, se neutralizarão mutuamente, e a forma social será a única a sobressair. Assim, um fenômeno tal como a formação dos partidos observa-se tanto no mundo artístico como nos meios políticos, tanto na indústria como na religião. (Simmel, 1983, p. 47).

<sup>137</sup> Contrário ao senso comum, que toma o conflito como a negação da unidade, ele diz:

Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação. E de fato, os fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo – são as *causas* do conflito; este irrompe devido a essas causas. O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes (Simmel, 1983, p. 122).

grupos no WhatsApp agenciam e dão suporte à articulação dessas dinâmicas sociais, ao mesmo tempo em que reorganizam os limites da composição urbana, fazendo dela um espaço híbrido – simultaneamente físico e digital – e portátil. As apropriações desses artefatos digitais revelam diferentes concepções de responsabilidade e de engajamento com o lugar, bem como os valores e as moralidades que circulam entre os proprietários e os inquilinos. Além de promoverem a visibilidade dos confrontos e o ganho de escala ao ecoar os conflitos, essas tecnologias favorecem a conexão permanente dos envolvidos, retroalimentando as desavenças e desencadeando novas reações dentro e fora do digital.

Quem lê esta tese pode se perceber traçando alguns paralelos com a política brasileira, assim como me vi fazendo durante o campo. As linhas que costuram os embates pelo poder no cenário nacional por vezes são as que cosem as disputas por dominação no âmbito doméstico, nos levando à associação do condomínio como um laboratório de nossa sociedade. Isto porque tanto em pequena como em grande escala, exercer poder requer o cultivo de “capital simbólico”, nos termos de Bourdieu (2014 [1991]). Para o sociólogo, o capital simbólico consiste na combinação entre outros tipos de capital (cultural, social, financeiro) e o reconhecimento social, conferindo autoridade para o exercício do poder. O campo político emerge como espaço privilegiado para o exercício desse capital simbólico<sup>138</sup> (Bourdieu, 2014 [1991]), independentemente da escala em questão. De outro modo, notamos muitas práticas, valores e moralidades que circulam nessa localidade, entre o *on* e o *offline*, e que se conectam ao geral, a esfera política nacional. Ao mesmo tempo, as pessoas fazem política à sua maneira no Residencial dos Ipês, mostrando que existe uma singularidade na política condominial.

No percurso, dialogo também com Bottino (2025, p. 159) para discutir as alianças e as disputas e entender como se organiza a “vizinhança partidária” desse microcosmo. Bottino (2022; 2025) faz uma leitura cronológica das políticas internas num intervalo temporal de dez anos, fazendo de sua etnografia um estudo do próprio processo de vizinhança<sup>139</sup>. O que

<sup>138</sup> Segundo ele, “o campo político é o lugar por excelência de exercício do capital simbólico: é um lugar em que existir, ser, é ser percebido; não é um acaso se os políticos são particularmente vulneráveis ao escândalo, sendo o escândalo gerados de descrédito, e o descrédito é o inverso da acumulação do capital simbólico” (Bourdieu, 2014 [1991], pos. 247).

<sup>139</sup> Assim como pontuou Bottino (2025),

Eu poderia, sem dúvidas, atualizar essa obra, ano a ano, e o material disponível nos grupos dos quais ainda faço parte vão tornando essa pesquisa infindável. Em especial, quando tratamos desses arranjos e disputas por protagonismo, fica evidente que se trata de política, aos moldes da que vivemos na sociedade em que estamos inseridos, mas em uma escala menor. E isso se dá, em certa medida, porque a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica da ação que se exerce por sinal capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos. A realidade das relações em sociedade – isto é, a realidade social – pode ser entendida como um

proponho aqui, por sua vez, é uma interpretação dos fatos para compreender as práticas comunicativas e de produção simbólica que organizam a política condominial. Assim, esta definitivamente não é uma etnografia da política, e sim uma análise da articulação de interesses e do exercício da autoridade por meio dos artefatos digitais, que por sua vez acarretam implicações na vida coletiva.

## 7.1 A literatura sobre infraestrutura

Estabeleço interlocução com a antropologia da arquitetura para qualificar infraestrutura, por se tratar de uma categoria altamente dinâmica. Um dos marcos teóricos da subdisciplina é a produção de Susan Star (1999), *The Ethnography of infrastructure*, no qual a noção de infraestrutura vai além do convencional “sistema de substratos” de uma edificação – isto é, sistemas hidráulicos e elétricos e aos elevadores – ganhando um aspecto relacional e ecológico<sup>140</sup>. Ao analisar esse movimento epistemológico, Natalia Buier (2023) sublinha a elevação da infraestrutura, de objeto à lente analítica, em que “praticamente tudo pode ser classificado como infraestrutura” (Buier, 2023, p. 48, tradução nossa). Sendo tanto objeto como metáfora, a infraestrutura permite reinterpretar o mundo como um conjunto de relações infraestruturais (Buier, 2023, p. 48, tradução nossa). Por exemplo, já foi dito em outro momento desta etnografia como pessoas podem atuar “como infraestrutura” ao interagirem para a reprodução da vida nas cidades em meio à ausência estatal, consistindo em uma infraestrutura social (Simone, 2004). Ou seja, infraestrutura é tanto uma coisa como a relação entre as coisas, afirma Larkin (2013) em *The politics and poetics of infrastructure*<sup>141</sup>. Em meio à plasticidade do termo, o autor destaca que falar em infraestrutura passou a consistir em um “ato categórico”, que envolve a escolha dos aspectos que serão discutidos e daqueles que serão deixados de lado (Larkin, 2013, p. 330, tradução nossa).

A partir desses marcos conceituais, considero o aspecto infraestrutural que as pessoas podem assumir, como mencionado no capítulo anterior, mas categorizo infraestrutura

---

espaço de disputas, de lutas simbólicas, promovidas pelos seus atores, ou seja, os indivíduos que compõem a vida social (Bottino, 2025, p. 158).

<sup>140</sup> Em vez de definir o que é infraestrutura, a autora nos permite pensar quando algo é infraestrutura ao estruturar práticas, quais sistemas formam um arranjo infraestrutural e em que contexto temporal isso se desdobra.

<sup>141</sup> Ele define:

Infrastructures are built networks that facilitate the flow of goods, people, or ideas and allow for their exchange over space. As physical forms they shape the nature of a network, the speed and direction of its movement, its temporalities, and its vulnerability to breakdown. They comprise the architecture for circulation, literally providing the undergirding of modern societies, and they generate the ambient environment of everyday life (Larkin, 2013, p. 328).

prioritariamente como a edificação e seu conjunto de sistemas: elétrico, hidráulico, de vigilância, para conectividade digital, por exemplo. Dialogo com Stephen Graham e Nigel Thrift (2007) que pensam especialmente sobre os processos de reparo e de manutenção desses sistemas, quando fora de ordem. Para os autores, esses sistemas são “transparentes”, no sentido de estarem sempre em segundo plano, e se tornarem visíveis quando dão defeito ou apresentam problemas. É sob essa concepção, por exemplo, que examino adiante como o portão da garagem, o elevador e as infiltrações tornam-se propulsores e participantes dos embates entre vizinhos. Inevitavelmente, a infraestrutura acaba funcionando como um dos indicativos da dedicação e do trabalho do gestor em um condomínio, podendo ser propulsora de conflitos em torno da posição do síndico, como no Residencial dos Ipês.

Compreendi que os prédios tendem à entropia (Graham; Thrift, 2007), isto é, são “desobedientes” e propensos à decadência (Daniels et al., 2023). O Residencial dos Ipês, assim como todas as construções arquitetônicas, está em permanente movimento e degradação, demandando investimento e atenção para garantir o funcionamento dos sistemas. Esta noção é explorada por Stewart Brand (1994), em *How buildings learn*, sobre como as construções são dotadas de memória e de materialidade, moldando e sendo moldadas por seus usuários. Para o autor, os componentes de um prédio constituem camadas<sup>142</sup> que determinam a interação com as pessoas e as dinâmicas de transformação e deterioração. É a lógica da “função reforma a forma, perpetuamente” (Brand, 1994, p 24, tradução nossa<sup>143</sup>). Graham e Thrift (2007) agregam ao debate ao sublinhar que a decomposição e as falhas são constitutivas de edificações e de sistemas (de elevador e de garagem, por exemplo), embora eles estejam sob o paradigma da estabilidade, da ordem e da homogeneidade. De outra forma, existe uma expectativa social de que sistemas e materialidades funcionem plena e constantemente, ainda que as falhas e a decadência sejam estruturantes de suas naturezas.

Nesse sentido, o estado de conservação da infraestrutura manifestam uma agência na vida das pessoas que vivem, trabalham, administram, visitam e investem no Residencial dos Ipês. E os processos de reparo e manutenção impactam diretamente nas rotinas do condomínio. É também o que destaca Maria Şalaru (2025) em *An Anthropology of Architectural Transformation*, ao realiza etnografia na Romênia, em um condomínio de

<sup>142</sup> Ele diz:

O edifício interage com os indivíduos no nível das Coisas; com a organização dos inquilinos (ou família) no nível do Plano de espaço; com o proprietário por meio dos Serviços (e dos níveis mais lentos), que precisam ser mantidos; com o público por meio da Fachada e da entrada; e com toda a comunidade por meio de decisões da cidade ou do município sobre a área ocupada e o volume da Estrutura, bem como sobre as restrições do Terreno (Brand, 1994, p. 66, tradução nossa).

<sup>143</sup> Onde se lê: “function reforms form, perpetually” (Brand, 1994, p 24).

apartamentos construído em 1974, em meio ao regime socialista. A antropóloga analisa como “[...] um edifício está sempre realizando o trabalho de manter unido ou de separar [pessoas e coisas], por meio da manutenção e do reparo” (Şalaru, 2025, p. 5, tradução nossa<sup>144</sup>). Ou seja, a infraestrutura é um personagem que estabelece relações, organiza processos, produz sentido e resulta em impactos materiais, assim como o que observo no Residencial dos Ipês. Şalaru (2025) explora como os moradores se engajam e promovem transformações em diferentes escalas do condomínio (do apartamento à vizinhança e à infraestrutura da cidade), e como isto se reflete nas relações dos indivíduos com o regime pós-socialista. A autora pensa de que forma a infraestrutura do prédio — algo tomado como dado — na verdade, está entremeada às condições de vida e relações sociais dos moradores, que se veem forçados a cooperar entre si para garantir sua manutenção<sup>145</sup>.

Nesta pesquisa, assim como na investigação de Şalaru (2025), a infraestrutura é personagem e tanto divide como une os moradores em *clusters*, segundo o grau de alienação do espaço, além de ser organizadora de um movimento político para destituir a síndica, como elaboro adiante. Em linha com a autora, entendo o condomínio como um ente animado, em constante transformação e que integra o processo dialético de objetificação (Miller, 1989 [1987]), discutido no **item 1.1**, em que a cultura material do condomínio molda e é moldada por seus moradores. Essas proposições contribuem para discutir como a materialidade do Residencial dos Ipês conecta os moradores ao digital e também é atravessada por ele, e como a propriedade de unidades autônomas funciona como um terceiro “princípio ordenador” (Moura, 2012) das identidades dos moradores. Sigamos para as evidências etnográficas.

## 7.2 O cotidiano condominial no grupo Geral

O grupo Geral é populado por cerca de 40 participantes, entre inquilinos e proprietários-moradores e proprietários-investidores. Os principais temas que circulam ali são relacionados à vida coletiva no espaço, com especial destaque para o estado de conservação da infraestrutura, os incidentes corriqueiros e a transgressão à convenção do condomínio pelos moradores. Não por acaso, todos eles acabam associados à atuação da gestora em

<sup>144</sup> Onde se lê: “[...] a building is always doing the work of holding together or pulling apart, through maintenance and repair” (Şalaru, 2025, p. 5)

<sup>145</sup> A autora diz:

Infrastructure, in this case, was not simply a backdrop to social activities. On the contrary, it was a troublesome participant: in order to prevent or to alleviate the breakdown of ageing buildings, inhabitants were left to their own devices. In their common struggle for a good life, neighbours were thus forced to come together and cooperate in caring for and maintaining infrastructure on a daily basis (Şalaru, 2025, p. 3).

exercício, Cláudia. Por exemplo, certa vez, no grupo Geral, um proprietário-morador publicou uma foto de uma das janelas do Residencial dos Ipês com duas peças de roupa penduradas, em um cabide, para o lado de fora. O azul royal do conjunto de calça e camisa de manga longa promovia uma visível alteração, ainda que temporária, na fachada do bloco – ato expressamente proibido pela convenção do condomínio<sup>146</sup> e enquadrado como uma infração moderada no regimento interno. Outro proprietário-morador respondeu: “cadê a gestora que não multa? Ter gestora que não reside no condomínio dá nisto”. O primeiro devolveu sugerindo a “favelização” do condomínio. O segundo retrucou se referindo ao Residencial dos Ipês como um “cortiço”, com “entrada livre (portão da garagem aberto) para quem quiser, quem vier”. Desta anedota sobressaem muitos pontos a serem explorados, como por exemplo o uso das expressões “cortiço” e “favelização”, que merecem discussão posterior pelos sentidos que comunicam e o que classificam simbolicamente em nosso contexto brasileiro. Mas, nesse momento, me interessa comentar outros dois pontos brevemente.

O primeiro é a expectativa em torno da gestora, que na visão dos moradores tem função de “polícia” e deve autuar aqueles que descumprem as regras, como forma de disciplinar e garantir a convivência harmônica. O síndico, para Dunker (2015), é o agente civilizatório da fórmula de vida instituída em um “paraíso” normatizado, purificado, ordenado e entre “iguais”, o condomínio. A metáfora da “lógica do condomínio”<sup>147</sup> do autor é produtiva para pensar a figura do gestor como aquele que tutela o coletivo e que deve gerir o “ideal de vida” a ser reproduzido no microcosmo (Dunker, 2015). Não à toa, a figura pode ganhar contornos ameaçadores, como na música de Jorge Ben Jor, quando o intérprete avisa: “eu vou chamar o síndico”<sup>148</sup>. Ou seja, o gestor condominial é aquele que disciplina e administra com zelo os antagonismos, sem deixar de observar a política em torno do posto (Dunker, 2015), como discuto adiante. Na visão dos moradores do Residencial dos Ipês,

<sup>146</sup> Segundo a cláusula décima da Convenção do Residencial dos Ipês:

As partes de uso comum, principalmente o hall, escadas, corredores, passagens marquises, fachadas, etc., deverão estar sempre livres e desimpedidas, não podendo ali ser depositada coisa alguma, ainda que momentaneamente, sendo que quaisquer objetos ali encontrados serão imediatamente removidos por ordem do Síndico e só entregue ao respectivo dono depois de pagas as despesas causadas pela remoção e multas previstas no Regimento Interno e/ou Assembléia [sic] Geral, quando houver.

<sup>147</sup> A alegoria é desenvolvida pelo autor no campo da psicanálise para examinar o sofrimento e o mal-estar no contexto brasileiro. Dunker (2015) parte dos “enclaves fortificados” e do “estilo de vida total”, de Caldeira (2003) para propor a metáfora, dialogando com a mesma referência que recorro nesta pesquisa. A “lógica do condomínio” se funda no controle e na exclusão do que está do lado de fora dos muros, uma falsa unidade produzida para evitar os imponderáveis da vida: o mal-estar, a angústia, o sofrimento (Dunker, 2015).

<sup>148</sup> Em *W/Brasil (Chama o síndico)*, o compositor Jorge Ben Jor sugere o músico Tim Maia como síndico do Brasil. Dunker (2015) sinaliza o contraste, justamente por Tim Maia ser o “antimodelo” de síndico pela ousadia e irreverência do artista.

Cláudia estaria falhando em controlar os excessos e em “civilizar” os moradores para uma vida em coletividade, algo que o condomínio demanda tanto de forma tácita como explicitamente, no normativo e na convenção<sup>149</sup>. No grupo do WhatsApp, os moradores comunicavam as expectativas em torno da síndica e as frustrações por ela não dar conta de acompanhar os ritmos e demandas que se multiplicam no espaço. Cláudia era vista como aquela com poder, mas com pouca autoridade para fazer cumprir a regra, deixando margem para a reflexão sobre em que medida a fragilidade de sua autoridade estaria atrelada à sua condição como mulher.

O segundo elemento que comento brevemente é a precariedade do sistema de vigilância, composto por anteparos como a cerca e o portão da garagem, que muitas vezes dá pane e permanece aberto, e os sistemas e aparatos tecnológicos, que conferem a “estética da segurança”, como Caldeira (2003 [2000]) destacou na produção que teoriza os “enclaves fortificados”. No condomínio, essa estética é estabelecida pela cerca em torno de todo o perímetro; pelo Circuito Fechado de Televisão (CCTV), em que as câmeras em locais estratégicos transmitem o sinal de vídeo para monitores localizados na portaria e na sala da administração; e pelo cadastro biométrico das pessoas que entram no Residencial dos Ipês (com registro da digital, fotografia e nome completo) em sistema acessado via computadores.

Contudo, os esses sistemas apresentam muitas falhas. No grupo Geral, moradores revelaram que muitas das câmeras não estavam em operação, e as que funcionavam estiveram por um período sem gravar as imagens, dificultando a consulta posterior dos materiais em caso de ocorrências. Por exemplo, à época do campo, foi relatado em grupo de WhatsApp que uma pessoa que defecou na porta de um dos elevadores da garagem e a administração do condomínio não conseguiu identificar o autor do episódio justamente porque a câmera em questão não estava gravando. O cadastro biométrico de pessoas na portaria também se mostra pouco eficiente para o controle de entrada. Uma interlocutora relatou a entrada de amigos no prédio para esperá-la na porta de sua quitinete sem serem anunciados. E quando voltei ao Residencial dos Ipês para visitar os interlocutores, um ano após me mudar de lá, notei que minha biometria ainda estava cadastrada enquanto moradora, indicando uma falta de controle da administração sobre quem de fato mora no Residencial dos Ipês. Apesar de precário, o sistema de vigilância do Residencial dos Ipês é eficaz em performar segurança, como argumentei no **item 2.6**.

---

<sup>149</sup> A convenção e o normativo do condomínio são dois instrumentos que regulam direitos e deveres e estabelecem regras explícitas aos condôminos.

Além de roupas penduradas na janela, outras condutas inapropriadas como os ruídos noturnos causados por hóspedes de Airbnb e o uso indevido das vagas de garagem são compartilhados no grupo *online*. Os moradores também comentam em poucas palavras algumas cenas escatológicas e de causar perplexidade, como pessoas urinando nos corredores e vizinhos fabricando e armazenando explosivos em casa. A vida em espaços coletivos de moradia é bastante complexa pela heterogeneidade de pessoas e dos acontecimentos que circulam na forma de boato, *offline*, ou de comentários *online*, integrando as rotinas do lugar. Outros estudiosos também relataram desobediências às normas em seus contextos de pesquisa (Velho, 1989; Moura, 2012; Conceição, 2016; Bottino, 2022), mostrando a singularidade desses espaços coletivos de moradia.

Os moradores também se apropriam do fórum *online*, o grupo Geral, para comentar sobre o estado de conservação da edificação, enviando fotografias das paredes com infiltrações, os buracos no forro de gesso (Figuras 48 e 49), as goteiras amparadas por baldes nos corredores, as cercas enferrujadas. A infraestrutura do condomínio apresenta muitos pontos em processo de deterioração que, como mencionado anteriormente, é constitutivo dessas composições arquitetônicas. Os integrantes também relatam incidentes como quando o elevador está fora de serviço, deixando idosos como Bruno e Armando desassistidos e confinados em suas quitinetes; a quebra do portão da garagem, vulnerabilizando a segurança do condomínio; uma infestação de pulgas no gramado, podendo contaminar os *pets*. Em suma, as falhas e deteriorações trazem à superfície o que normalmente fica em segundo plano — a infraestrutura do condomínio —, e, nesse momento, é quando a manutenção e o reparo passam a ser percebidos como essenciais (Graham; Thrift, 2007). E esses processos são intimamente vinculados ao posto de síndico que é o responsável por contratar fornecedores, fazer o pagamento e viabilizar a manutenção, ou seja, do síndico em exercício é esperada a resolução do que está fora de ordem. Isso mostra como a infraestrutura torna-se personagem que une os moradores em um sentimento comum de insatisfação em relação ao condomínio, assim como observou Şalaru (2025). Da mesma forma, o que permanece quebrado, sujo, desgastado, enferrujado e mofado torna-se um lembrete visível constante do que ainda não foi resolvido, sendo percebido como inação, ineficiência, falta de gestão e falta de zelo. A infraestrutura agencia relações e alimenta disputas políticas.

**Figura 48: O teto de um dos corredores do Residencial dos Ipês**



Fonte: Reprodução do relatório-mensagem da administração (2023).

**Figura 49: A luminária de um dos corredores do Residencial dos Ipês**



Fonte: Reprodução grupo de WhatsApp (2023).

Independentemente da gravidade e das naturezas dos incidentes (infraestruturais, panes nos sistemas e condutas que transgridem às regras), no WhatsApp, elas recebem a mesma atenção e se acumulam simbolicamente em um estado de insatisfação com o condomínio. Os relatos dos moradores são acompanhados de frequentes críticas à síndica, uma vez que, como enfatizei, a gestora é a figura encarregada de resolver problemas, de aparar as arestas, de controlar os excessos e de dar continuidade à fórmula de vida íntima e privada “intra muros”, como argumenta Dunker (2015), ou “intra cercas”, no caso do Residencial dos Ipês. Ou seja, à figura do síndico cabe mediar o social e o material. Isto também significa que ainda que os problemas se multipliquem em velocidade superior à capacidade humana de resolução, existe uma grande cobrança e expectativa em torno da posição do síndico, assunto que voltarei a falar logo mais.

O que quero ressaltar é que os proprietários comentam no grupo *online* o que Cláudia deveria fazer para resolver os problemas para garantir não apenas o bem-estar, a segurança e a convivência harmônica, mas também valorização das quitinetes no mercado imobiliário. Os moradores se expressam por meio de longas mensagens de texto ou áudios, geralmente usando linguagem formal. O grupo opera sobretudo sob o código da “rua”, nos termos de DaMatta (1997), em que participantes mobilizam leis e recorrem ao formalismo jurídico. Na maioria das vezes, o tom das conversas é sóbrio, com posições bem articuladas nas réplicas e tréplicas. Eles comunicam suas credenciais profissionais — são administradores, engenheiros de segurança, advogados, corretores de imóveis e contadores — para reforçar autoridade e o conhecimento nos assuntos tratados, e citam o regimento interno do condomínio para embasar as reclamações.

Gustavo, proprietário e morador de uma das quitinetes junto de sua esposa Selma, é um dos mais engajados nesse grupo Geral. Ele inicialmente morava no Residencial dos Ipês como inquilino, e comprou uma quitinete para viver com Selma em 2022 ao perceber o “potencial de lucro” do imóvel, como me explicou. O casal iniciou uma grande reforma na unidade, conduzida por um arquiteto renomado e especializado em apartamentos compactos. O profissional transformou o único cômodo em um espaço versátil e multifuncional — ora quarto, ora sala de jantar, ora cozinha e espaço de entretenimento. A reforma durou oito meses, consistindo no “projeto de vida” (Velho, 1994) do casal. Orgulhoso do feito, nos encontros na área comum Gustavo mostrava vídeos do andamento da reforma e comentava os investimentos feitos em cada detalhe: os azulejos assinados por designer, as persianas importadas, um fogão de indução que exige panelas especiais e a marcenaria estilizada para exibir a sua coleção de carros em miniaturas. Selma foi mais reservada, não permitiu a minha

visita por se tratar de um projeto arquitetônico exclusivo: “O apartamento foi feito com a nossa cara, do nosso jeito, não quero que tire foto”, ela justificou, ainda que houvesse outros dois imóveis similares no condomínio, projetados pelo mesmo arquiteto. Como pude observar durante o campo, a quitinete mobiliada e decorada sob medida é a materialização de quem vive em um bairro de prestígio, o Plano Piloto, circula por grupos sociais privilegiados e são conhecedores de vinhos caros, arte e motocicletas, refletindo o gosto e aspiração da classe média brasileira. Nesse sentido, relaciono a intensa participação de Gustavo no grupo Geral — que pode tomar tardes inteiras para elaborar cartas formais citando as normas e o regimento do condomínio — ao grande investimento econômico e simbólico no imóvel. A decomposição da infraestrutura do condomínio significaria, também, o fracasso pessoal do casal.

A conduta de Gustavo em defesa da recuperação material e gerencial do condomínio se intensificou após a compra da propriedade e o seu arco de atuação apresentado ao longo deste capítulo é representativo por muitos motivos. No início do campo, a discussão sobre a manutenção da infraestrutura mantinha Gustavo ocupado e produtivo, como interpretei na observação participante, semelhante ao que Duque (2022) observou em sua etnografia em São Paulo. Na pesquisa, os aposentados atuavam em grupos no WhatsApp como curadores e buscavam “[...] ajudar outros membros da comunidade, a oportunidade de se sentir útil e a necessidade de reconhecimento social” (Duque, 2022, p. 89), assim como o comportamento de Gustavo. Operando sob o código da “rua” (DaMatta, 1997), ele cita instrumentos legais e recorre a conteúdos lúdicos para expressar indignação e mobilizar proprietários e inquilinos em prol do condomínio — entendido não apenas como patrimônio, mas também como seu lar. Com a compra e a reforma do imóvel, Gustavo passou a comparecer às assembleias, além de acompanhar de perto a gestão de Cláudia. Ao perceber a ineficácia da gestora para resolver os problemas que se multiplicavam, tornou-se um ator importante da política interna, chegando a liderar a Comissão Independente de Proprietários (CIP), como discuto adiante.

### 7.2.1 *Os níveis de alienação à propriedade*

Além da já comentada tendência à deterioração da edificação e das falhas nos sistemas (Brand, 1994; Graham; Thrift, 2007; Daniels et al., 2023; Şalaru, 2025), existem muitos aspectos que levaram o Residencial dos Ipês ao estado geral (de incidentes constantes e de insatisfação) e que tornam complicada a solução dos problemas, seja eles da ordem material ou social. De acordo com Gustavo, os diferentes níveis de engajamento com a

propriedade, a disputa pelo posto de síndico e a desmobilização da participação nas assembleias são alguns deles. A longa mensagem enviada ao grupo Geral pelo interlocutor elucida os pontos que formam um emaranhado a ser analisado:

Não percam tempo discutindo melhorias [materiais] nem mudanças de postura [comportamentos]. Demorei mas entendi várias coisas neste grupo: 1) a maioria dos participantes é Inquilino, e assim sendo, não apitam nada nas assembleias. 2) os interesses de grande parte dos membros do grupo é variado. Cada um defende seu peixe mas poucos participam de assembleias. 3) para alteração da convenção é necessário 2/3 dos botões, ou seja, quórum de 292 que nunca vai ser atingido nem mesmo por procurações diversas. 4) nenhuma gestão até hoje teve um programa consistente de manutenção preventiva. Aqui a prática é esperar quebrar e depois consertar. 5) todos os síndico que passaram pelo Residencial dos Ipês e aí incluo a atual gestão, não conseguiram agradar a todos. Todos sempre foram submissos aos interesses da [construtora] e sem as procurações dela, não são nada e não fizeram nada. 6) as brigas sempre existiram e sempre existirão pois a natureza humana sedenta por poder e a vaidade andam de mãos dadas por aqui. A grande pergunta é: porque num condomínio onde impera a discórdia e abundam os problemas, tem sempre 2 querendo tomar conta? Ambos já mostraram ao coletivo suas capacidades de gestão e o condomínio continua caindo aos pedaços. Deve ter algo de muito bom na gestão que ninguém quer largar o osso. Seria o orçamento de R\$ 1,5 milhoes/ano? Vai saber..... (Gustavo, 2023).

Destaco dois pontos dessa fala. O primeiro é como a conservação da infraestrutura se cola aos comportamentos dos moradores, e o condomínio acaba se tornando a combinação desses elementos que, embora apresentem suas especificidades, adquirem o mesmo peso e se vinculam diretamente à capacidade de gestão do síndico em exercício que, neste caso, é a Cláudia. O segundo é a dificuldade em sair da inércia e em promover mudanças – como as melhorias na edificação (que segundo ele está “caindo aos pedaços”) e a alteração nas atitudes dos moradores (a “postura”) – que se conecta, entre outras coisas, aos distintos níveis de engajamento dos proprietários-investidores, proprietários-moradores e inquilinos com o condomínio. Falemos desse segundo ponto agora.

Para os investidores, o foco está na valorização do patrimônio no mercado imobiliário e em manter baixos ou inexistentes os custos extras com manutenção. Para este grupo, “um edifício não é, em primeiro lugar, um edifício; é, antes de tudo, propriedade e, como tal, está sujeito aos caprichos do mercado”, assim como Brand (1994, p. 31, tradução nossa<sup>150</sup>) coloca. O condomínio é mais um bem a ser gerido para obtenção de lucro do que um espaço de convivência em que a preservação garante a “qualidade de vida” dos moradores. Para os proprietários-moradores, a valorização do capital precisa ser conciliada ao bem-estar cotidiano, mesmo que isso implique em gastos extras com reparos, conservação ou melhorias

<sup>150</sup> Onde se lê: “A building is not primarily a building; it is primarily property, and as such, subject to the whims of the market” (Brand, 1994, p. 31).

da infraestrutura do espaço onde vivem. Para os inquilinos, grupo majoritário no Residencial dos Ipês, o interesse é habitar um espaço bem preservado — em pleno funcionamento, livre de danos materiais que possam causar problemas de saúde ou risco de vida —, aliado a um baixo custo geral (de aluguel, condomínio e IPTU). Este último grupo, no entanto, não tem poder de voto nas assembleias. Para eles, em linhas gerais, o condomínio não é um patrimônio a ser valorizado, mas um espaço a ser usufruído mediante o pagamento de mensalidade, indicando uma alienação em relação à propriedade. Contudo, existem nuances a depender dos vínculos sociais no condomínio.

Para a *turma*, o Residencial dos Ipês assume um sentido particular, em que a infraestrutura se transmuta na comunidade, coesa e harmoniosa pelos laços de amizade que eles estabeleceram entre si (discutido previamente no [capítulo 6](#)). Assim, não me surpreendi quando ouvi de um deles em uma das tardes no *boulevard*, que “um morador que não quero dizer quem é, mas que tem duas unidades no condomínio, estava reclamando que o prédio era um muquifo, que isso que aquilo”, em tom de reprovação. Os demais acharam aquilo o “fim da picada”, um absurdo, concordando que se alguém não estivesse satisfeito, deveria se mudar de lá.

As reclamações e denúncias são igualmente repreensíveis *online* para as pessoas da *turma*. Por exemplo, o excesso de longas mensagens escritas especialmente por Gustavo para tratar da manutenção e reparo do condomínio teve um efeito rebote: o grupo Geral, inicialmente criado para conversas entre donos de *pets*, tornou-se um “muro de lamentações”, como interlocutores definiram. Uma participante chegou a pedir que Gustavo e outros proprietários levassem as discussões a outro fórum, dizendo: “Sou apenas inquilina, sem poder e com ignorância. Quero fofocar, mandar figurinhas e ter uma rede de apoio (para ajudar e ser ajudada)”. A fala evocava o domínio da “casa”, de afeto e simpatia (DaMatta, 1997), que o grupo de WhatsApp havia perdido, revelando também seu baixo nível de envolvimento com a propriedade. “Sem poder” e com “ignorância”, os inquilinos pouco podem fazer para pressionar a síndica a resolver os problemas na infraestrutura. Após repetidos episódios de longas mensagens sobre a ineficiência de Cláudia por parte de Gustavo, e de pedidos para que as queixas fossem levadas a um fórum mais adequado, especialmente dos inquilinos, muitos integrantes deixaram o grupo Geral.

Em situações como esta, os grupos de WhatsApp emergem como um dos espaços de negociação do que é socialmente aceito como “normal” e “adequado”, estabelecendo o que não fere o “decoro” (Mayol, 1998) ou quebra as regras tácitas que vigoram nesses espaços. Assim como propõe Dixon (2017) ao estudar a ancoragem afetiva dos grupos de WhatsApp,

entendo a plataforma como um “aparato de legitimação e consentimento”, em que vizinhos performam valores e moralidades e estabelecem coesão comunitária e pertencimento. Ao mesmo tempo, o grupo *online* atua como um dispositivo de comunicação, no qual se constroem versões sobre os acontecimentos, circulam interpretações e se calibram respostas coletivas, consistindo em um importante mediador dessas sociabilidades. O WhatsApp se configura como um canal de interação e um espaço de mediação simbólica, onde o dizer e o não dizer adquirem peso moral e político. Ou seja, a plataforma é um artefato que agencia valores e convenciona o que é aceitável entre quem dela participa. Se o grupo era tido como espaço de expressão dos princípios de amizade e de boa convivência dos que ali vivem, para eles, Gustavo havia quebrado o decoro (Mayol, 1998) mais uma vez, só que neste caso, no âmbito digital.

As impressões dos proprietários sobre a “decadência” da infraestrutura, por sua vez, são ambivalentes e controversas. Ora eles se unem para pressionar a administração e convocar os inquilinos a solicitar a participação dos proprietários de suas unidades na assembleia. Ora eles se voltam contra e culpam os inquilinos pela conservação da estrutura e pelos comportamentos inadequados. Após a intervenção política apresentada na [introdução](#) desta tese, os membros discutiam a preservação do condomínio, quando um dos proprietários-investidores publicou o seguinte texto:

É do conhecimento de todos que existem inquilinos que prezam pela transparência da gestão condominial, compliance [sic] e aplicação da taxa do condomínio em benefício da coletividade. Por outro lado, existem aqueles que apoiam a má gestão, a depreciação, o comportamento imoral e antiético, pois diante do caos instalado encontram terreno fértil para alcançar seus mais diversos objetivos, dentre eles estão: a queda abrupta do valor venal das unidades, bem como dos aluguéis. Fica a pergunta: quem é vc, aquele que deseja morar em um condomínio saudável, livre de conflitos, cujo recurso pago por meio de taxas condominiais revertem em benefícios para todos ou aquele que quer viver no caos, em um ambiente dito “favelizado”? (Proprietário-investidor, 2023).

A pesquisa de campo e a minha experiência como inquilina no Residencial dos Ipês me mostrou algo diferente do relato acima. Mesmo com distintos níveis de engajamento com a propriedade, isto não quer dizer que inquilinos vão conscientemente apoiar o “caos” para se beneficiarem da queda no valor dos aluguéis, como o proprietário sugere na mensagem. E aí faço um parêntese para analisar os sentidos desse processo de “favelização” (em termos de significados e de materialidades) a que ele e outros proprietários se referem. Como enfatiza Machado (2017) em estudo sobre experiências virtuais no Museu de Favela, no Rio de

Janeiro, as favelas estabeleceram imaginários sociais multifacetados a partir da diversas representações midiáticas: são retratadas tanto como locais de desordem, de violência e de criminalidade, como territórios de criatividade e de estilo de vida alternativo. Diante dessa ambivalência em torno do termo, para os interlocutores dessa pesquisa, a “favelização” se vincula aos estigmas e estereótipos negativos. O processo seria sinônimo de uma crescente à desordem material e “poluição” moral, nos termos de Douglas (2001 [1966]), que contrasta com o ideal organizado, normatizado e moralmente “puro” esperado em um condomínio. A “favelização”, sob a ótica desses proprietários, é uma ameaça simbólica a ser evitada. Vejamos como.

#### *7.2.2 A etiqueta para viver em coletividade*

Alguns locatários, especialmente aqueles que não participam da *turma*, também se mostram descontentes com a conservação da infraestrutura. Eles expressam as frustrações deixando *reviews* no Google, como forma de afetar a imagem do condomínio no mercado imobiliário e de chamar a atenção da construtora, como analisei em outro momento (Oliveira, 2025). Em função do recorte adotado, não exploro as *reviews*, me concentro em analisar o que emerge do conteúdo compartilhado na sequência da conversa, ainda em relação aos inquilinos. Jorge, proprietário-morador, ex-síndico e opositor político de Cláudia, responde à mensagem reiterando a colocação do proprietário anterior, dizendo:

Infelizmente o perfil dos nossos inquilinos tem caído bastante. Inclusive aqueles alugados diretamente com o proprietários. Temos como exemplo moradores que nunca morou [sic] em condomínio e não sabem viver em coletividade e não respeitam o direito do vizinho, colocam roupas na janela, veiculam em alta velocidade, acham que a garagem é extensão da unidade querendo guardar colchão velho, caixa de cerveja, pneus e outros, (misericórdia) acham que o elevador é carroceria de caminhão. Elevador é patrimônio fixo (Um dos bem mais caros do prédio é o elevador, uma vez mal cuidado já era. A troca de uma placa de alumínio é caríssima). Portanto tem que cuidar, a não conservação trás [sic] efeitos de abandono e depreciação absurdas. Funcionários bem treinados ajudam muito a orientar e alinhar esses novos inquilinos. Muitas das vezes os proprietários buscam orientação aos síndicos e esse acompanhamento é de suma importância, deixar claro sobre a importância do nosso empreendimento e valorização. Ps. Eu sou corretor imobiliário e deixo claro aos meus clientes aqui no Residencial dos Ipês: Alugar bem é selecionar bem o inquilino, (teve um caso aqui que passaram mais 12 candidatos e alguns propuseram até pagar o ano cheio, mas não aprovei esse candidato. \*Lembre-se: entrar no imóvel é fácil difícil é sair\*) pessoas de bons costumes [sic] Que a despesa do aluguel não ultrapasse +/- 33% do orçamento líquido (sugestão - consideramos

casos relativos.) entre outras ferramentas que nos ajuda a peneirar melhor...

\*O cliente exigente também avalia seus futuros vizinhos!\* (Jorge, 2023).

Jorge reproduz um ideal de vida em condomínio atrelado a valores particulares. Ele associa a degradação material às condutas inapropriadas dos inquilinos que não “sabem viver em coletividade”, deslocando o foco das condições materiais para os comportamentos individuais e comunicando uma compreensão moralizada da vida coletiva. Isso significa que, para além do cumprimento das regras do regimento do condomínio, é necessário ter “bons costumes”<sup>151</sup>, algo que o adiantamento de um ano de aluguel não paga. O decoro, elemento necessário para articular o aspecto material e o social para “viver em coletividade”, como Mayol (1998) enfatiza em pesquisa sobre um bairro da França, devia, neste contexto de pesquisa, ser garantido pelos proprietários. É sugerido aos proprietários um escrutínio moral dos futuros locatários que observe, além de questões como a renda, o que entendem por “bons costumes”, como Jorge frisa na mensagem de texto.

Também no contexto de Velho (1999 [1974]) surgiram “cruzadas moralistas” e comentários de que os proprietários deveriam “peneirar” os inquilinos para preservar a reputação dos apartamentos conjugados. Apesar da localização em Copacabana, um bairro simbolicamente valorizado, os prédios investigados pelo antropólogo eram “mal-afamados” e conferiam uma identidade dúbia aos seus moradores quando em relação aos demais habitantes do bairro<sup>152</sup>. No Residencial dos Ipês, como em Velho (1999 [1974]), há a suspeita de que “garotas de programa” morem no condomínio. Em uma ocasião, Jorge me revelou discretamente *offline* que via “coisas absurdas” ali e expressou desaprovação sobre moradoras que pareciam prostitutas. Outros participantes também reproduziram o boato que a eles foi confirmado por alguns porteiros – dentre os seis funcionários terceirizados, divididos em duplas, que se revezam nos turnos matutino e noturno para receber encomendas, controlar acessos e observar as câmeras. Ou seja, os porteiros detêm muita informação por serem observadores atentos aos modos de vida nesses espaços de moradia, e a reprodução da informação por eles eram percebidos pelos moradores como verídicos.

<sup>151</sup> Curiosamente, na cláusula décima segunda da convenção do Residencial dos Ipês, está escrito que “cada condômino pode dispor, usar ou gozar da unidade privativa ou exclusiva, mas de forma não prejudicial aos demais condôminos, nem ferir aos bons costumes”. Cabe destacar que a interpretação desses “bons costumes” cabe ao síndico e à assembleia.

<sup>152</sup> Ao comentar a obra do autor, Moura (2012) destaca que assim como os seus interlocutores, os participantes de Velho ocupavam uma “[...] posição de liminaridade em relação ao grupo ao qual desejam pertencer e pela importância dada ao local de moradia como indicador da posição social desejada” (Moura, 2012, p. 170). No contexto desta pesquisa, isso quer dizer que mesmo morando em uma região simbolicamente valorizada, existe uma ambiguidade dos moradores do Residencial dos Ipês em relação aos moradores das superquadras.

Assim, analiso as implicações dos comentários do outro proprietário e de Jorge em perspectiva com o que ele me revelou “em off”. Os “bons costumes” e o “decoro” para viver em coletividade podem se converter em instrumentos de exclusão e de preconceito, determinando quem pode ou não morar no condomínio. Esta é uma expectativa baseada em valores e moralidades do que os proprietários entendem como o ideal, e que ignora as liberdades individuais. Ao insistir em prezar pelos “bons costumes” dos inquilinos, Jorge conclamava os proprietários a se unirem não só por “bons inquilinos”, mas contra comportamentos classificados por ele como “imorais e antiéticos”.

A situação também revela pistas de que esse apelo à moralidade se articula à mesma lógica de evitação da polêmica que atravessa o cotidiano do condomínio. Se em outras situações essa atitude se manifesta na suspensão de debates sobre política ou questões identitárias, aqui ela se expressa pela reafirmação de um ideal de “ordem moral” e de “decoro”, que define quem pertence e quem ameaça o equilíbrio condominial. Trata-se de um mecanismo sutil, mas eficaz, de diferenciação e exclusão — um modo de demarcar fronteiras sociais e morais sem recorrer ao confronto explícito. O discurso sobre os “bons costumes” revela como preconceitos e hierarquias são atualizados no interior da vida condominial, frequentemente sob o verniz da boa convivência e da defesa do patrimônio. Quando associa a boa infraestrutura à conduta “adequada” dos moradores, Jorge produz uma equivalência entre moralidade e qualidade de vida em que a harmonia coletiva depende da homogeneização de comportamentos. Assim, a satisfação geral com o condomínio é apresentada como resultado de um ideal de ordem que concatena os aspectos materiais às condutas individuais e que, paradoxalmente, sustenta formas de controle e de exclusão.

Em suma, a circulação de mensagens como essas, tanto de Jorge como do outro morador, serve a vários propósitos. As falas acusatórias aos inquilinos visam uma reafirmação de valores, de éticas e de moralidade a fim de evitar a contaminação simbólica pelo estigma (Douglas, 2001 [1966]). Os proprietários difundem um ideal de boa convivência a ser seguido por todos; disciplinam os comportamentos para preservar a infraestrutura do Residencial dos Ipês do risco de se tornar “favela” ou “cortiço”, referenciais simbólicos mencionados como sinônimo de desordem e decadência a ser rechaçado; e buscam resguardar a reputação dos moradores e do próprio Residencial dos Ipês para preservar e aumentar o valor do patrimônio no mercado imobiliário. Diante dos indícios de que a síndica não consegue assegurar o cumprimento das normas do regimento condominial (como o exemplo das roupas penduradas na janela demonstra), cabe aos proprietários zelar para manter o que eles entendem “ordem” simbólica, material e moral no condomínio.

### 7.2.3 A hipótese dos “vícios ocultos”

Além de imputarem o que percebem como degradação material e simbólica do condomínio aos inquilinos e à síndica, os proprietários também sugerem que o estado de conservação do Residencial dos Ipês é consequência das falhas construtivas, os chamados “vícios ocultos” da obra, o que implicaria em responsabilidade da empresa que denominei Alicerce Construções. A construtora atua em Brasília há 40 anos e é “uma empresa familiar bastante séria”, como me definiu Caio, corretor de imóveis da companhia mencionado em capítulos anteriores. Segundo o que os participantes me explicaram, à época da construção e nos anos subsequentes, os administradores que estiveram à frente do condomínio, incluindo Cláudia e Jorge, deveriam ter acionado e notificado a Alicerce para a correção das “patologias construtivas”, como parte da garantia do imóvel, prevista em lei<sup>153</sup>.

Ocorre que a síndica é procuradora da Alicerce Construções, respondendo por 60 unidades da companhia, o que garante a continuidade do seu mandato, conforme exploro no item seguinte. Por hora, sublinho que o conflito de interesses impediria a notificação e responsabilização da Alicerce para resolução dos problemas que são hipoteticamente de ordem estrutural e que perduram há anos no Residencial dos Ipês. Gustavo elucida o imbróglio: “No Residencial dos Ipês sempre foi assim e por isso, nenhuma administração até a presente data teve ‘poder’ para acionar a incorporadora [construtora] pelos vícios ocultos e defeitos de construção, pois todos, sem excesso, ‘trabalharam’ pelos interesses da construtora”. Ele sugere que para reparar os problemas estruturais seria necessário a “ousadia” de enfrentar a construtora e, ao que parece, até aquele momento nenhum síndico havia sido capaz demonstrá-la. Reforço que os “vícios ocultos” são uma hipótese defendida por um grupo de interlocutores, sem que o campo tenha me fornecido informações claras para confirmá-la.

Mas é interessante sublinhar que essa relação entre construtora, síndico e o estado de conservação da infraestrutura não é exclusiva do Residencial dos Ipês, algo semelhante foi observado no contexto de pesquisa de Bottino (2022). No “Quintal Suburbano”, moradores que denunciaram as falhas e as necessidades de reparo na edificação logo depois apareceram com carros novos, sugerindo suborno por parte da construtora. Como me foi dito durante o desenvolvimento desta investigação, não é raro que fornecedores favoreçam síndicos com “mimos” e gratuidades quando este garante a exclusividade na prestação de serviços aos

---

<sup>153</sup> A garantia é obrigatória, conforme o artigo 618 do Código Civil brasileiro, e normalmente é válida por cinco anos, tendo prazos diferenciados para partes específicas da construção.

moradores de um espaço. Esta é uma “prática bem usada”, revelando aspectos normativos que merecem uma discussão aprofundada em outro momento. As evidências do campo não são suficientes para afirmar que este tenha sido o caso do Residencial dos Ipês, da síndica Cláudia e da Alicerce Construções, mais especificamente. Mas cabe destacar que a sobreposição entre os interesses privados e a atuação representativa em prol do coletivo, somada à naturalização dessas práticas, revela a lógica da gestão condominial de modo mais amplo, marcada por assimetrias de poder, trocas de favores e de opacidades entre os âmbitos individual e coletivo. Nesse sentido, o condomínio não é apenas um espaço de convivência, mas um microcosmo no qual se reproduzem, em escala reduzida, as tensões típicas entre o público e o privado, entre o bem comum e os interesses particulares, que atravessam o posto de síndico e serão discutidos nesta próxima seção.

### 7.3 A disputa por poder e autoridade na gestão do cotidiano

Cláudia atua no ramo de gestão condominial há pelo menos 20 anos, administrando mais de um espaço residencial ao mesmo tempo. A mulher em seus 50 anos resiste bravamente às pressões por sua destituição nesses locais, amparada pela Alicerce Construções. No Residencial dos Ipês, não é incomum presenciar protestos e intervenções políticas como a que relatei no início da tese, quando ela teve sua fotografia impressa em um *banner* para sinalizar a falta de manutenção no condomínio. No Residencial dos Ipês, Cláudia foi a primeira síndica, instituída pela Alicerce Construções, logo após a inauguração do empreendimento, assim como é praxe no mercado imobiliário no momento de “entrega das chaves”<sup>154</sup>. Com o passar dos anos, a gestora profissional foi substituída pelos chamados síndicos moradores ou orgânicos, a modalidade de administração que continua sendo a mais comum no Brasil. A atribuição de síndico é de grande importância e complexidade, pois ele é o representante legal do condomínio (Callé, 2020), assumindo as responsabilidades civis e criminais que recaem sobre o CNPJ condominial, de acordo com o Código Civil brasileiro. Vejamos brevemente as principais diferenças entre esses dois modelos de gestão condominial, a partir do que observei durante o campo.

A figura do síndico externo carrega a expectativa profissionalizar o dia a dia e de gerir o condomínio como uma empresa. O síndico profissional se popularizou nos últimos anos e tornou-se uma ocupação no Brasil, acompanhando a consolidação de um mercado condominial, muito embora esta ainda não seja uma profissão regulamentada por lei. Cursos

---

<sup>154</sup> Quando proprietários recebem a escritura de um imóvel.

livres e técnicos, graduações e pós-graduações em gestão condominial se multiplicam com o propósito de capacitar pessoas para lidar com finanças, manutenção, gestão de pessoas, questões jurídicas e solução de conflitos. Ou seja, existem “regimes de conhecimento” (*regimes of knowledge*) de ordem técnica, financeira e social, necessários para a administração de um ecossistema complexo como um condomínio, como Şalaru (2025, p. 2) sublinha em seu estudo. A própria Cláudia, em um dado momento, comentou comigo sobre a “excelência” de seu currículo para exercer a função: “sou contadora, tenho mestrado em administração e duas pós-graduações, em auditoria e em administração financeira”. Ou seja, não lhe faltam habilidades técnicas. Sobre a conveniência de ter um síndico profissional, Callé (2020) explica em uma publicação específica sobre síndico de condomínio:

A contratação de um síndico profissional é essencial para Condomínios desorganizados, pois um profissional irá se dedicar e será remunerado para isso. Talvez esse seja o motivo de grande desinteresse dos síndicos moradores, pouco reconhecimento e muita exigência. Quando se paga por um serviço, o ser humano costuma valorizar mais e até mesmo respeitar o profissional contratado (Calle, 2020, p. 29).

Contudo, este não é o caso do Residencial dos Ipês e de Cláudia, síndica profissional envolvida em embates ferrenhos com outros moradores. Uma pessoa externa costuma sair mais cara aos moradores que cotizam a contratação do gestor na taxa condominial, como alguns interlocutores observaram. Além disso, o profissional não tem a vivência do cotidiano e a proximidade com os moradores, uma vez que trabalha, mas não vive no espaço. Ou seja, apesar do “regime de conhecimento” bastante técnico (Şalaru, 2025), por não partilhar da vida comunitária, pode lhe faltar “capital simbólico” (Bourdieu, 2014 [1991]), necessário para exercer poder, implicando em uma autoridade fragilizada.

Os interlocutores explicam ainda que o profissional tende a priorizar a eficiência econômica em detrimento da qualidade de vida. Por exemplo, o síndico em exercício pode demorar mais para refazer pinturas desgastadas, para substituir equipamentos, para dar manutenção, já que a prioridade é “fazer caixa” e ter as finanças em dia, ainda que o condomínio não vise lucro, como Gustavo me explicou. Apesar da terceirização ser, segundo acadêmicos (Afonso; Silva, 2015), uma tendência que poderia solucionar o “despreparo” dos moradores e trazer a “tranquilidade” ao gerenciamento condominial, os interlocutores desta pesquisa apontaram os conflitos de interesses vinculados a esta modalidade de administração, especialmente quando o síndico é um representante da construtora. Nestes casos, pode haver um choque entre a estabilidade financeira e o bem-estar. Todavia, este ponto não costuma ser

considerado por aqueles que defendem a profissionalização da gestão de condomínios, seja no âmbito acadêmico (Afonso; Silva, 2015; Callé, 2020) ou no senso comum.

A outra modalidade, do síndico morador ou “orgânico”, pode sair financeiramente mais em conta, já que ao invés de honorários, a pessoa costuma ser isenta das taxas condominiais. Estando lá 24/7, este síndico supostamente estaria disponível para resolver qualquer urgência, além de priorizar a qualidade de vida no espaço onde também mora. Por outro lado, o leigo, muitas vezes sem formação especializada em questões administrativas, de pessoal, jurídicas e de infraestrutura, pode trazer prejuízos ao coletivo. Outra desvantagem destacada no campo é o relacionamento próximo do síndico com outros moradores, o que pode levá-lo a um dilema no momento de tomar decisões sérias e acabar escolhendo preservar os relacionamentos pessoais em detrimento do coletivo. Resumi em um quadro as vantagens e as desvantagens dos dois profissionais relatadas até aqui (Tabela 2).

**Tabela 2: Prós e contras do síndico profissional e do síndico morador**

Síndico profissional	Síndico morador
Formação especializada (conhecimento em administração, finanças e direito)	Sem formação especializada
Não mora no condomínio (Acionado em horário comercial)	Mora no condomínio (Pode ser acionado 24/7)
Prioriza eficiência econômica	Prioriza o bem-estar dos moradores
Taxa condominial mais cara (pgto salário e encargos)	Taxa condominial mais em conta (isenção do condomínio)

Fonte: Elaboração própria, 2025.

As críticas dos participantes desta pesquisa em relação à Claudia se vinculam principalmente a duas questões. A primeira é o fato de ela não morar no condomínio, apesar de ter uma quitinete registrada em seu nome. Mas “residência não implica dormir no apartamento”, ela me diz, para justificar sua legitimidade à frente do Residencial dos Ipês e em outros dois prédios da Alicerce Construções, onde também possui um imóvel e também é administradora. Mas, para alguns interlocutores, o trabalho à distância é incompatível com a vida condominial. Ter uma gestora que não mora no condomínio, segundo eles, é um “absurdo”, pois ela supostamente não está lá para resolver problemas emergenciais e não se

interessa pela melhoria do dia a dia dos moradores. Uma analogia para ilustrar esse ponto seria a de um governador que não mora no Estado, ou um CEO que não vai à empresa. A síndica teria um nível diferente de engajamento com o bem coletivo, que supostamente se refletiria na qualidade da gestão.

Por outro lado, Cláudia é constantemente vista no condomínio e conta com o suporte do sub-síndico morador e do zelador que lhe reportam os acontecimentos constantemente, principalmente via WhatsApp, praticamente em tempo real. Isto permite que Cláudia gerencie os problemas do condomínio à distância, pelo *smartphone*, reiterando o aspecto móvel e portátil do condomínio, já discutido no capítulo anterior, em linha com o conceito de “lar transportável” (ver Miller et al., 2021). Ou seja, a portabilidade do condomínio permite a copresença nos processos de gestão do cotidiano, reconfigurados pelo digital e exercidos em um regime de conectividade constante. Mas essa “gestão portátil” é ambivalente, ao mesmo tempo que faz do *smartphone* uma extensão do poder administrativo, embasa a gasolina e a conta do celular profissional do síndico serem despesas que constam no orçamento anual do Residencial dos Ipês, pagas com as *quotas* dos condôminos. Para seus opositores, este é um dos indícios do borramento das fronteiras do pessoal e do coletivo. No condomínio, o WhatsApp emerge como essa “tecnologia da vida” (Cruz; Harindranath, 2020) que estrutura a governança, permite decisões, emite advertências e compartilha comunicados. O *digital block* consiste nesse espaço “portátil” e mediado, administrado por meio de trocas de áudios, textos e imagens no *online*.

Tendo esses aspectos no horizonte, a rejeição dos interlocutores a uma síndica profissional sugere tensões mais profundas, tanto da ordem prática – como o estado conservação do condomínio –, como de ordem afetiva e simbólica, motivada por desafetos pessoais e políticos. A segunda crítica se vincula ao fato de Cláudia ser a procuradora da Alicerce Construções. Mas antes de entrar nesse tema, analiso a atuação de Cláudia pela profissionalização da gestão do Residencial dos Ipês, que inclui os usos da Lista de Transmissão no WhatsApp – um artefato digital bastante relevante para a política interna do condomínio.

### 7.3.1 A Lista de Transmissão no WhatsApp

“Seja bem-vindo! Este é o grupo do Residencial, dos Ipês, Administração!” é a mensagem automática que recebia no WhatsApp do condomínio, um perfil Business, toda vez que precisei solicitar a segunda via do boleto do condomínio, divulgar anúncio de aluguel

de garagem ou obter informação sobre a Internet coletiva. Por meio deste perfil, a síndica ou o zelador atendem demandas individuais dos moradores, tiram dúvidas, resolvem pendências e, claro, fazem política.

No perfil Business, é possível configurar nome, descrição, horário de funcionamento, endereço e *link* para o site, além de utilizar mensagens automáticas, respostas rápidas, etiquetas para organizar conversas e portfólio de produtos ou serviços. Também permite consultar estatísticas básicas de mensagens enviadas, entregues e lidas, facilitando o acompanhamento do atendimento. A modalidade Business foi criada para pequenos negócios e instituições que desejam contato direto e organizado com clientes, sem integrações complexas ou uso de API.

É por meio dessa conta profissional que os moradores recebem mensagens via Lista de Transmissão, uma comunicação unidirecional da administração para os inquilinos e proprietários. Nela são compartilhados avisos sobre assembleias e suas atas, intercorrências gerais, procedimentos de reparos e manutenções, regras de convivência (cuidados com os *pets*, datas e horários para mudanças e reformas), cadastro de bicicletas, controle de pragas, despesas com recursos humanos (porteiros, limpeza e equipe do escritório). A Lista de Transmissão compõe a ecologia digital do condomínio (ver [item 3.3](#)) e constitui o principal meio para transmissão de mensagens oficiais aos moradores, junto do convencional comunicado de elevador.

No condomínio, os usos da plataforma via perfil Business e, principalmente, da Lista de Transmissão, não são neutros. Eles revelam os interesses de quem está à frente do canal de comunicação: a síndica em exercício e a sua equipe. Por meio deles, há maior controle das mensagens compartilhadas ao passo que não há a possibilidade de resposta pública a todos os destinatários, estabelecendo relações de poder específicas. “A Lista de Transmissão não abre espaço para discussão e todas as perguntas ficam centralizadas na gestora. Para ela, isso é ótimo”, explicou uma interlocutora. Ou seja, a Lista estabelece uma autoridade discursiva que emite a narrativa “oficial”, sem dar espaço para o diálogo. E isso é especialmente relevante para a articulação política de Cláudia, como veremos adiante.

A lista também é funcional para articular a “marca” do administrador em exercício, espelhando práticas da iniciativa pública e privada, que impactam nas dinâmicas de poder, como veremos no item a seguir. Assim, a Lista e o perfil Business devem ser entendidos em contexto, considerando os conflitos políticos e interpessoais relatados nesta tese. Como argumenta Bottino (2025) em seu estudo, também em meu contexto, os grupos de WhatsApp e a Lista de Transmissão tornam-se instrumentos políticos:

Acontece que os grupos são ambientes políticos, ora são como palanques, praças e vias públicas, para comícios e propaganda política, ora são como sindicatos, associações e sedes de partidos, quando congregam indivíduos em busca dos mesmo objetivos políticos, trocar de governo ou um tipo de gestão, eleger seus chegados<sup>155</sup>, sempre na tentativa de se beneficiar, de alguma forma, ao alimentar relações com alguém com quem tem estreitas ligações no poder (Bottino, 2025, p. 125).

Em outras palavras, as divergências políticas reverberam nas formas de apropriação dos artefatos digitais do Residencial dos Ipês (os grupos de WhatsApp, a Lista de Transmissão, Google Reviews, em especial), que por sua vez trazem impactos para a infraestrutura condominial.

### *7.3.2 A “era da profissionalização”*

Foi por meio da Lista de Transmissão no WhatsApp que Cláudia compartilhou um “relatório-mensagem” de 34 páginas, pouco antes do fim de 2021, quando era subsíndica. Ao final dos três meses de gestão interina (o chamado “estágio probatório”), Cláudia divulgou um documento que simbolicamente inaugurou um novo momento no condomínio. “A intenção é inserir o Residencial dos Ipês na era da profissionalização, desde o síndico até o eventual terceirizado e o fornecedor de serviços e produtos, de modo que haja eficiência e efetividade, os pilares da gestão competente”, afirma um dos parágrafos do relatório. Profissionalismo, eficiência, efetividade, competência são os princípios que supostamente guiariam o novo estilo de administração e posicionariam o Residencial dos Ipês na “vanguarda”. Este é inclusive o *slogan* do mandato de Cláudia: “sempre na vanguarda”, com que assina os informativos cotidianos, sendo replicado com ironia na “intervenção política” narrada no início desta tese.

No documento, havia uma listagem de reparos e manutenções a serem feitos emergencialmente, além de um texto explicando o foco da nova gestão: “direitos e responsabilidades coletivos e individuais”. O relatório veio acompanhado de um organograma do condomínio, uma descrição das principais atividades do síndico e de sua equipe, os demonstrativos do fluxo de caixa e do balanço patrimonial<sup>155</sup>. Semelhante a um “relatório de gestão” de empresas da iniciativa privada, o documento também apresentou as ações emergenciais de Cláudia como gestora interina, relacionadas a: reuniões com conselhos

---

<sup>155</sup> Instrumentos que demonstram as finanças de uma organização.

consultivos (de Administração e Fiscal), pesquisas de opinião, orçamentos, seguros, contas de reserva, decorações temáticas e cestas natalinas para os funcionários do Residencial dos Ipês.

Como o relatório indica, “estar na vanguarda”, à frente do seu tempo, significa profissionalizar a gestão administrativa e financeira do condomínio, adotando ferramentas como planejamento estratégico, relatórios gerenciais, levantamento patrimonial e orçamento condominial, visando otimizar os recursos de proprietários e inquilinos (taxas mensais e investimentos na propriedade). A proposta é administrar o condomínio como uma empresa. Isto é, embora não vise lucro, mas o bem-estar dos moradores, o objetivo é gerir finanças, pessoas (os funcionários) e infraestrutura com equilíbrio. Nesse sentido, enfatizam-se princípios de racionalização, controle, gestão eficiente, transparente, liderança, visão generalista, tratamento técnico e científico, gestão de riscos, despesas e investimentos para melhorias gerais (instalação de câmeras, garagem coberta, manutenção periódica). Cláudia mobiliza um extenso vocabulário corporativo no relatório – demonstrando como a linguagem empresarial invade os espaços da vida íntima e privada – e elucida a complexidade dessa “composição multiescalar” (Moura, 2012) que concatena pessoas e animais, veículos, funcionários, visitantes e área construída. Ou seja, atores e actantes (Latour, 1993; 1999) compõem uma “instituição” com muitas variáveis e problemas a serem administrados. Consta no relatório:

O Condomínio Residencial dos Ipês é grande: são 438 unidades. É complexo: as unidades têm finalidade comercial. É novo: 4 blocos recém-construídos, sem garantia da construtora. **O Condomínio possui muitos empregados, muita gente, muito carro, muita área.** As complicações não param por aí. Um problema puxa o outro. A quantidade de unidades, aliada ao seu tamanho reduzido, implica conflitos quanto à lei do silêncio, por exemplo. A falta de estacionamento interno e externo torna-se tentação de estacionar em vaga alheia etc (grifos nossos).

Para tanto, o relatório mobiliza conceitos e ferramentas de gestão como planejamento estratégico, orçamento, planos de contingência, cobranças e uma equipe preparada para agir com “ciência e modernidade, caso contrário, estaríamos eternamente em brigas e conflitos, desconfianças típicas do condomínio tradicional informalmente gerido”. A afirmação enfatiza o modelo de administração mais comum nos condomínios brasileiros, geridos por moradores que administravam os recursos financeiros, humanos e de infraestrutura sem os devidos “regimes de conhecimento” (Salaru, 2025). Mas, paradoxalmente, é a própria Cláudia quem se vê no centro das disputas e conflitos que a figura do síndico profissional deveria mitigar. Assim como sublinhou Bourdieu (2014 [1991]), o escândalo gera descrédito e consiste no

oposto da acumulação do “capital simbólico”, nesse contexto sendo prejudicial para a simpatia dos moradores à síndica e para o exercício de sua autoridade.

Além de linguagem corporativa, a atuação de Cláudia poderia ser analisada do ponto de vista da estratégia de marca. Desde que retornou ao posto, a gestora passou a aplicar a logomarca do condomínio junto do *slogan* “Esta é a gestão da Claudia, conselheiros e funcionários, proporcionando transparência e inovação em todas as suas ações!” nos informativos compartilhados via Lista de Transmissão e também impressos e dispostos nos elevadores. A gestão estratégica da marca mobilizada pela gestora visa diferenciar o novo momento na administração do condomínio em relação às gestões anteriores, semelhante aos governos brasileiros em todos os níveis, desde os municípios até as instâncias federais, que modificam a identidade visual de marca como parte da estratégia do *marketing* político e marco simbólico dos novos governos. A análise das estratégias de marca do mandato de Cláudia certamente renderia muitas discussões, contudo, não me aprofundo neste momento por extrapolar os limites da tese. Prossigo na descrição da densa teia de relações e de acontecimentos que constituem as alianças e as disputas políticas no âmbito doméstico, articuladas por meio do digital.

#### 7.4 Opositores

Em uma das tardes, quando eu estava fazendo pesquisa de campo, fui surpreendida pela síndica próxima à sala da administração soluçando e aos prantos. Ela estava exausta dos ataques que vinha sofrendo em um dos grupos de WhatsApp por conta da conservação do condomínio e de problemas como o do interlocutor Fernando, apresentado no [Capítulo 3](#). As lentes de Goffman (2002 [1959]), em estudo sobre as expressões individuais na vida pública e as categorias do “palco” e do “bastidor”, me ajudaram a interpretar o ocorrido. Para o autor, as impressões transmitidas eram aquelas calculadas para projetar expectativas no “palco”, enquanto as emoções menos controláveis aconteceriam nos “bastidores”<sup>156</sup>. Cláudia apresentava incompatibilidade e discrepancia entre o que projetava como síndica profissional e o que emitia naquele momento que deveria estar “no palco”, desconsertada. Eu não sabia o que fazer ou como me comportar. Minha reação foi sentar com ela em um dos bancos da área comum e conversar para tentar entender a situação.

Cláudia explicou que desde que assumiu a administração do condomínio vinha sendo perseguida por dois moradores que já estiveram à frente do Residencial dos Ipês no passado e

---

<sup>156</sup> As categorias do autor também nos permitem uma analogia entre as narrativas oficiais e aquelas reveladas no âmbito privado, em *off*.

que insistentemente tentam “derrubá-la” para reassumir o posto. Ela ressaltou o quanto difícil é lidar com alguns moradores que são “criminosos” e me contou o histórico do condomínio, lembrando que em outras ocasiões já houvera casos de violência física durante a assembleia, e que as brigas foram parar nas “páginas policiais” dos jornais da cidade. Cláudia atribuiu os ataques à sua gestão no Grupo Geral aos seus “inimigos”, que tentavam incitar mais confusão, fazendo fofoca e conversando em particular com outros moradores. Ao justificar as críticas relacionadas à falta de manutenção, ela citou várias ações realizadas assim que reassumiu o posto, após “anos de negligência” das gestões anteriores e afirmou que “se eu estivesse ficado à frente do condomínio, nada disso teria acontecido”. A gestora completou dizendo que administra o condomínio “como sua casa”, fato que coloco em perspectiva com o que propõe DaMatta (1997, p. 17) ao tratar da sociabilidade brasileira, dizendo que, em muitos momentos, nós brasileiros tendemos ao “englobamento”, em que o privado é incorporado ao público como forma de conciliação de impasses legais ou institucionais<sup>157</sup>. Isto quer dizer que Cláudia não seria negligente com o lugar que era como “se fosse” o seu lar.

Pouco depois, no mesmo dia, o zelador do condomínio me revelou que Cláudia e seus opositores vinham brigando há 10 anos, desde a inauguração do Residencial dos Ipês. Ora faziam alianças e ora atacavam uns aos outros para tomar o poder e retornar à administração, o que lhes rendia um pró-labore mensal de cerca de R\$ 3.600,00. Isso me permite traçar um paralelo com o que Bottino (2025) destacou ao analisar a política interna do Quintal Suburbano e sua “vizinhança partidária”. Ela destaca que as alianças e rivalidades se reorganizam de tempos em tempos por conta dos candidatos disputarem o mesmo “curral

---

<sup>157</sup> O autor diz:

Diante de certos problemas e relações, preferimos englobar a rua na casa, tratando a sociedade brasileira como se ela fosse uma “grande família”, vivendo “debaixo de um amplo e generoso teto”, obedecendo naturalmente às leis e seguindo a liderança de quem produz o discurso que é, naquele momento, o “nossa líder” e o “nossa guia e pai”. Já mencionei que tal linha semântica, onde o eixo da vida pública (do universo da rua) é englobado pelo eixo da casa, é típico do discurso populista. O resultado é um discurso onde a pessoa, a casa e suas simpatias constituem a moldura de todo o sistema, criando uma ilusão de presença, honestidade de propósitos e, sobretudo, de bondade, generosidade e compromisso com o povo. Não é ao acaso que tal tipo de fala tem o extraordinário sucesso que todos conhecem... Diria também que esse mesmo tipo de englobamento é igualmente utilizado quando se trata de romper impasses institucionais ou legais, sendo um de seus elementos mais importantes do nosso “idioma de conciliação”, onde - novamente - todas as questões são tratadas debaixo de um prisma pessoal e “caseiro”, familiar, doméstico (DaMatta, 1997, p. 17).

eleitoral”, em analogia aos termos e dinâmicas da política nacional<sup>158</sup> (Bottino, 2025, p. 162). Nesta pesquisa, segundo o zelador, “o condomínio tinha todo o potencial para ser o melhor da região”, mas as brigas internas chegaram ao ponto de os gestores atuais processarem os anteriores (“usando o CNPJ para processar o CPF”), motivados por vingança, o que impediu que o ideal se realizasse. Ou seja, em meio às disputas políticas, o condomínio é mobilizado para a satisfação das motivações pessoais e dá fama aos moradores e gestores, entre os porteiros, de “barraqueiros”. Segundo o zelador, as disputas políticas são notórias e sabidas, inclusive, pela dona da construtora que não mora lá e não conhece o dia a dia dos moradores. Os vizinhos confirmam o histórico de conflitos entre ex-gestores, em contraste com o potencial de ser “o melhor condomínio da região”, como comenta Fernando, um dos interlocutores:

Aqui eu vejo que o conflito é totalmente diferente dos outros condomínios porque aqui o nosso problema do conflito é a administração. Nos outros condomínios é a falta de educação dos moradores. Aqui não, aqui os moradores são maravilhosos, assim, não tem a reclamar perto dos outros serviços. Mas a gente tem pessoas que parecem que estão aqui [na administração] por causa de dinheiro, assim, meu ponto de vista (Fernando, 2023).

Não encontrei evidências claras de que o pró-labore do síndico seja a grande causa da disputa política, muito embora outros interlocutores também tenham sugerido que este era o motivo de tamanho conflito pelo posto, além, claro, da necessidade pessoal de vingança. No horizonte permanece o questionamento sobre o que se espera em termos simbólicos e financeiros desta disputa política. Ocupar uma posição de poder envolve muitos interesses que se colam à remuneração financeira. O prestígio, o *status*, o favorecimento e o ganho de serviços e benefícios também podem estar implicados ao fato e caracterizam a política condominial de uma forma particular na qual muitos sentimentos e afetos se misturam.

Para contornar os conflitos e a rejeição dos moradores, Cláudia fez alguns esforços. Ela tentou se integrar aos *happy hours* às quartas e eventos sociais da *turma*. Ela também deu amplo suporte e apoio financeiro para realizar uma festa junina no gramado do condomínio e distribuiu comunicados nos elevadores convidando aos moradores, fato que renderia um paralelo com as políticas de governos populistas, mas que pela delimitação do recorte não aprofundo na analogia. Cláudia ainda passou a frequentar a área comum na parte da tarde para construir laços com moradores e tentar se estabilizar na posição, seguindo o conselho do

---

<sup>158</sup> No estudo, Bottino (2025) faz muitos paralelos com a política nacional e acaba por utilizar o termo que vem do coronelismo, à época da República Velha, como chave interpretativa da organização política do condomínio que etnografa.

zelador. Com isto, ela se assemelhava a candidatos em suas agendas oficiais para “conquistar o eleitorado”. Ao aparecer em atividades coletivas da *turma* (principalmente os donos de *pet* e também do grupo de Conversa), ela estava fazendo um “corpo a corpo” e tentando ganhar a simpatia dos inquilinos e proprietários. Isso poderia ajudá-la a estabilizar os embates e se manter no poder. Sob o enquadramento de Bourdieu (2014 [1991]), interpretei que Cláudia estava tentando acumular capital simbólico ao existir e “ser percebida” como uma pessoa próxima dos moradores e legítima para ocupar o posto de síndico. Contudo, essa mudança de comportamento de Cláudia foi logo percebida pelos interlocutores como “esperteza” e estratégia artificial para contornar os conflitos, como eles comentaram comigo. Tanto é que em uma das ocasiões, ao saber que a *turma* foi a um evento que ela não fora convidada, ouviu de um deles: “você não mora aqui, se morasse poderia participar do grupo [no WhatsApp] e ficaria sabendo do evento”.

Curiosamente, Cláudia não foi a única a tentar aproveitar as oportunidades de socialização entre vizinhos como um momento para “fazer política”. A mesma estratégia foi adotada por Jorge, um dos seus opositores, que pretendia concorrer nas eleições de 2024, e era visto constantemente na área comum conversando com moradores e proprietários, e participando de eventos sociais. Nos *happy hours*, Jorge apareceu algumas vezes levando uísque e gelo para compartilhar com a *turma*, vislumbrando uma oportunidade “fazer campanha” sutilmente ao estreitar os laços, mas sem abordar o assunto diretamente para não quebrar o decoro (Mayol, 1998) estabelecido nos encontros. Em outra ocasião, encontrei Jorge na área de convivência com uma listagem completa de todos os condôminos, conferindo os nomes um a um e fazendo anotações. Ele estava concentrado calculando quantos votos seria necessário para “virar o jogo” nas próximas eleições. Jorge era um proprietário-morador e já havia sido síndico anteriormente. Agora, tentava, a todo custo, retornar ao posto para garantir a conservação de seu patrimônio, o bem-estar no dia a dia e a revanche após se sentir injustiçado com as disputas políticas no Residencial dos Ipês. A reeleição seria sua rendição. Contudo, os “índices de aprovação” de Jorge e de Cláudia entre os moradores não eram bons, como pude perceber conversando com meus participantes, que os classificavam como “farinha do mesmo saco”.

Após curto período tentando se enturmar, assim como Cláudia, Jorge foi excluído dos encontros sociais. Nesses dois casos específicos, a *turma* que sempre se mostrara acolhedora e acessível tornara-se um *cluster* fechado, duas raras situações de exclusão que reforçavam a clivagem entre os de “dentro” e os de “fora” da *turma*. Atribuo esse distanciamento dos moradores aos antagonismos e desgastes que Jorge e Cláudia promoviam no condomínio. Isto

é, o escândalo, como sublinhou Bourdieu (2014 [1991]), é o oposto do “capital simbólico” necessário para a legitimidade política. Nesse contexto, além de “barraqueiros”, ambos eram vistos pelos moradores como quem trabalha pelo próprio interesse, sem capacidade ou objetivo de promover mudanças estruturais, deixando os eleitores, ou, neste caso, os moradores, descrentes em suas promessas e desengajados da política condominial.

### 7.5 A “farra das procurações” e a Comissão Independente de Proprietários (CIP)

Enfim, analiso o papel de Cláudia enquanto mandatária da Alicerce Construções, com 60 procurações que lhe conferem poder de voto e veto nas assembleias do Residencial dos Ipês. A assembleia é a instância soberana do condomínio, como define a lei dos condomínios de 1964, e é o espaço no qual se definem ou revogam regras, responsabilidades e sanções. Trata-se do fórum decisório para aprovação das contas, autorização de reparos infraestruturais e elaboração de normas voltadas à regulação da conduta dos moradores. Na assembleia, têm direito a voto os proprietários adimplentes com o condomínio ou pessoas “munidas” – linguagem nativa que curiosamente remete a uma espécie de equipamento bélico ou armamento, em termos simbólicos – de procuração desses proprietários. Na prática, como cada quitinete tem direito a um voto, em reuniões de condomínio, a síndica detém, sozinha, 60 votos, o que lhe dá grande vantagem no processo decisório. A prática foi denominada por Gustavo como a “farra das procurações”, sendo esta, portanto, uma categoria nativa.

Participar de assembleias, as “reuniões de condomínio”, é culturalmente visto por brasileiros como chato, longo e burocrático, como ilustram diversas sátiras e representações sobre o tema na mídia de massa e nas redes sociais<sup>159</sup>. A isto se soma o fato da maioria dos moradores ser inquilino, outrora comentado, resultando em alienação à propriedade e ao baixíssimo engajamento nas assembleias. A participação costuma ser em torno de 15 pessoas, como participantes relataram, concedendo à Cláudia uma vantagem ainda mais proeminente para, por exemplo, aprovar suas contas do ano anterior, modificar regras, decidir sobre os gastos com reparo e manutenção e até para se reeleger. Certa vez, Gustavo, explicou no grupo Geral do WhatsApp o conflito de interesses em jogo:

Com esse jogo de procurações, o objetivo que se percebe é fazer do ‘procurador’ um instrumento de barreira. Se este ‘procurador’ é o síndico, significa que este agente está sendo instrumentalizado para não investir em melhorias nem em benefícios comuns aos moradores porque qualquer despesa ou investimento neste sentido gerará saída de caixa da imobiliária. Quando se tem 60 unidades ou mais

<sup>159</sup> Ao buscar esses termos-chave no YouTube, é possível se deparar, por exemplo, com esquetes dos Trapalhões (dos anos 1970), do Porta dos Fundos e cenas do filme nacional *Minha mãe é uma peça*.

numa edificação, fica fácil entender esta ‘retranca’. O que todos tem que entender é basicamente o seguinte: existem basicamente 2 tipos de ‘proprietários’. As pessoas físicas, via de regra, investem em um imóvel para moradia e até como complemento de renda. Para as pessoas jurídicas, em especial as imobiliárias, isto é ‘estoque’ e, sendo estoque, o único objetivo é lucro. Quando uma PJ dá uma procuração para terceiros não funcionários representá-la, o objetivo é ‘conter custos e evitar despesas’, ou seja, bloquear qualquer decisão que implique em taxas extra, contribuição de melhorias, etc. Preciso ser mais claro? (Gustavo, 2023).

Outro fator que dificulta a mudança do dirigente do condomínio é a falta de limite para a reeleição de síndicos, que têm mandatos de dois anos. O fato implicaria, por exemplo, em uma reeleição continuada de Cláudia, por meio das procurações. Isso se dá por uma defasagem na lei de 1964 (não por acaso, início da ditadura civil-militar no Brasil) que rege esses espaços e que permite que o síndico seja reconduzido ao posto quantas vezes a assembleia decidir, como sublinha Rachkorsky (2025), especialista em direito condominial. Para ele, a brecha permite uma administração condominial com um matiz despótico, nos fornecendo pistas das singularidades da política interna desses espaços coletivos de moradia. Ou seja, muitos dos acontecimentos e das práticas que observei no Residencial dos Ipês, como o uso de procurações e a sobreposição entre os interesses públicos e privados, não são exclusivas de lá, mas bastante comuns no contexto brasileiro.

Cabe lembrar que proprietários como Gustavo viam nessa mudança gerencial a solução para a “recuperação” material e moral do condomínio que segundo ele estava “caindo aos pedaços”, como foi relatado em mensagens no grupo Geral. Mas para isso, seria necessário pleitear uma alteração na convenção do condomínio, com uma ampla mobilização coletiva e diligente. Para qualquer alteração no normativo é preciso recolher um quarto das assinaturas dos proprietários para a inclusão do tema na assembleia (caso o gestor não atenda à solicitação espontaneamente), ou seja, pelo menos 109 das 438 unidades autônomas; e o pleito precisaria contar com a participação de dois terços dos condôminos, isto é, 292 proprietários (ou procuradores) adimplentes presentes. Em um condomínio com os interesses dispersos entre proprietários-investidores, proprietários-moradores e inquilinos, como o Residencial dos Ipês, isso se torna ainda mais difícil. A “farra das procurações” tem um efeito simbólico e prático importante: mostra a dificuldade em alterar a dinâmica em funcionamento que favorece a perpetuação de Cláudia no poder por muitos anos. Isso ressalta a Alicerce Construções como um ator importante, não apenas do ponto de vista do mercado imobiliário (como discutido no [capítulo 2](#)), mas também ao influenciar diretamente a política condominial. Mas essa prática, à primeira vista meramente administrativa e que é praxe em condomínios brasileiros, reside um mecanismo de redistribuição da agência e do poder que

acarreta opacidade à política condominial e passividade coletiva. Em uma ocasião, um dos proprietários comentou que não iria à assembleia para não ser “tratorado” e outro disse ainda que não via sentido em ir à assembleia, já que “ninguém se importa mesmo”. Como notei durante o campo, as procurações amplificam o poder do mandatário e esvaziam as assembleias. Conclui que esse instrumento jurídico das procurações é condutor do poder e emblema da desmobilização coletiva, espelhando a lógica estrutural condominial de justaposição dos vínculos institucionais e pessoais e na qual o controle se sobrepõem à transparência.

Para contornar o desengajamento nas assembleias e frear a “farra das procurações”, um grupo de proprietários liderado por Gustavo estabeleceu a Comissão Independente de Proprietários (CIP) em novo grupo de WhatsApp do qual não cheguei a fazer parte. Além do fórum exclusivo no WhatsApp, o grupo possui um e-mail próprio para “inspecionar, acompanhar e dar suporte às administrações do prédio para trazer conformidade aos atos e transparência aos proprietários”, como eles mesmos definiram. Por meio da divulgação de cartas públicas nos diferentes grupos de WhatsApp do condomínio (especialmente no Geral e de Vendas), a CIP assumiu a função paralela de supervisionar a atual gestão e mobilizar outros proprietários pela preservação de seu patrimônio e, em última instância, valorização de seus investimentos. A intenção era promover uma administração “representativa e que trabalhe para o bem-estar de todos e para a valorização do condomínio”, em suas palavras. As cartas contêm análises detalhadas dos muitos acontecimentos do condomínio, com embasamento legal e técnico, e integram uma “cruzada pela recuperação do condomínio”, como eles mesmos definiram, sendo assinadas com uma saudação que virou o *slogan* da CIP: “A nova era da transparência do Residencial dos Ipês”.

Aqui, abro um parêntese para retomar o arco de atuação de Gustavo que, como disse anteriormente, é instigante por seus desdobramentos práticos. Ao longo do tempo, a participação dele passou do envio de mensagens no grupo de WhatsApp à liderança de uma comissão, também articulada pela plataforma, que “briga na justiça” para destituir a síndica. O interlocutor está amplamente engajado na política com “p” minúsculo (Miller, 2024), isto é, no âmbito do cotidiano, em referência ao que propõe Miller (2024) ao diferenciar da política em âmbito nacional. A política com “p” minúsculo consiste em “[...] estar ativamente envolvido em ações políticas que tinham impacto imediato sobre sua própria pequena cidade” (Miller, 2024, p. 284, tradução nossa<sup>160</sup>) ou, neste caso, no próprio condomínio.

---

<sup>160</sup> Onde se lê: [...] being actively involved in political action that had an immediate impact upon their own small town (Miller, 2024, p. 284).

Diferentemente da democracia brasileira, um sistema representativo com muitos atores e interesses envolvidos em várias instâncias de negociação, no condomínio Gustavo podia colocar a mão na massa para “fazer alguma coisa”. E fez. O campo sugere que a participação ativa do morador na política condominial busca materializar seu ideal de democracia e de transparência da gestão, em oposição ao poder invisível da corrupção. Ao reencenar em escala doméstica os dilemas morais e políticos que marcam o imaginário nacional sobre corrupção e poder, Gustavo desencadeia implicações e desdobramentos sentidos na vida coletiva. Ele mobilizou a coletividade por mais transparência nos processos decisórios e pela recuperação simbólica e material do condomínio, reuniu proprietários, criou a CIP e recorreu à justiça para promover alterações nos processos e práticas em andamento no condomínio. Mas mudanças como essas levam tempo pelas singularidades dos espaços coletivos de moradia, como Rachkorsky (2025) e Felitti (2025) narraram em seus programas<sup>161</sup>.

Por hora, cabe enfatizar que os usos e apropriações dos grupos no WhatsApp pela CIP para mobilização dos moradores faz da plataforma um espaço de participação cívica, isto é, em decisões e atividades que interessam a coletividade. Assim como Dixon (2017) propõe quando analisa os programas de vigilância em vizinhanças, também em meu contexto de pesquisa o WhatsApp faz o enraizamento simbólico desses moradores. Isto é, “esse senso pode ser compreendido como capaz de sustentar, até mesmo estabilizar, uma comunidade por meio de sentimentos de presença coletiva e de ‘estarmos juntos nisso’ (Dixon, 2017, p. 494, tradução nossa<sup>162</sup>). No caso do Residencial dos Ipês, a ênfase da CIP estava em alertar a todos para o “descaso” e prejuízo à qualidade de vida dos moradores, ao passo que serve de base para articulação dos proprietários de unidades autônomas em busca de mudanças (em múltiplas escalas, da gestão à infraestrutura). Nesse sentido, os usos do WhatsApp pela CIP, permitem a encenação de ideais particulares de democracia e transparência, transformando a relação das pessoas com a infraestrutura e com a administração condominial. Narro outro caso que ancora este argumento.

---

<sup>161</sup> Em programas de rádio, de televisão e em *podcasts* de que participa, o advogado condominial Rachkorsky (2025) narra acontecimentos extremos entre síndico e moradores, decorrentes, entre outras coisas, da má administração de espaços residenciais, de desvios de dinheiro e de abusos de poder de gestores condominiais. No podcast investigativo *O síndico* que narra a história de um estelionatário que trabalhou em diferentes condomínios em São Paulo e realizou uma série de fraudes, o jornalista Chico Felitti (2025) definiu os condomínios como um “bonsai de Brasil”. O paralelo do jornalista faz referência às práticas que ocorrem em pequena escala e que em muitos momentos refletem e se conectam aos acontecimentos na política nacional, associando a composição à imagem do laboratório brasileiro e microcosmo social.

<sup>162</sup> Onde se lê: “This sense can be understood to hold, even stabilise, a community through feelings of collective presence and ‘being in this together’ (Dixon, 2017, p. 494).

Já próximo do fim do meu campo de pesquisa, em 2024, a síndica convocou a assembleia a ser realizada por meio do *software* condominial, possibilidade instituída na legislação<sup>163</sup> à época da pandemia de Covid-19. Contudo, mesmo após a queda nas taxas de contaminação, a síndica continuou utilizando o *software* sob o argumento de evitar agressões físicas entre os participantes, como de fato chegou a ocorrer em anos anteriores. Na visão da CIP, a assembleia *online* era um subterfúgio da síndica para controlar a pauta, os acessos à plataforma, a verificação de quórum, os direitos de fala e a abertura dos microfones. Para democratizar o acesso e tornar a participação dos proprietários mais efetiva, a CIP organizou uma estrutura com projetor, som e microfone, para a transmissão ao vivo da assembleia na área comum do condomínio. A iniciativa foi divulgada nos grupos do condomínio no WhatsApp, convocando a participação geral. Segundo um dos integrantes da CIP, a assembleia prometia um “show”. O Residencial dos Ipês estava alvoroçado. Gustavo e os demais membros da CIP não conseguiam conter a euforia, publicando seguidas mensagens nos grupos de WhatsApp, sempre assinadas com a frase “TRANSPARÊNCIA NO RESIDENCIAL DOS IPÊS”, em caixa alta. Eles pediram que os participantes levassem cadeiras para a transmissão, pois a síndica havia vetado o empréstimo por não estar “habituada” ao que aconteceria naquela noite. Depois, informaram que haveria uma lista de presença para demonstrar a viabilidade de assembleias mistas, físicas e *online*. As expectativas da CIP quanto à reunião oficial eram altas.

Inesperadamente, Cláudia cancelou a assembleia poucas horas antes da realização. Tratava-se, na realidade, do quinto cancelamento consecutivo, dando pistas de que a síndica simulava a abertura à participação coletiva democrática (como estabelece a convenção, o normativo e a lei dos condomínios), mas, no fundo, exercia o monopólio e o controle sobre a vida coletiva. Isso levou a CIP a redigir uma longa mensagem no grupo Geral informando que a síndica precisou “anular o golpe em andamento” ao ser surpreendida com a possibilidade de mobilização dos proprietários. A pressão e o escrutínio à “farra das procurações” estava trazendo resultados, sobretudo no sentido de promover maior “transparência”, segundo eles, ainda que de fato poucos processos haviam sido transformados e que a gestora continuasse em exercício.

Para se defender da organização paralela de proprietários e dos boatos que circulavam *online* e *offline*, Cláudia mobilizou a Lista de Transmissão e explicou que a reunião fora cancelada por motivos graves, sem mencionar exatamente quais. Na mensagem, ela destacou

---

<sup>163</sup> Lei nº 14.309/2022.

que suas contas foram validadas e que as obras e ações de manutenção foram aprovadas pelo conselho consultivo no *software* condominial – conselho do qual, ironicamente, ela fazia parte ao também tornar-se mandatária de um dos moradores. Significa dizer que, por meio de procuração, a gestora aprovaria os próprios gastos. Por fim, ela escreveu: “Vários proprietários já vieram [à sala da administração] e constataram que há muita gente acusando a síndica de muita coisa sem que a mesma tenha possibilidade de defesa, e logicamente essas acusações só ocorrem em grupos de zap [WhatsApp] que a síndica não participa”. Cláudia saiu do grupo Geral após algumas discussões e não conseguira voltar, não apenas porque não morava no condomínio, mas pela antipatia de muitos moradores pela sua pessoa. Em síntese, Cláudia ocupa simultaneamente as posições de gestora, fiscal e interessada, refletindo a lógica condominial estrutural que borra as fronteiras entre o público e o privado e se revela uma dinâmica personalizada, em que o posto de síndico é a encarnação do próprio condomínio.

Alguns dias depois, a síndica enviou mais mensagens pela Lista de Transmissão, acusando indiretamente aqueles que disputariam as próximas eleições de boicotar a infraestrutura do condomínio, sugerindo que as pessoas estariam danificando as instalações para prejudicar a imagem da síndica. Para defender seu mandato e sua honra, mencionou a falta de reparos durante oito anos em que não esteve à frente do Residencial dos Ipês, o *superávit* (excedente de recursos em caixa) que conseguiu desde que havia retornado ao posto, as melhorias feitas no reservatório de água e no telhado. Ela afirmou que os novos proprietários estavam sendo manipulados com informações falsas e finalizou dizendo que, na realidade, “Na verdade, 'você nunca será criticado por alguém que esteja fazendo mais do que VOCÊ, você só será criticado por alguém que está fazendo Menos'”. A gestora dava recados claros aos seus opositores por meios institucionais, revelando os usos ambivalentes dos artefatos digitais. Nessa prática do “recado”, Cláudia personaliza a comunicação institucional e reforça a assimetria de poder ao mesmo tempo em que buscava profissionalizar a gestão.

Esta não foi a única vez que Cláudia respondeu via Lista de Transmissão às conversas que estavam ocorrendo *offline* e *online*, nos grupos de WhatsApp (o Geral e o de proprietários do qual não fiz parte). Cláudia contava com um infiltrado no grupo Geral, que passou a encaminhar as mensagens à síndica. Contrária às próprias premissas de boa administração, publicadas no relatório-mensagem já mencionado, a síndica passou a responder aos ataques via Lista, publicando coisas como: “Não creiam nessas pessoas que por pura inveja se dedicam a falar mal da gestão. Energia negativa faz mal a todos”; e também “[...] há muitos boatos negativos e todos nós sabemos que qdo [quando] você demonstra força

e conhecimento, as pessoas invejosas procuram manipular os que estão ao redor para tentarem destruir o que há de sucesso”. Ela ainda publicou o seguinte:

Ocorre que pessoas cadentes por tomarem a Administração do Condomínio estão tentando manipular aqueles que não possuem conhecimento na área inventando mentiras. Não percam o seu tempo com essas figurinhas repetidas [os opositores], não se deixem manipular. Qualquer dúvida Façam a consulta tb [também] diretamente ao contador do condomínio ou ao nosso advogado (Cláudia, 2023).

Ao reproduzir as mensagens, destaco como as práticas reproduzem em pequena escala as dinâmicas que são muito características da política em âmbito nacional. Há um paralelo com o que ocorre nacionalmente, em utilizar a “máquina pública” para promover os feitos de um governo ou, no contexto do condomínio, da administração. Apesar de ilícito, não é raro identificar a prática em administrações municipais, estaduais, governamentais e nacional, independentemente do espectro político. A prática é praxe, apesar do artigo 37º da Constituição Federal estabelecer princípios relacionados à publicidade, incluindo a obrigação de divulgar informações públicas, o direito de acesso à informação pelos cidadãos e a promoção da transparência nos processos decisórios governamentais. Segundo o artigo, quando agentes públicos se envolvem em atividades que contrariem esses princípios, como o uso indevido de recursos públicos para autopromoção ou ganho político, isso constitui administração indevida. Legislar em causa própria ou, neste caso, para a Alicerce Construções, significava servir a dois senhores com interesses díspares. Contudo, apesar de parecer ilegítima, a prática não estava em desacordo com a lei.

Ao tentar administrar a crise política por meio da Lista de Transmissão, Cláudia se beneficia do grande alcance deste canal de comunicação, um artefato digital muito mais abrangente que os grupos de WhatsApp por ter muito mais moradores incluídos. Ao emitir mensagens de caráter oficial, Cláudia usou a ferramenta institucional em benefício pessoal. Isso conferiu, ao seu mandato, aspectos do “condomínio tradicional informalmente gerido”, para utilizar a linguagem do relatório e que, ironicamente, ela tentava evitar no início de sua nova gestão. Ou seja, há uma instrumentalização do WhatsApp Business e das *affordances* da Lista de Transmissão para a política interna do condomínio. Ainda que Cláudia tenha reivindicado discursivamente uma gestão profissional, ela “amadoriza” a gestão ao mobilizar a “máquina” para responder aos ataques pessoais e, consequentemente, se manter em exercício como síndica.

Diante de tantos eventos e acontecimentos vinculados às disputas políticas no âmbito doméstico, moradores utilizam a ironia para zombar do comportamento de opositores

políticos como Cláudia e Jorge, no grupo Geral no WhatsApp. Em uma ocasião, um dos moradores compartilhou um meme do “dia das crianças” (figura 50) para expressar desaprovação quanto à forma como os moradores se comportam coletivamente, *online* e *offline*. A publicação destaca a maneira como os antagonismos são geridos, dando pistas da singularidade à política condominial marcada por emoções exacerbadas como o choro, a raiva, o desejo de vingança; e práticas como sabotagem, intervenções na infraestrutura, manobras jurídicas e levantes contra a síndica em exercício. O meme dizia que “todo dia é dia das crianças na creche de adultos chamada de condomínio”. Assim, interpreto que o meme sintetiza estética e simbolicamente a política interna nesse espaço de moradia: se o condomínio é uma creche, como chegaram a sugerir, o grupo Geral por vezes torna-se o parquinho onde os moradores se provocam, desabafam e circulam as emoções que estruturam o convívio coletivo.

**Figura 50: Dia das crianças em condomínios**



Fonte: Desconhecida, reprodução grupo de WhatsApp (2023).

## 7.6 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, vimos que a degradação da infraestrutura condominial, seja pelo tempo, pelo uso e/ou por defeitos construtivos, é inevitável e demanda manutenção e reparo

constantes. Esses processos (ou a falta deles) estão amplamente conectados ao posto de síndico e impactam diretamente nas rotinas dos moradores, sendo o principal combustível dos desentendimentos em muitos espaços coletivos de moradia brasileiros, como o Residencial dos Ipês. A infraestrutura – por sua própria natureza que tende à degradação – é personagem importante dessas interações e junto das condutas dos moradores agencia e organiza uma dinâmica política bastante singular. Esses conflitos, por sua vez, longe de fragmentar o condomínio, tecem o próprio modo de convivência possível entre vizinhos, compondo aquilo que Simmel (1983) descreve como a “totalidade” dessa forma de sociação. Ou seja, os antagonismos em torno da infraestrutura e que atravessam o posto de síndico não rompem o tecido social do condomínio, mas são constitutivos dele, trazendo textura ao cotidiano. O meu ponto é que condomínios residenciais como o Residencial dos Ipês são espaços de fricção social perene por seu caráter socialmente complexo e, nesta Era Digital, esses atritos permeiam o *on* e o *offline*.

Os confrontos e embates narrados aqui não são exclusivos do Residencial dos Ipês. Em Brasília, por exemplo, houve uma proliferação de conflitos nos espaços coletivos de moradia, como mostrou o levantamento do portal Metrópoles junto da Polícia Civil do DF. O site noticiou 80 casos registros criminais de conflitos entre síndicos e moradores só no Plano Piloto, entre janeiro e outubro de 2024 (Matos, 2024). As ocorrências se dividem entre difamação, injúria, calúnia, ameaça, lesão corporal dolosa, vias de fato e tentativa de lesão corporal (Matos, 2024). Além dos crimes físicos, os casos de brigas *online* também proliferaram, como mostra o levantamento do termo “grupo de condomínio no WhatsApp” no Jusbrasil, plataforma jurídica de acesso a informações sobre leis e decisões jurídicas. Em agosto de 2025, a plataforma apresentava 10 mil resultados de processos em todo o Brasil ligados a essas palavras-chave. São muitos casos que refletem a complexidade dessa tipologia habitacional para onde convergem pessoas muito diferentes.

O caso particular da síndica profissional e mandatária da construtora, Cláudia, exemplifica os dilemas entre a gestão técnica e a autoridade, mostrando como a legitimidade do poder é constantemente negociada e contestada. A racionalidade empresarial, de caráter impessoal, contrasta com as expectativas sociais de cuidado, proximidade das interações e de pertencimento comunitário que regem a vida coletiva em condomínios. Isto é, o conflito entre síndica e moradores não se reduz às divergências de gestão, mas reflete uma disputa simbólica pelo sentido de “viver em condomínio”, em que o espaço deve ser administrado como empresa e cultivado como comunidade. Enfatizo que o meu interesse ao reportar os casos nesta etnografia não é fazer um julgamento moral da gestão de Cláudia, ou ainda

afirmar que há má administração dos recursos, negligência na manutenção ou condução de atividades ilícitas. O objetivo do capítulo foi discutir como se dão os usos e apropriações dos artefatos digitais na política interna, em que o posto de síndico (ocupado por Cláudia à época do campo) emerge como lugar de mediação e nó para onde converge o material e o social.

Mas também vimos nesse capítulo que o condomínio tem uma lógica política bastante singular, em que afetos e sobreposições se misturam e formam um *fato social total* (Mauss, 2007 [1925]). Os usos e apropriações do WhatsApp, nesse contexto específico, o convertem em um suporte e em um mediador ambivalente que organiza e desorganiza, conecta e divide, circula boatos e promove a transparência, estabelece a narrativa oficial e a comunicação personalista. O mesmo artefato que atua como suporte da organização dos encontros e da constituição dos vínculos de amizade da *turma*, é um operador da dinâmica política, um dispositivo de governo e uma fonte de mobilização cívica. Essas apropriações do digital podem potencializar o poder do dirigente, mediar os interesses, viabilizar decisões, extravasar emoções e frustrações, circular a etiqueta social, estabelecer narrativas, contrapor discursos oficiais e, claro, fazer política.

O campo não me deu evidências claras de que os atos paralelos e as manifestações *online* da CIP foram de fato eficazes em promover uma participação mais democrática e gerar resultados concretos para o condomínio, como mais transparência, o reparo da infraestrutura, o fim da “farra das procurações” e a eleição de outra pessoa para o posto de síndico. Mas sublinho também que esses processos acontecem muito lentamente em condomínios e um campo de longuíssimo prazo talvez pudesse mostrar algo diferente. Fato é que o grupo Geral consiste em um espaço onde os mais engajados exercem protagonismo, influência e participação cívica, dando pistas de que essa atuação na política do “p” minúsculo (Miller, 2024) pode ser uma forma de preencher uma lacuna de participação política deixada pela democracia brasileira. No Residencial dos Ipês, a política condominial é atravessada por emoções como raiva, orgulho e ressentimento, expressas publicamente e que também moldam o sentido de pertencimento ao lugar, comunicando que as pessoas ali residentes estão “fazendo alguma coisa”.

Até a finalização da tese, os moradores-proprietários brigavam judicialmente para tirar Cláudia do poder. A síndica, por sua vez, continuava atuando no posto e postergando a convocação de nova assembleia, mesmo após o vencimento do mandato de dois anos. O condomínio “onde impera a discórdia e abundam os problemas”, como definiu Gustavo, é palco de disputas políticas articuladas por meio do digital, espelhando processos, valores e moralidades brasileiras. A síntese simbólica do meu campo veio em outubro de 2025,

condensando a minha percepção de que o conflito não é contingencial, mas constitutivo da vida coletiva condominial e da trama social feita de alianças, confrontos e de afetos que o sustenta. O condomínio é um espaço vivo no qual a política é exercida, sentida e imaginada cotidianamente, e reorganizada com e a partir de artefatos digitais. Quando entrei em contato com o zelador para saber quem continuava à frente do condomínio e se os conflitos haviam cessado, ao que ele respondeu prontamente: “o Residencial dos Ipês, pra acalmar tem que implodir”.

## CAPÍTULO 8

### PARA CONCLUIR

Esta tese fez uma descrição densa da mediação do digital na experiência de moradia em um condomínio e mostrou as implicações e os desdobramentos dos usos do digital. Desde uma localidade e temporalidade específica, identifiquei processos, nomeei práticas, examinei dinâmicas e interpretei visões de mundo. Assim, a etnografia é resultado do meu engajamento direto com espaços, ritmos, escalas, atores, actantes e práticas que perpassaram o Residencial dos Ipês em um momento singular. A partir do envolvimento próximo e crítico com o campo, detalhei como esta mediação ocorre, apresentei os casos de uso e as exceções, contrastei as continuidades e as descontinuidades entre as práticas de vizinhança pré-digital e observei uma constelação de papéis e funções desempenhados pelo digital na vida cotidiana.

O movimento de aproximação e de distanciamento ao analisar os sentidos do condomínio e a sua relação com a cidade, ao examinar as práticas cotidianas nas quitinetes e ao descrever os muitos casos de uso dos artefatos digitais, em especial os grupos de vizinhos no WhatsApp, seguiu as pistas que emergiram do campo. A partir dessas diferentes angulações, busquei uma perspectiva multidimensional e contextual de como as redes, as plataformas e as tecnologias fazem a mediação dos fluxos e processos simbólicos e integram uma totalidade bastante complexa.

Neste contexto de digitalização da vida social, o condomínio é resultado de um entrelaçamento dos processos e aspectos *on* e *offline*. Os artefatos digitais são o suporte e, ao mesmo tempo, fazem a costura do tecido social do condomínio. Há um atravessamento e uma hibridização do digital aos modos de vida humanos e não humanos, da infraestrutura e das relações entre vizinhos pelas tecnologias digitais. Com isso, destaco que existe um acoplamento das diferentes escalas do condomínio e, ao mesmo tempo, um efeito escalar nos modos de vida no condomínio e na cidade.

O conhecimento aqui produzido é, ao mesmo tempo, situacional e conjectural, na medida em que conecta o que foi vivido em um contexto específico às estruturas materiais e simbólicas que o constituem e o sustentam. No percurso de interpretação do que observei e do que vivi, interpreto também a mim mesma e a minha própria experiência de moradia em uma das quitinetes no Residencial dos Ipês. Nesse sentido, a complexidade da etnografia vem não apenas do objeto em si, mas também da justaposição do olhar de moradora e de etnógrafa. A pesquisa também se completa pelos deslocamentos em termos de campos científicos, de localidades, de línguas e linguagens. Parte dela foi empreendida enquanto

realizava o doutorado-sanduíche na University College London (UCL), no Departamento de Antropologia. Por isso, as escolhas teóricas e metodológicas desta tese refletem uma interlocução com o pensamento acadêmico britânico — em especial com tradições etnográficas que valorizam a materialidade, o cotidiano e as mediações tecnológicas — e com os referenciais que orientam os estudos sobre comunicação, cultura e vida urbana no Brasil. A interlocução com esses horizontes de pensamento permitiu uma experimentação metodológica e conceitual que atravessa toda a tese. Assim, bagagem acadêmica “de fora”, somada às contribuições dos estudos da comunicação e das ciências sociais brasileiras, resultou em uma composição híbrida de pensamentos e abordagens. Esses deslocamentos geográficos, linguísticos e epistemológicos contribuem para a vitalidade dos debates aqui realizados e fazem desta uma produção original enraizada no Brasil e aberta ao mundo.

### **8.1 Os principais achados desta etnografia**

Por meio de muitas evidências, mostrei como as práticas digitais dos moradores atravessam e afetam a convivência coletiva, a infraestrutura do condomínio, a vida dos animais de estimação, as disputas políticas do lugar. Mas muito do *condomínio digital*, na verdade, se organiza com e a partir dos processos e fluxos que se desdobram no *offline*. Por que então chamá-lo de digital? *O digital block* lança luz sobre o que marca as humanidades desses espaços coletivos de moradia no atual contexto digital. Ou seja, não se trata de adotar um determinismo tecnológico ou de analisar apenas as interações digitais, a ênfase está em entender como os usos e as apropriações dos artefatos falam sobre modos de vida mediados e articulados pelo digital. Sumarizo os argumentos-chave desta tese abaixo.

**Expansão simbólica da “composição multiescalar”:** vimos que condomínios materializam um arranjo de forças, interesses e ideologias. Esses “enclaves fortificados” instituem e conformam modos de vida particulares nas cidades (Cerdeira, 2003 [2000]). São composições urbanas em que múltiplos elementos se articulam em diferentes escalas e produzem os sentidos de condomínio e de cidade (Moura, 2012). Lancei mão do conceito de Moura (2012) e integrei a dimensão digital à análise dessa composição particular para pensar como ela atravessa e reconfigura outras dimensões do condomínio, produzindo efeitos escalares e sentidos para os moradores dessa composição urbana e para a cidade.

**A dimensão digital do condomínio:** há uma variedade de plataformas, tecnologias, fluxos de sentido, processos e infraestrutura para a conectividade digital relacionados de forma ecológica e interdependente. São artefatos que compõem a dimensão digital do

condomínio e seus usos propõem dinâmicas singulares de interação e de produção de sentido, reorganizando as dinâmicas entre vizinhos e as rotinas no Residencial dos Ipês. Os usos dos artefatos não são homogêneos, tampouco universal. Nem todos estão “plugados” nessa dimensão digital e utilizam os artefatos em suas demandas cotidianas. Há uma heterogeneidade nos usos e apropriações entre os moradores de um mesmo condomínio por várias razões, incluindo o letramento e a disposição para o uso das tecnologias e plataformas. Há também aqueles que, mesmo conectados à Internet e digitalmente hábeis, não têm conhecimento da existência de redes de vizinhos *online*; não têm disponibilidade e abertura para a socialização comunitária; ou ainda optaram por permanecer desconectados desta dimensão digital. Essa heterogeneidade potencializa as camadas de visibilidade e de invisibilidade social entre os vizinhos, impactando nas experiências individuais de moradia. Mas o campo mostrou que mesmo aqueles que não integram essa dimensão digital são impactados pelo é articulado *online*.

**Uma “composição” móvel, portátil e conectada:** neste condomínio, os vínculos, as informações e os afetos circulam e se organizam entre plataformas e espaços físicos, de modo interdependente. Por meio dessa dimensão digital, o corpo social cocria os sentidos de condomínio e de vida urbana, reconfigurando o pertencimento a uma localidade e a uma comunidade. Os usos do digital reestruturam temporalidades ao propor novos ritmos e dinâmicas de interação, de trocas simbólicas e de produção de sentido, instaurando novas experiências de convivência coletiva marcadas pela simultaneidade e pela copresença. As espacialidades também são reorganizadas com a expansão e o borramento das fronteiras simbólicas do condomínio que convencionalmente se estabelecem entre o interior dos apartamentos, as áreas comuns e a rua. Os limites do condomínio não se definem mais apenas pela cerca ou portaria, mas pelas interações entre vizinhos, pelos fluxos de mensagens, pelas trocas afetivas e informacionais. Ou seja, por meio de artefatos como o WhatsApp, essa composição urbana torna-se móvel e portátil, podendo ser acessada à distância, e está perpetuamente conectada.

**“Grupo de condomínio” no WhatsApp:** A plataforma emerge como o artefato digital mais proeminente no condomínio por suas funcionalidades (*affordances*) e grande aderência entre os brasileiros. Os grupos *online* são customizados a partir das necessidades e afinidades dos moradores, operando segundo uma escala crescente de intimidade e de acordo com códigos sociais brasileiros. Eles não são um canal oficial de comunicação da administração do condomínio e o acesso aos grupos não é universal e homogeneizado. O convite ou permissão para participar, bem como o engajamento nesses grupos de WhatsApp,

estão sujeitos a aspectos subjetivos, como empatia, afinidade, preferência por privacidade, interesse individual e, de modo geral, à sociabilidade *offline*. Nos grupos *online* circulam afetos, valores e moralidades como a solidariedade, a vigilância, o humor, o julgamento moral, que moldam a coesão e a fragmentação dos *clusters*. A linguagem dos memes, das figurinhas e dos emojis que circula nesses grupos constrói simbolicamente uma estética e de uma cultura própria do condomínio digital. Entre as implicações desses usos, destaco que as interações que provavelmente se desenvolveriam lentamente, por meio da casualidade dos encontros presenciais, foram catalisadas pelos usos desses “grupos de condomínio” no WhatsApp, nos quais vizinhos estão sempre conectados e se fazem copresentes. Os grupos dão suporte a uma sociabilidade de caráter infraestrutural que provê coisas, informação, vínculos e a produção de sentido.

**A articulação política e a organização do cuidado nos grupos *online*:** os usos dos grupos *online* dão pistas de que os brasileiros idealizam o que entendem por democracia e que não é apenas votar, mas também consideram a transparência em oposição ao poder invisível ou à corrupção. Com isso, residentes mobilizam as ferramentas e recursos que estão ao seu alcance, como o WhatsApp e as cartas *online*, para expressar seus ideais mais universais de democracia e de nação. Os grupos de condomínio no WhatsApp emergem como espaços de disputa simbólica, em que proprietários, inquilinos e a síndica organizam narrativas, circulam moralidades, estabelecem consentimento, deliberam sobre temas coletivos e individuais e exercem exclusões. Ao mesmo tempo, os grupos são ferramentas importantes para a viabilização de encontros físicos da *turma*, para a tutoria de *pets* e para a provisão de cuidado a pessoas idosas. Os grupos no WhatsApp são *age-friendly* (Duque 2022) ao circular a informação e fazer os idosos ativos tanto *online* como *offline*, amplificando as possibilidades de cuidado e sendo fonte importante de suporte emocional e material. Os *pets* fazem a mediação entre o *offline* e o digital e entre o espaço coletivo (o gramado) e o privado (a quitinete), em torno dos quais se articulam sociabilidades, isto é, suas presenças e representações digitais desencadeiam interações de diferentes naturezas.

**Os impactos do digital no tecido social do condomínio:** há um significativo ganho de escala, tanto no volume quanto na temporalidade das interações sociais com o digital, que se tornam mais rápidas, intensas e numerosas. Elas se traduzem na intensificação e complexificação das sociabilidades: tanto as amizades como os conflitos são estabelecidas por meio de grande investimento nas interações *online* e *offline*. Ou seja, as afinidades e os antagonismos se constroem e se dissolvem na interseção *online/offline*. Mas não se pode presumir a formação dos vínculos sociais e a construção de uma comunidade a partir desses

grupos no WhatsApp. Na verdade, eles são construídos de modo interdependente, isto é, os artefatos digitais não estabelecem laços por si só, o contato entre vizinhos é uma prática tácita e mundana, sujeita a externalidades (como as condições gerais de moradia), a preferências pessoais (como afinidades e/ou desejo de privacidade) e às normatividades brasileiras. Contudo, a incorporação do digital ao cotidiano produz uma experiência de vizinhança em rede. Com isso, vemos a reorganização da sociabilidade na metrópole. De outro modo, a “vida nas grandes cidades”, declarada “morta” por Simmel (2005 [1903]) ao conceituar o caráter blasé das interações, na verdade se rearranja *online* e *offline*, “nas brechas”, como diz Lucio Costa (2018 [1967], p. 301).

**O condomínio digital dribla o isolamento das quitinetes:** com os usos dos artefatos digitais, os moradores de quitinetes encontram senso de pertencimento e formam comunidade, cruciais para o bem-estar em um contexto de moradia individual. Em consequência, eles driblam a atomização e o isolamento potencializado por seus apartamentos compactos, concebidos como acomodações-dormitório em centros urbanos. Mesmo não morando em um lugar que estimula a convivialidade e a construção de laços sociais, como as superquadras de Lúcio Costa ou os condomínios horizontais, por meio dessa sociabilidade híbrida, os participantes encontraram mecanismos de enfrentamento da solidão e da precariedade, e de compensação dos constrangimentos da quitinete e reconfiguração simbólica do espaço.

**As quitinetes e o mosaico de agências:** a quitinete se insere em um momento específico da biografia habitacional de muitos moradores: a grande maioria inquilino e com ciclo de vida de até dois anos morando nesses espaços. Isto impacta diretamente nos níveis de apropriação do espaço e na estética do apartamento. Ele se sobressai como um espaço privilegiado para pensarmos como as agências humanas (do inquilino, do proprietário e dos códigos sociais) e não humanas (do espaço, das coisas e dos *pets*) estão em constante negociação e disputa e constituem um mosaico. A restrição espacial demanda a reorganização das rotinas domésticas, e potencializa privações em práticas como a alimentação e a socialização. O espaço interno molda as relações dos moradores com as coisas, consigo mesmos e com outras pessoas e animais de estimação.

**Um dispositivo de acesso à vida urbana e de navegação no cotidiano:** a tese permite a interpretação do condomínio a partir de diferentes angulações. O condomínio é fruto da negociação de atores políticos (o mercado imobiliário e a administração regional) e não segue um planejamento urbano governamental, mas se estabelece nas brechas dos normativos e do território, intervindo de forma particular na Capital Federal, Brasília. Assim,

do ponto de vista do território e da localização na cidade, esta composição é um dispositivo para acesso à vida urbana. Os participantes encontraram no Residencial dos Ipês um jeito financeiramente viável e acessível de morar em uma região simbolicamente valorizada, partilhando, ainda que relativamente, dos valores e do *status* da localidade. Ao deslocar o olhar para a dimensão digital e para os laços entre os moradores, o condomínio propicia senso de pertencimento e de comunidade, podendo ser entendido enquanto um dispositivo para navegação no cotidiano.

**Modos de vida singulares e comportamentos normativos:** os achados etnográficos se vinculam a modos de vidas singulares, ao mesmo tempo que espelham a normatividade brasileira – como a tendência a encurtar as distâncias e a abolir os formalismos sempre que possível, além da mobilização de códigos sociais complementares em diferentes espaços – e permitem a comparação com outros condomínios do país. Em outras palavras, a etnografia sugere uma tipicidade brasileira nos “grupos de condomínio” no WhatsApp. Isso se manifesta nas práticas comunicativas que são intensas e na estética, como o uso de áudios, *emojis*, memes, figurinhas. Ao mesmo tempo, em cada espaço de moradia, os inquilinos, proprietários e a administração têm seus próprios critérios para organização desses grupos *online*, com regras sociais explícitas ou veladas, onde circulam valores e moralidades específicas. Ou seja, enquanto na mídia de massa e nas redes sociais circulam etiquetas sobre usos de grupos de condomínio no WhatsApp, o mergulho etnográfico mostrou que as apropriações dessas tecnologias acarretam implicações e desdobramentos particulares.

## 8.2 Contribuições para a literatura acadêmica

As contribuições desta pesquisa se dão em termos teóricos e metodológicos para os estudos críticos em comunicação e para as ciências sociais. A tese ecoa o que propõe Hall (2016) ao estabelecer uma interface entre esses campos científicos e isso desloca o foco da comunicação, das trocas informacionais para a articulação dos processos sociais, ampliando as abordagens e o horizonte do campo. As evidências etnográficas destacam o papel das práticas comunicacionais na mediação da vida coletiva: elas participam da produção de sentido, da circulação de afetos, das disputas simbólicas e das negociações políticas. A comunicação está incorporada à análise das plataformas, às formas de mediação tecnológica e às formas de interação social, com traços infraestruturais para a vida coletiva. E isso redesenha os próprios contornos da comunicação como um processo operador da vida urbana, com implicações para o campo de estudos e para suas metodologias de pesquisa.

O estudo também propõe uma nova forma de refletir e de se engajar etnograficamente com as composições urbanas. Pensar o *mundo dos condomínios* (Moura, 2012) à luz das tecnologias digitais revigora debates sobre estilos de vida e de habitação nas metrópoles brasileiras, sobre as novas formas de sociabilidade e do encontro com as diferenças. O estudo é produtivo ao agregar o digital enquanto nova camada de complexidade que se coloca nas relações na *urbe*. E de como os artefatos digitais reorganizam as fronteiras simbólicas de uma composição que tem agência na cidade. Os enquadramentos aqui propostos desafiam o senso comum sobre a perda dos laços sociais nas metrópoles, e da suposta inautenticidade das relações *online*. Em contraste, a densidade de vínculos sociais estabelecidos no Residencial dos Ipês instaura fluxos de sentido e formas de navegação própria no dia a dia. Os usos e apropriações de tecnologias digitais nesse espaço coletivo de moradia propõe novas temporalidades, espacialidades e uma cultura digital própria. Neste processo, o digital emerge como outra escala destas composições urbanas, e o *mundo dos condomínios* (Moura, 2012) se expande em complexidade.

O estudo introduz ainda novos olhares para as relações de poder e agência entre humanos e não humanos no espaço íntimo das quitinetes, contribuindo para os estudos da cultura material do lar. Fiz uma leitura sobre os modos de vida nas quitinetes, tipologia bastante popular em muitas cidades brasileiras, ampliando o escasso arcabouço teórico sobre a temática. Mas reitero que nos lares ainda há muitos mundos esperando para serem interpretados. Nesse contexto, destaco que há uma idealização sobre a decoração do interior do lar, onde as pessoas também podem expressar, por meio da estética, seus ideais sobre como a vida deveria ser. A vida acontece entre o disponível e o imaginado.

A tese contribui para o estudo das humanidades digitais ao interpretar aspectos fundamentais da agência do digital no habitar condominial e na sociabilidade vicinal. Mas o conhecimento elaborado aqui também tem efeito multiplicador ao se somar aos esforços de outros autores na consolidação do campo da antropologia digital (Coleman, 2010; Geismar, 2018; Machado, 2017; Hine, 2015; Miller; Slater, 2003 [2000]; Pink et al., 2016; Nemer, 2021; Parreiras, 2024), com contribuições metodológicas, teóricas e práticas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa mostrou que experiências de moradia são diversas e demandam estudos situados para a compreensão dos significados dos usos e apropriações do digital em contexto, especialmente em países de dimensões continentais como o Brasil. Ao enfocar nas tipicidades do Residencial dos Ipês, esta etnografia serve de base comparativa e permite diálogos mais amplos. Ainda que cada etnografia reinvente o campo científico, como bem argumenta Peirano (2014), a combinação de procedimentos,

técnicas e estratégias para coleta de dados aqui narrados pode inspirar outras pessoas que etnografam condomínios e vizinhanças nesta Era Digital. O engajamento multimodal (Hine, 2015) com o campo de pesquisa requer ferramentas e arranjos práticos e simbólicos específicos. À pesquisa de campo em um condomínio onde a pessoa que pesquisa também mora se vinculam questões de hierarquia, alianças e afetos inerentes a estas relações particulares. Ou seja, demanda a preservação dos vínculos construídos ao longo da pesquisa de campo, sem trair a complexidade do objeto. Um grande desafio de pesquisa.

Por fim, a pesquisa lança luz sobre o processo de domesticação do WhatsApp em uma localidade, mostrando que as temporalidades das interações, os trânsitos *on* e *off* do pesquisador, as formas de comunicação com interlocutores, a reconstrução de fatos, o armazenamento dos dados e a construção de diários de campo exigem estratégias específicas. Aqui, busquei trazer alguns dos procedimentos adotados ao longo do campo e espero que a discussão inspire novas pesquisas por ser algo revelador da cultura digital e que marca as humanidades.

### **8.3 Recomendações para futuras pesquisas**

Sabemos que no bojo das descobertas, novas perguntas e dilemas interpretativos surgem, revelando inevitavelmente as limitações desta pesquisa e desta pesquisadora. No horizonte permanecem muitas perguntas a serem respondidas por novas investigações. Os achados etnográficos provocam questionamentos sobre como os processos comunicacionais e de sociabilidade estruturam a vida urbana contemporânea. Isto é, como a produção simbólica e os fluxos de sentido impactam as humanidades e as formas de habitar as cidades. Futuros projetos etnográficos podem ampliar o olhar para outros arranjos e configurações que unem práticas comunicacionais, sociabilidade vicinal, participação cívica, senso de pertencimento e coesão comunitária nas cidades brasileiras.

A discussão sobre as ambivalências simbólica e material de um condomínio de quitinetes em uma região protegida e tombada, o Plano Piloto, não se esgota nesta tese. Seria pertinente expandir a análise para rastrear os processos de agenciamento do mercado imobiliário, por exemplo. Outra questão a ser aprofundada é a qualidade do acesso à vida urbana no Plano Piloto promovida pelo condomínio de quitinetes. O campo sugeriu a leitura deste jeito singular de morar e de “fazer-cidade” (Agier, 2015) sob a chave do “acesso”. Contudo, demanda mais reflexões sobre as contingências e potencialidades deste habitar “improvisado” e “adaptado” para acesso a oportunidades e realização de projetos de vida

individuais (Velho, 1994). Em outras palavras, o que não é acessado, o que é acessado em partes e o que é acessado plenamente, em termos práticos e simbólicos, ao habitar uma quitinete no Plano Piloto? Quais as continuidades e as descontinuidades com o estilo de vida da classe média que vive nas superquadras?

Outros estudos também podem avançar na análise da dimensão digital de espaços coletivos de moradia, discutindo sobre quem tem o direito (no sentido moral e legal) e pode participar dos “grupos de condomínio” no WhatsApp. Também será produtivo investigar sobre as ambiguidades da presença de proprietários-investidores no grupo do dia a dia de seus prédios, em sua ética e consequências, já que eles podem atuar como vigilantes de seus inquilinos, invadindo sua privacidade e monitorando os moradores, exigindo responsabilidades que vão além do que é legalmente estabelecido por lei. Além disso, será relevante discutir se a administração deve estar nesses grupos e quem deve moderar esses espaços condomoniais *online*. Os exemplos desta etnografia mostraram que esse tipo de decisão e agenda são exercidos pelos participantes (inquilinos, proprietários, investidores) dos grupos, que têm seus próprios critérios, formas de organização, ética e regras, conscientes ou inconscientes, explícitas ou veladas. Novas investigações sobre a importância da dimensão digital condominal para pessoas idosas poderiam trazer mais casos de uso e evidência sobre esse fenômeno em específico, contribuindo para a elaboração de políticas públicas e iniciativas para a terceira idade em espaços coletivos de moradia.

Outras investigações podem trazer novas angulações sobre os usos e as consequências e o que se alcança com as interações entre vizinhos em plataformas tecnológicas como o WhatsApp. Os grupos de WhatsApp são um meio para gerenciar a vida social em condomínios, em um grupo com inquilinos, proprietários, residentes e ex-residentes, a administração e a equipe do prédio, em que muitos conflitos de interesse e moralidades ambivalentes e conflitantes emergem, especialmente para aqueles em que existem rusgas antigas, como no Residencial dos Ipês. Nesse caso, os grupos de WhatsApp podem ser um canal para inflamar e exacerbar esses conflitos, mais do que uma fonte de participação democrática e resolução de questões práticas. Por outro lado, a etnografia mostra que a tecnologia proporciona um aumento relativo do engajamento em causas que não receberiam a devida atenção ao serem abordadas em canais convencionais de comunicação, como avisos impressos e dispostos nos elevadores e e-mails.

Conectado digitalmente, o corpo social interage e estabelece fluxos de comunicação e de sentido, atualiza e expande o condomínio com novas configurações espaço-temporal, para além do lar e da rua. Ao adjetivá-lo com digital, o condomínio tem seus sentidos e limites

ampliados. *The Digital Block* fala sobre os usos criativos e cotidianos de tecnologias e plataformas nas rotinas do condomínio e no âmbito íntimo e privado das quitinetes. Mas mais que uma rede de vizinhos conectada ou *online*, o condomínio digital fala sobre a reorganização da sociabilidade com e a partir do digital, que se incorpora aos modos de habitar um condomínio. Em contextos de vizinhança, o digital, na maioria das vezes, não estabelece os vínculos, mas complexifica as dinâmicas sociais dos moradores e de seus *pets*, reconfigura as fronteiras do espaço residencial e impacta na infraestrutura do condomínio, mediando a vida nesses espaços coletivos de moradia. É recurso para a navegação na vida cotidiana daqueles condicionados à convivência pela proximidade física, os vizinhos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE É UMA SÓ? Direção: Adirley Queirós. Documentário, 72 min. Brasília: Vitrine Filmes, 2012.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. Mana, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

AFONSO, Glaucone; SILVA, Hélcia. Síndico profissional: uma nova tendência do mercado. Rv Qualia: a ciência em movimento, v. 1, n. 1, p. 40-63, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICSA/article/view/133>. Acesso em: [insira a data de acesso].

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD). Guia Orientativo – Tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos e para a realização de estudos e pesquisas. Brasília, jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/materiais-educativos-e-publicacoes/web-guia-anpd-tratamento-de-dados-para-fins-academicos.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

APPADURAI, Arjun. The Social Life of Things: commodities in cultural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1999 [1986].

AZEVEDO, Aluísio. O cortiço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

BACHELARD, Gaston. The Poetics of Space. Boston: Beacon Press, 1994.

BALTHAZAR, Ana Carolina. Ethics and Nationalist Populism at the British Seaside. 2021, London: Routledge.

BALTHAZAR, Ana Carolina; MACHADO, Monica. Material Culture and Mass Consumption: The impact of Daniel Miller's work in Brazil. Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 773–803, set./dez. 2020.

BAPTISTA, Felipe Turatto. Modelo de preços hedônicos para apartamentos em Brasília. 2008. 51 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BARBOSA, Lívia. Food and sociability on the contemporary Brazilian plate. Etnográfica, vol. 14, n. 3, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.209>. Acesso em: 31 maio 2024.

BARBOSA, Lívia. Daniel Miller e os estudos de consumo no Brasil. Sociologia & Antropologia, v. 10, p. 1071–1085, 2020. Disponível em: [10.1590/2238-38752020v10314](https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10314).

BARBOSA, Marcelo Consiglio. A obra de Adolf Franz Heep no Brasil. 2002. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/D.16.2002.tde-16052022-164421. Acesso em: 14 maio 2025.

BARROS, Carla. Hierarquia, escassez e abundância materiais: um estudo etnográfico no universo de consumo das empregadas domésticas. In: Migueles, Carmen (org.). *Antropologia do consumo Rio de Janeiro*: Editora da FGV, 2007.

BARROSO, C.; RIZZI, P. Viver de Kitnet: Aprenda como viver de renda das suas kitnets. Youtube Channel. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/ViverdeKitnet>.

BELLACASA, Maria Puig de la. *Matters of Care: Speculative Ethics in More than Human Worlds*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

BENNETT, Jane. The Force of Things: Steps toward an Ecology of Matter. *Political Theory*, v. 32, n. 3, p. 347–372, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4148158>.

BIANCHI, Tiago. WhatsApp in Brazil: Statistics & facts. Statista, 30 maio 2025. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/7731/whatsapp-in-brazil/#topicOverview>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BLAKELY, Edward; SNYDER, Mary Gail. *Fortress America: gated communities in the United States*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1997.

BOELLSTORFF, Tom. Rethinking digital anthropology. In: GEISMAR, H.; KNOX, H. *Digital Anthropology*. Routledge, 2021.

BOEGER, Louise. Consumo de água em quitinetes e salas comerciais: uma análise da ocupação e dos usos finais de água em edifícios do Comércio Local Norte, Brasília-DF. 2022. 201 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

BORGES, Antonadia. Brasília: Misses and misfits in the Satellite-Cities. *The Funambulist*, v. 2, nov./dez. 2015. Suburban Geographies.

BORGES, Antonadia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BOTTINO, Caroline Martins de Melo. A vizinhança tá on: o protagonismo das mídias sociais em um condomínio clube no subúrbio do Rio de Janeiro. 2022. 200 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/34414>.

BOTTINO, Caroline Martins de Melo. *Sociabilidade em um condomínio clube nos subúrbios cariocas*. Rio de Janeiro: Telha, 2025.

BOTTON, Fernanda Frazão. *Vizinhança e Internet: Notas etnográficas sobre a sociabilidade entre vizinhos a partir de uma análise da rede social on-line Tem Açúcar*. Ponto Urbe, n. 22, p. 1-25, 2018. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.5950>.

BOURDIEU, Pierre. *Curso de 21 de fevereiro de 1991*. In: BOURDIEU, Pierre. *Sobre o estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. London: Routledge, 2010 [1984].

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983 [1930].

BOURDIEU, Pierre. *The Kabyle House or the World Reversed*. In: BOURDIEU, Pierre. *Algeria 1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

BLOUIN, David. Understanding Relations between People and their Pets. *Sociology Compass*, v. 6, n. 11, p. 856–869, 2012.

BLUNT, Alison; DOWLING, Robyn. *Home*. New York: Routledge, 2006.

BRANCO SAI, PRETO FICA. Direção: Adirley Queirós. Brasil: 2014. Documentário/Drama, 93 min.

BRAND, Stewart. *How buildings learn: what happens after they're built*. New York: Penguin, 1994.

BRASIL. Distrito Federal. Lei Complementar nº 1.041, de 12 de agosto de 2024. Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), Seção I, nº 052, Brasília, DF, 12 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 157, p. 1-4, 15 ago. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4591.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4591.htm). Acesso em: 2 nov. 2025.

BROWN, M.; SANDERSON, Z.; GRAHAM, S.; KIM, M.; TUCKER, J.; MESSING, S. Digital town square? Nextdoor's offline contexts and online discourse. *Journal of Quantitative Description: Digital Media*, v. 4, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51685/jqd.2024.icwsm.2>. Acesso em: 2 set. 2025.

BUEKER, Catherine Simpson. Leads to expanded social networks, increased civic engagement and divisions within a community: The role of dogs. *Journal of Sociology & Social Welfare*, v. 40, p. 211, 2013.

BUIER, N. The anthropology of infrastructure: The boom and the bubble?. *Focaal*, n. 95, p. 46-60, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/fcl.2022.012401>. Acesso em: 2 nov. 2025.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2003 [2000].

CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. State and urban space in Brazil: from modernist planning to democratic interventions. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (Ed.). *Global Anthropology: Technology, Governmentality, Ethics*. London: Blackwell, 2005.

CALLÉ, Antônio. *Manual do síndico de condomínio*. São Paulo: Dialética, 2020.

CAMARGO, Laura Ribeiro de Toledo. *Paisagem e imaginário: configurações da avenida W3 Sul em Brasília*. 2019. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CAMPBELL, Colin. *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. Introduction. In: CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen (Ed.). *About the house: Levi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 1-46.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100005>.

CENSO 2022: 16.390.815 pessoas moravam em favelas e comunidades urbanas. Educa Jovens, Rio de Janeiro, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22539-censo-2022-16-390-815-pessoas-moravam-em-favelas-e-comunidades-urbanas.html>. Acesso em: 3 set. 2025.

CENSO 2022: Cerca de oito a cada dez pessoas moravam em casas, mas cresce proporção de moradores em apartamentos. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 23 fev. 2024. Atualizado em 11 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39239-censo-2022-cerca-de-oito-a-cada-dez-pessoas-moravam-em-casas-mas-cresce-proporcao-de-moradores-em-apartamentos>. Acesso em: 3 set. 2025.

CENSO 2022: País tem 90 milhões de domicílios, 34% a mais que em 2010. Agência IBGE notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CESARINO, Letícia. Antropologia digital não é etnografia: explicação cibernetica e transdisciplinaridade. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 304-315, 2021.

CHARLES, Nickie. Post-Human Families? Dog-Human Relations in the Domestic Sphere. *Sociological Research Online*, v. 21, n. 3, p. 83-94, 2016.

CHARLES, Nickie; DAVIES, Charlotte A. My Family and Other Animals: Pets as Kin. *Sociological Research Online*, v. 13, n. 5, p. 13-26, 2008.

CLARKE, Alison. The Aesthetics of Social Aspiration. In: MILLER, Daniel (Ed.). *Home Possessions: Material Culture behind Closed Doors*. Oxford: Berg, 2001.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Ed.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. 2. ed. University of California Press, 1986.

COCKAYNE, Emily. *Cheek by jowl: A History of Neighbours*. London: The Bodley Head, 2012.

COLEMAN, Gabriella E. Ethnographic Approaches to Digital Media. *Annual Review of Anthropology*, v. 39, p. 487-505, 2010. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104945>.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. *Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro*. 2016. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

COOLEN, Henny. *The Meaning of Dwellings: an Ecological Perspective*. *Housing, Theory and Society*, v. 23, n. 4, p. 185-201, 2006.

CORDEIRO, Graça Índias; FIGUEIREDO, Tiago. *Intersecções de um bairro online. Reflexões partilhadas em torno do blogue Viver Lisboa*. In: MENDES, Maria M. et al. *A cidade entre bairros*. Lisboa, 2012. p. 9-20.

CORTADO, Thomas Jacques. *Casas feitas de olhares: uma etnografia dos muros em um loteamento periférico do Rio de Janeiro*. Etnográfica, v. 24, n. 3, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/9357>.

COSTA, Lucio. *Brasília, cidade que inventei - Relatório do Plano Piloto de Brasília*. 4. ed. Brasília: Iphan, 2018a [1991].

COSTA, Lucio. *Brasília revisitada 1985/87. Características fundamentais do Plano Piloto*. Mimeo, s/d, p. 3-5. In: FERREIRA, M.; GOROVITZ, M. *A invenção da superquadra*. 2. ed. Brasília: Iphan, 2020.

COSTA, Lucio. *Código de Obras de Brasília*, 1960. In: COSTA, Lucio. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA, 1962.

COSTA, Lucio. *O urbanista defende sua cidade*. 1967. In: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. 3. ed. São Paulo: Editora 34/Edições Sesc São Paulo, 2018b.

COSTA, Lucio. *Memória descritiva do plano piloto*. 1957. In: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. 3. ed. São Paulo: Editora 34/Edições Sesc São Paulo, 2018c.

CRUZ, Edgar Gómez; HARINDRANATH, Ramaswami. *WhatsApp as 'technology of life': Reframing research agendas*. *First Monday*, v. 25, n. 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5210/fm.v25i12.10405>. Acesso em: 2 set. 2025.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. O ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DANIELS, Inge. *The Japanese House: Material Culture in the Modern Home*. Oxford: Berg, 2010.

DANIELS, Inge; NICOLESCU, Gabriela; ANDERSEN, Astrid U. (Hosts). Is loneliness synonymous with vertical living? In: *DISOBEDIENT BUILDINGS*. Season 2, Episode 1. 30 out. 2023. Podcast. Disponível em: <https://www.disobedientbuildings.com/podcast/dob-e1-t9cg2>. Acesso em: 2 abr. 2024.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 20.222, de 10 de maio de 1999. Inclui notas nas normas de gabarito - GB 0001/1, relativas ao setor de edifícios de utilidade pública sul, da Região Administrativa de Brasília - RA-I. *Diário Oficial do Distrito Federal*: DODF, Brasília, DF, n. 89, 11 maio 1999.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei Complementar nº 1.041, de 12 de agosto de 2024. Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal* (DODF), Seção I, nº 052, Brasília, DF, 12 ago. 2024.

DIXON, Natalie. Stranger-ness and Belonging in a Neighbourhood WhatsApp Group. *Open Cultural Studies*, v. 1, n. 1, p. 493-503, 2017.

DOUGLAS, Mary. The Idea of a Home: A Kind of Space. *Social Research*, v. 58, n. 1, p. 287-307, 1991.

DOUGLAS, Mary. *Purity and danger: An analysis of concepts of pollution and taboo*. London: Routledge, 2001 [1966].

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004 [1979].

DUNKER, Christian Ingo Lenz. A lógica do condomínio. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUQUE, Marília. *Ageing with Smartphones in Urban Brazil*. London: UCL Press, 2022.

EDIFÍCIO MASTER. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: João Moreira Salles. Documentário. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 2002. 1 online (110 min), son., color. Disponível em: <https://vimeo.com/816898017>. Acesso em: 25/04/2023.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 [1965].

Empreendedor aposta em construção de quitinetes para alugar e fatura R\$ 600 mil. Pequenas Empresas & Grandes Negócios, 9 ago. 2023. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/ideias-de-negocios/noticia/2023/08/empreendedor-aposta-em-construcao-de-quitinetes-para-alugar-e-fatura-r-600-mil.ghtml>. Acesso em 4 Out 2024.

ENTORNO DA BELEZA. Direção: Dácia Ibiapina. Brasília, 2012. Documentário (71 min).

EUROMONITOR INTERNATIONAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO (ABINPET). Pet care in 2023: The big picture. 2023. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/pet-care-in-brazil/report>. Acesso em: 12 jun. 2024.

EVANS, Sarah K.; PEARCE, Katy E.; VITAK, Jessica; TREEM, Jeffrey W. Explicating Affordances: A Conceptual Framework for Understanding Affordances in Communication Research. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 22, n. 1, p. 35-52, 2017. <https://doi.org/10.1111/jcc4.12180>.

FELITTI, Chico (apresentador). O Síndico. Podcast. São Paulo: Folha de S.Paulo / Pachorra Felitti Áudios, Livros e Filmes, 2025. Disponível em: <https://podcasts.apple.com/us/podcast/o-s%C3%ADndico/id1809014383>. Acesso em: 6 out. 2025.

FRANKLIN, Adrian. Be[a]ware of the dog: A post-humanist approach to housing. *Housing, Theory and Society*, v. 23, n. 3, p. 137–156, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FOX, Rebekah. Animal behaviours, post-human lives: everyday negotiations of the animal–human divide in pet-keeping. *Social & Cultural Geography*, v. 7, n. 4, p. 525–537, 2006. <https://doi.org/10.1080/14649360600825679>.

GAEDTKE, Karin Muriel. 'Quem não tem filho caça com cão': Animais de estimação e as configurações sociais de cuidado e afeto. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GALČANOVÁ, Lucie; VACKOVÁ, Barbora. "How to wind the clock of the day?" Solo living phenomena and the various stabilities of home. *Home Cultures*, v. 13, n. 3, p. 225–254, 2016. <https://doi.org/10.1080/17406315.2016.1258124>.

GAMA, Gabriel. Brasileiros são os que mais enviam áudios e figurinhas no WhatsApp, diz Mark Zuckerberg. CNN Brasil, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/brasileiros-sao-os-que-mais-enviam-audios-e-figurinhas-no-whatsapp-diz-mark-zuckerberg/>. Acesso em: 24 out. 2024.

GARCIA, Ana Cristina B.; VIVACQUA, Adriana. Should I stay or should I go? Managing Brazilian WhatsApp groups. *First Monday*, v. 26, n. 2, 2021. <https://doi.org/10.5210/fm.v26i2.10641>.

GARVEY, Pauline. Domestic Boundaries: Privacy, Visibility and the Norwegian Window. *Journal of Material Culture*, v. 10, n. 2, p. 157-176, 2005. <https://doi.org/10.1177/1359183505053073>.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1926].

GEISMAR, Haidy. *Museum Object Lessons for the Digital Age*. London: UCL Press, 2018. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1xz0wz>.

GEISMAR, Haidy; KNOX, Hannah. *Introduction 2.0*. In: GEISMAR, Haidy; KNOX, Hannah. *Digital Anthropology*. 2. ed. Routledge, 2021.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GIOVANNI, Pablo. GDF contesta classificação do Sol Nascente como favela pelo IBGE. *Correio Braziliense*, 9 nov. 2024. Disponível em: <https://www.correobraziliense.com.br/cidades-df/2024/11/6984728-gdf-contesta-classificacao-do-sol-nascente-como-favela-pelo-ibge.html>. Acesso em: 2 fev. 2025.

GOFFMAN, Erving. *Relations in public: microstudies of the public order*. New York: Basic Books, 1971.

GOFFMAN, Erving. *As representações do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Ed Vozes, 2002 [1959].

GOROVITZ, Matheus. A invenção da superquadra (revisitado). In: FERREIRA, M.; GOROVITZ, M. *A invenção da superquadra*. 2. ed. Brasília: Iphan, 2020.

GRAHAM, Stephen; THRIFF, Nigel. Out of order: understanding repair and maintenance. *Theory, Culture & Society*, v. 24, n. 3, p. 1–25, 2007. DOI: 10.1177/0263276407075954.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360–1380, 1973. <http://www.jstor.org/stable/2776392>.

GREGSON, Nicky; METCALFE, Alan; CREWE, Louise. Identity, Mobility, and the Throwaway Society. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 25, n. 4, p. 682-700, 2007. <https://doi.org/10.1068/d418t>.

GRIER, Katherine. The material culture of pet keeping. In: MARVIN, Garry; MCHUGH, Susan (Ed.). *Routledge Handbook of Human-Animal Studies*. Routledge, 2014.

GUEDES, André Dumans. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. *Mana*, v. 23, n. 3, p. 403-435, 2017. <https://doi.org/10.1590/1678-49442017v23n3p403>.

HALL, Stuart. A ideologia e a teoria da comunicação. *MATRIZes*, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 3, p. 33–46, 2016. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v10i3p33-46. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrices/article/view/124648..> Acesso em: 2 nov. 2025.

HAMPTON, Keith; WELLMAN, Barry. Neighboring in netville: How the internet supports community and social capital in a wired suburb. *City & Community*, v. 2, n. 4, p. 277–311, 2003.

HARAWAY, Donna. *The companion species manifesto: Dogs, people, and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HATUKA, Tali. A conceptual framework for understanding neighbourhoods in the digital age. *Urban Studies*, v. 61, n. 16, p. 3232-3246, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00420980241257392>. Acesso em: 2 set. 2025.

HETHERINGTON, Kevin. Secondhandedness: Consumption, Disposal, and Absent Presence. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 22, n. 1, p. 157-173, 2004. <https://doi.org/10.1068/d315t>.

HINE, Christine. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and everyday*. London: Bloomsbury, 2015.

HIRSCHMAN, Elizabeth C. Consumers and Their Animal Companions. *Journal of Consumer Research*, v. 20, n. 4, p. 616–632, 1994. <http://www.jstor.org/stable/2489763>.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In: ———. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2012. Texto originalmente publicado em *Raízes do Brasil*, 1. ed., 1936; São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLSTON, James. *The modernist city: An anthropological critique of Brasília*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

HOLSTON, James. *The Spirit of Brasília: Modernity as Experiment and Risk*. In: BIRON, Rebecca (Ed.). *City/art: The Urban Scene in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2009 [2001]. p. 85-111.

HOWARD, Ebenezer. *Garden cities of to-morrow*. London: Swan Sonnenschein & Co., Ltd., 1902.

IBGE DIVULGA rendimento domiciliar per capita 2024 para Brasil e unidades da federação. Agência IBGE Notícias, 28 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42761-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2024-para-brasil-e-unidades-da-federacao>. Acesso em: 5 jun. 2025.

INGOLD, Tim. That's enough about ethnography! *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau4.1.021>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População estimada do país chega a 212,6 milhões de habitantes em 2024. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41111-populacao-estimada-do-pais-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-em-2024>. Acesso em: 23 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2022. Brasília, nov. 2024. Disponível em: [https://ipe.df.gov.br/documents/d/ipedf/relatorio\\_pib\\_df\\_2022-pdf](https://ipe.df.gov.br/documents/d/ipedf/relatorio_pib_df_2022-pdf). Acesso em: 22 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF). Mapa Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). Responsável Fernanda

Crispim. Publicação: 16 de novembro de 2023. Disponível em: <https://catalogo.ipe.df.gov.br/maps/336>. Acesso em: 13 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF). Mapa População do Distrito Federal por Região Administrativa. Responsável Fernanda Crispim. Publicação: 16 de novembro de 2023. Disponível em: <https://catalogo.ipe.df.gov.br/maps/338>. Acesso em: 13 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF). Mapa Divisão político-administrativa do Distrito federal. Responsável Patrícia Pereira. Publicação: 1 de Novembro de 2023. Disponível em: <https://catalogo.ipe.df.gov.br/documents/199>. Acesso em: 13 set. 2025.

IRVINE, Leslie. *How and Why*. In: IRVINE, Leslie. *If you tame me: understanding our connection with animals*. Philadelphia: Temple University Press, 2004.

IRVINE, Leslie; CILIA, Lauren. More-than-human families: Pets, people, and practices in multispecies households. *Sociology Compass*, v. 11, n. 2, e12455, 2017.

JACKSON, V. Domestic Pets In New Urban Areas: The role of urban design in successful pet ownership. *Australian Planner*, v. 31, n. 3, p. 148–152, 1994.

JANUZZI, Vinicius Prado. Em Brasília, mataram a rua? Considerações etnográficas sobre sentidos possíveis de “rua” (?) no Plano Piloto da capital federal. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. \*\*Anais...\*\* Caxambu: ANPOCS, 2018.

JANUZZI, Vinicius Prado. Em Brasília, as superquadras: vida cotidiana, escolas e segregação no espaço urbano da capital modernista. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

JENKINS, Llyod. Geography and architecture: 11, Rue du Conservatoire and the permeability of buildings. *Space and Culture*, v. 5, n. 3, p. 222-236, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1206331202005003003>. Acesso em: 2 nov. 2025.

JOHNS, Amelia; MATAMOROS-FERNÁNDEZ, Ariadna; BAULCH, Emma. *WhatsApp: From a one-to-one Messaging App to a Global Communication Platform*. Cambridge: Polity, 2024. (Digital Media and Society).

KNOX, Hannah. Traversing the infrastructures of digital life. In: GEISMAR, Haidy; KNOX, Hannah. *Digital Anthropology*. 2. ed. Routledge, 2021.

LANE, Jeffrey. *The Digital Street*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

LATOUR, Bruno. *We Have Never Been Modern*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1993.

LATOUR, Bruno. *Pandora's Hope: Essays on the reality of science studies*. London: Harvard University Press, 1999.

LARKIN, Brian. The politics and poetics of infrastructure. *Annual Review of Anthropology*, v. 42, p. 327-343, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092412-155522>. Acesso em: 2 nov. 2025.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITÃO, Débora Krischke; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 42, p. 41-65, 1. sem. 2017.

LEMOYNE, João Batista. *Memórias Biográficas de São João Bosco*. 1898.

LEONARDI, Paul M. Digital materiality? How artifacts without matter, matter. *First Monday*, v. 15, n. 6, 2010. <https://doi.org/10.5210/fm.v15i6.3036>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *The way of the masks*. Translated by Sylvia Modelska. Seattle: University of Washington Press, 1988.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIMA, Josue Magalhaes de. Alteração de uso de imóveis urbanos no Distrito Federal: Apropriação individual ou gestão social. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

LINS, Bruno Alvaro; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Eduardo Tadeu de. Estratégias para pensar o digital. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), v. 29, n. 2, e181821, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181821>.

LISPECTOR, Clarice. Nos primeiros começos de Brasília. In: LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 292-295. Publicada originalmente no *Jornal do Brasil*, 20 jun. 1970. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/5890/nos-primeiros-comecos-de-brasilia>. Acesso em: 25 jan. 2025.

LÓPEZ, Claudia; FARZAN, Rosta. From Community Networks to Hyper-local Social Media. In: *ACM CONFERENCE COMPANION ON COMPUTER SUPPORTED COOPERATIVE WORK & SOCIAL COMPUTING*, 18., 2015, Vancouver. Anais [...]. New York: ACM, 2015. p. 239-242. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/2685553.2699016>. Acesso em: 2 set. 2025.

LOW, P. The Cambridge Declaration on Consciousness. In: *FRANCIS CRICK MEMORIAL CONFERENCE*, 2012, Cambridge. Proceedings... Churchill College, Cambridge University, 7 Jul. 2012. p. 1-2. Disponível em: <https://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em 17 Out. 2025.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Themis Quezado. *Imagens do espaço: imagens de vida*. In: PAVIANI, Aldo (Org). *Brasília, ideologia e realidade: o espaço urbano em questão*. 2. ed. Brasília: UnB, 2010. p. 285-321.

MACHADO, Mônica. A teoria da antropologia digital para as humanidades digitais. *Revista Z Cultural*, v. 12, n. 2, p. 20-35, 2018.

MACHADO, Mônica. *Antropologia digital e experiências virtuais do Museu de Favela*. Curitiba: Appris, 2017.

MADIANOU, Mirca; MILLER, Daniel. Polymedia: Towards a new theory of digital media in interpersonal communication. *International Journal of Cultural Studies*, v. 16, n. 2, p. 169-187, 2012. <https://doi.org/10.1177/1367877912452486>.

MADDOX, Jessica. The secret life of pet Instagram accounts: Joy, resistance, and commodification in the Internet's cute economy. *New Media & Society*, v. 23, n. 11, p. 3332-3348, 2020. <https://doi.org/10.1177/1461444820956345>

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaço: Cultura Popular e Lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova Guiné Melanésia. São Paulo: Ubu Editora, 2018 [1922].

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995. <http://www.jstor.org/stable/2155931>.

MARQUES, R. N.; MÜLLER, F.; KANEGAE, M. M.; MORGADE, M. Two childhoods, two neighborhoods, and one city: utopias and dystopias in Brasilia. *Children's Geographies*, v. 19, n. 2, p. 172-183, 2020. <https://doi.org/10.1080/14733285.2020.1772961>.

MARTINELI, Fernanda. PIRATARIA S.A.: circulação de bens, pessoas e informação nas práticas de consumo. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MATOS, Willian. Águas Claras é campeã de tretas entre síndicos e moradores. Veja lista. Metrópoles, Distrito Federal, 24 nov. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com>. Acesso em: 22 out. 2025.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2007. Extraído AeAnnée Sociologique, 2\* série, v. i, [1923-24] 1925.

MAYOL, Pierre. The neighborhood: Problematics. What is a Neighborhood? In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *The practice of everyday life*. Volume 2: Living & Cooking. Tradução Timothy J. Tomasik. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

MCCRACKEN, Grant. 'Homeyness', a cultural account of one constellation of consumer goods and meaning. In: HIRSCHMANN, Elizabeth (ed.). Association for Consumer Research, Provo UT, 1989.

MCCRACKEN, Grant. Diderot Unities and the Diderot Effect: Neglected Cultural Aspects of Consumption. In: MCCRACKEN, Grant. Culture and Consumption: New Approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities. Indiana: Indiana University Press, 1990.

MELO, Larissa. Brasil tem terceira maior população pet do mundo; veja os projetos do Senado sobre o assunto. Agência Senado, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/12/brasil-tem-terceira-maior-populacao-pet-do-mundo-veja-os-projetos-do-senado-sobre-o-assunto>. Acesso em: 5 maio 2025.

MEIRELLES, Fernando de Souza. Pesquisa do uso de TI no Brasil. 36. ed. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, jun. 2025. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/pesquisa-anual-uso-ti>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MERRIAM, Sharan B.; JOHNSON-BAILEY, Juanita; LEE, Ming-Yeh; KEE, Young; NTSEANE, Gabo; MUHAMAD, Mazanah. Power and positionality: Negotiating insider/outsider status within and across cultures. *International Journal of Lifelong Education*, v. 20, n. 5, p. 405–416, 2001.

MILLER, Daniel. Appropriation of the State on the Council Estate. *Man*, v. 23, n. 2, p. 353-372, 1988.

MILLER, Daniel. Material Culture and Mass Consumption. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

MILLER, Daniel. Behind Closed Doors. In: MILLER, Daniel (ed.). Home Possessions: Material Culture behind Closed Doors. Oxford: Berg, 2001.

MILLER, Daniel. Anthropology is the discipline but the goal is ethnography. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 7, n. 1, 2017. <https://doi.org/10.14318/hau7.1.006>.

MILLER, Daniel. Materiality: An Introduction. In: MILLER, Daniel (Ed.). Materiality. Durham: Duke University Press, 2005. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11hpnrp>.

MILLER, Daniel. Stuff. Cambridge: Polity Press, 2010.

MILLER, Daniel. Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MILLER, Daniel. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. Youtube, 3 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NSiTrYB-0so>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MILLER, Daniel. The Good Enough Life. London: UCL Press, 2024.

MILLER, Daniel. What just happened? Ethnography as audit. *Anthropology & Medicine*, v. 31, n. 3, p. 328–334, 2024b. <https://doi.org/10.1080/13648470.2024.2425601>.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. Six principles for a digital anthropology. In: GEISMAR, Haidy; KNOX, Hannah (Ed.). *Digital Anthropology*. 2. ed. Routledge, 2021 [2012].

MILLER, Daniel et al. *How the World Changed Social Media*. London: UCL Press, 2016.

MILLER, Daniel et al. *The Global Smartphone: beyond a youth technology*. London: UCL Press, 2021.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The internet: an ethnographic approach*. Oxford: Berg, 2003 [2000].

MITCHELL, William J. *Emerging digital neighbourhoods*. In: NEAL, Peter (Ed.). *Urban Villages and the making of communities*. London: Spon Press, 2005 [2003].

MORAES, Luanda. O que são apartamentos compactos e como escolher o seu. EXAME – Mercado Imobiliário, 29 ago. 2025. Disponível em: [https://exame.com/mercado-imobiliario/o-que-sao-apartamentos-compactos-e-como-escolher-o-seu/?utm\\_source=copiaecola&utm\\_medium=compartilhamento](https://exame.com/mercado-imobiliario/o-que-sao-apartamentos-compactos-e-como-escolher-o-seu/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento). Acesso em: 02 nov. 2025.

MOURA, Bruno de Freitas. Censo revela quais são as 20 maiores favelas do país; veja a lista. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-11/censo-revela-quais-sao-20-maiores-favelas-do-pais-veja-lista>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MOURA, Cristina Patriota de. *Condomínios e Gated Communities: por uma antropologia das novas composições urbanas*. Anuário Antropológico, v. 35, n. 2, 2010. <https://doi.org/10.4000/aa.970>.

MOURA, Cristina Patriota de. *Condomínios no Brasil Central: Expansão urbana e antropologia*. Brasília: Editora UnB, 2012.

MOURA, Cristina Patriota de. *Pioneers and Entrepreneurs: Bio/Ethnographic Notes Towards an Anthropology of Urban Growth*. Vibrant, v. 8, n. 2, p. 502-528, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1809-43412011000200025>.

MOURA, Cristina Patriota de; JANUZZI, Vinicius. Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal. *Tempo Social*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 113-134, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151261>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MURPHY, Elizabeth; DINGWALL, Robert. *The ethics of ethnography*. In: ATKINSON, Paul et al. (ed.). *Handbook of ethnography*. London: Sage Publications, 2007. p. 339-351.

NEMER, David. *Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Editora Mil Fontes, 2021.

NEMER, David; MARKS, William. A infraestrutura humana da desinformação: um estudo de caso do trabalho heteromatizado no Brasil. In: Liinc em Revista, v. 21, n. 01, e7574. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7574>. Acesso em: 23 set. 2025.

NORMAS DE GABARITO 139.89. Setor de Edifícios de Utilidade Pública Sul (EQS 700/900). Governo de Brasília. Disponível em: [https://planopiloto.df.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/NGB-139\\_89.pdf](https://planopiloto.df.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/NGB-139_89.pdf). Acesso em: 29 jan. 2025.

OBENDORF, Hartmut. Minimalism: designing simplicity. Hamburg: Springer, 2009.

OLIVEIRA, Alice Roberta de. From Stars to Stories: Experimenting with Google Reviews in Ethnography. Digital Ethnography Initiative, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://digitalethnography.at/from-stars-to-stories-experimenting-with-google-reviews-in-ethnography/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PARKS, Lisa; STAROSIELSKI, Nicole. Introduction. In: PARKS, Lisa; STAROSIELSKI, Nicole (Ed.). Signal Traffic: Critical Studies of Media Infrastructures. Urbana: University Of Illinois Press, 2015.

PARK, Robert. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente. In: VELHO, Otavio (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987 [1916].

PARREIRAS, Carolina. Etnografia e uso de plataformas digitais: Aprendendo com o WhatsApp. Novos Debates, v. 10, n. 1, 2024. <https://doi.org/10.48006/2358-0097/V10N1.E101011>.

PAVIANI, Aldo. Brasília: a metrópole em crise. Brasília: UnB, 2010.

PDAD AMPLIADA: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada: Distrito Federal: resultados gerais: moradores e domicílios. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), 2024. Disponível em: [https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/Relatorio\\_DF.pdf](https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/Relatorio_DF.pdf). Acesso em: 3 set. 2025.

PDAD AMPLIADA: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada: Plano Piloto: resultados gerais: moradores e domicílios. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), 2024. Disponível em: [https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/plano\\_piloto.pdf](https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/plano_piloto.pdf). Acesso em: 3 set. 2025.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>.

PEREIRA, Camila; MARTINELLI, Fernanda. As Pessoas, As Coisas E As Perdas: Perspectivas Da Cultura Material E Do Consumo Nos Estudos De Daniel Miller. Revista Sociologia e Antropologia, v. 10, p. 887-904, 2020.

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS AMPLIADA - PDAD Ampliada 2024: resultados gerais: moradores e domicílios. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), 2024. Disponível em: [https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/Relatorio\\_DF090725.pdf](https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/Relatorio_DF090725.pdf). Acesso em: 3 set. 2025.

PETRI, Renata; LEITE, Elenice A. F. Sua majestade, o Pet. Revista Leitura Flutuante, v. 2, n. 1, 2010.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. <http://hdl.handle.net/10183/16895>.

PINK, Sarah. Doing Visual Ethnography. 4. ed. London: SAGE Publications Ltd, 2021.

PINK, Sarah et al. Digital Ethnography: Principles and Practice. London: SAGE Publications Ltd, 2016.

PLOTKIN, Wendy. Kitchenettes. In: Encyclopedia of Chicago. Chicago: Chicago Historical Society, 2005. Disponível em: <http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/692.html>.

POPULAÇÃO ESTIMADA DO PAÍS CHEGA A 213,4 MILHÕES DE HABITANTES EM 2025. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 28 ago. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44305-populacao-estimada-do-pais-chega-a-213-4-milhoes-de-habitantes-em-2025>. Acesso em: 3 set. 2025.

POSTILL, John. Localizing the internet beyond communities and networks. *New Media & Society*, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: SAGE Publications, v. 10, n. 3, p. 413–431, 2008. DOI: 10.1177/1461444808089416.

POWER, Emma. Dogs and practices of community and neighboring. *Anthrozoös*, v. 26, n. 4, p. 579-591, 2013.

POWER, Emma. Furry families: making a human–dog family through home. *Social & Cultural Geography*, v. 9, n. 5, p. 535–555, 2008.

QUINTOANDAR. Microapartamento: Estudo do QuintoAndar aponta tendências. Guias – Dados & Índices, 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.quintoandar.com.br/guias/dados-indices/microapartamento/#metodologia>. Acesso em: 02 nov. 2025.

RACHKORSKY, Marcio. É possível limitar o número de reeleições de síndicos? LinkedIn, 11 ago. 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/%25C3%25A9-poss%25C3%25ADvel-limitar-o-n%25C3%25BAmero-de-reelei%25C3%25A7%25C3%25B5es-s%25C3%25ADndicos-marcio-rachkor-sky-yqphf/?trackingId=U0tmqGXbR%2FKtOMRthZT%2Faw%3D%3D>. Acesso em: 8 Out. 2025.

RELATÓRIO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Superintendência do Iphan no Distrito Federal, Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal; coordenação e organização, Carlos Madson Reis, Claudia Marina Vasques e Sandra Bernardes Ribeiro. Brasília: Iphan-DF, 2018.

REGINATTO, Vanessa. Learn what a micro-apartment is and check out QuintoAndar's study that delves into this global trend and provides data on this market in Brazil. São Paulo: QuintoAndar, 2023. Disponível em: <https://conteudos.quintoandar.com.br/microapartamento/>. Acesso em: 25 set. 2024.

REZENDE, Claudia Barcellos. Stereotypes and National Identity: Experiencing the “Emotional Brazilian.” Identities, v. 15, n. 1, p. 103–122, 2008. <https://doi.org/10.1080/10702890701801866>.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006 [1995].

RIBEIRO, Gustavo Lins. O capital da esperança: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora UnB, 2008.

ROBINS, Douglas M.; SANDERS, Clinton R.; CAHILL, Spencer E. Dogs and their people: Pet-facilitated interaction in a public setting. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 20, n. 1, p. 3-25, 1991.

ROCHA, Everardo. Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010 [1995].

ROCHA, Everardo; PEREIRA, Claudia. Juventude e Consumo: um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea. Mauad X: Rio de Janeiro, 2009.

ŞALARU, Maria. An Anthropology of Architectural Transformation: The changing fabric of a Romanian block of flats. London: UCL Press, 2025. <https://doi.org/10.14324/111.9781800087972>.

SCHERER, Maria Luiza; RODRIGUES, Virgínia Squizani; ZAMORA, Gabriel Darío López; CESARINO, Letícia; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; et al. Métodos mistos para a antropologia digital: um relato de experiência sobre a análise de grupos bolsonaristas na plataforma Telegram. *Horizontes Antropológicos*, v. 30, n. 68, e680407, 2024. <https://doi.org/10.1590/1806-9983e680407>.

SENCIÊNCIA ANIMAL. Publicado em 20 set. 2024. Atualizado em 2 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/direitos-animais/sencia-animal-1>. Acesso em: 17 out. 2025.

SEGATA, Jean. Os cães com depressão e os seus humanos de estimação. *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, 2012, v. 37, n. 2: 177-204. <https://doi.org/10.4000/aa.216>.

SEGATA, Jean. O que faz um animal de estimação na antropologia? *Novos Debates*, v. 1, n. 2, jul. 2014.

Setor de serviços é responsável por 95% da economia do DF. Agência Brasília, 10 mar. 2024. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/setor-de-servicos-e-responsavel-por-95-da-economia-do-df>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SHEARER, Heather; BURTON, Paul. Towards a Typology of Tiny Houses. *Housing, Theory and Society*, v. 36, n. 3, p. 298–318, 2018. <https://doi.org/10.1080/14036096.2018.1487879>.

SILVA, Sandra Rúbia da. (2010). Estar no tempo, estar no mundo: a vida social dos telefones celulares em um grupo popular. Tese de Doutorado. PPGAS/Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Juliana Moreira de Carvalho. Habitar a metrópole: os apartamentos quinhonetes de Adolf Franz Heep. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, v. 21, n. 1, p. 141–157, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142013000100009>.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005 [1903].

SIMMEL, Georg. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. Coordenação de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.

SIMONE, AbdouMaliq. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture*, v. 16, n. 3, p. 407-429, 2004.

SMITHERAM, Jan; NAKAI KIDD, Arianna. A tiny home of one's own. *Journal of Material Culture*, v. 29, n. 1, p. 122-137, 2024. <https://doi.org/10.1177/13591835231187555>.

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUSA, Jamilson Alves de. Domicílios particulares improvisados: Avaliação de desempenho ambiental do uso residencial do Comércio Local Norte (CLN) do Plano Piloto de Brasília. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPYER, Juliano. *Social Media in Emergent Brazil*. London: UCL Press, 2018.

SPYER, Juliano. Fieldwork is haunting me, thanks to WhatsApp. UCL Blogs, 3 nov. 2015. Disponível em: <https://blogs.ucl.ac.uk/global-social-media/2015/11/03/fieldwork-is-haunting-me-thanks-to-whatsapp/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

STAR, Susan Leigh. The ethnography of infrastructure. *American Behavioral Scientist*, v. 43, n. 3, p. 377-391, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00027649921955326>. Acesso em: 2 nov. 2025.

THE BLOCK/Blocul. Direção, roteiro, filmagem e produção: Maria Şalaru. Documentário, 2016.

THOMAS, Keith. *Man and the natural world: Changing attitudes in England 1500-1800*. London: Penguin Books, 1983.

TOURINHO, Helena. Uma pequena história da quitinete. ArchDaily Brasil, 22 jul. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/1003315/uma-pequena-historia-da-quitinete>. Acesso em: 3 jun. 2024.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Por uma antropologia da comunicação - a construção de um campo e suas pesquisas. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 113–132, 2008. DOI: 10.5007/2175-8034.2008v10n2p113.

TRAVANCAS, Isabel; NOGUEIRA, Silvia Garcia (Org.). Antropologia da comunicação de massa. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

TROTTIER, Daniel; LEE, Jae; BOY, John. Urban Data Analytics as Research Topic, Method and Ethical Concern. Digital Culture & Society, v. 7, n. 2, p. 311-328, 2021. <https://doi.org/10.14361/dcs-2021-070215>. Acesso em: 2 set. 2025.

VEBLEN, Thorstein. A Teoria da Classe Ociosa. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. Estigma e comportamento desviante em Copacabana. In: VELHO, Gilberto. Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 [1974]. p. 116-124.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Tradução Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1943].

WILLEMS, Emílio. Contribuição para a Sociologia da Vizinhança. RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 18, n. 52, p. 159-170, abr. 2019 [1941].

WOLF, Virginia. Um teto todo seu. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

WOOD, Lisa; CHRISTIAN, Hayley. Dog walking as a catalyst for strengthening the social fabric of the community. In: JOHNSON, Rebecca; BECK, Alan; MCCUNE, Sandra (Ed.). The Health Benefits of Dog Walking for People and Pets. West Lafayette: Purdue University Press, 2012.

WOOD, Lisa; GILES-CORTI, Billie; BULSARA, Max; BOSCH, Darcy. More Than a Furry Companion: The Ripple Effect of Companion Animals on Neighbourhood Interactions and Sense of Community. *Society & Animals*, v. 15, n. 1, p. 43-56, 2007.

WOODWARD, Sophie. *Why Women Wear What They Wear*. Oxford: Berg, 2007.

WOTTON, J.; SKATES, H.; SHUTTER, L. Tiny House – when size matters. *Australian Planner*, v. 55, n. 3–4, p. 209–220, 2018. <https://doi.org/10.1080/07293682.2019.1634112>.

## ANEXO I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — Pesquisa: Cultura material no “novo normal”

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **Cultura material no “novo normal”**. Realizada entre 2022-2025 na Universidade de Brasília (UnB), no Departamento de Comunicação, por **Alice Roberte de Oliveira**, a pesquisa de Doutorado tem por objetivo compreender **as consequências da pandemia no ambiente doméstico** e visa contribuir para a teorização do pós-pandemia no campo de estudos da comunicação.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. A pesquisa está dividida em etapas e consiste em, questionário on-line, entrevista presencial e observação dos espaços físicos e digitais. Caso decida desistir de uma das etapas ou da pesquisa como um todo, você poderá interromper a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição, e os dados coletados serão destruídos.

Caso decida desistir de uma das etapas ou da pesquisa como um todo, você poderá interromper a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição, e os dados coletados serão destruídos. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

**\*A pesquisa é anônima e todas as suas características físicas e informações que possam te identificar ou identificar o condomínio serão anonimizados para garantir a sua total segurança e privacidade, bem como de todos os envolvidos no estudo. A pesquisadora garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo.** Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode contatar a pesquisadora responsável por meio de e-mail ([aliceroberte@gmail.com](mailto:aliceroberte@gmail.com)), ou ainda ligar ou mandar mensagem pelo WhatsApp para (xx)xxxxxxxx.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de publicação na comunidade acadêmica, que poderá ser acessada, quando finalizado o estudo, na biblioteca de teses e dissertações da Universidade de Brasília.

### **Consentimento de participação**

Eu concordo em participar voluntariamente do presente estudo. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de dano.

( ) De acordo.

### **Autorização de uso de imagem e som**

Eu autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a neste projeto de pesquisa.

Tenho ciência de a divulgação da minha imagem e som de voz serão utilizadas apenas para atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

( ) De acordo.

## ANEXO II

### DEMOGRAFIA DOS INTERLOCUTORES

